



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA
DOUTORADO EM LINGUÍSTICA**

LUDMILA KEMIAK

**UMA PROPOSTA DE ANÁLISE DO GÊNERO “ARTIGO
EXPERIMENTAL” A PARTIR DOS PRESSUPOSTOS
TEÓRICOS DE BAKHTIN E DO CÍRCULO**

João Pessoa

2019

LUDMILA KEMIAC

**UMA PROPOSTA DE ANÁLISE DO GÊNERO “ARTIGO
EXPERIMENTAL” A PARTIR DOS PRESSUPOSTOS
TEÓRICOS DE BAKHTIN E DO CÍRCULO**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística, situada na Área de Concentração Linguística e Práticas Sociais e vinculada à Linha de Pesquisa Discurso e Sociedade, como requisito institucional para obtenção do Título de Doutor em Linguística.

Orientador: Prof. Dr. Pedro Farias Francelino

João Pessoa

2019

K12p Kemiác, Ludmila.

Uma proposta de análise do gênero "artigo experimental"
a partir dos pressupostos teóricos de Bakhtin e do
Círculo / Ludmila Kemiác. - João Pessoa, 2019.
290 f.

Orientação: Pedro Farias Francelino.
Tese (Doutorado) - UFPB/CCHLA.

1. Artigo experimental. Discurso científico. I.
Francelino, Pedro Farias. II. Título.

UFPB/BC

LUDMILA KEMIAK

**UMA PROPOSTA DE ANÁLISE DO GÊNERO “ARTIGO EXPERIMENTAL” A
PARTIR DOS PRESSUPOSTOS TEÓRICOS DE BAKHTIN E DO CÍRCULO**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística, situada na Área de Concentração Linguística e Práticas Sociais e vinculada à Linha de Pesquisa Discurso e Sociedade, como requisito institucional para obtenção do Título de Doutor em Linguística.

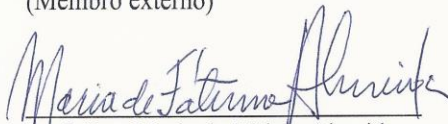


Prof. Dr. Pedro Farias Francelino
Universidade Federal da Paraíba
Professor Orientador – Presidente da Banca examinadora

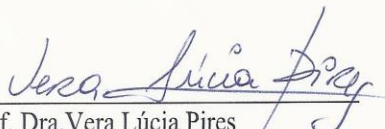
Prof. Dra. Sheila Vieira de Camargo Grillo
Universidade de São Paulo
(Membro externo)



Prof. Dra. Maria Verônica Andrade da Silveira Edmundson
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba
(Membro externo)



Prof. Dra. Maria de Fátima Almeida
Universidade Federal da Paraíba
(Membro interno)



Prof. Dra. Vera Lúcia Pires
Universidade Federal da Paraíba
(Membro interno)

DEDICATÓRIA

Ao meu pai, Milan Kemiak (*in memoriam*)

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Milan Kemiatic (*in memoriam*) e Graça Kemiatic, que tudo fizeram para que eu chegasse até aqui.

Às minhas irmãs, Jarmila e Lessana, que sempre torceram por mim.

Ao meu marido, Eanes, minha inspiração, meu grande incentivador, aquele que esteve sempre ao meu lado dizendo que eu iria conseguir.

Ao professor Pedro Francelino, que, sem me conhecer, aceitou me orientar. Agradeço por toda a paciência e generosidade. Agradeço pela compreensão e pela bondade. Agradeço pelas valiosas orientações.

À professora Fátima Almeida, pelo carinho, pela alegria contagiante, pelos ensinamentos, por toda a aprendizagem obtida nas disciplinas por ela ofertadas.

À Professora Bernadete, por todo carinho, por toda doçura, por todos os ensinamentos nos grupos de estudo.

A todo o Gplei, pelos momentos preciosos de estudo e pelos momentos mais preciosos ainda de convivência.

À Unidade Acadêmica de Física e Matemática do Centro de Educação e Saúde da UFCG, por ter permitido meu afastamento para capacitação. Agradeço particularmente ao Professor Fábio Medeiros, que se ofereceu para me substituir, segundo as exigências da instituição. Esse gesto tão generoso viabilizou meu afastamento e, portanto, permitiu que esta tese pudesse existir.

Às professoras Sheila Grillo e Vera Lúcia Pires, pelas valiosas contribuições no exame de qualificação e na defesa desta tese.

Às professoras Verônica e Fátima, pelas contribuições na defesa final deste trabalho.

RESUMO

Esta tese foi norteadada pelo objetivo geral de compreender como se constitui discursivo-dialogicamente o gênero “artigo experimental”, considerando sua forma arquitetônica e composicional. Especificamente, buscou-se: investigar como se dá a mediação dos periódicos na relação autor-leitor-editor; analisar os valores subjacentes à esfera; analisar a forma arquitetônica do gênero “artigo experimental”; analisar a forma composicional do gênero. Os pressupostos teóricos ancoram-se principalmente nos ensaios iniciais de Bakhtin, nos quais o filósofo, ao se debruçar sobre o discurso estético, estabelece importantes distinções e traços gerais dos discursos ético e cognitivo. Também buscamos em Volóchinov (VOLÓCHINOV, 2013 [1926]) elementos para a análise da forma como o enunciado condensa, em sua estrutura, valores estáveis de determinado grupo social. Por fim, no filósofo alemão E. Cassirer (2001, 2011, 2012), pautamos nossas reflexões sobre o discurso científico que se materializa no gênero. Foram selecionados 15 artigos experimentais pertencentes a diferentes áreas do conhecimento. Consideraram-se critérios de seleção: 1. Artigos publicados em revistas científicas indexadas. 2. Artigos escritos em língua portuguesa. 3. Artigos experimentais. A variedade de áreas experimentais justifica-se pelas hipóteses adotadas, quais sejam: 1. O artigo experimental fundamenta-se no mesmo “simbolismo numérico”, no sentido em que Cassirer (2012) confere a essa expressão – Os dados, ao serem interpretados, tornam-se *relações* entre variáveis; 2. A mesma forma arquitetônica subjaz à forma composicional. Em um primeiro momento, analisamos o discurso da revista científica que publica os artigos, centrando-nos na observação da mediação autor-leitor e na análise dos valores subjacentes à esfera. Em seguida, analisamos a forma arquitetônica do gênero e chegamos à conclusão de que essa forma é referente à dominação do mundo (humano, animal, natural) por meio da evidência experimental. Por fim, ao nos debruçarmos sobre a forma composicional, interpretamos como o autor reclama sua soberania no texto em relação tensa com o leitor. Nesse momento, através da metáfora do ato teatral, vemos o autor “negociando” com o leitor, em “três atos”: o convite e o reforço ao convite para assistir ao experimento; a apresentação do experimento; o “desfecho” da apresentação, marcado pela antecipação da contrapalavra do leitor.

Palavras-chave: Artigo experimental. Discurso científico. Domínio cognitivo.

ABSTRACT

This thesis was guided by the overall goal of understanding how the “experimental article” is discursive-dialogically constituted by considering its architectural and compositional forms. Specifically, this thesis aimed: to investigate how periodical mediation takes place in the relationship author-reader-editor; to analyze the “experimental article” genre architectural form; to analyze the compositional genre form. The theoretical assumptions are anchored mainly in the initial Bakhtin’s essays, in which the philosopher, by dwelling on the aesthetic speech, makes important distinctions and general traces on the ethical and cognitive discourses. We also seek in Volóchinov (VOLÓCHINOV, 2013 [1926]) elements to the form’s analysis as the enunciation condenses, in its structure, stable values of a particular social group. Finally, in the German philosopher E. Cassirer (2001, 2011, 2012), we base our reflections on the scientific speech which is materialized in the genre. Fifteen experimental articles pertaining to different knowledge areas were selected. The considered selection criteria were: 1. Articles published in indexed scientific journals. 2. Articles written in Portuguese Language. 3. Experimental articles. The variety of the experimental areas is justified by the adopted hypothesis, which are: 1. The experimental article is based on the same “numerical symbolism”, in the sense which Cassirer (2012) confers to that expression - The data, when interpreted, become relationships among variables; 2. The same architectural form underlies the compositional form. Initially, we analyze the discourse of the scientific journal which published the articles, focusing in the observation of author-reader mediation and in the analysis of sphere underlying values. Afterwards, we analyze the genre architectural form and concluded that this form refers to world domination (human, animal, natural) by means of experimental evidence. Finally, as we tackle the compositional form, we interpreted how the author claims your sovereignty in the text in a tense relation with the reader. In this moment, through the theatrical act metaphor, we see the author “dealing” with the reader, in “three acts”: the invitation and the reinforcement to invitation to watch to the experiment; the presentation of experiment; the “end” of the presentation, marked by the reader counterword anticipation.

Keywords: Experimental article. Scientific Discourse. Cognitive Domain.

RESUMEN

Esta tesis fue guiada por el objetivo general de comprender cómo se constituye discursivo-dialogicamente el género “artículo experimental”, considerando su forma arquitectónica y compositiva. Específicamente, buscamos: investigar como ocurre la mediación de las revistas en la relación autor-lector-editor; analizar los valores subyacentes a la esfera; analizar la forma arquitectónica del género “artículo experimental”; analizar la forma compositiva del género. Los presupuestos teóricos están anclados especialmente en los ensayos iniciales de Bakhtin, en los cuales el filósofo, al centrarse sobre el discurso estético, establece importantes distinciones y rasgos generales de los discursos ético y cognitivo. También buscamos en Volóchinov (VOLÓCHINOV, 2013 [1926]) elementos para el análisis del modo como el enunciado condensa, en su estructura, valores estables de determinado grupo social. Por último, en el filósofo alemán E. Cassirer (2001, 2011, 2012), apoyamos nuestras reflexiones en el discurso científico que se materializa en el género. Fueron elegidos 15 artículos experimentales pertenecientes a distintas áreas del conocimiento. Se consideraron los criterios de selección: 1. Artículos publicados en revistas científicas indexadas. 2. Artículos escritos en lengua portuguesa. 3. Artículos experimentales. La variedad de áreas experimentales justificase por las hipótesis adoptadas, a saber: 1. El artículo experimental se basa en el mismo “simbolismo numérico”, en el sentido en que Cassirer (2012) reconoce a esa expresión – Los datos, al ser interpretados, se tornan *relaciones* entre variables; 2. La misma forma arquitectónica subyace a la forma compositiva. En un primero momento, analizamos el discurso de la revista científica que publica los artículos, centrándonos en la observación de la mediación autor-lector y en el análisis de los valores subyacentes a la esfera. Luego, analizamos la forma arquitectónica del género y llegamos a la conclusión que esta forma se refiere a la dominación del mundo (humano, animal, natural) por medio de la evidencia experimental. Finalmente, al observar la forma compositiva, interpretamos cómo el autor reclama su soberanía en el texto en una relación tensa con el lector. En este momento, a través de la metáfora del acto teatral, vemos el autor “negociando” con el lector, en “tres actos”: la invitación y el refuerzo de la invitación para ver al experimento; la presentación del experimento; el resultado de la presentación, señalado por la anticipación de la “contrapalabra” del lector.

Palabras clave: Artículo experimental. Discurso científico. Domínio cognitivo.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1	143
FIGURA 2	156
FIGURA 3	211
FIGURA 4	260
FIGURA 5	261
FIGURA 6	262
FIGURA 7	263
FIGURA 8	264
FIGURA 9	279

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1.....	15
QUADRO 2.....	20
QUADRO 3.....	54
QUADRO 4.....	84
QUADRO 5.....	105
QUADRO 6.....	127
QUADRO 7.....	130
QUADRO 8.....	131
QUADRO 9.....	132
QUADRO 10.....	226
QUADRO 11.....	269
QUADRO 12.....	279
QUADRO 13.....	280

LISTAS DE ABREVIATURAS E SIGLAS

DVDA	Discurso na vida, discurso na arte
MCH	Metodologia das ciências humanas
MFL	Marxismo e filosofia da linguagem
PFA	Para uma filosofia do ato
PCMF	O problema do conteúdo, do material e da forma

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	14
1.1 Aspectos metodológicos.....	18
1.1.1 <i>Corpus</i>	19
1.2 Organização da tese	22
2 PRESSUPOSTOS TEÓRICOS: BAKHTIN, MEDVIÉDEV, VOLÓCHINOV.....	24
2.1 Introdução	24
2.2 A língua, sua ordem sónica e o mundo (ou, o mundo pela ótica da língua): diálogos com Bakhtin, Volóchinov e Medviédev	25
2.2.1 Da natureza do signo	26
2.3 O gênero e a esfera a partir de um conceito-chave: o autor	39
2.3.1 O autor sofre “dupla coerção” – da esfera e do gênero	41
2.3.1.1 Exemplificando a “dupla coerção”	45
2.4 Conclusões.....	57
3 UM OLHAR SOBRE A CIÊNCIA: BAKHTIN E O CÍRCULO E E. CASSIRER... 59	
3.1 Introdução	59
3.2 Ético, estético e cognitivo: considerações sobre diferentes domínios da unidade da cultura humana e sua relação com o valor do corpo – ou o <i>corpo como valor, o Eu e o Outro</i>	59
3.2.1 O evento e o domínio ético – a vida em seu curso	62
3.2.2 O domínio e o evento estético	73
3.2.3 O evento e o domínio cognitivo	77
3.2.4 Algumas considerações	82
3.3 As “categorias subversivas”	84
3.3.1 A ciência e a busca pela libertação do homem “coisificado”	86
3.3.1.1 As ciências humanas: objeto, método e instrumentos	93
3.3.1.2 A linguagem e o “Terceiro”	97
3.4 A visão de E. Cassirer sobre a ciência.....	99
3.4.1 A filosofia das formas simbólicas	101
3.4.2 A construção do real pela ciência	111
3.4.2.1. O real dentro do espaço e do tempo	111
3.4.2.2. A ciência e seu máximo simbolismo	115
3.5. Conclusões.....	122
4 O GÊNERO ARTIGO EXPERIMENTAL: REVISÃO TEÓRICA	124
4.1. Introdução.....	124
4.2. Estudos sobre o gênero: a perspectiva sociorretórica	124
4.2.1 “Reportando o experimento”: a pesquisa de Charles Bazerman	133
4.3 O gênero artigo experimental e o discurso científico: a pesquisa de Coracini (2007).....	139
4.4 Conclusões.....	154
5 PROPOSTA DE ANÁLISE DO GÊNERO “ARTIGO EXPERIMENTAL” A PARTIR DA CONCEPÇÃO DIALÓGICA DA LINGUAGEM: I. A MEDIAÇÃO DOS PERIÓDICOS	155
5.1 Introdução.....	155
5.2 A mediação da revista.....	155
5.3 Conclusões.....	173

6 A ARQUITETÔNICA: A FORMA CONQUISTADA PELO AUTOR.....	174
6.1 Introdução	174
6.2 A forma arquitetônica do artigo experimental.....	174
6.2.1 O trabalho autoral no evento cognitivo	177
6.2.1.1 A “morte” do herói: o nascimento do objeto	177
6.2.1.2 “Recortando” o mundo	186
6.2.1.3 A postulação (de) e a “identificação” com uma tese	191
6.2.1.4 A manipulação do mundo.....	200
6.3 Conclusão	212
 7 UMA HISTÓRIA EM TRÊS ATOS: A FORMA COMPOSICIONAL DO GÊNERO “ARTIGO EXPERIMENTAL”	 215
7.1 Introdução	215
7.2 Primeiro ato	215
7.2.1 O tom	215
7.2.2 O <i>Eu</i> e o <i>Outro</i> : batalha de consciências.....	225
7.2.2.1 O <i>outro</i> que me sucede e que me acompanha: meu leitor	225
7.2.2.2 Os outros que me antecedem	233
7.2.2.2.1 Os outros que embasam e fortalecem minhas informações.....	234
7.2.2.2.2 Os outros aos quais me contraponho	237
7.2.2.2.3 Os outros “que me faltam”	240
7.2.2.2.4 “Nós, os outros”: o entimema social	242
7.3 Segundo ato: a visita ao laboratório	245
7.3.1 O tom	245
7.3.2 O eu e o objeto.....	249
7.3.3 O eu e o outro	251
7.3.3.1 Antes de adentrar o mundo experimental: explicando a natureza da pesquisa, hipóteses, variáveis.....	251
7.3.3.2 “Interrompendo” a narrativa experimental: O autor explica informações que o leitor pode não conhecer	253
7.3.3.3 Garantindo a lisura do processo experimental.....	254
7.3.3.4 O “entimema disciplinar”	257
7.3.3.5 As imagens na relação eu-outro.....	259
7.4 Terceiro ato: o autor interpreta seus dados prepara-se para a réplica.....	266
7.4.1 O tom	266
7.4.2 O <i>Eu</i> (autor) e o <i>Outro</i> (leitor).....	270
7.4.3 O <i>Eu</i> (autor) e o <i>Outro</i> (os outros que me precedem na cadeia do diálogo)	274
7.4.4 O <i>Eu</i> e o objeto: “o máximo simbolismo”	278
7.5 Conclusões.....	280
 8 CONSIDERAÇÕES FINAIS	 283

1 INTRODUÇÃO

Esta tese é resultado de minhas reflexões e inquietações como professora de Língua portuguesa no Centro de Educação e Saúde (CES) da Universidade Federal de Campina Grande.

Ao ingressar no CES, deparei-me com o desafio de ensinar produção textual para turmas numerosas e mistas, compostas por cursos como Licenciatura em Biologia, Química, Nutrição, Farmácia e Enfermagem. Um dos gêneros mais requeridos pelos alunos era o artigo acadêmico. Busquei, então, estudos que me dessem o aporte teórico necessário para analisar, com os discentes, artigos dos mais diversos.

A literatura disponível, centrada em modelos estruturais¹ ou na *cultura disciplinar*² – isto é, em práticas que visam à análise de práticas de leitura/produção escrita de áreas específicas –, embora bastante consistente, era conflitante com minha realidade de sala de aula: como selecionar textos para análise em turmas tão diversificadas? Ao mesmo tempo, os modelos estruturais incomodavam-me um pouco, pois, parecia-me, centravam muita atenção em traços textuais “pré-moldados” e na busca/identificação desses traços.

Tendo eu, durante meu mestrado, e mesmo durante a graduação em Letras, lido (e me encantado por) alguns textos de M. Bakhtin, buscava, em minha atuação como professora, formas de ler, interpretar, analisar aquele gênero que os alunos tanto solicitavam, seguindo propostas teórico-metodológicas do filósofo russo. Assim, procurei, antes mesmo do doutorado, pesquisas que se debruçassem sobre o discurso científico e sobre gêneros acadêmicos.

Ao encontrar muitas pesquisas desenvolvidas ou em desenvolvimento sobre o discurso de *divulgação* científica, mas poucas sobre o discurso científico, no âmbito da análise dialógica do discurso (ADD), e pensando especificamente sobre o gênero artigo acadêmico, propus, nesta tese, uma análise do artigo experimental, segundo pressupostos de Bakhtin e do Círculo.

Em consulta ao catálogo de teses e dissertações da Coordenação de aperfeiçoamento de pessoal de nível superior (CAPES)³, foi realizado, inicialmente, um levantamento de teses de doutorado sobre o gênero em questão, a partir das palavras-chave “artigo experimental”,

¹ Por exemplo, os modelos estruturais para o gênero “artigo acadêmico” proposto por J. Swales e por pesquisadores brasileiros que seguem esse autor e que são resenhados nesta tese.

² Podemos citar tanto os estudos da sociorretórica como também estudos, desenvolvidos no Brasil, pautados no interacionismo sócio-discursivo.

³ Endereço eletrônico: <http://catalogodeteses.capes.gov.br>

“análise dialógica”. Como não foi obtido nenhum resultado, ampliou-se a busca, utilizando apenas a palavra-chave “artigo experimental”. A grande área do conhecimento “Linguística, Letras e Artes” foi selecionada. Não foi encontrada nenhuma pesquisa que atendesse ao gênero especificado. Todavia, foram encontradas pesquisas similares, conforme quadro abaixo:

QUADRO 1

TESE	PRINCIPAIS PERSPECTIVAS TEÓRICAS ADOTADAS
SILVA, Rodrigo Leite da. A caracterização textual-discursiva do artigo de divulgação científica. 16/03/2016 301 f. Doutorado em Língua Portuguesa Instituição de Ensino: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo Biblioteca depositária: PUCSP Campus Perdizes	Linguística Textual-Discursiva, complementada pela Análise Crítica do Discurso
OLIVEIRA, Janaína Minelli de. As Vozes da Ciência: a representação do discurso nos gêneros artigo acadêmico e de divulgação científica. 01/09/2005 244 f. Doutorado em Estudos Lingüísticos. Instituição de Ensino: Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte Biblioteca depositária: FALE e BU	Linguística sistêmico-funcional
BALOCCO, Anna Elizabeth. Padrões de avaliação e de organização textual no artigo acadêmico na área da pesquisa literária em inglês. 01/12/2000 202 f. Doutorado em Linguística. Instituição de Ensino: Universidade Federal do Rio De Janeiro, Rio de Janeiro Biblioteca depositária: Banco de Teses da Faculdade de Letras/UFRJ	Linguística sistêmico-funcional
BESSA, Clecida Maria Bezerra. Que autoridades sustentam a autoridade? A argumentatividade no gênero artigo científico através do arrazoado por autoridade e da modalização discursiva João pessoa – PB. 2015 03/07/2015 456 f. Doutorado em Linguística Instituição de Ensino: Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa Biblioteca depositária: UFPB-BC	Semântica argumentativa
ROCHA, Sonia Margarida Ribeiro	Linguística sistêmico-funcional

Guedes da. O estilo avaliativo de textos instanciadores do gênero artigo científico nas áreas de Química, Engenharia civil, Antropologia e Linguística. 30/06/2017 374 f. Doutorado em Linguística Instituição de Ensino: Universidade de Brasília, Brasília Biblioteca depositária: BIBLIOTECA CENTRAL DA UNB – BCE	
NOGUEIRA, Silvia Helena. Da leitura poética à produção do gênero artigo acadêmico-científico: uma proposta para o ensino na educação superior. 01/04/2008 234 f. Doutorado em Filologia e Língua Portuguesa Instituição de Ensino: Universidade de São Paulo, São Paulo Biblioteca depositária: FFLCH	Análise do discurso, estudos sobre Letramento, Linguística textual
FARIA, Vanessa Fabíola Silva de. Minha voz, tua voz, nossas vozes: a responsabilidade enunciativa em artigos acadêmicos/científicos. 14/12/2015 undefined⁴ f. Doutorado em Estudos da linguagem Instituição de Ensino: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal Biblioteca depositária: undefined	Análise textual dos discursos
OLIVEIRA, Eliane Feitoza. Letramentos Acadêmicos: o gerenciamento de vozes em resenhas e artigos científicos produzidos por alunos universitários. 20/08/2015 517 f. Doutorado em Linguística aplicada Instituição de Ensino: Universidade Estadual de Campinas, Campinas Biblioteca depositária: IEL	Estudos sobre Letramentos acadêmicos
BERNARDINO, Rosangela Alves dos Santos. A responsabilidade enunciativa em artigos científicos de pesquisadores iniciantes e contribuições para o ensino da produção textual na graduação. 01/12/2015 undefined f. Doutorado em Estudos da linguagem Instituição de Ensino: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal Biblioteca depositária: undefined	Análise textual dos discursos

⁴ Informação retirada do *site* da CAPES.

GUEDES, Vania Lisboa da Silveira. Nominalizações deverbais em artigos científicos: uma contribuição para a análise e a indexação temática da informação. 01/05/2010 109 f. Doutorado em Linguística Instituição de Ensino: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio De Janeiro Biblioteca depositária: Faculdade de Letras da UFRJ	Teoria lexical
MORAES, Luciana Salles Bragança. O metadiscorso em artigos acadêmicos: Variação intercultural, interdisciplinar e retórica. 01/04/2005 194 f. Doutorado em Letras Instituição de Ensino: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro Biblioteca depositária: Biblioteca Central	Sociointeracionismo e Retórica Contrastiva
CARVALHO, Ednusia Pinto de. A Atenuação Retórica em artigos de Pesquisa: um estudo contrastivo com base em corpora. 01/06/2011 111 f. Doutorado em Linguística Instituição de Ensino: Universidade Federal do Ceará, Fortaleza Biblioteca depositária: Ciências Humanas	Retórica contrastiva
BERNARDINO, Cibele Gadelha. O Metadiscorso Interpessoal em Artigos Acadêmicos: espaço de negociações e construção de posicionamentos. 01/06/2007 243 f. Doutorado em Estudos linguísticos Instituição de Ensino: Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte Biblioteca depositária: FALE e BU	Linguística sistêmico-funcional
EDMUNDSON, Maria Veronica Andrade da Silveira. Relações dialógicas no processo de resignificação do discurso científico em enunciados de notícias da popularização da ciência. 05/04/2017 326 f. Doutorado em Linguística Instituição de Ensino: Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa Biblioteca depositária: BC – UFPB	Análise dialógica da linguagem (Círculo de Bakhtin)
BESSA, José Cezinaldo Rocha. Dialogismo e construção da voz autoral na escrita do texto científico de jovens pesquisadores. 17/03/2016 385 f.	Análise dialógica do discurso, com contribuições de Maingueneau e Authier-Revuz

Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa Instituição de Ensino: Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Araraquara), Araraquara Biblioteca depositária: Biblioteca da Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara	
--	--

Fonte: Elaboração própria a partir de dados fornecidos por: <http://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/>. Acesso: 03/10/2019.

A pesquisa de Bernardino (2007)⁵, no quadro acima, debruça-se sobre o artigo experimental. No entanto, a perspectiva teórica adotada distancia-se daquela de que lançamos mão. Já a pesquisa de Edmundson (2017), conforme se verifica no Quadro 1, adota a mesma perspectiva teórica desta tese. Todavia, o foco da tese de Edmundson (2017) não é o artigo experimental, mas a notícia de popularização da ciência.

Assim, após o levantamento sintetizado no Quadro 1, verificou-se uma lacuna que poderia ser preenchida pela investigação aqui proposta. O artigo experimental foi selecionado, então, tanto para conferir ineditismo a nossa pesquisa, como por ser, a nosso ver, aquele que mais prototipicamente está associado a uma visão – genérica – da ciência⁶.

Esta investigação foi norteadada pelo objetivo geral de compreender como se constitui discursivo-dialogicamente o gênero “artigo experimental”, considerando sua forma arquitetônica e composicional. Especificamente, buscou-se: 1. Investigar como se dá a mediação dos periódicos na relação autor-leitor-editor; 2. analisar os valores subjacentes à esfera; 3. analisar a forma arquitetônica do gênero “Artigo experimental”; 4. analisar a forma composicional do gênero, considerando a relação autor-leitor como duas consciências verboideológicas em interação.

1.1 Aspectos metodológicos

Segundo é mencionado anteriormente, esta tese é uma reação-resposta à cultura disciplinar, a uma visão de que o gênero em questão deva, necessariamente, ser analisado dentro das práticas de uma área disciplinar específica. Não negamos a importância da análise disciplinar, mas, conforme será discutido nesta pesquisa, o artigo experimental, independente

⁵ O *corpus* dessa pesquisa dividiu-se em: artigos experimentais e artigos teóricos.

⁶ Estamos invocando no leitor memórias mais imediatas, as imagens que emergem quando se fala genericamente em “ciência”. A ideia de laboratórios, experimentos, “cientistas vestidos de branco” certamente veem à baila. É nesse sentido que estamos tratando, aqui, do conceito de “protótipo” de ciência.

da área, tem uma mesma forma arquitetônica e parte dos mesmos princípios filosóficos de orientação positivista.

Nesta pesquisa, buscou-se um *corpus* diversificado, detalhado a seguir.

1.1.1 *Corpus*

Foram selecionados 15 artigos experimentais de diversas áreas do conhecimento (Linguística, Administração, Psicologia, Neuropsiquiatria, Medicina Veterinária, Biologia, Engenharia civil etc). A variedade de áreas experimentais justifica-se pelas hipóteses adotadas, quais sejam: 1. O artigo experimental fundamenta-se no mesmo “simbolismo numérico”, no sentido em que Cassirer (2012)⁷ confere a essa expressão – Os dados, ao serem interpretados, tornam-se *relações* entre variáveis; 2. a mesma forma arquitetônica subjaz à forma composicional.

Uma vez que buscamos um *corpus* diversificado, a coleta dos dados foi feita a partir da obtenção da listagem de periódicos brasileiros na plataforma *Sucupira*⁸, bem como a partir de artigos, publicados em periódicos de domínio público, que constavam em acervo próprio e eram utilizados para análise em sala de aula.

Foram consultados apenas periódicos que publicavam artigos em língua portuguesa. A seleção dos periódicos, delimitados os critérios mencionados (domínio público⁹, língua portuguesa), foi feita de forma a garantir máxima diversidade ao *corpus*. Em seguida, os periódicos foram revisados e buscamos a presença de artigos experimentais a partir da consulta por palavras-chave como “experimento”, “análise experimental”. Selecionamos, em cada periódico, apenas os artigos que obedeceram a esse critério, e fizemos uma segunda triagem.

Os artigos de Linguística constituem uma exceção ao modo como os demais foram selecionados, por pertencerem à área de formação a que se inclui esta pesquisadora. Como a pesquisa experimental não é uma prática por nós desenvolvida, os artigos na área de Linguística foram lidos e analisados previamente, para familiarização com esse tipo de pesquisa.

⁷ A teoria de E. Cassirer, mais especificamente a visão do filósofo acerca da ciência, será discutida no capítulo 3 desta tese.

⁸ <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/>

⁹ Sendo todos os artigos que constituem nosso *corpus* de domínio público, as referências dos textos estão expostas ao final desta tese.

Excetuando-se esses artigos de Linguística, os demais foram selecionados após as triagens mencionadas, chegando-se ao número de 15 exemplares, conforme quadro abaixo:

QUADRO 2

TÍTULO	LEGENDA PARA IDENTIFICAÇÃO	ÁREA	CÓDIGO SEGUNDO TABELA CAPES ¹⁰
Alterações de linguagem nas fases iniciais da doença de Alzheimer	A1	Neurologia	40101070
Análise parasitológica da água de abastecimento do município de Nova Serrana – MG	A2	Biologia	20100000
Ora está, ora não está: input variável e aquisição da flexão verbal de 3ª pessoa do plural do PB	A3	Linguística	80100007
Aquisição da morfologia flexional verbal em português brasileiro – um estudo com dados de compreensão	A4	Linguística	80100007
Análise da topografia da superfície usinada por descargas elétricas do aço-rápido ABNT M2	A5	Química	10600000
Aversão alimentar condicionada no controle de surtos de intoxicações por <i>Ipomoea carnea</i> subsp. <i>istulosa</i> e <i>Turbina cordata</i> em caprinos	A6	Medicina veterinária	50500007

¹⁰ Código obtido no site:

https://www.capes.gov.br/images/documentos/documentos_diversos_2017/TabelaAreasConhecimento_072012_atualizada_2017_v2.pdf

Acesso: 20/08/2019, às 14:45h.

Análise experimental de blocos intertravados de concreto com adição de resíduos do processo de recauchutagem de pneus	A7	Engenharia Civil	30100003
Comparação entre centrifugação e microfiltração na clarificação do suco tropical de maracujá	A8	Engenharia Química	30600006
De macrocontingências a metacontingências no jogo dilema dos comuns	A9	Psicologia	70700001
Processamento da co-referência intra-sentencial em português brasileiro	A10	Linguística	
A linguagem faz diferença? Um exame experimental sobre <i>motivated sensitivity</i> no julgamento do auditor Governamental brasileiro	A11	Administração	60200006
Análise de parâmetros de força e resistência dos músculos eretores da espinha lombar durante a realização de exercício isométrico em diferentes níveis de esforço	A12	Educação Física	40900002
Heparinoides naturais isolados de rodofíceas (<i>Halymenia</i> sp.) arribadas na costa cearense	A13	Biologia	20100000
Galectina-3 em	A14	Anatomia	40105008

tumores de próstata: imuno-histoquímica e análise digital de imagens		patológica e patologia clínica	
Análise dos Efeitos de Histórias de Variação Comportamental sobre o Seguimento de Regras	A15	Psicologia	70700001

Fonte: Elaboração própria

Buscou-se, na seleção acima, diversidade temática, de modo a se obter um *corpus* de ampla representatividade da pesquisa experimental.

Selecionados os artigos, voltamos nossa atenção para o discurso dos periódicos nos quais os textos haviam sido publicados. Assim, visando ao cumprimento do primeiro objetivo específico traçado nesta investigação, consultamos as apresentações dos periódicos em seus respectivos *sites*¹¹, bem como as diretrizes de submissão para os autores, também expostas nos *sites* das revistas.

1.2 Organização da tese

Esta tese é composta por mais seis capítulos além deste que ora se apresenta. No capítulo 2, intitulado “Alguns pressupostos teóricos”, são discutidos pressupostos que fundamentam nossa análise. Nosso olhar volta-se para conceitos-chave do constructo teórico-filosófico de Bakhtin, Medviédev e Volóchinov, quais como: signo ideológico, autoria, esfera e gênero.

O capítulo 3, também de natureza teórica, centra-se na análise das reflexões que Bakhtin teceu, ao longo de sua obra, sobre a ciência (o “domínio cognitivo”). Nesse capítulo, é também discutida e apresentada a teoria das *formas simbólicas* do filósofo alemão Ernst Cassirer, mais especificamente, as formulações do autor no que concerne à ciência.

No capítulo 4, resenhamos alguns estudos e pesquisas que versam sobre o gênero “artigo experimental”, notadamente os estudos sociorretóricos, bem como a pesquisa de

¹¹ Referências ao final da tese.

Coracini (2007) sobre o discurso do artigo experimental, denominado pela autora como “artigo primário”.

Visando atingir os objetivos 1 e 2 traçados nesta tese, analisamos, no capítulo 5, as instruções de submissão dos periódicos nos quais os artigos que constituem nosso *corpus* foram publicados, bem como as apresentações desses periódicos.

O capítulo 6 tem como foco o terceiro objetivo específico proposto nesta investigação. Sendo assim, nesse capítulo, é analisada a forma arquitetônica do gênero “artigo experimental”.

Por fim, o capítulo 7 dedica-se à análise da forma composicional do gênero.

2 PRESSUPOSTOS TEÓRICOS: BAKHTIN, MEDVIÉDEV, VOLÓCHINOV

2.1 Introdução

Neste capítulo, apresentamos os pressupostos teóricos nos quais nos ancoramos para tecer as análises propostas nos capítulos 5, 6 e 7. Especificamente, voltamos nosso olhar para conceitos-chave do constructo teórico-filosófico de Bakhtin, Medviédev e Volóchinov, quais como: signo ideológico, autoria, esfera e gênero.

A leitura que fizemos dos ensaios e livros dos autores do Círculo é norteada por uma questão a partir da qual vamos (re)construindo os conceitos supracitados. “Como apreendemos/construímos/ordenamos ou mesmo ‘acessamos’ o ‘real’?” Eis a questão que propusemos. Para respondê-la, fizemos um percurso que vai do conceito de signo – unidade elementar de sentido – ao enunciado e à sua forma “estabilizada” (relativamente): os gêneros do discurso. Assim, neste capítulo, chegamos à tese de que o gênero constitui-se como uma forma de apreensão, de construção e de estabilização do real, de planificação de toda a atividade humana, segundo leis de refração da esfera em questão.

Em um primeiro momento, no tópico 2.2, apresentamos o conceito de “signo” e procuramos entender como o mundo é, segundo a leitura que fizemos dos textos do Círculo, *semiotizado*, “encarnado” qualitativamente em uma segunda ordem que não a ordem físico-sensorial imediata, para, então, poder ser apreendido pelo homem. Formulamos uma definição para o “signo” e cinco princípios para compreendê-lo segundo essa concepção de semiotização necessária do real.

Em seguida, no tópico 2.3, considerando que os signos organizam-se, de fato, em enunciados concretos – e esses sim passam a ser a forma de apreensão e construção do mundo –, tratamos do conceito de gênero (as formas prototípicas que os enunciados assumem) e de esfera (o espaço de coerção no qual os gêneros estabilizam-se). Para discutir esses conceitos, percebemos que, se o fizéssemos de forma “isolada” ou desarticulada a um terceiro conceito, cairíamos em uma pura abstração teórica que retira a vida do enunciado, do gênero. Ora, afirma Bakhtin (2008) que não há enunciado sem autor, sem uma forma de autoria. Assim, pudemos conceber que, para tratar dos conceitos de gênero e esfera, precisávamos articulá-los àquele que se submete às forças coercitivas da esfera e do gênero: o autor. Nesse sentido, as discussões propostas no tópico 2.3 são norteadas pela ideia de que todo enunciado, estabilizado em um gênero, pressupõe um autor que está de forma ativa atuando em uma

esfera, que, por sua vez, é constituída por “leis” ou princípios gerais de refração (MEDVIÉDEV, 2016).

Buscamos, também, nos subtópicos do tópico 2.3, exemplificar nossas afirmações a partir da leitura de análises – por vezes dispersas – feitas por Bakhtin, Medviédev e Volóchinov acerca do discurso literário, e, mais especificamente, do gênero romanesco. Nossa exemplificação centra-se nesse gênero específico por ter sido, com efeito, o gênero mais citado, mais estudado pelo Círculo.

Por fim, tecemos nossas conclusões no tópico 2.4.

2.2 A língua, sua ordem sígnica e o mundo (ou, o mundo pela ótica da língua): diálogos com Bakhtin, Volóchinov e Medviédev

No âmbito da Linguística, desde o Curso de Linguística Geral, de Saussure (2012), entende-se que a língua possui uma natureza especial, não podendo ser concebida como uma “etiquetagem” do mundo. O signo, para o mestre genebrino, unindo uma imagem acústica a um significado, instaura determinada ordem interna, através do valor que um signo adquire em relação a outro.

Benveniste (2006, p. 51), após críticas a Saussure e Peirce, assevera que “O papel do signo é o de representar, o de tomar o lugar de uma outra coisa evocando-a a título de substitutivo”. Em seguida, Benveniste, concebendo a linguagem como um sistema simbólico, um “sistema sígnico” coexistindo com vários outros sistemas de signos, busca compreender o lugar que a linguagem ocupa nessa semiologia.

O Estruturalismo de onde falam Saussure e Benveniste está muito distante das formulações do Círculo de Bakhtin – cujo amplo pensamento teórico-metodológico-filosófico é difícil de ser classificado em algum rótulo. Mas, para ambos os pensamentos, uma ideia parece persistir: a língua é uma *semiose* – algo que possui uma ordem própria, que possibilita substituir algo.

Se a língua é uma semiose, para constituir-se ela deve passar por um processo de *semiotização*. A forma como ocorre esse processo, a relação da língua com o mundo, com a sociedade parece-nos ser um dos pontos centrais que distingue os dois pensamentos supracitados.

Para o estruturalismo, não há que se falar em relação língua/mundo, já que a língua é um sistema fechado, cuja significação encerra-se no próprio sistema. V. Volóchinov, P.

Medviédev e M. Bakhtin¹² insistem na natureza ideológica da linguagem, e, dessa forma, percebem que a “ordem da língua” é a ordem simbólica dos produtos ideológicos. Volóchinov e Medviédev, particularmente, dedicam grande atenção quanto às distinções entre os produtos ideológicos e os objetos físicos e biológicos, entendendo que aqueles – os produtos ideológicos – são os únicos capazes de refletir e refratar uma realidade existente fora da língua (mas ininteligível ao homem se não entrar na “ordem ideológica” dessa língua). Há, pois, uma complexa relação entre a língua e o mundo: a língua não é, também, uma “etiquetagem” para o mundo, posto que o refrata. Todavia, a língua não é algo autotélico, à medida que se encontra em viva interação com o mundo, com a sociedade, com os meios de produção.

2.2.1 Da natureza do signo

No primeiro capítulo de “Marxismo e filosofia da linguagem” (MFL, doravante), Volóchinov (2017) diferencia os produtos ideológicos dos produtos de consumo e dos objetos físicos. Para o teórico (VOLÓCHINOV, 2017, p. 91), “Qualquer produto ideológico é não apenas parte da realidade natural e social (...) mas também, ao contrário desses fenômenos, reflete e refrata outra realidade que se encontra fora dos seus limites”. O objeto físico, segundo Volóchinov (2017, p. 92), “coincide inteiramente com a sua realidade única e natural”, ou seja, não é capaz de apontar para fora de si mesmo. Assim, “além dos fenômenos da natureza, dos objetos tecnológicos e dos produtos de consumo, existe um mundo particular: o mundo dos signos” (VOLÓCHINOV, 2017, p. 93).

Ao longo de quase toda a obra MFL, Volóchinov faz essa distinção entre os objetos físicos, naturais, biológicos e os produtos ideológicos. Vejamos alguns exemplos retirados de um dos capítulos mais emblemáticos – “A interação discursiva”:

1.

Em um determinado momento, o falante é o proprietário indiscutível da palavra, que é inalienável dele. **Trata-se do ato fisiológico da realização da palavra. Todavia, por ser um ato puramente fisiológico, a categoria de propriedade não pode ser aplicada.** (VOLÓCHINOV, 2017, p. 2006, grifos nossos).

2.

Em sua essência, a “vivência do eu” tende à eliminação, isto é, ela perde a sua forma ideológica à medida que se aproxima do limite e, por

¹² Há diferenças entre o pensamento de Medviédev /Volóchinov e o pensamento de Bakhtin, notadamente no que concerne à ideia de refração do signo ideológico, conforme discutiremos neste capítulo.

consequente, **deixa de ser concebida, aproximando-se da reação fisiológica de um animal.** (VOLÓCHINOV, op. cit., p. 208, grifos nossos.).

3.

Somente um grito animal inarticulado é de fato organizado a partir do interior, do aparelho fisiológico de um indivíduo. Ele é pura reação fisiológica, sem nenhum acréscimo ideológico. No entanto, o enunciado humano mais primitivo, pronunciado por um organismo, é organizado fora dele do ponto de vista do seu conteúdo, sentido e significação: nas condições orgânicas do meio social. (VOLÓCHINOV, op. cit., p. 2016).

No capítulo supracitado, Volóchinov (2017) apresenta aquela que seria sua “síntese dialética” entre: a) a filosofia neokantiana da linguagem de orientação idealista e a sociologia marxista; b) o subjetivismo idealista e o objetivismo abstrato; c) o psíquico e o ideológico. (GRILLO, 2017, p. 52-53). A *interação discursiva* seria o “conceito unificador”. Para chegar a esse conceito, o autor percorre um caminho que se inicia na definição de signo. E essa definição, conforme afirmamos, pressupõe a diferenciação entre os objetos físicos, biológicos e os ideológicos. Aqueles, além de encerrarem em si sua significação, não sendo capazes de “apontar para fora de si”, conforme já citamos, não podem refletir e refratar nada. À medida que se encerram em sua materialidade, os objetos físicos e biológicos não são capazes de mediar uma interação mais complexa. O grito de um animal (excerto 3 transcrito) funciona como um *signal*: indica algo visível (uma ameaça, por exemplo), mas não pode referir-se a algo mais abstrato, ou que não esteja presente no ato de sua execução.

Os objetos ideológicos possuem também uma materialidade, mas nela não se encerram. Ademais, essa materialidade une-se de tal forma a um sentido, que se torna impossível não apenas dissociar essa matéria do sentido, como também se pode afirmar que, dessa união, resulta *um objeto de outra ordem*. Assim, conforme exemplifica Volóchinov (2017), a foice e o martelo são objetos de trabalho, mas, utilizados na bandeira da URSS, a matéria absorve em si um sentido, e, de objeto de trabalho, passamos a outra ordem – a ordem dos signos ideológicos. Como signo, a foice e o martelo, em uma bandeira, possuem uma materialidade pictórica, visual. O sentido encarnado, por sua vez, remete não à foice e ao martelo em si, mas a ideias várias: a luta do proletariado, a revolução etc. Nas palavras do autor,

Do mesmo modo, um produto de consumo pode ser transformado em um signo ideológico. Por exemplo, o pão e o vinho se tornam símbolos religiosos no sacramento da comunhão cristã. No entanto, o produto de consumo por si só não é um signo. Os produtos de consumo, assim como os

instrumentos, podem ser relacionados ao signos ideológicos, **mas essa relação não apaga a evidente fronteira semântica entre eles.**

(...)

Os signos também são objetos únicos e materiais e, como acabamos de ver, qualquer objeto da natureza, da tecnologia ou de consumo pode se tornar um signo. Neste caso, porém, **ele irá adquirir uma significação que ultrapassa os limites da sua existência particular.** (VOLÓCHINOV, 2017, p. 93, grifos nossos.)

Medviédev, na obra “O método formal nos estudos literários” (MEDVIÉDEV, 2016), apresenta ideias muito similares às aquelas apresentadas por Volóchinov. Com efeito, segundo assinala Faraco (2009, p. 17), é possível perceber um projeto em comum entre Volóchinov e Medviédev: “a construção de uma teoria marxista da chamada criação ideológica”. Assim, Medviédev (2016), em páginas iniciais de sua obra, critica o positivismo utilitarista que, conforme o autor, compreendia os objetos ideológicos através de analogias com os instrumentos de produção. Argumenta Medviédev (2016, p. 51): “os instrumentos de produção não têm qualquer caráter semiótico, eles não expressam e nem refletem nada”.

Volóchinov e Medviédev insistem na natureza ideológica do signo; na sua materialidade (“são objetos materiais e partes da realidade que circundam o homem”, MEDVIÉDEV, 2016, p. 48); no fato de o signo não se encerrar em si, mas sempre “apontar para fora”, para outra realidade; na forma como, ao apontar para fora, o signo reflete e refrata essa realidade. Assim, podemos apresentar a seguinte definição de “signo”, que resume a visão dos dois teóricos: o signo é um produto cultural, ideológico, que possui uma materialidade e aponta para “fora de si”, refletindo e refratando outra realidade.

Cinco princípios, segundo nossa leitura, são necessários para o entendimento do signo: o princípio ideológico, o princípio da materialidade, da interação, da exterioridade, e o princípio da mediação. Discorramos sobre esses princípios.

Começemos pela materialidade, pois já mencionamos esse aspecto. Em MFL, afirma Volóchinov:

Qualquer signo ideológico é não apenas um reflexo, uma sombra da realidade, mas também **uma parte material** dessa mesma realidade. **Qualquer fenômeno ideológico sócio é dado em algum material:** no som, na massa física, na cor, no movimento do corpo e assim por diante. Nesse sentido, a realidade do signo é bastante objetiva e submete-se unicamente ao método monista de estudo objetivo. (VOLÓCHINOV, 2017, p. 94, Grifo nosso.).

A visão do signo como algo material alinha-se à proposta monista do método marxista, que recusa conceber uma dupla realidade aos fenômenos: por exemplo, uma realidade material e outra “espiritual”. A natureza material dos signos ideológicos pressupõe que esses não sejam vistos como algo à parte do “real”, mas que tenham uma existência tão concreta quanto os produtos de consumo e os instrumentos de produção, embora desses se distanciem quanto aos sentidos ideológicos e não autotélicos, conforme já mencionamos.

Medviédev (2016) compartilha a mesma opinião:

Todos os produtos da criação ideológica – obras de arte, trabalhos científicos, símbolos e cerimônias religiosas etc. – **são objetos materiais e partes da realidade que circundam o homem.** É verdade que se trata de objetos de tipo especial, aos quais são inerentes significados, sentido e valor interno. **Mas todos esses significados e valores são somente dados em objetos e ações materiais. Eles não podem ser realizados fora de algum material elaborado.**

As concepções de mundo, as crenças e mesmo os instáveis estados de espírito ideológicos também não existem no interior, nas cabeças, nas “almas” das pessoas. Eles tornam-se realidade ideológica somente quando realizados nas palavras, nas ações, na roupa, nas maneiras, nas organizações das pessoas e dos objetos, em uma palavra, **em algum material em forma de um signo determinado.** (MEDVIÉDEV, 2016, p. 48-49, grifo nosso).

As citações acima evidenciam o projeto em comum entre os dois teóricos, segundo citamos anteriormente. Medviédev é categórico em várias partes de sua obra, fundamentando suas análises a partir de bases sociológicas, inspiradas no materialismo histórico. Nesse sentido, afirma: “O primeiro princípio, do qual deve partir a ciência marxista das ideologias, é o da materialização e da completa objetividade do dado de toda a criação ideológica” (MEDVIÉDEV, 2016, p. 50).

Acerca dessa materialidade do signo ideológico, Miotello (2008, p. 170) afirma que ela pode ser entendida como “dupla materialidade”: no sentido físico-material e no sentido sócio-histórico. Cita como exemplo uma camiseta “na qual se pinta um escudo de um time de futebol”. O símbolo pintado possuiria uma materialidade física (pictórica) e sócio-histórica (a valorização agregada ao símbolo).

Acreditamos que a materialidade não pode ser assim pensada, em uma relação “dupla”; e, nesse sentido, discordamos do autor, pois, a nosso ver, o valor agregado ao material é o que faz dele um signo, diferente de um simples instrumento de consumo. Não há dupla materialidade: há um material que recebeu um valor e, a partir de então, “transcendeu” a própria matéria, passando, *qualitativamente*, para outra ordem: a ordem dos objetos/signos

ideológicos. Essa passagem qualitativa é o que define o processo de *semiotização* para o Círculo, segundo discutiremos adiante.

Sobre o princípio da ideologia, destacamos, inicialmente, que essa é a condição básica de existência do signo: todo signo é ideológico. Resta-nos saber o que o Círculo de Bakhtin entende por ideologia.

Miotello (2008, p. 168) argumenta que o Círculo não trabalha com uma concepção de ideologia como algo pronto e acabado, mas como algo que se dá entre a instabilidade e a estabilidade. O autor defende ainda que Bakhtin e o Círculo “partem do que já era aceito pelo marxismo oficial – entender ideologia como ‘falsa consciência’, vista como disfarce e ocultamento da realidade social (...), promovida pelas forças dominantes” (MIOTELLO, 2008, p. 168), mas “destroem e reconstroem parte dessa concepção, colocando ao lado da ideologia oficial a ideologia do cotidiano” (MIOTELLO, 2008, p. 168). Assim, o Círculo teria “ultrapassado” a visão determinística do Marxismo. Conclui Miotello que a ideologia, segundo a visão de Bakhtin e do Círculo, poderia ser caracterizada como “a organização e a regulação das relações histórico-materiais dos homens” (MIOTELLO, 2008, p. 171).

Entendemos que pensar sobre ideologia na visão do Círculo pressupõe pensar diretamente sobre outro conceito: o conceito de *refração*. Afinal, a ideologia – seja a oficial, seja a ideologia do cotidiano – constrói-se através de um processo no qual o signo reflete – “como uma sombra”, segundo Volóchinov (2017) – e *refrata* outra realidade. Nesse ponto, tocamos em uma questão polêmica e na qual divergem Volóchinov e Bakhtin.

Se o signo reflete e refrata algo, pressupõe-se que existe “outro real” que, após refratado, passa para o “real do signo”. Essa é a postura assumida por Volóchinov. O autor, porém, defende que esse “real” fora do signo nos é ininteligível, pois apenas apreendemos o mundo pela ótica da língua, que tem por excelência uma natureza *sígnica*. Ao mesmo tempo, questiona o autor, em páginas finais do capítulo “O problema da relação entre a base e a superestrutura”, constante da obra “Marxismo e filosofia da linguagem” (VOLÓCHINOV, 2017, p. 112): “o que determina a refração da existência no signo ideológico?”. Logo em seguida, responde: “O cruzamento de interesses sociais multidirecionados nos limites de uma coletividade *sígnica*, isto é, *a luta de classes*” (VOLÓCHINOV, 2017, p. 112, grifos do autor).

Faraco (2009) vê nessa “resposta” de Volóchinov sobre o que condiciona a refração do signo, um problema metodológico, pois, se a luta de classes é responsável pela refração, desaparecidas essas classes sociais (conforme apregoa o Marxismo), deixaria o signo de

refratar a realidade? Faraco (2009) argumenta que Volóchinov deixou essa importante questão sem solução.

Brandist (2012, p. 49, grifos do autor) afirma que Volóchinov insiste “na ideia de que o signo *refrata* algo extradiscursivo que é ‘dado’ à percepção, embora desejasse ‘agrupar’ a questão da natureza da realidade extradiscursiva”. Assim, estabelecer-se-ia um impasse: apesar de Volóchinov (2017) propor que apreendemos o extradiscursivo apenas pelo signo – isto é, sem o signo esse extradiscursivo seria ininteligível –, a combinação da ideia de refração condicionada à luta de classes proporciona a problemática de que fala Faraco (2009). Brandist (2012) faz uma ressalva: entende que Volóchinov era, em certo sentido, “pressionado” a aderir a ideias em voga. Nas palavras de Brandist:

O conceito da distorção da representação por meio da influência do interesse de classe foi uma característica proeminente da visão de mundo dos defensores contemporâneos combativos da cultura proletária. Em maio de 1928, o realismo psicológico estava repetidamente proposto como “método materialista dialético” na arte; aqueles que articulavam essa posição ecoavam deliberadamente a caracterização que Lênin fazia de Tolstói como o “espelho da revolução russa”, embora aplicando-a de maneira com as quais ele jamais havia sonhado. Deve-se lembrar que Voloshinov se especializou em história da literatura russa, como aluno pós-graduado, enquanto escrevia *Marxismo e filosofia da linguagem*, e estava, portanto, sujeito à pressão de tais teorias, embora não as endossasse necessariamente. (BRANDIST, 2012, p. 49, grifo do autor).

Medviédev (2016) defende posição similar à de Volóchinov, embora aquele autor não trate abertamente da “luta de classes” como faz este. Para Medviédev,

A consciência humana não toca a existência diretamente, mas através do mundo ideológico que a rodeia. O meio ideológico é a consciência social de uma dada coletividade, realizada, materializada e exteriormente expressa. Essa consciência é determinada pela existência econômica e, por sua vez, determina a consciência individual de cada membro da coletividade. De fato, a consciência individual só pode tornar-se uma consciência quando é realizada nessas formas presentes no meio ideológico: na língua, no gesto convencional, na imagem artística, no mito e assim por diante. (MEDVIÉDEV, 2016, p. 56).

Observemos que, na visão de Medviédev, há uma realidade extraverbal, mas ela não pode ser apreendida, “tocada” diretamente. Essa realidade é semiotizada, e a semiotização do real é condicionada pela existência econômica. Aqui se coloca a relação entre base e superestrutura, mediada pelo signo. Trata-se de uma posição bastante similar à de Volóchinov

(2017). Todavia, conforme afirmamos, Medviédov (2016) não menciona *abertamente* em sua obra a luta de classes como condição para a refração do signo.

Bakhtin apresenta outra visão sobre o conceito de refração – visão essa com sutilezas distintas daquela proposta por Volóchinov (2017). Em “O discurso no romance” (BAKHTIN, 2015), Bakhtin defende a ideia de *estratificação da língua* – a inexistência de uma língua única, mas de uma pluralidade de “línguas”, estratificadas por diferenças sociais, temporais, diferenças de profissões etc. A categoria de uma língua única seria “uma expressão teórica dos processos históricos da unificação e centralização linguística, uma expressão das *forças centrípetas* da língua” (BAKHTIN, 2015, p. 39, grifo do autor). Essa língua única representa as forças de unificação verboideológica, entendendo que a língua, para o teórico é uma “cosmovisão” (BAKHTIN, 2015, p. 40).

Percebe-se, pois, que Bakhtin associa diretamente a língua ao conceito de *valoração*: a língua sempre representa visões de mundo, valores sociais. Esses valores, sendo múltiplos, estão na origem da estratificação da língua. Assim, em cada época, existem forças centrípetas que tentam conter essa multiplicidade de acentos, que tentam impor uma visão única de mundo. Todavia, ressalta Bakhtin que, “ao lado das forças centrípetas segue o trabalho incessante das forças centrífugas da língua, ao lado da centralização verboideológica e da unificação desenvolvem-se incessantemente processos de *descentralização e separação*” (BAKHTIN, 2015, p. 41).

Poderíamos associar esses conceitos bakhtinianos acerca das forças centrípetas e centrífugas à ideia defendida por Volóchinov, em MFL (VOLÓCHINOV, 2017), de que determinada classe social – a classe dominante – tenta apagar a multiacentuação da língua. Segundo Volóchinov (2017, p. 113), “A classe dominante tende a atribuir ao signo ideológico um caráter eterno e superior à luta de classes, apagar ou ocultar o embate das avaliações sociais no seu interior, tornando-o monoacentual”. A citação transcrita, constante do capítulo “O problema da relação entre a base e a superestrutura”, apresenta ideias semelhantes: a existência da língua como algo multiacentuado (“plurilíngue” ou “heterodiscursiva”, nos termos empregados em “O discurso no romance”), mas cuja existência tende à monoacentuação, ou a obliteração dos diversos acentos por uma força dominante.

Todavia, devemos ser cautelosos. Bakhtin não trabalha no campo do Marxismo. Conceito como “luta de classes”, “base” e “superestrutura” não são empregados pelo teórico. Para Bakhtin, o conceito de refração do signo linguístico advém dessa estratificação, dos vários discursos que trazem consigo diferentes valores, diferentes visões de mundo. O conceito de refração associa-se à ideia de *saturação de valores* que são impressos na língua.

Sendo a língua pluriacentuada, ao me apropriar dela não posso “tocar” diretamente no objeto, mas sim tocar em outros discursos que já envolveram esse objeto. Em Bakhtin (2002, p. 86), lemos:

(...) todo discurso concreto (enunciação) encontra aquele objeto para o qual está voltado sempre, por assim dizer, já desacreditado, contestado, avaliado, envolvido por sua névoa escura ou, pelo contrário, iluminado pelos discursos de outrem que já falaram sobre ele. O objeto está amarrado e penetrado por idéias gerais, por pontos de vista, por apreciações de outros e por entonações. Orientado para o seu objeto, **o discurso penetra neste meio dialogicamente perturbado e tenso de discursos de outrem, de julgamentos e de entonações. Ele se entrelaça com eles em interações complexas, fundindo-se com uns, isolando-se de outros, cruzando com terceiros;** e tudo isso pode formar substancialmente o discurso, penetrar em todos os seus estratos semânticos, tornar complexa a sua expressão, influenciar todo o seu aspecto estilístico. (BAKHTIN, 2002, p. 86, grifo nosso).

Em “Problemas da poética de Dostoiévski” (BAKHTIN, 2008), Bakhtin afirma que os diferentes contextos em que a palavra é empregada deixam “rastros” nela, logo, a palavra torna-se multiacentuada, saturada de sentidos. Ainda nessa obra, encontramos uma definição de refração distinta daquela proposta por Volóchinov e Medviédev. Para Bakhtin (2008, p. 220), a refração, ou “fala refratada” seria aquela fala que se faz por meio do discurso do outro, através das palavras do outro. Segundo Bakhtin (2008, p. 220), o discurso direto do autor não é possível em qualquer época, pois “nem toda época possui estilo já que este pressupõe a existência de pontos de vista autorizados e apreciações ideológicas autorizadas e duradouras”. Assim, “onde não há uma forma adequada à expressão imediata às ideias do autor tem-se de recorrer à **refração dessas ideias** no discurso de um outro” (BAKHTIN, 2008, p. 220, grifo nosso). A refração do discurso nessa obra também envolve “luta” pela palavra (nem sempre é possível dizer com minhas próprias palavras certas ideias, às vezes preciso recorrer ao discurso de outro).

Salvaguardas as diferenças entre Volóchinov, Medviédev e Bakhtin, passemos ao terceiro princípio do signo ideológico: trata-se do princípio da exterioridade.

Volóchinov (2017, p. 94), afirma reiteradamente que “o signo é um fenômeno do mundo externo”. Conforme já citamos, ao tratar do princípio da materialidade (com efeito, esses princípios estão imbricados), Medviédev (2016) argumenta que as crenças, concepções de mundo não podem existir “na cabeça das pessoas”, eles assumem uma forma sónica exteriorizada. Medviédev, ao tratar do mundo ideológico, utiliza várias vezes a palavra

“objetivação”, para defender a tese de que esse mundo não se origina ou se encerra na consciência, mas possui uma natureza externa, material e objetiva.

Volóchinov (2017), ao defender essa existência exterior do signo ideológico, polemiza com o subjetivismo idealista. Medviédev (2016), por sua vez, discute com os formalistas russos. Para esses últimos, a obra de arte deveria ser estudada “como um dado objetivo independente da consciência e da psique subjetivas do criador e dos receptores” (MEDVIÉDEV, 2016, p. 211). No entanto, ao tratarem de conceitos como “desautomatização”, “perceptibilidade”, os formalistas acabariam, segundo argumenta Medviédev (2016), tratando, a revés, da subjetividade do receptor.

O signo ideológico possui uma materialidade – verbal, visual, verbo-visual, multissemiótica¹³, em suma. Possuindo essa materialidade, ele ocupa uma posição determinada no mundo tal qual os objetos de consumo e os instrumentos de produção também ocupam. O signo, portanto, firma-se na exterioridade. Todavia, ele é também matéria da vivência subjetiva, mas torna-se matéria de nossa consciência a partir de um movimento de interiorização – passa do exterior para o interior de nossa vivência e, em um momento futuro, exterioriza-se novamente, por meio da *interação discursiva* – a “síntese dialética” de Volóchinov (2017), conforme argumenta Grillo (2017). Tratemos, então, desse quarto princípio – a interação.

Em MFL, Volóchinov (2017, p. 95) firma que “o signo surge apenas no processo de interação entre consciências individuais”. Adiante, reforça: “Um signo só pode surgir em um *território interindividual*, que não remete à ‘natureza’ no sentido literal dessa palavra” (VOLÓCHINOV, 2017, p. 96, grifo do autor). Destaquemos que o autor, nessa última citação, contrapõe o natural/biológico ao social – essa contraposição é constante e é fundamental para compreendermos o conceito de semiotização, conforme discutiremos posteriormente.

Medviédev (2016), por sua vez, ressalta:

Nós, de bom grado, imaginamos a criação ideológica como um processo interior de entendimento, de compreensão, de penetração e não nos damos conta de que, na realidade, ela está completamente manifesta exteriormente – para os olhos, para os ouvidos, para as mãos – , **que ela não se situa dentro de nós, mas entre nós.** (MEDVIÉDEV, 2016, p. 49, grifo nosso).

A dicotomia individual/social, tanto enfatizada por Volóchinov e Medviédev, tem por função refutar a tese de que o signo ou todos os produtos ideológicos advêm da consciência

individual. Na verdade, conforme assinala Volóchinov (2017), a consciência forma-se socialmente, através da interação. Trata-se de uma relação de inteira complementaridade. A gênese da consciência está em sua materialização sógnica, e o signo é social. Logo, “A consciência individual é um fato social e ideológico” (VOLÓCHINOV, 2017, p. 97). O signo, sendo social, é apreendido nas diversas interações. Sua própria gênese – a gênese do signo – ocorre através da interação social. Lembremos da definição por nós apresentada para a definição de signo ideológico, formulada a partir de nossa leitura dos textos de Volóchinov/Medviédév/Bakhtin: o signo é um produto cultural, ideológico, que possui uma materialidade e aponta para “fora de si”, refletindo e refratando outra realidade. Por ser cultural, o signo pressupõe interação. E, segundo Volóchinov (2017), não se trata de qualquer tipo de interação, pois, não bastaria colocar lado a lado dois *homo sapiens* para que surja aquele que é, em sua visão, o signo por excelência (o signo verbal): é necessário que esses homens façam parte de uma ordem, de uma coletividade, de uma classe social.

Por fim, sobre o princípio de mediação, vejamos o que afirma Volóchinov (2017, p. 96, grifo do autor): “a especificidade do signo está justamente no fato de que ele existe entre indivíduos organizados, de que representa o seu meio e serve como *médium* para a comunicação entre eles”.

O signo não apenas constitui-se a partir da interação entre indivíduos socialmente organizados, mas serve como *meio* dessa interação: assim, ao mesmo tempo em que medeia a interação, firma-se no processo interativo. Observemos, também, o fato de que o signo *representa* o meio, conforme afirma Volóchinov, na citação transcrita. Logo, deve-se entender que nosso acesso ao mundo se dá pelo signo – há, pois, segundo citamos anteriormente, um mundo extraverbal, mas este só nos é apreensível, inteligível porque é semiotizado.

Podemos ir um pouco além dessa formulação e entender que esses signos organizam-se em enunciados, “concretos e únicos” (BAKHTIN, 2003). A respeito da ordenação do signo em enunciados concretos e da apreensão do mundo por meio desses enunciados, Medviédév (2016) argumenta:

Existe um conceito antigo e, em geral, correto segundo o qual o homem toma consciência e compreende a realidade com a ajuda da língua. De fato, fora da palavra é impossível uma consciência ideológica minimamente clara. No processo de refração da existência por meio da consciência, a língua e as suas formas possuem um papel fundamental. Entretanto, esse conceito precisa de um complemento essencial. Não é possível dar

¹³ Trata-se, insistimos, de uma materialidade que transcende o material em si. Revestindo-se de valores, o material é indissociável do conteúdo; é uma materialidade de segunda ordem.

consciência e compreender a realidade com a ajuda da língua e de suas formas em um sentido estritamente linguístico. São as formas do enunciado, e não da língua, que desempenham papel essencial na tomada de consciência e na compreensão da realidade. (MEDVIÉDEV, 2016, p. 198).

O “conceito antigo”, mencionado por Medviédev (2016), segundo o qual a realidade nos é apreensível por meio da língua remonta a Humboldt e, também, a Ernst Cassirer, com sua filosofia das formas simbólicas (CASSIRER, 2001)¹⁴.

Para Cassirer, conhecimento, linguagem, mito e arte são formas simbólicas que não se constituem como “mero espelho que simplesmente reflete as imagens que nele se formam a partir da existência de um ser dado exterior ou interior”. Essas formas simbólicas são, na verdade, “as condições da visão e as origens de toda configuração” (CASSIRER, 2001, p. 42). Brandist (2012) assinala a influência do filósofo alemão sobre o pensamento do Círculo e Grillo (2017), no ensaio introdutório da nova tradução de MFL, especula sobre a possibilidade do conceito de “refração” advir de Cassirer¹⁵.

A despeito da origem dessa ideia de apreensão do mundo pela língua, é perceptível que o Círculo “avança” no tratamento da questão com a formulação do conceito de enunciado. Volóchinov (2017), em MFL, também trata do enunciado e mesmo dos gêneros. Todavia, as formulações iniciais do teórico recaem no signo porque nos primeiros capítulos da obra o autor traça as bases gerais para o estudo da linguagem.

Nessa obra (VOLÓCHINOV, 2017), é conferida primazia ao signo e ao enunciado verbal. De fato, o Círculo, embora mencione os diversos sistemas sígnicos, volta sua atenção para o enunciado verbal, uma vez que os autores dedicaram-se ao estudo da literatura: por exemplo, Volóchinov (2017), em seu estudo do discurso citado; Medviédev (2016), na crítica ao tratamento dado pelos formalistas russos à literatura; e Bakhtin, em sua teorização do romance (BAKHTIN, 2015), no seu estudo sobre a obra de Dostoievski (BAKHTIN, 2008), na sua tese sobre a prosa de Rabelais (BAKHTIN, 2013).

Assim, conferindo destaque especial ao signo verbal, Volóchinov (2017) apresenta-o como “signo por excelência”, devido à sua pureza semiótica, que permitiria, por exemplo, a “tradução” de outros sistemas sígnicos através do signo verbal; à sua onipresença nas mais diversas esferas da comunicação humana.

Todos os sistemas sígnicos, a despeito de suas particularidades, são definidos por oposição aos produtos naturais, físicos, biológicos, segundo afirmamos anteriormente. Por

¹⁴ Cassirer (2001) resenha longamente Humboldt no primeiro volume da *Filosofia das formas simbólicas*.

que há essa constante diferenciação na obra de Volóchinov (2017) e Medviédev (2016)? A distinção é feita porque o processo de *semiotização* do mundo (fundamental para a constituição da nossa consciência, para a própria hominização), para Volóchinov e Medviédev decorre da passagem *qualitativa* dos fenômenos puramente naturais e biológicos para a ordem do simbólico e do cultural.

Destacamos a palavra “qualitativa”, pois a ela se opõe a passagem “quantitativa”, isto é a passagem de um material sígnico a outro material também de natureza sígnica. Vejamos um trecho de MFL para melhor compreensão:

A vivência expressa e a sua objetivação exterior são criadas, como sabemos, **a partir do mesmo material**. Com efeito, não há vivência fora da encarnação sígnica. Portanto, desde o início, **não pode haver nenhuma diferenciação qualitativa entre o interior e o exterior**. Mais do que isso, o centro organizador e formador não se encontra dentro (isto é, no material dos signos interiores), e sim no exterior. Não é a vivência que organiza a expressão, mas, ao contrário, a expressão organiza a vivência, dando-lhe sua primeira forma e definindo a sua direção. (VOLÓCHINOV, 2017, p. 204, grifos nossos).

A citação acima, retirada do terceiro capítulo de MFL, “A interação discursiva”, polemiza com as correntes da psicologia que propunham ser a vivência interior, subjetiva e individual, o centro organizador da consciência. Volóchinov (2017) propõe que a consciência se organiza necessariamente em algum material sígnico, e esse material possui as propriedades acima destacadas: é social, ideológico, forma-se na interação entre indivíduos socialmente organizados, reflete e refrata outra realidade, medeia a própria visão/compreensão que o sujeito possui do mundo. Quando o autor afirma que não pode haver nenhuma “diferenciação qualitativa entre o interior e o exterior” (VOLÓCHINOV, 2017, p. 204), conforme destacamos acima, expressa sua concepção sígnica da consciência. Se ocorre a passagem de um pensamento encarnado em um signo de natureza (materialidade) verbal para um signo de natureza gestual-visual (por exemplo, a exteriorização de um pensamento em um gesto) houve apenas uma passagem *quantitativa* – de um signo a outro.

Quando se tem, no entanto, um material da natureza ou um material físico, não semiotizados, e eles adquirem valor social, passam a apontar para outra realidade, refletindo e refratando essa realidade, temos uma passagem *quantitativa*.

¹⁵ Abordaremos melhor essa questão no próximo capítulo.

Não apenas Medviédev e Volóchinov insistem nessa diferenciação natural/físico *versus* sógnico. Em Bakhtin (2016), encontramos essa distinção quando o autor trata do objeto de estudo das ciências humanas e do objeto das ciências naturais. Vejamos:

Dois polos do texto. Cada texto pressupõe um sistema universalmente aceito (isto é, convencional no âmbito de um dado grupo) de signos, uma linguagem (ainda que seja a linguagem da arte). Se por trás do texto não há uma linguagem, este já não é um texto **mas um fenômeno das ciências naturais** (não embasado em signo), por exemplo, **um conjunto de gritos naturais e gemidos desprovidos de repetição linguística (semiótica)**. (BAKHTIN, 2016, p. 74, grifos nossos).

Bakhtin (2016), segundo destacamos acima, utiliza-se inclusive do mesmo exemplo citado por Volóchinov (2017), em MFL: o grito natural, os gemidos desprovidos de natureza semiótica. Percebe-se, portanto, que a ideia de *semiotização do real* é um consenso no pensamento do Círculo.

Cabe-nos, porém, entender como ocorre essa semiotização, isto é, como ocorre a passagem qualitativa de objetos físicos/naturais para a ordem do simbólico. A essa questão respondemos com uma palavra-chave – palavra essa que, segundo reitera Faraco (2009; 2016), parece ser a *Prima Philosophia* de Bakhtin. Trata-se do conceito de axiologia ou valoração.

Destacamos que esse é um conceito-chave para a sustentação do pensamento de todo o Círculo. Ora, na própria ideia de semiotização do real encontramos a importância dos valores sociais – e, assim, respondemos ao questionamento anteriormente exposto: a passagem dos objetos sem valor semiótico para a ordem do simbólico ocorre a partir dos valores sociais, ou seja, apenas aquilo que é valorado entra para o domínio da cultura, adquire caráter sógnico. Observemos o que afirma Volóchinov (2017):

Para que um objeto, independentemente do tipo da sua realidade, entre no horizonte social de um grupo e provoque uma reação ideológica sógnica, é necessário que ele esteja relacionado com as premissas socioeconômicas essenciais da existência desse grupo; é necessário que, de algum modo, ele toque, mesmo que parcialmente, as bases da existência material desse grupo.

É claro que, nesse caso, o arbítrio individual não pode ter nenhuma importância. Uma vez que o signo é criado entre os indivíduos e no âmbito social, é necessário que o objeto também tenha uma significação interindividual, pois apenas assim ele poderá adquirir uma forma sógnica. Em outras palavras, *somente aquilo que adquiriu um valor social poderá entrar no mundo da ideologia, tomar forma e nele consolidar-se*. (VOLÓCHINOV, 2017, p. 110-111, grifo do autor).

Adiante, o autor afirma que determinadas condições socioeconômicas associam novos elementos da realidade ao horizonte social (VOLÓCINOV, 20017, p. 47), ao mesmo tempo, tornam esse novo elemento socialmente pertinente. A realidade integra-se, pois, na ideologia. Aquilo que não concernir à realidade socioeconômica de um determinado grupo, que não tiver força expressiva nas condições de vida desse grupo não poderá semiotizar-se.

Tratamos até o presente momento do signo, da relação que esse assume com o mundo, tornando-o inteligível, apreensível ao homem – o mundo não semiotizado seria mera dispersão. Brevemente, mencionamos que o signo não existe de forma “isolada”, organiza-se em *enunciados* – concretos e únicos. Esses – os enunciados – e suas formas tipicamente estáveis – os gêneros – são, portanto, a verdadeira forma através da qual o homem passa a ter acesso ao mundo. Ao mesmo tempo, esses enunciados tipicamente estabilizados em formas genéricas são produzidos em espaços refratantes, em espaços de coerção, de ordenação da relação eu-outro, isto é, em esferas sociais determinadas. “Gênero” e “esfera” são dois conceitos-chave na arquitetura filosófico-conceitual bakhtiniana, mas que, a nosso ver, precisam ser discutidos a partir de outro conceito-chave: o autor, pois é esse que se submete *ativamente* às coerções da esfera e, nessa “submissão” às leis refratárias desse espaço simbólico, acolhe o gênero que melhor atende a seus propósitos enunciativos. Desenvolvamos essas reflexões nos tópicos e subtópicos a seguir.

2.3 O gênero e a esfera a partir de um conceito-chave: o autor

Os textos do Círculo de Bakhtin, de forma geral, abordam a temática do autor no âmbito da Literatura. Todavia, suas formulações fazem frequentes remissões ao discurso da vida cotidiana e mostram-se heurísticamente produtivas para se refletir acerca do funcionamento de outras esferas. Pensando nessa produtividade, Francelino (2007) analisa a autoria na constituição de um gênero não literário: o gênero *aula*, e, a partir dos pressupostos da filosofia de Bakhtin, concebe o *autor* com base em dois princípios e em três características. Vejamos esses princípios e essas características formuladas por Francelino (2007).

O primeiro princípio é enunciado da seguinte forma: “O autor é uma instância individual que se constitui na alteridade” (FRANCELINO, 2007, p. 103). A autoria seria “o lugar reclamado pelo sujeito no espaço enunciativo abundantemente habitado por milhares de enunciados” (FRANCELINO, 2007, p. 103). O Segundo princípio refere-se à instauração “(...) de um leitor/interlocutor no processo enunciativo” (p. 104). O sujeito assumiria a

dimensão autoral do seu discurso a partir de “uma relação de tensão no desenrolar das trocas na comunicação verbal” (FRANCELINO, 2007, p. 104). Esses dois princípios poderiam ser enunciados/resumidos em um só: O autor é a instância individual que se constitui na alteridade. Assim, concebe-se a tensão entre o Eu que necessita subjetivar-se em relação ao outro – e esse outro constitutivo remeter-se-ia tanto ao “Outro anônimo”, aos enunciados distantes, aos ecos das vozes internamente persuasivas aos quais respondo, quanto ao “Outro interlocutor” real ou presumido, que é instaurado no enunciado. Esses diferentes “Outros” a partir dos quais e com os quais o sujeito torna-se autor podem ser pensados segundo duas dimensões: os elos mais distantes e “esquecidos” do enunciado; os elos mais próximos. Ser autor é individualizar-se em relação a uma alteridade que se revela longínqua, pouco diferenciada, abstrata, ou atual, “palpável”, concreta.

Quanto às características linguístico-enunciativo-discursivas a partir das quais se apreende a voz autoral, Francelino (2007) as apresenta nos seguintes termos:

1. “O autor atribui um ‘fim’ provisório ao enunciado” (p. 105).
2. “O autor se manifesta nas variações que o gênero sofre no decorrer do processo enunciativo” (p. 106).
3. “O autor realiza um trabalho de seleção/cominação lexical no plano linguístico da enunciação” (p. 107).

As características supracitadas, percebemos, conseguem abarcar a análise de diversos gêneros, pela generalidade e consistência a partir das quais foram formuladas. Essas características lembram-nos o ensaio *Os gêneros do discurso* (BAKHTIN, 2003). Assim, o princípio da alternância dos sujeitos falantes (primeira característica do enunciado apresentada por Bakhtin) é contemplada na primeira característica linguístico-enunciativo-discursiva pela qual se apreende a voz autoral; a questão ampla da variação dos gêneros do discurso é prevista na segunda característica; os aspectos estilísticos que constituem o enunciado são contemplados pela terceira característica proposta por Francelino (2007).

Acrescentaríamos, porém, às formulações apresentadas, uma ideia que, conforme discutiremos, é um princípio geral para análise da relação autor/gênero/esfera: trata-se das coerções a que o autor está submetido: coerções não apenas do gênero – manifestando-se nas variações de gênero conforme aponta Francelino (2007) – mas, sobretudo, *coerções da esfera discursiva*. E, se cada esfera possui um modo específico de funcionamento, no que concerne à forma, ao material e ao sentido (MEDVIÉDEV, 2016), a voz autoral manifesta-se em conformidade com as leis de funcionamento da esfera.

Assim, os modos de funcionamento da esfera literária, por exemplo – caracterizada, sumariamente, por: 1. refratar conteúdos previamente refratados (MEDVIÉDEV, 2016); 2. reelaborar esteticamente esses conteúdos segundo um princípio de exotopia; 3. refratar ideologias não plenamente sedimentadas – impõem modos específicos de apreensão da voz autoral: o autor como imagem social refratada e exotópica. O mesmo, talvez, não se possa pensar, por exemplo, da esfera científica ou da esfera religiosa – outras “leis” devem reger o funcionamento dessas esferas não estudadas pelo Círculo de Bakhtin.

Por entendermos que a manifestação da voz autoral submete-se (e subverte, segundo argumentaremos adiante) ao funcionamento da esfera e do gênero; que a análise desses “lugares de coerção” – gênero e esfera – antecede a análise de qualquer instância enunciativa; nas linhas que seguiremos demonstraremos, através de vários escritos de Bakhtin, Medviédev e Volóchinov, como ocorre o que denominamos como “dupla coerção” do autor.

Para tanto, tratemos dos conceitos de *esfera* e *gênero* – aqui concebidos, sobretudo, como modos (socialmente determinados) de ordenação da atividade humana, da sua ação (presente e futura), e de regulação da cognição.

2.3.1 O autor sofre “dupla coerção” – da esfera e do gênero

A noção de “esfera”, segundo Grillo (2008, p. 133), recebe, no Círculo de Bakhtin, diversas denominações: esfera da criatividade ideológica, esfera da atividade humana, “da comunicação social, ou da utilização da língua, ou simplesmente da ideologia”. Ainda segundo a autora (GRILLO, 2008, p. 133), esse conceito “está presente ao longo de toda a obra de Bakhtin e de seu Círculo, iluminando, por um lado, a teorização dos aspectos sociais nas obras literárias e, por outro, a natureza ao mesmo tempo onipresente e diversa da linguagem verbal humana”.

Adiante, após analisar o conceito supracitado ao longo da obra de Volóchinov/Bakhtin/Medviédev, Grillo (2008, p. 147) conclui que a esfera “é um espaço de refração que condiciona a relação enunciado/objeto de sentido, enunciado/enunciado, enunciado/co-enunciadores”. O sentido do enunciado – e sua própria constituição –, as relações dialógicas e as relações interativas entre os sujeitos são, pois, condicionadas, pelas particularidades, pelos modos de funcionamento de cada esfera da criação ideológica.

Pensar esse conceito implica conceber que a atividade humana ocorre segundo certa regularidade e recorrência, e não de forma aleatória, caótica. O próprio conceito de “gêneros

do discurso” enquanto cristalização de formas relativamente estáveis de enunciados leva-nos à percepção de que o Círculo – sem prender-se a quaisquer determinismos ingênuos ou absolutos – entendia que há “leis” ou modos subjacentes à forma como utilizamos a linguagem.

Volóchinov, ao que nos parece, foi o que mais ressaltou a importância da análise prévia da esfera comunicativa como algo que deve anteceder o estudo da linguagem. Em “Marxismo e filosofia da linguagem” (VOLÓCHINOV, 2017, p. 220), o autor, após apresentar a sua tese acerca da interação discursiva como “síntese dialética” (GRILLO, 2017, p. 52-53) entre a filosofia neokantiana e a sociologia marxista, o subjetivismo idealista e o objetivismo abstrato, o psíquico e o ideológico, propõe a famosa “ordem metodologicamente fundamentada para o estudo da língua” (VOLÓCHINOV, 2017, p. 220), assim descrita:

- 1) formas e tipos de interação discursiva **em sua relação com as condições concretas**;
- 2) formas dos enunciados ou discursos verbais singulares em relação estreita com a interação da qual são parte, isto é, os **gêneros dos discursos verbais determinados pela interação discursiva na vida e na criação ideológica**;
- 3) 3) partindo disso, revisão das formas da língua em sua concepção linguística habitual. (VOLÓCHINOV, op. cit., p. 220, grifo nosso).

Analisando os trechos supracitados, com os devidos destaques, percebemos que a língua subordina-se a um “princípio geral” de organização: o enunciado. Mais que “unidade viva”, “concreta”, o enunciado é, na visão do Círculo, um princípio de ordenação da língua. Esse “princípio de ordenação”, por sua vez, subordina-se a outro, mais amplo: aos modos de interação na criação ideológica, ou seja, aos modos de interação na esfera. Temos, portanto, uma organização geral que subjaz às interações verbais (a esfera) e, dentro dessa “organização geral das interações verbais”, um segundo princípio que agrupa a língua, que a ordena (o enunciado).

Brandist (2012) vê a influência da teoria da *Gestalt*, no âmbito da psicologia, na obra do Círculo. Com efeito, analisando essa “dupla ordenação” (esfera e enunciado) que deve agregar um *todo de sentido*, é notável a influência da teoria supracitada, sobretudo em Volóchinov e Medviédev. Para Brandist (2012, p. 45), Volóchinov, a partir da leitura de Karl Bühler, sustenta que “o campo indicativo social mais amplo, o *Umfeld* do mundo real, em que a produção e recepção do trabalho como um todo são colocadas, afeta decisivamente a interpretação de uma palavra específica em um trabalho”. Adiante, afirma Brandist:

A categoria do *Umfeld* representa a **totalidade organizada sistematicamente** do que os membros do Círculo de Bakhtin chamaram de *Krugozory*, as esferas de interlocutores e grupos sociais. É crucial reconhecer que o que é experimentado nessa esfera não são os objetos de uma realidade física, mas representação (*Gestalten*) ou objetos criados por meio de “leis de organização” especiais. (BRANDIST, 2012, p. 45, grifos nossos).

A partir da citação acima, ratificamos a afirmação anteriormente apresentada segundo a qual o enunciado e a esfera constituem princípios de organização (da própria atividade humana, que sempre ocorre mediada pela linguagem) coercitivos. Nesse sentido, há um todo de sentido coercitivo – a esfera – que condiciona outro “todo de sentido” (o enunciado) coercitivo para: a língua (pois a ordena); para o autor (que enuncia segundo sua imersão completa nesse “todo”); e para o destinatário (que, também imerso no enunciado e na esfera, não compreende “palavra por palavra”, mas o “todo” do enunciado concreto).

Ora, segundo o que foi exposto, não se pode sequer pensar a voz autoral sem remetê-la ao enunciado (que tende à cristalização relativamente estável em gêneros do discurso) e à esfera (que possibilita, por suas leis, o surgimento do enunciado). Lembremos que Bakhtin (2003) concebeu os gêneros como formas coercitivas de organização do nosso discurso – e, por extensão, de organização da atividade humana, da própria cognição –, sendo os gêneros “dados” ao homem, apreendidos nas interações (ou seja, na imersão completa na vida de uma esfera).

Vejamos, a título de exemplificação das afirmações expostas no parágrafo antecedente, dois excertos do ensaio *Os gêneros do discurso*:

1.

Os gêneros do discurso **organizam o nosso discurso** quase da mesma forma que o organizam as formas gramaticais (sintáticas). Nós aprendemos a moldar o nosso discurso em formas de gênero e, **quando ouvimos o discurso alheio, já adivinhamos um determinado volume** (isto é, uma extensão aproximada do conjunto do discurso), uma determinada construção composicional, prevemos o fim, isto é, desde o início temos a sensação do conjunto do discurso que em seguida apenas se diferencia no processo de fala. (BAKHTIN, 2003, p. 283, grifo nosso).

(...)

2.

Os gêneros do discurso, comparados às formas da língua, são bem mais mutáveis, flexíveis e plásticos; entretanto, para o indivíduo falante **eles têm significado normativo**, não são criados por ele mas dados a ele. (BAKHTIN, 2003, p. 385, grifo nosso).

Assim, entendemos que os gêneros (tipos relativamente estáveis de *enunciados*), embora repetidamente sejam destacados, em diversas pesquisas, por suas características apresentadas no início do ensaio “Os gêneros do discurso” (seu conteúdo temático, seu estilo e sua estrutura composicional), devem ser também vistos como certas formas normativas e coercitivas de ordenação da atividade humana (realizada pelo discurso) e da cognição (ao ouvir as primeiras palavras de um enunciado, já adivinhamos seu volume, por ordenarmos nosso pensamento). Ao mesmo tempo, destaque especial deve ser conferido à esfera – ou “campo da atividade humana” – que fornece: 1. todo o repertório de gêneros possíveis e disponíveis segundo o “centro gerador” da atividade (política, religiosa, pedagógica cotidiana etc); 2. modos de “criação” de novos gêneros e de modificação daqueles já existentes, conforme as novas necessidades comunicativas que emergem em sociedade; 3. modos de “funcionamento” dos mais diversos gêneros segundo as peculiaridade (ou “leis”) da esfera, a partir de uma relação intrínseca e singular entre a forma, o material e o sentido social (MEDVIÉDEV, 2016) “convocados” para a constituição do gênero.

Destacamos, primeiramente, que, se adotarmos o pressuposto de que todo enunciado (cristalizado em gêneros) possui um autor (BAKHTIN, 2003; 2008), ou, antes, uma “forma de autoria”, “uma posição determinada diante da qual se pode reagir dialogicamente” (BAKHTIN, 2008, p. 210), não há como estudar características, categorias, manifestações dessa voz autoral sem remetê-la às próprias características do gênero.

Segundo, considerando que os enunciados “refletem as condições específicas e as finalidades de cada referido campo” ou esfera através de seu tema, estilo e composição (BAKHTIN, 2003), afirmamos que a voz autoral sofre dupla coerção (do gênero e da esfera).

Pensemos, ainda, que um enunciado como um todo pode ser compreendido em comparação com outro enunciado dentro da esfera de que fazem parte. Assim afirma Volóchinov (2017):

(...) as formas de um enunciado inteiro podem ser sentidas e compreendidas apenas em comparação com outros enunciados inteiros na unidade de uma esfera ideológica. Assim, as formas do enunciado literário – uma obra – podem ser compreendidos apenas dentro da unidade da vida literária, numa ligação inseparável com outras formas também literárias. (VOLÓCHINOV, 2017, p. 194, grifos nossos).

Bakhtin (2015), em sua teorização do romance, ao que nos parece, aplicou bem essa premissa apresentada por Volóchinov (2017), pois, para definir as características do gênero romanesco, recorre não apenas à sua história como também a uma longa contraposição entre o

romance e a poesia – ambos gêneros pertencentes à mesma esfera: a esfera literária. Obviamente, para a análise de determinado gênero não seria necessário mapear todos os gêneros pertencentes à esfera correspondente – Bakhtin contrapõe dois gêneros porque esses apresentam uma tensa relação, e o conceito de plurilinguismo desenvolvido pelo autor contrapõe-se ao “monolinguismo” da poesia, o que resulta em uma necessidade de análise comparativa. Assim, consideramos que, se se sente uma tensão entre manifestações autorais em gêneros pertencentes à mesma esfera (o autor voltando seu discurso diretamente para o objeto, na poesia, por exemplo, e se refratando na voz de outrem, na prosa), é necessário observar características desses gêneros em questão, enquanto formas coercitivas da vontade autoral.

Em síntese, apresentamos a seguinte ordem metodológica para a análise da relação autor/gênero/esfera:

1. Modos de funcionamento da esfera – as formas “possíveis” de enunciar, segundo as leis gerais de determinada esfera.
2. Modos de funcionamento do gênero – como o autor convoca e é ao mesmo tempo “convocado” pelo gênero.
3. Modos singulares de enunciar – como o autor pode burlar, subverter o gênero, ou reforçá-lo – nesse ponto, a análise recai sobre o enunciado singular.

A fim de exemplificarmos a proposta acima e não sucumbirmos à pura abstração, sem, no entanto, determo-nos em exemplos exaustivos, apresentaremos, brevemente, algumas conclusões analíticas do Círculo de Bakhtin acerca da relação autor/gênero/esfera em enunciados literários – mais especificamente o romance.

2.3.1.1 Exemplificando a “dupla coerção”

A primeira questão que deve nortear a análise pode assim ser enunciada: Quais os modos de funcionamento da esfera literária? Primeiro, essa esfera, como as demais, constitui uma forma específica de refração e de ordenação do discurso. A literatura, assim como a Política, a Religião etc está inteiramente voltada para a comunicação, mas para uma forma de comunicação especial: a comunicação artística, que tem uma materialidade – a linguagem “conquistada” pelo artista, para nos apropriarmos de uma expressão utilizada por Bakhtin, no ensaio “O problema do conteúdo, do material e da forma na criação literária” (BAKHTIN, 2002) – , uma forma – a forma do enunciado literário em questão – e um sentido social,

seguindo uma lógica de “dupla orientação do gênero na realidade” (MEDVIÉDEV, 2016, p. 195.), ou seja: a forma como a vida “entra” (refrata-se) na obra e a forma como a obra, por sua vez, realiza-se efetivamente em sua realidade circundante.

A partir dessa “dupla orientação” da obra, entende-se que ela – a obra – está em contato constante com a vida – e, conforme assevera Medviédev (2016), no momento em que perde esse contato, a obra desnatura-se, perde seu sentido. Uma peculiaridade caracteriza essa relação: a obra artística tende a refratar ideias ou ideologias que já existiam previamente em outras esferas, seu “conteúdo” advém totalmente de outros campos da comunicação humana. Mas, ao ingressarem na ordem da esfera literária, essas ideias passam por um trabalho artístico, sofrem as coerções dessa nova esfera na qual ingressam. Assim, a arte caracteriza-se por ser uma “refração da refração”, uma refração de conteúdos previamente refratados. Observemos o que afirma Medviédev (2016):

Entre as peculiaridades da literatura, há uma muito importante e que desempenhou e continua a desempenhar um papel nefasto na história dos estudos científicos dos fenômenos literários. (...)

Essa particularidade diz respeito **à relação da literatura com outras ideologias, com sua posição singular no todo do meio ideológico.**

A literatura insere-se na realidade ideológica circundante como sua parte independente e ocupa nela um lugar especial sob a forma de obras verbais organizadas de determinado modo e com uma estrutura específica própria apenas a elas. Ela, como qualquer estrutura ideológica, refrata à sua maneira a existência socioeconômica em formação. Porém, ao mesmo tempo, **a literatura, em seu “conteúdo”, reflete e refrata as reflexões e as refrações de outras esferas ideológicas** (ética, cognitiva, doutrinas políticas, religião, e assim por diante), ou seja, a literatura reflete, em seu “conteúdo”, a totalidade desse horizonte ideológico, do qual ela é uma parte. (MEDVIÉDEV, 2016, p. 59-60, grifo nosso).

Adiante, reforça o autor: “a refração ideológica do mundo, que se tornou objeto de representação literária, refração cognitiva, ética, política ou religiosa, vem a ser uma condição prévia, obrigatória e insubstituível de sua entrada na estrutura da obra literária” (MEDVIÉDEV, 2016, p. 61).

Nesse sentido, podemos apresentar uma primeira característica do modo de funcionamento da esfera literária e que condiciona, portanto, as formas de enunciar nessa esfera, de se constituir como autor: a obra literária refrata ideologias previamente refratadas de outras esferas. O autor deve, pois, para inserir-se na literatura, trabalhar com essas ideologias.

Ao mesmo tempo, ser autor nessa esfera implica debruçar-se e apropriar-se de ideologias “vivas”, ainda em curso, e não de ideologias já totalmente sedimentadas (em vias de “extinção” ou substituição por outras ideologias). Entramos, pois, na segunda “lei de funcionamento” da esfera literária. Sobre essa “lei”, vejamos o que afirma Medviédev (2016):

Geralmente, a literatura toma emprestados os conteúdos éticos, cognitivos e outros não do sistema do conhecimento e do *ethos*, nem dos sistemas ideológicos sedimentados (apenas o classicismo procedeu em parte dessa forma), **mas diretamente do próprio processo de constituição viva do conhecimento, do *ethos* e de outras ideologias. É por isso que a literatura, com tanta frequência, antecipou os ideologemas filosóficos e éticos**, ainda que sob uma forma pouco desenvolvida, mal fundamentada e intuitiva. **Ela é capaz de infiltrar-se no próprio laboratório social das suas formações e formulações. O artista tem ouvido apurado para os problemas ideológicos em seu surgimento e desenvolvimento.** (MEDVIÉDEV, 2016, p. 60, grifos nossos).

Refletindo sobre a citação transcrita, podemos afirmar que Dostoiévski possuiu “ouvido apurado” para os problemas ideológicos em curso. Raskolnikov, com sua teoria do homem extraordinário, para o qual não se aplicariam as leis (e mesmo a moral) que recaem sobre os homens ordinários, postos que estes últimos não estariam destinados a realizar “grandes feitos” na humanidade como aqueles, influenciou fortemente o filósofo alemão F. Nietzsche, na composição da sua teoria do “super-homem”, último estágio do desenvolvimento humano. Salvaguardas as diferenças entre a tese de Raskolnikov e a de Nietzsche, Dostoiévski, em seu trabalho autoral, demonstra destreza na compreensão de problemas ideológicos que assolam o homem.

Retornando à citação de Medviédev anteriormente exposta, compreendemos que o autor não nega o trabalho com ideologias sedimentadas, mas faz várias ressalvas, observa que esse trabalho só ocorreu – e “em parte” – em uma época determinada: no Classicismo.

Ao tratar do problema da convenção artística, Medviédev (2016) esclarece-nos melhor essa questão. O autor polemiza com os formalistas russos, para quem a arte teria um sentido convencional. Argumenta Medviédev:

Esse conceito é muito difundido nos estudos da arte e da literatura. Os formalistas também o empregam com frequência. A esse conceito corresponde certo fenômeno real na própria arte. **Às vezes**, o material ideológico introduzido na construção artística torna-se, de fato, nela convencional. Essa é a peculiaridade das escolas e tendências famosas

ou até mesmo dos artistas individuais. **Porém, é totalmente inadmissível atribuir essa peculiaridade a toda a arte.**

É característico que **quando um outro valor ideológico torna-se convencional na arte, ele, para representantes dessa tendência, também é convencional fora da arte.** Normalmente, o material torna-se convencional bem antes da sua substituição, ou seja, no fim da vida de uma ou de outra tendência, quando, na maioria dos casos, ele já se encontra nas mãos dos epígonos. Assim o material ideológico introduzido pelos clássicos torna-se convencional apenas na época de decomposição do classicismo. O mesmo vale também para o romantismo. (MEDVIÉDEV, 2016, p. 223, grifos nossos).

Observamos, através da citação transcrita, a estreita conexão que deve ser estabelecida entre a esfera artístico-literária e as outras esferas da atividade humana. A arte não tende à convencionalidade – ao contrário, conforme argumentaremos adiante, uma de suas leis é a singularidade em oposição à convenção da Ciência. Se uma ideologia torna-se convencional na obra, não é a obra que a convencionaliza – essa ideologia já existia antes de ser introduzida na obra dessa forma (um valor ideológico torna-se convencional na arte, quando “também é convencional fora da arte”). A arte nutre-se de ideologias vivas. Se uma ideologia “enfraquecida”, em vias de extinção, é absorvida pela esfera artístico-literária, deve haver todo um trabalho autoral em torno dessa ideologia, de forma a compensar sua perda de “vitalidade”, conforme argumenta Medviédev:

Quando o material privado do seu peso no horizonte ideológico entrar na arte, a insuficiência de sua importância ideológica direta deve ser compensada de algum outro modo. Normalmente essa compensação é obtida por meio da orientação mais tensa e ampla desse material dentro do contexto puramente literário. (MEDVIÉDEV, 2016, p. 223).

Assim, uma segunda lei de funcionamento da esfera artístico-literária pode ser enunciada: *o autor trabalha com ideologias vivas ou que estão em vias de constituição.*

Outra lei de funcionamento da esfera em questão, conforme já indicado anteriormente, refere-se à relação singular que a arte mantém com sua “encarnação” material. Os objetos ideológicos – diferentes dos corpos naturais, dos objetos de consumo, dos instrumentos de produção, conforme Medviédev (2016) e Volóchinov (2017) –, devido à sua natureza semiotizada, possuem uma materialidade concreta e plenamente simbólica. A relação que o material mantém com a forma e o conteúdo, porém, é peculiar em cada esfera da atividade humana.

No ensaio “O problema do conteúdo, do material e da forma na criação literária”, Bakhtin (2002) afirma que a materialidade da literatura não é de forma alguma a língua como

compreendida pela linguística, mas a língua “conquistada” pelo autor, plena de valores, de acentos, de visões de mundo. Apenas esse material simbólico pode ser capaz de servir às tarefas artísticas autorais. Ao mesmo tempo, não se pode compreender esse material sem correlação com a forma e o conteúdo. Este último deve ser visto como o modo através do qual o autor recorta de outras esferas (da esfera cognitiva, da esfera ética) sentidos, valores e os reordena em uma forma composicional que pressupõe uma forma material. O conteúdo, portanto, assume uma forma composicional que tem o material como aparato. Há um exemplo, bastante conhecido acerca dessa interrelação forma-material-conteúdo, apresentado: 1. por Bakhtin nesse ensaio supracitado (“O problema do conteúdo, do material e da forma na criação literária”); 2. por Medviédev, na obra “O método formal nos estudos literários” (MEDVIÉDEV, 2016); 3. por Volóchinov, no ensaio “Palavra na vida e palavra na poesia” (VOLÓCHINOV, 2013). Trata-se do exemplo da escultura em mármore. A forma realiza-se no material (ou seja, a escultura toma forma no mármore), mas a significação dessa forma ultrapassa o material. Nesse sentido, “se pode afirmar que a forma de uma estátua não é a forma do mármore, mas a do corpo humano” (VOLÓCHINOV, 2013, p. 89), e essa forma representada está repleta de valores, conforme Volóchinov: pode ser diminuída, em um estilo caricaturesco, ou engrandecida, em um estilo elevado.

Percebe-se, pelo exemplo apresentado, que o material artístico absorve em si significações sociais, transcende o “aparato”. Segundo Medviédev (2016, p. 54), “na arte, o significado é absolutamente inseparável de todos os detalhes do corpo material que a encarna”. Adiante, Medviédev faz uma interessante comparação entre a arte e a ciência, que nos parece significativa, e nos revela mais uma das “leis” de funcionamento da esfera artística:

A obra de arte é significativa em sua totalidade. A própria criação de um **corpo-signo** [tiélo-znak] tem aqui uma importância primordial. **Os momentos tecnicamente auxiliares e, portanto, substituíveis estão reduzidos a um mínimo.** A própria realidade singular do objeto, com todos os seus traços não repetíveis, adquire aqui um significado artístico. Na ciência, essa relação com o material que lhe dá forma é um pouco diferente. Embora mesmo que nesse caso não haja e não possa haver significado fora do material (como em todos os fenômenos ideológicos), esse mesmo material, em seu fundamento, possui um caráter convencional e substituível. **Um significado científico traduz-se facilmente de um material para outro, reproduz-se e repete-se sem dificuldade.** As características singulares e irrepetíveis da organização material de uma obra científica não têm, na maioria dos casos, importância. (MEDVIÉDEV, 2016, p. 54-55, grifo nosso).

Com base na citação acima, é possível afirmar que, embora todos os objetos ideológicos tenham uma materialidade e que essa materialidade deva ser entendida em sua natureza semiótica, a peculiaridade da arte, no que concerne aos modos como o material realiza uma forma e encarna um conteúdo, reside na completa absorção dos sentidos sociais pela forma, que impossibilita, por exemplo, a tradução de um sentido artístico em outro material. Exemplifiquemos: o sentido artístico de uma pintura (cuja materialidade é o signo pictórico) não pode ser traduzido por uma música (que tem sua materialidade nos signos sonoros). O signo encarna plenamente os sentidos e ordena-se em uma forma composicional única, intraduzível. Tudo significa na arte. Assim, a literatura, cuja materialidade é o signo linguístico, existe inteiramente como literatura: não se pode dizer que um filme que conte “a mesma história” de uma obra literária seja a obra literária, pois outros signos, outra linguagem, outra forma e outros sentidos separam essas que seriam duas obras: fílmica e literária. A ciência, por seu turno, conforme Medviédev, pode traduzir seus sentidos em outros materiais. Logo, chegamos a uma terceira lei de funcionamento da esfera artístico-literária: *a interdeterminação material-forma-sentido, a transcendência do material aos sentidos que nele estão plenamente imersos*.

Por fim, ainda pensando na relação forma-sentido-material, podemos chegar a uma quarta lei geral de funcionamento da esfera em questão. Trata-se do *acabamento exotópico*.

No ensaio “O problema do conteúdo, do material e da forma na criação literária”, Bakhtin (2002) debruça-se sobre as especificidades da arte (estética) em contraposição à vida (ética) e à ciência (cognição). Acerca dessa tríade – ético-estético-cognitivo –, o teórico propõe que apenas a arte possui a possibilidade de acabamento, uma vez que o autor ou o artista encontra-se “fora” da obra criada, sendo dotado de um olhar exotópico. A vida e a ciência não possuem esse acabamento, uma vez que aqueles que participam do evento da vida ou da ciência estão inteiramente imersos nesses eventos. Essa ideia é muito bem detalhada por Medviédev (2016) – Segundo assevera Faraco (2016), o trabalho de Medviédev (“O método formal nos estudos literários”) pode ser lido como um detalhamento daquele ensaio de Bakhtin (“O problema do conteúdo...”). Sobre o acabamento da arte, afirma Medviédev:

1.
É suficiente dizer que, com exceção da arte, **nenhum campo da criação ideológica conhece o acabamento no sentido próprio da palavra**. Fora da arte, todo acabamento, todo final, é convencional e superficial, e, antes de tudo, **determinado por causas externas, e não pelo acabamento interno e exaurido do próprio objeto**.
(...)
- 2.

Nós ainda podemos expressar isso da seguinte maneira: em todos os campos da criação ideológica é possível somente um **acabamento composicional** do enunciado, porém, não é possível um **acabamento temático dele**.

(...)

3.

O problema do acabamento é um problema muito importante nos estudos da arte e que, até o momento, não foi suficientemente valorizado. Pois a possibilidade de se ter acabamento é uma particularidade específica da arte que a diferencia de todos os outros campos da ideologia.

Cada arte, dependendo do material e de suas possibilidades construtivas, tem suas maneiras e tipos de acabamento. A decomposição das artes particulares em gêneros é determinada em grau significativo justamente pelos tipos de acabamento do todo da obra. **Cada gênero é um tipo especial de construção e acabamento do todo, sendo que, repetimos, trata-se de um tipo de acabamento temático e essencial, e não convencional e composicional.** (MEDVIÉDEV, 2016, p. 194, grifos nossos).

Retiramos longas citações da página 194 da obra “O método formal...”, porque cremos que, nessa página (constante do capítulo “Os elementos da construção artística”), há questões teórico-conceituais de extrema importância para a compreensão do pensamento do Círculo, ao mesmo tempo em que o autor faz afirmações no mínimo intrigantes, que não foram desenvolvidas, mas que podem ser analisadas em pesquisas que têm como norte ou inspiração as ideias desenvolvidas por Bakhtin-Medviédev-Volóchinov.

Primeiro, tratemos das questões desenvolvidas. No excerto 1 transcrito, encontramos a ideia já presente em Bakhtin (2002), acerca da peculiaridade da arte quanto à possibilidade de acabamento. Todavia, observemos que, nesse mesmo trecho, Medviédev diferencia dois “tipos de acabamentos”: aquele que seria determinado por causas externas e aquele que é próprio do objeto. Vejamos que o autor associa esse acabamento “externo” (motivado por causas externas) à convencionalidade.

A ciência caracteriza-se pela convenção, conforme discutimos anteriormente, ao tratar da singularidade da arte (o “todo significativo”, impossível de ser traduzido de um material sógnico a outro) em oposição à possibilidade de tradução de um conceito científico em diferentes materiais. O modo de funcionamento do conceito científico com seu material sógnico possibilita essa “tradução”, já que o conceito não é completamente absorvido pelo material que o encarna. O “objeto-conceito”, portanto, possui relativa “independência” de sua encarnação material. O conceito de “força”, por exemplo, na ciência, pode ser representado linguisticamente, enunciado como “força é a capacidade de realizar trabalho”, ser materializado pela fórmula matemática “ $f = m.a$ ”, ou, de forma mais abstrata, materializar-se

em um vetor ($\rightarrow$), cujo comprimento indica a magnitude da força. O conceito permanece. A representação se dá através de diferentes materialidades.

O mesmo não ocorre na arte. Nela, a materialidade é embebida pelo conceito. Logo, se na ciência existe relativa independência do objeto-conceito quanto à suas formas de representação, há, também, possibilidades várias de “reaparecimento” desse objeto-conceito. Segundo Medviédev (2016, p. 194), “A ciência é uma unidade que nunca pode ser finalizada. Ela pode ser fragmentada em uma série de obras acabadas e autônomas”. Se há acabamento, em uma obra (por exemplo, em um tratado da Física), sobre o conceito de “força”, esse *acabamento é externo*: ocorre porque a obra precisa ser encerrada. Mas o conceito permanece para logo ser abordado, reapresentado.

O acabamento *interno* decorre da própria natureza do objeto e da relação inseparável do sentido com a forma e o material. Não se traduz a melancolia de uma peça de Chopin em um poema – sequer se pode traduzir esse “objeto-conceito” “melancolia” em outra peça do compositor: o sentido se encerra na peça. O signo sonoro absorveu por completo o sentido. Aqui, nos colocamos ainda em um nível abstrato. Podemos passar para um nível “mais concreto”, se pensarmos no *enunciado*. Ao fazê-lo, entramos no excerto 2 da citação transcrita, e tratamos da diferença entre acabamento composicional e temático.

No excerto supracitado, Medviédev trata de uma questão posteriormente desenvolvida por Bakhtin no ensaio “Os gêneros do discurso” (BAKHTIN, 2003). Nesse ensaio, Bakhtin aborda, inicialmente, como primeira peculiaridade do enunciado, a alternância dos sujeitos falantes – alternância essa “que cria limites precisos do enunciado nos diversos campos da atividade humana e da vida” (BAKHTIN, 2003, p. 275) – e, em seguida, passa à segunda peculiaridade do enunciado, “intimamente vinculada à primeira” (BAKHTIN, 2003, p. 280), que concerne à conclusibilidade do enunciado. Trata da conclusibilidade como “uma espécie de aspecto interno da alternância dos sujeitos do discurso” (p. 280), determinada: pela possibilidade de responder ao enunciado; pela “inteireza” acabada do enunciado (determinada, por sua vez, pela “1) exauribilidade do objeto e do sentido”; pelo “2) projeto de discurso ou vontade de discurso do falante”; por “3) formas típicas composicionais e de gênero do acabamento”, p. 280-281).

O acabamento do enunciado é, portanto, condicionado por uma espécie de acabamento pragmático – os sujeitos alternam-se no discurso – e esse acabamento pragmático “imprime” “marcas” internas na própria composição do enunciado. Observemos que o acabamento de que trata Bakhtin é *composicional* – algo requerido por todos os enunciados; e, se o autor trata da exauribilidade do objeto de sentido, essa exauribilidade está condicionada a fatores

pragmáticos: não se pode dizer tudo nos limites de um único enunciado, que necessita de uma formulação no tempo e no espaço – não se estende infinitamente.

O acabamento composicional, portanto, decorre da natureza concreta e pragmática do enunciado. O acabamento temático, de que fala Medviédev (2016), no segundo excerto que transcrevemos anteriormente, e que é reforçado no excerto 3, não é abordado por Bakhtin no ensaio “Os gêneros do discurso”. Trata-se, de um segundo “tipo de acabamento”, do acabamento a que nos referimos antes (um acabamento “mais abstrato”, por assim dizer), condicionado pela relação do sentido com a forma/material, sendo algo específico de cada esfera ideológica. Apenas a arte tem acabamento temático.

Além dessa questão desenvolvida – diferença entre acabamento composicional e temático, há, na página 194 da obra “O método formal” (MEDVIÉDEV, 2016), questões especiais não desenvolvidas, apenas citadas: Medviédev afirma que somente a filosofia de Hegel pretendeu (e de forma “ilegítima”) “dar uma finalização temática no campo do conhecimento” (p. 194), mas não aborda essa questão. Em seguida, propõe que essa finalização temática só seria possível no terreno da religião, deixando a questão em aberto: seria possível essa pretensão ao acabamento “ilegítimo”, no campo religioso, devido ao dogmatismo?

Em suma, considerando as questões “respondidas”, chegamos à quarta lei de funcionamento da esfera artística: a arte possui acabamento temático exotópico, condicionado pela relação singular estabelecida entre a forma, o material e o conteúdo da arte.

Ser autor na esfera artístico-literária implica enunciar segundo essas leis gerais: recortar de outras esferas ideologias “vivas”; reordená-las em um material (a língua, no caso da literatura) saturado de sentidos em direção a uma forma composicional; conferir um acabamento temático à obra. Conforme Faraco (2016, p. 104), tem-se, nessa esfera, “três sistemas de valores em interação axiologicamente intensa: o recorte, a transposição e o acabamento do conteúdo, sua corporificação numa certa forma composicional e o trabalho com a linguagem”.

A fim de recapitularmos as leis de refração da esfera literária expostas até o presente momento, exponhamo-las em um quadro sinóptico:

QUADRO 3

Leis de refração/funcionamento da esfera artístico-literária
1. A Obra literária refrata ideologias previamente refratadas de outras esferas. 2. O autor trabalha, preferencialmente, com ideologias vivas, não sedimentadas. Se há, na obra, o recorte de ideologias que se convencionaram, deve haver um trabalho de compensação do autor. 3. Há uma interdeterminação entre o material (a linguagem), a forma (composicional) e o sentido da obra. O material transcende a língua e absorve por completo os sentidos construídos no todo da obra. 4. O autor, estando “fora” da obra que cria, confere-lhe um acabamento temático, que não se confunde com o acabamento composicional próprio do gênero.

Fonte: Elaboração própria

As leis apresentadas são formas gerais de refração. Cada gênero, por sua vez, determina formas específicas de refração, para, assim, ordenar a atividade humana, organizar nossa cognição. Tratamos especificamente de quatro leis gerais de refração, porque essas são, a nosso ver, as que mais discutidas foram pelo Círculo, ao longo de várias obras (muitas das quais inacabadas).

Respondida a primeira questão da ordem metodológica aqui proposta para análise da relação autor/gênero/esfera passemos à segunda questão: como o autor convoca e é ao mesmo tempo “convocado” pelo gênero? Primeiro, considerando o protagonismo do sujeito, temos de entender que este último “convoca” um gênero, conforme seu projeto enunciativo. As formas como o sujeito seleciona determinado gênero são as mais diversas e variam de acordo com as peculiaridades da esfera em questão.

Como estamos, neste momento, exemplificando nossa “ordem metodológica”, na esfera literária, a partir de observações, discussões e análises feitas pelo próprio Círculo de Bakhtin (e nosso exemplo é centrado nessa esfera por ter sido, de fato, a única analisada pelo Círculo), temos de considerar, primeiramente, que a literatura, assim como a Política, a Religião etc é uma esfera da *comunicação*. Logo, o projeto enunciativo do sujeito submete-se à tarefa de comunicar algo. Essa comunicação, segundo afirmamos anteriormente, é duplamente orientada: orienta-se para o meio ideológico literário e para o meio ideológico mais amplo, para outras esferas, de onde “recorta” seus conteúdos; orienta-se para o meio social (o público) como algo pressuposto, que faz parte da própria vida da obra.

Acerca dessa segunda orientação, Medviédev (2016, p. 81) afirma que “uma tarefa social pode penetrar e penetra no interior da arte como se fosse sua própria natureza”.

Volóchinov (2013), no ensaio “Palavra na vida e a palavra na poesia. Introdução ao problema da poética sociológica”, argumenta que a relação que a obra literária tem com a vida é intimamente estreita – a obra absorve de tal modo os valores sociais, que esses se encontram na própria forma da obra, não precisam ser enunciados, estão “pressupostos” (assim como na vida, em que apenas enunciamos claramente certos valores, quando esses estão em tensão, passam a ser questionados). O grupo social para o qual se orienta a obra está na própria entonação do autor, pois, “O poeta obtém as palavras e aprende a entoná-las ao *longo de toda a sua vida*, no processo da comunicação multilateral com seu ambiente social” (VOLÓCHINOV, 2013, p. 97, grifo do autor). O sujeito “convoca” o gênero em conformidade, sobretudo, com os *valores sociais* que precisa comunicar – e esses valores estão “na carne e no sangue” do gênero, para nos apropriarmos de uma expressão de Volóchinov (2013). Isto é, os valores estão na própria forma do enunciado, são comungados pelo autor e pelo público, encarnando-se na figura do herói.

Todavia, o autor não apenas convoca o gênero, é também por ele convocado, submete-se às formas de refração oferecidas pelo gênero – trata-se de uma “via de mão dupla”. Assim, devemos nos questionar: quais os modos de funcionamento de um gênero dentro dessa esfera?

Pensemos no romance, tão bem analisado por Bakhtin, em obras como “O discurso no romance” (BAKHTIN, 2015) e “Problemas da poética de Dostoiévski” (BAKHTIN, 2008). Além de seguir os princípios gerais da esfera, o romance caracteriza-se, dentre outros aspectos, segundo Bakhtin (2015), pelo plurilinguismo dialogizado, em oposição à poesia; pela orientação ao discurso do outro através da representação (encenação) desse discurso. Nascido juntamente com a burguesia, o gênero romance surge como forma de comunicação alheia à voz clássica. Nesse gênero, o discurso tomou consciência de si (BAKHTIN, 2015).

A orientação do romance para o discurso do outro fornece-nos a principal característica através da qual o autor refrata sua voz nesse gênero: sua voz não toca diretamente o objeto (como o faz a poesia), mas outros discursos. Ademais, o autor não “fala” através da sua própria voz, mas por meio da voz de outro, utilizando-se de recursos composicionais como a narração do narrador, a estilização, os gêneros intercalados, a narração do herói, a Confissão etc (BAKHTIN, 2015). Logo, o autor sofre essa coerção específica do gênero: a fala refratada, encenada e plena de linguagens outras (o discurso plurilíngue).

O autor submete-se ao gênero, dele sofre coerções – sua enunciação está submetida às leis da esfera e aos modos de funcionamento do gênero. Mas, de forma alguma devemos entender essa coerção como algo estático – esse entendimento contrariaria todo o pensamento

bakhtiniano, sempre atento ao devir. Nesse ponto, entramos na terceira questão, da ordem metodológica, aqui formulada: os modos singulares de enunciar.

Sobre esses modos singulares, destacamos que o autor pode reforçar ou manter o gênero, mas também pode subvertê-lo. A cada nova enunciação, “fissuras” são abertas. Com o tempo, essas fissuras tornam-se sulcos profundos, capazes de remodelar o gênero. Um indivíduo, também, pode ser capaz de modificar determinado gênero, se em curso encontram-se mudanças históricas que inviabilizam determinada “visão” pela ótica de um gênero específico.

Interessante exemplo nos fornece Medviédev (2016). No capítulo “Os elementos da construção artística”, constante da obra “O método formal nos estudos literários”, o autor argumenta que vemos o mundo pela ótica do *gênero* – que organiza a consciência humana. Segundo Medviédev (2016, p. 198), “É possível dizer que a consciência humana possui uma série de gêneros interiores que servem para ver e compreender a realidade”. Adiante, discorrendo sobre a literatura, afirma:

A literatura ocupa um lugar importante nesse meio ideológico. Assim como as artes plásticas ensinam o nosso olho a ver, aprofundam e ampliam a área da visão, da mesma forma os gêneros bem consolidados enriquecem nosso discurso interior com os **novos procedimentos de tomar consciência e compreender a realidade**. (MEDVIÉDEV, 2016, p. 198, grifos nossos).

Adiante, acrescenta:

O mesmo acontece na literatura. **O artista deve aprender a realidade com os olhos do gênero**. É possível entender determinados aspectos da realidade apenas na relação com determinados meios de sua expressão. Por outro lado, os meios de expressão podem ser aplicados somente a certos aspectos da realidade. O artista não encaixa um material previamente dado no plano preexistente da obra. O plano da obra lhe serve para revelar, ver, compreender e selecionar o material. (MEDVIÉDEV, 2016, p. 199, grifo nosso).

As considerações de Medviédev reforçam o que afirmamos anteriormente: o gênero existe não apenas em sua composição temática, estilística e composicional – esses aspectos ordenam-se de modo a nos possibilitar “ver o mundo”. O gênero organiza nossa cognição. Nesse sentido, o autor argumenta que “A capacidade de encontrar e de capturar a unidade de um pequeno acontecimento anedótico da vida pressupõe, até certo grau, a capacidade de

elaborar e contar uma anedota” (MEDVIÉDEV, 2016, p. 199). No entanto, a vida deve possuir certo aspecto anedótico – ou seja, *o gênero é uma forma de apreensão do real*.

Para escrever um romance, por outro lado, conforme Medviédev (2016), não basta ver um pequeno aspecto da vida, mas vê-la “em larga escala”, de forma mais profunda. O exemplo dado a seguir pelo autor evidencia as mudanças no gênero que há pouco nos referimos. Medviédev (2016) argumenta que, quando Cervantes compõe D. Quixote, o gênero romanesco ainda estava em constituição, não tendo se consolidado até então. Todavia, uma nova visão da realidade aflorava e “o novo conceito da realidade não cabia dentro dos moldes do gênero novela” (MEDVIÉDEV, 2016, p. 202). Nesse sentido, D. Quixote representa uma *nova forma de domínio temático da realidade*. Devemos destacar, porém, que não temos uma transição tão brusca – estamos indo da novela em direção ao romance. Certa contiguidade é requerida.

Outro exemplo de “subversão” – senão do gênero como um todo, mas do estilo do gênero – nos é fornecida por Bakhtin acerca do romance de Dostoiévski.

Dostoievski subverte o distanciamento autor/personagens através da polifonia, e, assim, firma sua voz autoral. Nos romances de Dostoievski, conforme defende Bakhtin (2008), encontram-se personagens plenivalentes, cuja consciência dialogizada parece não se submeter à última instância significativa. A polifonia é um recurso composicional, resultado da “intensificação da intencionalidade referencial direta das palavras do herói” (BAKHTIN, 2008, p. 215). Com essa intensificação, a palavra do herói não é objetificada e ele pode ser colocado no mesmo plano do autor. Todavia, adverte Bakhtin (2008, p. 215) que essa intensificação da intencionalidade referencial “se apresenta apenas como tendência, como propensão ao limite que não se atinge”, pois, aquele que detém, de fato, a fala referencial é o autor.

2.4 Conclusões

A conclusão a que chegamos, neste capítulo, é a de que, sendo o gênero uma forma de apreensão, de construção do real, segundo leis ou formas de funcionamento de uma esfera, e, mais, sendo o autor a instância discursiva que – ativamente – se submete aos modos de coerção do gênero e da esfera, parece-nos reducionista propor um olhar sobre um gênero específico pautando-se exclusivamente nas categorias – amplas e genéricas – apresentadas por

Bakhtin no famoso ensaio “Os gêneros do discurso” (BAKHTIN, 2003), que são frequentemente citadas e utilizadas para analisar um gênero (tema, estilo e composição).

Assim, cremos que uma análise “mais aos moldes” das ideias defendidas por Bakhtin e pelo Círculo deve considerar o “protagonista” do enunciado como categoria primeira (o autor); e deve, também, articular a voz desse protagonista às coerções a que ele se submete. Nesse sentido, no capítulo 7, ao tratarmos da forma composicional do gênero aqui selecionado para análise, o leitor poderá perceber que todo nosso olhar sobre a construção composicional do gênero foi guiado pelos modos como o autor articula seu discurso tendo em vista *seu outro* – o leitor –, seu “herói” destituído de existência ética – o objeto –, em um espaço refratário que ordena modos específicos de dizer, de se posicionar.

3 UM OLHAR SOBRE A CIÊNCIA: BAKHTIN E O CÍRCULO E E. CASSIRER

3.1 Introdução

Este capítulo está dividido em dois momentos. Inicialmente, buscamos, principalmente nos escritos de Bakhtin, a leitura que o teórico fez da ciência. Em seus textos iniciais, encontramos o filósofo russo delineando os “traços gerais” da ciência, ao lado da vida e da arte, considerando uma visão integrada desses domínios – ético, estético e cognitivo – na unidade da cultura humana. Em textos posteriores, como “O problema do texto...” (BAKHTIN, 2003 [1959-1961]), encontramos, por outro lado, Bakhtin preocupado com o elemento “libertário” da ciência, com aquilo que poderia libertar o objeto do mutismo de um mundo em que uma só voz ressoa.

Em um segundo momento, neste capítulo, a fim de conferir às nossas investigações um referencial centrado em uma teoria do conhecimento, mas que possa dialogar com as ideias do Círculo, debruçamo-nos nas reflexões do filósofo alemão E. Cassirer sobre a cultura e, especificamente, sobre a ciência. A escolha por Cassirer, conforme argumentaremos nas páginas que seguem, deve-se à influência comprovada que esse filósofo teve sobre Bakhtin e o Círculo.

3.2 Ético, estético e cognitivo: considerações sobre diferentes domínios da unidade da cultura humana e sua relação com o valor do corpo – ou o *corpo como valor*, o *Eu* e o *Outro*

Em textos da década de 20 do século XX – notadamente, “O Problema do conteúdo, do material e da forma na criação literária” (PCMF, doravante), “O autor e a personagem na atividade estética”, “Para uma filosofia do ato responsável” (PFA) –, Bakhtin trata do objeto estético, ainda em uma fase considerada fenomenológica, e, para fazê-lo, tece importantes considerações ao que, à época, o teórico denomina como *domínios* que constituem o *unidade da cultura humana* (BAKHTIN, 2002¹⁶). Trata-se das unidades estética, ética e cognitiva, ou unidades da arte, da vida e da ciência.

Façamos, inicialmente, algumas observações. Primeiro, a visão integrada, dialógica que o autor tem da cultura humana não lhe permite tratar do seu objeto de estudo (o objeto

¹⁶ PCMF

estético) sem quaisquer referências a outros domínios. Em PCMF (BAKHTIN, 2002, p. 15), afirma:

sem uma concepção sistemática do campo estético, tanto no que o diferencia do campo do cognoscível e do ético, como no que o liga a eles na unidade da cultura, não se pode separar o objeto submetido a um estudo de poética (...) da massa de obras escritas com palavras, mas de um outro gênero.

Observemos que, no trecho acima, o teórico vê algo substancial separando e interligando esses diferentes domínios, a ponto de um estudo isolado de seu objeto em questão, a arte literária, “desintegrar-se”, perder-se. Destaquemos, também, a própria palavra “unidade”, que traz em si não apenas o sentido de “união”, mas, também, a ideia de alguma coisa estabelecida *antes*, algo que torna a vida, a arte e a ciência coesas. Volóchinov, em artigos da década de 20 do século XX, como “Palavra na vida e a palavra na poesia. Introdução ao problema da poética sociológica” (VOLÓCHINOV, 2013), no livro “Marxismo e filosofia da linguagem”, datado de 1929 (VOLÓCHINOV, 2017), e em artigos um pouco posteriores, como “A construção da enunciação”, de 1930 (VOLÓCHINOV, 2013), detalha esse “antes”, a que nos referimos, esse “pressuposto” de coesão entre diferentes domínios. Também, Medviédev, em sua obra datada de 1928, “O método formal nos estudos literários” (MEDVIÉDEV, 2016), em harmonia com as ideias tecidas nos textos de Volóchinov, mostra em que consiste essa “unidade” anterior a toda produção cultural. Trata-se do conceito de “esfera”, que, na década de 50, Bakhtin desenvolve melhor no conhecido ensaio “Os gêneros do discurso” (BAKHTIN, 2003 [1952-1953]). Já abordamos sumariamente esse conceito no capítulo precedente. Todavia, julgamos necessário tecer considerações sobre a visão de Bakhtin acerca da unidade da cultura, sobretudo em seus textos da década de 20, e a concepção dos demais autores – Volóchinov e Medviédev.

Nos três ensaios já citados, PCMF, PFA e “O autor e a personagem”, que remetem ao “jovem Bakhtin”, é notória uma visão fenomenológica em desenvolvimento. Como o próprio teórico afirma diversas vezes em “O autor e a personagem”, para analisar a relação entre o autor e seu herói, uma relação entre alteridades que se situam em diferentes planos axiológicos, e entender, por exemplo, o caráter da relação volitivo-emocional da minha determinidade interior e da determinidade interior do outro, “é necessário fazer **a mesma**

descrição fenomenológica da empatia e do vivenciamento do outro, já verificada em relação ao corpo como valor” (BAKHTIN, 2003¹⁷, p. 94, destaque nosso).

Medviédev e Volóchinov, por sua vez, estão empreendidos em uma análise de premissas sociológicas da criação cultural. Medviédev (2016), por exemplo, insiste na posição determinada que a literatura ocupa como “campo da criação ideológica”, na superestrutura, ao lado de outros campos ideológicos. No capítulo primeiro de sua obra, argumenta Medviédev (2016, p. 43) que “o estudo detalhado das particularidades específicas, da peculiaridade qualitativa de cada campo da criação ideológica – **ciência, arte, moral, religião** –, encontra-se ainda em estado embrionário” (destaque nosso). Observamos que Medviédev cita os mesmos “campos” tanto referidos por Bakhtin em seus primeiros textos – ciência, moral, arte e religião – evidenciando consonância entre os autores. Bakhtin, em seus textos iniciais, foi o que mais se deteve a descrever esses diferentes “campos”, chamando-os de “domínios”.

A questão que se coloca – nossa segunda observação – é: parece haver uma confluência entre a ideia de diferentes “campos”, “domínios” ou “esferas”, interconectadas em “algo maior” – uma superestrutura ligada a uma base econômica, na visão de Medviédev e Volóchinov; uma “unidade cultural”, segundo Bakhtin. Contudo, há de se destacar que Bakhtin não fundamenta essa unidade cultural em termos marxistas (base e superestrutura) como o fazem Volóchinov e Medviédev. Trata-se, portanto, de visões incompatíveis? A essa questão respondemos de forma categórica. Não nos parece uma visão incompatível.

Observamos que Medviédev insiste nessa posição, mas não faz nenhuma análise detalhada de como ocorre essa interação/integração coesa entre diferentes domínios. Volóchinov também não faz uma análise detalhada, contrastiva, por exemplo. Parece-nos que esses autores tomaram essa ideia como princípio, mas não houve tempo hábil para esse tipo de análise. Ademais, ressaltamos que, quando Bakhtin se refere aos domínios ético, cognitivo, estético (e também ao religioso, embora refira-se muito menos a esse domínio), o faz explanando os “traços mais gerais” que constituem cada domínio. Sua análise é contrastiva, por entender que há diferenças entre a produção cultural de cada domínio, mas há uma relação orgânica entre esses domínios; a cultura humana organiza-se em um “todo”, em uma totalidade que não pode ser desprezada. Assim, ao defender que o valor do corpo na arte é o valor do homem integral, do homem que tem, além de uma vivência única, um corpo “completo”, não fragmentado (o corpo exterior), devemos entender que esse valor contrapõe-se ao homem na vida, o homem que vive a fragmentação de si, que não tem uma imagem

¹⁷ Segundo Bezerra (2003, p. 424), esse manuscrito, “O problema do autor”, provavelmente foi produzido durante a permanência de Bakhtin em Vitiebski (1920-1924).

acabada de seu corpo, que vive o vazio semântico dessa incompletude; e ao valor do corpo na cognição – corpo biológico, sociológico, psíquico, reduzido a um fator generalizante, que não tem, portanto, existência na vida.

Por fim, justificamo-nos sobre o porquê de, neste capítulo, tratar dos traços gerais dos três domínios também “mais gerais” da cultura humana, sendo que nosso objeto reside no domínio cognitivo: adotamos a concepção de que a ciência foi a última etapa do “desenvolvimento mental do homem” (CASSIRER, 2012, p. 337), isto é, embora pareça hoje ocupar lugar de supremacia na explicação do homem, convive com outros domínios que tratam do humano e que lhe precederam.

Passemos às definições dos traços gerais dos domínios ético, estético e cognitivo, dos quais trata Bakhtin, para entender o valor do corpo em cada um, ou, antes, “o corpo como valor”, e fundamentar nossas considerações sobre esse valor na interpretação do ato humano pelo discurso científico.

3.2.1 O evento e o domínio ético – a vida em seu curso

A priori, parece-nos central definir o que se pode entender como “sujeito”, segundo o pensamento Bakhtiniano. Frequentemente, encontra-se dispersa nos mais diversos estudos a ideia de que o sujeito para Bakhtin é constituído integralmente pelo outro. Concordamos inteiramente com essa ideia e a ratificamos, mas, antes, ela lança à luz uma questão primeira: o que é esse *Eu* e esse *Outro* que se constituem mutuamente? Em outros termos, Eu sou Eu porque há o outro que diz quem eu sou, que vê algo que eu sou incapaz de ver em mim e de saber sobre mim. Todavia, afirmar que o sujeito se constitui nessa interrelação e dizer que isso é o sujeito joga a sua definição no processo de constituição, que, de fato, faz parte dessa mesma definição que se busca, mas é uma definição parcial.

Em nossa leitura, uma palavra é central: *consciência*. Vejamos o final do capítulo 1 do ensaio “O autor e a personagem na atividade estética” (BAKHTIN, 2003, p. 19-20):

Com um só e único participante não pode haver acontecimento estético; a consciência absoluta, que não tem nada que lhe seja transgrediente, nada distanciado de si mesma e que a limite de fora, não pode ser transformada em consciência estética, pode apenas familiarizar-se mas não ser vista como um todo passível de acabamento. Um acontecimento estético pode realizar-se apenas na presença de dois participantes, pressupõe duas consciências que não coincidem. Quando a personagem e o autor coincidem ou estão lado a lado diante de um valor comum ou frente a frente como inimigos,

termina o acontecimento estético e começa o acontecimento ético que o substitui (o panfleto, o manifesto, o discurso acusatório, o discurso laudatório e de agradecimento, o insulto, a confissão relatório, etc); quando, porém, não há nenhuma personagem, nem potencial, temos um acontecimento cognitivo (um tratado, um artigo, uma conferência); onde a outra consciência é a consciência englobante de Deus temos um acontecimento religioso (uma oração, um culto, um ritual) (BAKHTIN, 2003, p. 19-20).

A longa citação acima é crucial para defendermos a ideia aqui posta – de *sujeito como consciência* – ao mesmo tempo em que se lança um ponto de partida para entendermos os traços gerais dos domínios ético, estético e cognitivo com relação ao valor do corpo, da relação do *eu* com o *outro*. Percebe-se que, no trecho acima, Bakhtin cita diversos gêneros do discurso e os classifica em diferentes domínios segundo a relação estabelecida entre os sujeitos. É evidente que o autor não está tratando de sujeitos empíricos: dois participantes, autor e personagem na literatura, por exemplo, não são sujeitos empíricos. Aqui, como bem enfatiza o teórico, a relação é entre consciências. Como, então, entendê-las?

Atentemos, inicialmente, para a possibilidade de coincidência / não coincidência entre consciências. No domínio estético, afirma Bakhtin que essas consciências não podem coincidir, mas isso é possível no ético – no acontecimento ético elas podem coincidir ou podem estar “lado a lado diante de um valor”. A ideia de *valor* mostra-se como uma coordenada para a determinação dessa coincidência ou não. No domínio estético, conforme desenvolveremos adiante em nossas reflexões, as consciências jamais estão lado a lado, porque ocupam planos axiológicos totalmente distintos: há, necessariamente, um personagem, vivendo eticamente, e outra consciência que “acaba” a consciência daquele, fundando um “mundo estético”.

No domínio ético, não é possível que uma consciência “acabe” outra: ambas estão diante de um mesmo plano, por assim dizer. Ainda que, em um evento, uma consciência possa englobar outra – no religioso, segundo Bakhtin –, essa ideia de “englobamento” não destitui a singularidade da consciência englobada, o que nos leva a afirmar que *uma consciência ocupa um lugar, uma posição* – não se trata, evidentemente, de um lugar no sentido físico, mas *um lugar valorativo, singular*. Uma consciência não pode ser outra. Uma consciência representa uma posição única, uma visão única do mundo – visão essa possível graças à sua singularidade.

Percebamos, também, que parece subjacente à ideia de “consciência”, a ideia correlata de “relação”. Uma consciência é a consciência de algo, a princípio: deve mover-se em direção a algo, deve ter um objeto. Se se volta para si, toma a si mesmo como objeto, já estabelece

uma tensão *relacional*. E essa tensão se torna mais complexa quando se estabelecem *relações com outras consciências*. Com efeito, a grande revolução bakhtiniana, segundo Ponzio (2016), foi, ao rejeitar a ideia de um sujeito cetersiano, unificado, sujeito do “penso, logo existo”, propor um sujeito cuja identidade constitui-se pela relação de *alteridade*. Não se trata de um “penso, logo existo”, mas “o outro me pensa”, ou “eu penso o outro”.

Eu ocupo um lugar. Esse lugar é único, vejo-o de um modo que ninguém mais o verá. Ao ocupá-lo, movo-me em relação às coisas e aos outros. São os outros que me chamam pelo meu nome (se o faço, já me coloco como outro em relação a mim), que me dão epítetos dos mais diversos (e eu os assimilo), que dizem onde nasci, quem são meus pais. É o outro que assina meu atestado de óbito e comunica a todos os outros: “Ele morreu”, mas nunca diria eu, a não ser em sentido figurativo, “Eu morri”. É o outro que diz quem sou eu. Esse “outro” é *outra* visão singular, que não pode ser a minha. Somos visões singulares, ocupamos posições únicas, estamos em *relação*.

A noção de sujeito, conforme defendemos a partir de nossas leituras dos textos de Bakhtin, é essencialmente uma *consciência valorativa, singular, em relação tensa com outras consciências*. Pensar o sujeito como consciência possibilita-nos entender como princípios fundamentais para a sua constituição: a singularidade, o posicionamento axiológico (decorrente da própria singularidade), a *relação* com outras consciências (o princípio relacional é de suma importância, para tratar de cada domínio, conforme argumentaremos). Ao mesmo tempo, possibilita-nos afastar da noção de sujeito a empiria. Por fim, subordina a constituição desse sujeito a certas determinações de um domínio específico (ou, uma esfera da atividade humana).

Em textos posteriores aos três ensaios iniciais citados anteriormente (PFA, PCMF, “O autor e a personagem na atividade estética”), Bakhtin acrescenta às suas ideias filosóficas reflexões sobre a linguagem. A noção de sujeito passa a ser a de um sujeito verboideológico, um sujeito que se constitui na linguagem. Todavia, os fundamentos anteriormente citados não se alteram: um sujeito que se constitui na linguagem continua ocupando uma posição singular única, valorativa, no universo verbal e se definindo em relação a outros sujeitos – consciências verboideológicas. A linguagem, a nosso ver, “materializa” esse sujeito.

Outra definição que julgamos importante fazer, antes de prosseguirmos, centra-se na distinção entre *evento* e *domínio*. O termo “evento” está muito presente nos textos iniciais de Bakhtin, e, em PFA, junta-se a outras palavras, formando palavras compostas: “ser-evento”, “existir-evento”. Sobral (2008, p. 26) define “evento” como “o processo de irrupção de entidades, ou objetos, no plano histórico concreto (*geschichtlich*), como a presentificação ou

apresentação, dos seres à consciência viva, isto é, situada no concreto”. Para o autor, as entidades ou objetos e o evento estão totalmente interligados, pois “Assim como não há objetos que não ocorram, ou seja, não se tornem eventos, não há eventos que ocorram sem a presença de objetos, ou entidades” (SOBRAL, 2008, p. 27). Adiante, acrescenta que a noção de evento sugere dinamismo e singularidade, e distingue *fato* de *evento*: enquanto aquele permanece no tempo e no espaço, este “ocorre num dado lugar e num dado espaço” (SOBRAL, 2008, p. 27). O evento vincula-se a um “aqui” e “agora” único, singular e concreto. Fornece, pois, as coordenadas para a definição, feita em outros textos, de *enunciado*: unidade real de comunicação discursiva.

Já o termo “domínio” foi muito utilizado no ensaio “O problema do conteúdo do material e da forma” (BAKHTIN, 2002). Poderia ser tomado como sinônimo ou equivalente a “campo” (“campo do cognoscível e do ético”, BAKHTIN, 2002, p. 15) ou esfera, embora, nos textos iniciais de Bakhtin, tenha um sentido mais geral. Um domínio refere-se a um espectro amplo de regularidades de nossas atividades, pautadas na apreensão do mundo a partir do lugar singular ocupado por cada sujeito e de estabelecimento de valores à nossa relação com o eu e o outro.

Há de se destacar que, nos textos iniciais, Bakhtin utiliza expressões como “evento ético”, “evento cognitivo” ou “evento estético”. Um evento cognitivo ou estético consiste no evento de criação cultural da ciência e da arte – evento esse no qual participam, necessariamente, o sujeito cognitivo ou estético (uma “consciência” cognitiva ou estética) que rege o ato de criação; o objeto (no evento cognitivo) ou a(s) outra(s) “consciência”(s) criadas (no evento estético). E essa consciência regente e criadora de outras consciências ou de objetos situa-se em um espaço, em um tempo, em uma situação sócio-histórica concreta, irrepetível. Obviamente, são estabelecidas distinções como “evento cognitivo” ou “estético” pensando-se em traços gerais, como em “um limite de criação”, pois, na base de qualquer evento estético ou cognitivo está o evento ético, o evento de irrupção de uma consciência ética, situada, uma consciência do ato ético. Ilustremos essa afirmação a partir de um exemplo simples.

Ao proferir uma palestra, o sujeito, encontra-se em um domínio/esfera/campo cognitivo, isto é, na esfera científico-acadêmica. O ato de proferir essa palestra, no entanto, o coloca em um evento ético: a palestra já foi “criada” anteriormente (fruto de um ato cognitivo), e, naquela situação, ele se encontra numa relação espaço-temporal corpórea¹⁸

¹⁸ Conforme argumentaremos adiante, o valor corpóreo (o meu corpo e o do outro) é de suma importância para entender cada evento.

quanto a si e ao outro completamente ordenada pelo valor da falta (a falta da completude de seu corpo, visto, sentido como fragmentado, em oposição ao corpo do outro, completo, integrado à paisagem). O outro – a plateia – para o sujeito, lhe é dado, e as consciências existem como parceiras: estão lado a lado. Mas, ao mesmo tempo, não se pode negar o evento cognitivo atravessando aquele que profere a palestra: no momento de exposição, ideias vão surgindo, irrompendo, e podem, posteriormente, serem moldadas. Trata-se, porém, de um evento ainda fragmentado, não concluído. A palestra, por sua vez, originou-se de um ato cognitivo, um ato criador de um objeto inconsciente de si. No momento em que teorizo, no entanto, não estou “fora de mim”: o faço como sujeito ético.

O ético está na base do estético e do cognitivo. Além disso, por mais abstrata que seja uma teoria, ela não tem existência por si só, pois, para concretizar-se, para ganhar existência de fato, precisa ser pensada – e sempre o é por um sujeito ético. O mesmo ocorre com a arte, que, embora não seja a vida, precisa ser vivenciada por mim, sujeito concreto. Assim, afirma Bakhtin no ensaio “Arte e responsabilidade” (BAKHTIN, 2003 [1919], p. XXXIII): “Os três campos da cultura humana – a ciência, a arte e a vida – só adquirem unidade no indivíduo que os incorpora à sua própria unidade”.

Nesse sentido, ao apresentarmos distinções entre cada evento, com base na relação estabelecida entre consciências, temos sempre em vista que o fazemos a partir do que seriam “traços mais gerais”, característicos de cada evento. Ademais, cabe destacar que o processo de criação é ordenado pelo domínio, campo ou “esfera”, por suas leis gerais.

Domínio/campo/esfera não pode ser pensado como soma de eventos. É, antes, um modo de ordenação de cada ato, de direcionamento da cognição, algo que pré-existe ao evento, mas que não permanece indiferente a ele: molda-se, transforma-se a cada evento único. A esfera artística, por exemplo, com suas leis de funcionamento, estabelece os modos de criação estética: um evento estético ordena-se segundo essas leis imanentes à esfera. Mas, se não considerarmos que, no momento em que um objeto estético é criado, a própria esfera transforma-se, acomoda-se àquela situação única, estaríamos postulando um mundo estático, inconcebível no constructo teórico de Bakhtin e do Círculo.

Feitas nossas considerações, e ressaltando o sujeito como consciência (materializada verbalmente) em relação tensa com outras consciências, tratemos do problema da consciência do sujeito ético em Bakhtin. Para tanto, vejamos antes os sentidos dicionarizados da palavra em língua portuguesa, constantes do Dicionário *on line* de Português:

Significado de Consciência¹⁹

substantivo feminino.

Percepção dos fenômenos próprios da existência; opõe-se à inconsciência: perder a consciência.

Capacidade para discernir; discernimento, bom senso: o juiz deve julgar com consciência.

Noção do que se passa em nós; conhecimento: atriz teve consciência de que seu sucesso era passageiro.

Sentimento do dever; moralidade: um homem sem consciência.

Conjunto de valores morais que definem certos julgamentos, ações ou intenções relacionadas com alguém ou com si próprio: a corrupção machuca sua consciência.

[Medicina] Condição do sistema nervoso central que ocasiona a caracterização precisa, o pensamento lógico e o comportamento coerente: ele perdeu a consciência e enlouqueceu.

Compreensão ou interesse sobre certo ponto de vista, geralmente, refere-se ao contexto social e político.

Etimologia (origem da palavra *consciência*). Do latim conscientia.ae.

Sinônimos de Consciência

Consciência é sinônimo de: conhecimento, moralidade

Antônimos de Consciência

Consciência é o contrário de: inconsciência

Observemos, também, em um dicionário de Filosofia, como essa disciplina trata do conceito:

Consciência (lat. conscientia: conhecimento de algo compartilhado com alguém) 1. A percepção imediata mais ou menos clara, pelo sujeito, daquilo que se passa nele mesmo ou fora dele (sinônimo de consciência psicológica). A cons-ciência espontânea é a impressão primeira que o sujeito tem de seus estados psíquicos. Difere da consciência reflexiva, ou seja, do retorno do sujeito a sua impressão primeira, permitindo-lhe distinguir o seu Eu de seus estados

¹⁹ <https://www.dicio.com.br/consciencia/>. Acesso: 20/06/2018, às 16:18h

psíquicos. Campo de consciência é o conjunto dos fatos psíquicos presentes na consciência do indivíduo. 2. Do ponto de vista moral, a consciência é o juízo prático pelos quais nós, como sujeitos, podemos distinguir o bem e o mal e apreciar moralmente nossos atos e os atos dos outros. Nesse sentido, falamos de consciência moral. Quando dizemos que alguém tem boa consciência, queremos significar que possui um senti-mento, fundado ou não, de ser irrepreensível nesse ou naquele ato de sua conduta geral. A expressão má consciência é utilizada para designar o sentimento de mal-estar ou de culpa moral, de arrependimento ou de remorso, de um indivíduo que não conseguiu realizar bem, como queria, ou não conseguiu realizar completamente seu dever, aquilo pelo que se julgava responsável. 3. **Não podemos empregar o termo "cons-ciência" de maneira absoluta: toda consciência é consciência de alguma coisa, isto é, a necessidade, para a consciência, de existir como cons-ciência de outra coisa distinta dela mesma**, o que Heidegger exprime dizendo que o homem é um "ser-no-mundo". 4. Em nossos dias, nem o sujeito do discurso nem tampouco o sujeito psicológico e o sujeito histórico podem ser definidos relativamente a uma consciência fundadora de verdade ou, mes-mo, de liberdade. Longe de ser a fonte de todo conhecimento ou de toda ação, freqüentemente ela se revela como desconhecimento: não so-mente é impotente para conhecer-se a si mesma, mas pode converter-se em fonte de ilusões tenazes, que são outros tantos obstáculos à formação dos saberes que definem nossa modernidade. E o que mostra, por exemplo, a teoria do inconsciente de Freud: encontramos-nos diante do problema da mentira da consciência ou da consciência como mentira. 5. Hegel fala da "consciência infeliz", ou seja, do estado da consciência de si que culmina no dilaceramento cristão entre a "encarnação" da perfeição divina e o sentimento que o indivíduo tem de não indentificar-se com essa perfeição. 6. A tomada de consciência é o ato pelo qual a consciência intelectual do sujeito se apodera de um dado da experiência ou de seu próprio conteúdo. Ver tomada de consciência: inconsciente; boa consciência má consciência. 7. Consciência de classe designa, para os teóricos marxistas, o conjunto de conteúdos da consciência que, na realidade, são determinados pelo pertencimento a uma classe social e, por conseguinte, pela posição que o sujeito ocupa no sistema econômico. Assim, a consciência de classe de um burguês seria necessariamente contrária à de um proletário, pois seus interesses são divergentes. (JAPIASSÚ e MARCONDES, 2001, p. 41. Grifo nosso).

O dicionário de Língua Portuguesa citado registra sete definições para a palavra, evidenciando sua polissemia. Registra, ainda, dois sinônimos e um antônimo, que parecem abarcar todas as definições trazidas. Há duas questões que destacamos quando nos referimos ao que é consciência: o conhecimento, que pressupõe a capacidade de saber, apreender, apercebe-se de algo, alguém, uma situação; e a ideia de moralidade, vinculada ao *dever* – no

exemplo dado pelo dicionário: “a corrupção machuca sua consciência”, isto é, tenho um dever para com o que se convencionou chamar de “corrupção”. Também no dicionário de Filosofia há essa ideia de *correlação*, consciência de “alguma coisa” e de moralidade.

“Consciência” é *conhecimento* e é *dever*. E essas duas palavras – conhecimento e dever – devem estar juntas, como que unidas nas ideias que trazem em si, como se fossem palavra composta. O sujeito ético é um conhecimento-dever, diríamos. É um conhecimento que, a partir do momento que se (re)conhece, assume uma responsabilidade face àquele lugar único que ocupa (um dever). E, ao ocupar um lugar único, (re)conhece que sua posição se dá em relação com outras posições. Trata-se do sujeito que vive sua vida e a legitima, por sua assinatura, o “veículo de sua vida autolegitimada” (BAKHTIN, 2003, p. 81).

A palavra “reconhecer” é importante para entendermos que, na vida, não nos “conhecemos”, pois estamos tão imersos nela (estou inteiramente “dentro” de mim mesmo), que não posso dizer que me conheço, mas reconheço quem sou, meu papel, meu dever no mundo para com todos os outros. Segundo Bakhtin (2010, p. 58), o existir não é pensado. Ele “é” – ou seja, “é vivenciado, asseverado de modo emotivo-volitivo, e o conhecer não é senão um momento deste vivenciar – asseverar global”. Assim, não conheço o mundo, eu o reconheço, assevero sua validade. Ao fazê-lo, reajo aos outros, às suas ações, às suas palavras: sou posto em um mundo afirmado por outros, valorado por outros, e a cada posição do outro eu sou uma reação-resposta.

Ressaltamos que essas reações, na vida, se dão de forma fortuita, conforme enfatiza Bakhtin (2003), em oposição às respostas na arte, que se dão ao todo do homem, representado na personagem. As respostas são fortuitas, “dispersas”, pois a vida está em curso, é inacabada, diferentemente da arte, fundada sob o princípio do acabamento. A cognição, assim como a vida, apresenta-se como evento aberto, segundo discutiremos.

A ideia de “dispersão” da vida em oposição ao acabamento da arte é importante para o desenvolvimento da tese de que aquela – a vida – é caracterizada pelo “vivenciamento” do interior do eu: o vivenciamento é sempre ético, e ocorre a partir dessa interioridade inacabada. Não posso viver minha vida fora de mim, nem posso viver a vida de outro: estou inteiramente preso a essa vivência. Segundo Bakhtin:

Eu mesmo estou todo *dentro* de minha vida, e, se de algum modo vejo pessoalmente a *imagem externa* de minha vida, no mesmo instante essa imagem se torna um elemento dessa vida [vivenciada] de dentro, enriquece-a de modo imanente, isto é, deixa de ser efetivamente uma imagem exterior que de fora conclui minha vida, deixa de ser a fronteira que pode ser

submetida à elaboração estética, que me conclui de fora. (BAKHTIN, 2003, p. 78, grifo do autor).

No trecho acima, o autor faz destaques importante: grifa palavras como “dentro” e expressões como “imagem externa” que estabelecem uma relação de “dentro” e “fora” (de mim). Essa relação fundamenta a vivência, que ocorre “de dentro”, o modo como apreendo a mim mesmo – “de dentro de mim” – e o outro – aquele que está “fora de mim”. Trata-se de uma relação fundamental para entender o *eu*, minha vida, fundados no valor da *incompletude*: aquilo que reconheço como “eu” vivencia a si mesmo em um corpo cujo olhar se projeta “para fora”, para o mundo adiante de mim. Vejo a paisagem, vejo o outro integrado à paisagem, vejo o corpo do outro em sua completude, mas não vejo meu próprio corpo, senão em fragmentos: meus braços, minhas pernas. O outro é completo na paisagem; eu sou incompleto: não tenho sequer uma imagem de mim (se a obtenho parcialmente, através do espelho, essa imagem não sou eu, mas um outro diante de mim). *O valor do meu corpo, portanto, para mim mesmo, é o valor da falta, da fragmentação, da incompletude.*

Só o outro me conclui, à medida que ele tem uma visão completa de mim, assim como eu tenho essa visão dele, mas ele mesmo não a tem. A vivência de si está fadada à incompletude, ao inacabamento: eu não posso acabar a mim mesmo, nem no tempo, nem no espaço, mas posso “acabar”, ter uma visão completa do outro. Assim, no evento ético, eu e o outro podemos estar lado a lado: à medida que sou incompleto, preciso de um “tu” que diga quem eu sou. Ou seja, estamos no mesmo plano, conservando nossas singularidades.

Ao afirmar que “estamos no mesmo plano”, em momento algum pretendemos dizer que somos intercambiáveis. Pelo contrário: eu sou sempre eu e o outro é sempre o outro. Mas, eu posso ser “o outro do outro”, algo que, a princípio, não ocorre no evento estético: eu, autor, não posso ser o outro da personagem – esta, vivendo eticamente, tem como seus “outros” as demais personagens.

No evento ético, conforme Bakhtin (2010), há dois centros de valor: o eu e o outro, entendendo-se que cada centro valorativo vive “eticamente” – isto é, vive a incompletude de um “eu” inacabado no tempo e no espaço. Cada centro valorativo é uma *consciência*: eu tenho a consciência de mim mesmo e tenho a consciência de que o outro existe. O outro é uma consciência a que *não tenho acesso*. Estamos no mesmo plano, no sentido de que “eu sou eu” e sei que existe o outro, mas não posso acessar esse outro “em si”. Além disso, eu tenho uma visão que o outro não tem de si e vice-versa, mas no evento ético, caracterizado pela dispersão, eu não posso ter uma visão do “todo” do outro (o todo temporal, semântico); no máximo, tenho uma visão espacialmente completa.

No evento estético, por outro lado, há uma consciência (o autor) que enforma, engloba outra consciência (a consciência da personagem, que vive eticamente), e essa consciência englobante tem uma visão do todo temporal, espacial e semântico do outro. Não estão, *a priori*, no mesmo plano, porque o personagem vive o evento ético e o autor não: sua visão instaura o estético. Ademais, na vida, o outro não pode me dar acabamento, “concluir” minha consciência.

Bakhtin (2003) fornece um interessante exemplo sobre essa relação ético e estético: um homem ingênuo que, ao assistir a uma peça de teatro, avisa ao herói que ele está sendo enganado, ou seja, entra no evento ético vivenciado pela personagem, entende-se como um “tu” dessa última. Para Bakhtin, o erro desse homem ingênuo é não ter sabido encontrar uma posição “firme fora de todo o acontecimento vital representado, pois só isso faria seu ativismo desenvolver-se não no sentido ético mas no estético” (BAKHTIN, 2003, p. 72). Logo, na vida e na arte, ocupamos uma posição ativa face o outro. Todavia, na vida estamos no mesmo plano, no sentido de que eu me coloco como “eu” para mim e como “tu” para o outro. Na arte, não posso ser o “tu” do outro, pois estou *fora* do acontecimento ético que esse outro vivencia: não aviso ao herói que ele está sendo enganado; antes, vejo, de fora, que ele está sendo enganado e vejo mais que o próprio personagem pode ver da situação.

O tempo e o espaço são coordenadas fundamentais para entender a instauração de cada evento. Com efeito, segundo Holquist (2015), Bakhtin, toma o espaço-tempo como categorias *transgredientes* – diferentemente de Kant, que as considera transcendentais²⁰ – para o estabelecimento da relação do eu com o outro. Tempo e espaço, na visão de Kant, são “formas *a priori* da sensibilidade ou intuições puras” (LEITE, 2015, p. 44), considerando que a forma, na filosofia kantiana, é tudo aquilo que depende do sujeito, em oposição à matéria, como qualidade dependente do próprio objeto (LEITE, 2015).

Bakhtin, em seus ensaios dos anos 1920 – época em que o teórico russo ministrava conferências sobre Kant –, segundo Holquist (2015, p. 43), “faz uso das metáforas visuais como recurso para dramatizar a utilidade do tempo-espaço na definição da necessidade do outro na formulação do eu”. Espaço-tempo não são, dessa forma, categorias abstratas, mas as coordenadas a partir das quais o eu vivencia sua própria incompletude semântica – a ausência de uma imagem de si na paisagem, ou a ausência da vivência do todo temporal da própria

²⁰ As categorias *transcendentais* são aquelas que, postuladas como um *a priori*, possibilitam a experiência. Na visão kantiana, são categorias “abstratas”, universais da intuição. Bakhtin, ao inserir o sujeito em suas reflexões, concebe espaço-tempo não como categorias abstratas, transcendentais, mas como coordenadas *valorativas* – o espaço-tempo é o *lôcus* ocupado singularmente por um *eu* que vive o valor da incompletude semântica de si, e só

vida. Ao mesmo tempo, o eu olha para o outro e o vê integrado à paisagem, tem uma visão *transgrediente* do outro, e assim preenche o vazio semântico ao qual está, de antemão, submetido na vida.

Nesse sentido, em relação ao espaço, eu, personagem central da minha vida – do evento ético – sou aquele que não está externamente expresso (BAKHTIN, 2003, p. 27), enquanto o outro, para mim, está em um plano plástico-pictural de visão. A não expressão do eu, destacamos, não decorre simplesmente de uma impossibilidade física, mas do vazio valorativo: falta à imagem externa, conforme Bakhtin (2003, p. 28), “um enfoque volitivo emocional à altura, capaz de vivificá-la e incluí-la axiologicamente na unidade exterior do mundo plástico-pictural”. Assim, a categoria espacial – assim como a temporal – não são entendidas como categorias físicas ou matemáticas, mas como *categorias axiológicas*. Segundo Bakhtin,

Para a minha autoconsciência, essa imagem integral está dispersa na vida, entrando no campo da minha visão do mundo exterior apenas como fragmentos aleatórios, faltando, ademais, precisamente unidade externa e continuidade, e o próprio homem, vivenciando a vida na categoria do seu *eu*, não pode juntar a si mesmo a um todo externo minimamente acabado. Aí não se trata de carência de material no plano de sua visão – ainda que a carência seja excessivamente grande – mas da ausência, por puro princípio, de um enfoque axiológico único e da expressividade exterior do próprio homem, feito de dentro por ele (...) (BAKHTIN, 2003, p. 33, grifo do autor).

No trecho acima, percebe-se que o homem ético (o eu-para-mim) não tem uma imagem externa. Essa imagem é fornecida pelo *outro*. Bakhtin trata de dois tipos de imagens, ao abordar o valor espacial do homem: a imagem interna, concernente à vivência interior, e a imagem externa, construída com o ativismo do outro. O *eu* (eu-para-mim), nesse sentido é *não espacial*, ao passo que o *outro* (o eu-para-o-outro e o outro-para-mim) possui espacialidade.

Em relação ao tempo, este sublinha minha incompletude, porque eu tenho a vivência da sucessão de momentos; contudo, jamais vivo as fronteiras que me concluem: os eventos do nascimento e da morte. Vivo a morte do outro, mas não a minha morte, já que não posso não existir para mim.

Em suma, no evento ético, há a instauração do corpo como *valor da falta*: o corpo que não tem uma imagem plástica no espaço e que não tem início ou fim no tempo. Esse valor

pela visão *transgrediente*, exotópica do outro (isto é, a visão que o outro jamais terá de si mesmo) passa a

contrapõe-se ao valor do corpo estético: o corpo do homem integral, conforme discutiremos no subtópico a seguir.

3.2.2 O domínio e o evento estético

Ao tratarmos do evento estético, a fim de compreender o valor do corpo que se firma nesse domínio, centramo-nos no objeto estético e no ato estético. Sobre o objeto, Bakhtin, em PFA, afirma que a arte centra-se no homem como “realidade concreta amorosamente afirmada” (BAKHTIN, 2010, p. 127). Adiante, no mesmo ensaio, reitera que “Somente o valor de um homem mortal fornece a escala de medidas das séries espacial e temporal” (p. 129). A partir da consciência da morte, do fim, o tempo do homem é afirmado – o tempo entre duas fronteiras não vividas pela consciência ética (o nascimento e a morte).

No ensaio “O autor e a personagem na atividade estética” (BAKHTIN, 2003), o teórico russo reforça a tese de que a arte centra-se no homem – ser mortal – de forma “amorosa”. A ideia do amor estético, em Bakhtin, refere-se a um ato de doação do autor-criador. Ao criar, o autor doa sua visão para a objetivação de uma consciência (do personagem), que do autor se desprende e se torna independente. O “amor estético” refere-se, também, ao fato de que o objeto de criação é único, singular, detalhado minuciosamente. Na visão estética não se tem “o humano geral” (BAKHTIN, 2010), isto é, o *homo sapiens* (objeto da cognição), mas um homem valorado, *um homem integral* (BAKHTIN, 2003): um homem com toda sua diversidade de valores.

Centremo-nos nessa pluralidade valorativa – ou “plenitude valorativa” – somente presente na arte, conforme afirma Bakhtin (2003, 2010). Para o teórico, o homem da arte apresenta-se sob uma multiplicidade de valores (eu o engrandeço, o diminuo, o respeito, o desprezo, o amo, o odeio), o que não ocorre, por exemplo, com o homem sociológico – o homem ator de condicionantes sociais, o homem do contrato social ou condicionado sociologicamente – o homem antropológico, o homem biológico e, em grau máximo, “o homem que não é homem”, que é reduzido a um corpo fisiológico. A arte é amorosa porque “O desamor e a indiferença nunca geram forças suficientes para nos deter nos demorarmos sobre o objeto” (BAKHTIN, 2010, p. 129).

O objeto da arte é totalmente trabalhado pelo autor: tudo, nesse objeto, significa; não há momentos auxiliares na arte, como o há na ciência, conforme afirma Medviédev (2016) e

preencher os “vazios semânticos” de sua própria existência.

segundo discutimos no capítulo 2 desta tese. Ressalta-se, ademais, que o amor estético remete a uma atitude não passiva do autor, que, através de seu ativismo para com o outro, para com outra consciência, “pode desenvolver uma força muito intensa para abraçar e manter a diversidade concreta do existir, sem emprobecê-lo e sem esquematizá-lo” (BAKHTIN, 2010, p. 129). Ou seja, nas ciências, o homem é visto por um ângulo que tende à esquematização, à fragmentação de seus atos, para que, assim, se possa teorizar sobre o objeto. Cada ciência que tem por objeto o homem, seja essa um homem social, fisiológico, antropológico, psíquico etc., precisa selecionar determinado ângulo do homem, fragmentá-lo, destituí-lo da diversidade do existir em que ele se encontra. Na arte, por outro lado, o que importa é justamente o homem nessa diversidade plena.

Sobre o ato estético – o ato voltado para um objeto pleno de valores na diversidade da existência –, destaca-se que esse cria um mundo representado, *povoado por consciências*. Para entendermos esse ato criador, pensemos que, no ato ético, não há a criação de uma nova consciência: relaciono-me, na vida, com uma consciência (a do outro) que me é dada. Na vida, sou herói de minha história, mas não posso ser autor dessa mesma história, pois, para tanto, devo eu me posicionar firmemente em um lugar *fora de mim*, ter uma visão excedente de minha vida. Também, em relações fortuitas, não sou autor da vida do outro com quem me relaciono eticamente: tenho uma visão que se situa fora desse outro, mas não tenho a visão de sua totalidade; e é dessa visão *excedente e conclusiva* que nasce o estético.

O ato criador é, ademais, um ato de luta entre o autor e a personagem, destaca Bakhtin. Segundo Tezza (2007), tem-se uma “batalha” porque “quanto mais o autor se identifica com o personagem, quanto mais as posições se fundem, (...) mais ‘mal acabado’ será o herói e a narrativa” (TEZZA, 2007, p. 240). Os momentos do ato estético são: a empatia, a objetivação e o acabamento. Trata-se de momentos indissociáveis. Para fins didáticos, porém, falemos de cada um.

Amorim (2008, p. 96) fornece-nos interessante exemplo sobre o ato estético nas artes plásticas:

A criação estética expressa a diferença e a tensão entre dois olhares, entre dois pontos de vista. Se tomarmos o exemplo do retrato, em pintura, falaremos do olhar do retratado e do olhar do retratista ou do artista. O trabalho deste último consiste em dois movimentos. **Primeiro, o de tentar captar o olhar do outro, de tentar entender o que o outro olha**, como o outro vê. **Segundo, de retornar ao seu lugar**, que é necessariamente exterior à vivência do retratado, para **sintetizar ou totalizar o que vê**, de acordo com seus valores, sua perspectiva, sua problemática. (AMORIM, 2008, p. 96, grifo nosso).

No trecho acima, temos uma descrição dos momentos supracitados do ato estético: a empatia (tentar entender o que o outro vê), a objetivação (o retornar do artista à sua posição) e o acabamento (a síntese, a totalização do que foi captado, em um novo plano valorativo). O movimento empático é, nesse sentido, o momento em que se busca estar no lugar do outro, sem nunca se ocupar esse lugar. Uma empatia pura, adverte Bakhtin (2010, p. 96), não existe, já que jamais posso ver exatamente o que o outro viu.

Através da empatia há, necessariamente, *acréscimo de valores*. Conforme Bakhtin (2003, p. 73), na empatia “deve haver enriquecimento da vida por valores novos e transgredientes”, pois, “A empatia simpática com a vida da personagem é o seu vivenciamento em forma totalmente diferente daquela em que essa vida foi ou poderia ter sido vivenciada pelo seu próprio sujeito” (BAKHTIN, 2003, p. 75). Evita-se, dessa maneira, a “fusão” de consciências, uma vez que não vou “viver” o que o outro viveu, mas o que “ele poderia ter vivido”, e assim lhe acrescento algo: acrescento-lhe o meu olhar (do de mim, esse olhar único, inacessível ao outro), enriqueço-lhe com meu olhar e, ao mesmo tempo, enriqueço a mim mesmo, pois retorno a mim como alguém “diferente”, com uma visão do outro que antes eu não tinha. O retorno a si (a objetivação) é essencial para que o autor-artista não se perca no mundo do outro (BAKHTIN, 2003).

Por fim, o acabamento, “a síntese do olhar”, é o momento de nascimento do estético. Segundo Tezza (2007, p. 244), a atividade estética “só começa no momento em que estamos, numa viagem exotópica, de volta a nós mesmos. Daqui, de onde estamos, vendo o que ele não vê, completamos, damos acabamento ao outro”. Destaquemos, mais uma vez que *a vivência é ética e só o acabamento é estético*. Observemos o trecho abaixo:

De dentro do vivenciamento a vida não é trágica, nem cômica, nem bela, sem sublime para o indivíduo que a vivencia concretamente **e para quem tem com ele um vivenciamento empático**; só na medida em que eu saia do âmbito da alma que vivencia a vida, **que ocupe uma posição firme fora dela**, revista-a de carne exteriormente significativa, cerque-a de valores transgredientes à sua tendência concreta (o fundo, o ambiente como meio e não como campo de ação – horizonte), a vida dessa alma me aparecerá numa luz trágica, assumirá uma expressão cômica, tornar-se-á bela e sublime. (BAKHTIN, 2003, p. 64, grifo nosso).

O trecho acima é uma crítica à estética expressiva, que, segundo Bakhtin, fundamenta a forma estética no vienciamento interior da personagem. Argumenta Bakhtin que, ao vivenciarmos nossa vida, não a vemos com um olhar trágico, cômico etc. *Esse olhar pertence*

ao outro. Se temos uma visão trágica de nossa própria vida, já estamos nos posicionando como outro face a nós mesmos. O eu-para-mim, vivendo sua incompletude – o valor do corpo incompleto no tempo e no espaço, conforme afirmamos anteriormente –, não dispõe de enfoque valorativo para enquadrar sua vida. Assim é a personagem, na arte: ela vive eticamente; aquele que vê contornos trágicos, cômicos ou gloriosos em sua vida é o outro (o autor e o contemplador). E esse olhar do outro fundamenta-se em elementos transgredientes espaço-temporais à visão da personagem. Por exemplo: uma personagem não vê o que está ao seu fundo, e esse elemento espacial pode estar sendo usado para engrandecê-la ou diminuí-la.

O olhar *fora* da personagem, o olhar do outro, do autor, que, a princípio tenta ver o que a personagem vê, mas que logo retorna ao seu lugar único de autor – o olhar exotópico – é o que permite a estetização. Conforme Bakhtin (2010, p.132): “A exotopia do sujeito, exotopia espacial, temporal, valorativa, o fato, isto é, que não sou eu mesmo o objeto da empatia e da visão torna possível, pela primeira vez, a atividade estética da enformação”.

A arte, dessa forma, segundo Bakhtin, cria o *homem integral* (BAKHTIN, 2003), pois, pela empatia simpática, e pela objetivação e acabamento exotópico, que só ocorrem na arte, “combina-se interior e exterior em um plano único” (BAKHTIN, 2003, p. 75). O corpo, no evento ético, é vivenciado a partir de si mesmo. No estético, “o corpo interior da personagem é abarcado por seu corpo exterior para o outro, para o autor, em cuja resposta axiológica ganha encorpamento estético” (BAKHTIN, 2003, p. 56). Nesse sentido, enquanto o corpo, na vida, carece de enquadramento axiológico firme, apresentando-se como o que aqui denominamos como “valor da falta”, na arte, o corpo é o valor da integralidade, da *completude*: é o corpo que, incompleto eticamente, é enriquecido com o olhar exotópico e conclusivo do outro. Sobre o “homem integral”, afirma Bakhtin:

O homem integral é produto de um ponto de vista estético criador e só deste; a cognição é indiferente aos valores e não nos oferece um homem singular concreto; o sujeito ético, por princípio, não é único (o imperativo propriamente ético é vivenciado na categoria do eu), o homem integral pressupõe um sujeito esteticamente ativo e situado fora dele. (BAKHTIN, 2003, p. 76).

A citação acima esclarece a ideia que desenvolveremos adiante, segundo a qual a consciência cognitiva trabalha com o valor da dissociação do corpo e da alma, entendendo-se essa última com o sentido atribuído por Bakhtin (2003) no ensaio “O autor e a personagem na atividade estética”, como sendo a vivência enformada pelo outro, transgrediente ao eu.

As distinções entre ético e estético são feitas didaticamente, mas é necessário observar que o domínio estético abarca o ético, uma vez que instaura um mundo povoado por consciências (personagens) que, para si, vivem o devir, isto é, vivem eticamente.

Tratemos, adiante, do valor do corpo no domínio cognitivo e da relação do eu e do outro.

3.2.3 O evento e o domínio cognitivo

A priori, cabe destacar que Bakhtin não critica a abstração, a teorização, mas o fato de a teoria do conhecimento ter se tornado “o modelo para todas as teorias de todos os outros domínios da cultura” (BAKHTIN, 2003, p. 80-81). Assim, segundo Bakhtin,

(...) a ética ou a teoria do ato são substituídas pela teoria do conhecimento dos atos já praticados, a estética ou a teoria da atividade estética são substituídas pela teoria do conhecimento de uma atividade estética já realizada, ou seja, não toma imediatamente como objeto o próprio fato da realização estética mas sua eventual transcrição teórica, sua conscientização, por isso a unidade de realização do acontecimento é substituída pela unidade da consciência, da compreensão do acontecimento, e o sujeito, participante do acontecimento, torna-se o sujeito de um conhecimento puramente teórico sem participação no acontecimento. (BAKHTIN, 2003, p. 81).

Em PFA, Bakhtin reclama que a ciência tenta se passar pela vida: “o mundo como objeto de conhecimento teórico procura se fazer passar como o mundo como tal” (BAKHTIN, 2010, p. 50). Nesse sentido, o teórico não critica o conhecimento em si, mas a teorização do ato ético e do acontecimento estético. Bakhtin busca olhar o fazer estético e o ato no seu caráter de *processo em devir*. No ato, ao se olhar o processo, e não o ato já concluído, torna-se imperativo a percepção do *eu* em relação ao *outro* como centros valorativos concretos, na arquitetura da vida (eu-para-mim, eu-para-o-outro, o outro-para-mim). Assim, Bakhtin reclama a inserção do sujeito “alteritário” na estética e na ética: o sujeito que se constitui na relação com o outro – o sujeito portador de uma visão única do mundo, dentro de sua singularidade, e que, portanto, precisa doar essa visão, esse valor para o outro.

Relembremos a citação, exposta no subtópico 3.2.1, retirada do ensaio “O autor e a personagem na atividade estética” (BAKHTIN, 2003), na qual Bakhtin propõe uma distinção entre os eventos ético, cognitivo e estético com base na relação entre consciências. Afirma Bakhtin que, no evento cognitivo, não há herói, nem em potencial. Nesse mesmo ensaio,

defende a consciência gnosiológica como “uma consciência única e singular (ou melhor, uma consciência só)” (BAKHTIN, 2003, p. 81). Vejamos a definição dessa “consciência solitária” (a consciência gnosiológica) mais detalhadamente:

A consciência gnosiológica, a consciência da ciência, é uma consciência única e singular (ou melhor, uma consciência só); **tudo com que essa consciência lida deve ser determinado por ela mesma**, toda determinidade deve ser a sua determinidade adequada: toda determinação do objeto deve ser uma determinação da consciência. Nesse sentido, a consciência gnosiológica não pode ter fora de si mesma outra consciência, **não pode estabelecer uma relação com outra consciência que seja autônoma e não se funda com ela**. Toda unidade é a unidade dela, ela **não pode admitir ao seu lado outra unidade independente dela** (a unidade da natureza, a unidade da outra consciência), uma unidade soberana que lhe faça frente com seu próprio destino não determinado por ela. **Essa consciência única cria e forma seu objeto somente enquanto objeto e não enquanto sujeito, e o sujeito não passa de objeto para ela**. Não se compreende, não se conhece o sujeito apenas como objeto – **só um julgamento de valor pode torná-lo sujeito**, veículo de sua vida autolegitimada que vivencia seu próprio destino. (BAKHTIN, 2003, p. 81, grifo nosso).

Em ensaios posteriores, particularmente os ensaios inacabados “O problema do texto”, “Apontamentos de 1970-1971”, “Metodologia das ciências humanas”, todos constantes da obra “Estética da criação verbal” (BAKHTIN, 2003), o teórico parece relativizar as afirmações acima, ao abordar as especificidades das ciências humanas, como ciências do texto. Em “Metodologia das ciências humanas”, por exemplo, afirma que “O objeto das ciências humanas é o ser *expressivo e falante*” (BAKHTIN, 2003, p. 395); e, ao contrapor as ciências exatas às ciências humanas, defende que aquelas estudam o outro como “coisa”, objeto mudo, ao passo que essas não se detêm sobre uma “coisa”, mas sobre *outros discursos*.

No próximo tópico, comentaremos mais detalhadamente esses ensaios posteriores. Por ora, cabe assinalar que, neles, Bakhtin já havia incluído suas ideias sobre a linguagem e via o sujeito como consciência verboideológica. Todavia, não nos parece contraditória a visão, acerca da cognição, estabelecida nos textos iniciais e a visão defendida nos últimos textos do autor. É necessário sublinhar que, em “O autor e a personagem na atividade estética” (BAKHTIN, 2003), o teórico centra suas discussões sobre o processo de *criação*, mais exatamente a criação estética, mas, para isso, devido à sua visão unificada da cultura, precisa contrapor essa – a criação estética – à criação cognitiva e ao processo de vivenciamento ético.

O processo de criar um mundo representado pressupõe duas consciências, no mínimo – autor e personagem, entendendo-se “consciência” conforme expomos anteriormente, como um saber-dever que se direciona a algo ou a alguém. Nesse sentido, o autor, na atividade

estética, é uma consciência inacabada, que se direciona sobre outras consciências (a dos personagens), e tem o dever de, com seu ativismo, concluir essas consciências. As personagens são consciências que se movem eticamente, direcionam-se, no evento ético, no mundo criado pelo autor. E, como consciências éticas, são impulsionadas pelo dever ético.

A consciência cognitiva não cria outra consciência (como na atividade estética), mas um objeto a ser estudado. Se fosse uma atividade voltada para a criação de outras consciências, teríamos personagens, sujeitos de suas vivências. A consciência cognitiva pode mover-se em direção ao “homem que fala” – para nos apropriarmos de uma expressão de Bakhtin utilizada no ensaio “O discurso no romance” (BAKHTIN, 2015) -, mas, no processo de criação de um mundo teórico, não opera com a vivência desse homem, precisa isolar elementos para estudá-lo, não pode debruçar-se sobre ele como “homem integral”, unindo em um único plano sua imagem externa e interna.

Se entendidos o ato estético e o cognitivo como *atos criativos* – a criação de um mundo representado e a criação de um mundo teórico –, perceber-se-á que aquele precisa ser povoado por consciências (como representação da vida) e esse não²¹: ainda que meu objeto de estudo seja o homem, esse homem não ocupa um lugar na existência, ele precisa ser “desgarrado” da existência para ser estudado, pois, nessa existência – em devir – ele seria inapreensível.

Logo, não há personagem no evento cognitivo, pois esse ocorre quando o outro é transformado em objeto. Retiro o outro do evento ético e o transformo em objeto de estudo. Nisso, reduzo o outro a partes, isolo o seu ato do seu “todo”, *dissocio a vivência do corpo*, e, assim, ao fazer essa dissociação, é possível tratar de um ato eminentemente humano sem qualquer referência a um sujeito, como se o ato existisse por si só.

O mundo teórico, segundo Bakhtin, é o “mundo obtido por abstração do ato histórico responsável – individual” (BAKHTIN, 2010, p. 51). Nesse mundo, o existir é algo “dado”, concluso e completo (BAKHTIN, 2010, p. 52). A consciência gnosiológica, ademais, apresenta-se como consciência inacabada. Com efeito, tanto a consciência ética, quanto a estética (a do autor) são consciências inacabadas. Apenas a consciência da personagem, no domínio estético, possui acabamento.

O ato e o evento cognitivo dissociam-se, inicialmente, do ético: uma vez criada, uma teoria passa a existir independentemente do sujeito que a criou. Deve ser um constructo capaz de gerar novas asserções dentro de leis imanentes, das “regras” estabelecidas em um

²¹ Referimo-nos, evidentemente, à relação do autor – consciência cognitiva – com seu objeto – inconsciente de si.

simbolismo que lhe é inerente. Como a teoria torna-se independente? Não preciso que Bakhtin esteja vivo enunciando o conceito de polifonia toda vez que alguém pretenda examinar uma obra de Dostoievski. A polifonia, pensada por um sujeito concreto, “desgarrou-se” desse sujeito. A teoria deve ser capaz de ser repetida, inúmeras vezes. Eu, por outro lado, em minha vida, vivo a imanência do instante.

No entanto, lembramos que, conforme assevera Bakhtin, em PFA, a teoria deve ser pensada – e só o é por um sujeito único, “preso à imanência do instante”. É esse pensar que “move” a teoria, a atualiza, coloca-lhe novas questões. Amorim (2016) destaca a reflexão epistemológica presente em PFA, e afirma que o conhecimento verdadeiro, para Bakhtin, torna-se pleno se além de verdadeiro for incluído em um *contexto* com a participação concreta de um *sujeito* histórico. Dessa forma, a crítica de Bakhtin à abstração não se centra na criação de um objeto abstrato, mas da não assunção do sujeito singular, único, que pensa e teoriza: um sujeito que, efetivamente, ocupa um lugar na existência.

Cabem, agora, algumas considerações sobre o domínio cognitivo, que foram tecidas por Bakhtin no ensaio “O problema do conteúdo, do material e da forma” (BAKHTIN, 2002).

As “leis de funcionamento” do domínio cognitivo, discutidas por Bakhtin (2002), concernem à unicidade valorativa desse domínio e à não autonomia dos atos e das obras (BAKHTIN, 2002).

A unicidade valorativa refere-se ao modo como o conhecimento, dentro da unidade da cultura, lida com valores preexistentes de outros domínios. Segundo Bakhtin,

Cada fenômeno da cultura é concreto e sistemático, ou seja, ocupa uma posição substancial qualquer em relação à realidade preexistente de outras atitudes culturais e por isso mesmo participa da unidade cultural prescrita. **Mas estas relações do conhecimento, do procedimento e da criação literária, no que tange à realidade preexistente, são profundamente diferentes.** (BAKHTIN, 2002, p. 31, destaque nosso).

A diferença a que se refere o trecho acima consiste na forma de acolhimento ou rejeição de valores prévios. A arte tem uma relação de acolhimento com valores de outros domínios. A principal característica do domínio estético é a relação positiva com os valores éticos e cognitivos: esses são recortados de seus domínios originários, poetizados pelo artista – e, assim, transpostos a outro centro de valores –, e recebem determinado acabamento. A arte nutre-se de valores outros, e, em geral, de valores em curso, em vivo desenvolvimento ético, conforme destaca Medviédev (2016).

A ciência, por outro lado, “não aceita a avaliação ética nem a formalização estética, mas afasta-se disso” (BAKHTIN, 2002, p. 31). Para Bakhtin, se determinada realidade de outro domínio – ético ou estético – entra na ciência, essa realidade “se despe de todos os seus valores para tornar-se uma realidade do conhecimento nua e pura, onde somente a unidade da verdade é soberana” (BAKHTIN, 2002, p. 32). Se o mundo do ato ético e o mundo do ato estético tornam-se objetos do conhecimento, eles não introduzem no conhecimento seus valores.

Esse *tratamento negativo* em relação aos valores ético e estético funda-se na necessidade de *homogeneidade valorativa do campo*. Entendemos que a ciência aceita e necessita de pontos de vista diferentes para se constituir, mas os pontos de vista válidos são sempre valorados a partir da própria ciência – se visões de outros domínios são trazidos, logo eles se revestem da visão científica. Afirmar Bakhtin que, “No interior do próprio mundo do conhecimento nenhum conflito é possível, porque nele não se pode encontrar nada com valor heterogêneo. Não é a ciência que pode entrar no conflito, mas o sábio” (BAKHTIN, 2002, p. 33).

Há discussões, divergências e negações entre teorias na ciência, mas essas divergências têm suas raízes fincadas em um valor comum – o valor do pensamento abstrato científico. A teoria da evolução das espécies, por exemplo, apresenta uma visão diferente da teoria de Lamarck, mas ambas são constituídas no mesmo valor abstrato, que pressupõe a observação e a formulação de hipóteses. Já o Criacionismo, fincado no valor do mito e do seu simbolismo, possui valor distinto, que o torna incompatível com a teoria da evolução. Assim, essa última teoria pode negar a teoria de Lamarck, pois ambas as teorias postulam transformações nas espécies, mas divergem quanto às causas dessas transformações. O Criacionismo, por sua vez, não é simplesmente negado: *é incompatível*, ao ter suas bases ainda assentadas em conceitos mitológicos. Não queremos com isso afirmar que a visão Criacionista não possa ser “transposta” para o domínio do conhecimento, mas, se transposta, reveste-se do simbolismo, dos valores próprios do domínio cognitivo: buscam-se evidências (anatômicas, fisiológicas etc) de uma inteligência superior que teria concebido as espécies – e essa busca já revela que o mito foi abarcado por um valor outro (a prova, a investigação) que se torna homogêneo.

Sobre a não autonomia da obra, vejamos o que afirma Bakhtin:

O caráter isolado e único do ato cognoscível e da sua expressão numa obra científica, isolada e individual não é significativo do ponto de vista do

próprio conhecimento: *no mundo do conhecimento não há, em princípio, atos e obras separadas*; é indispensável considerar outros pontos de vista a fim de se encontrar uma abordagem e tornar substancial a unicidade histórica do ato cognoscível e isolado, o caráter fechado e o individual da obra científica. (BAKHTIN, 2002, p. 32, grifo do autor).

Esse “não isolamento” dos atos cognitivos pode bem ser compreendido se observarmos, por exemplo, a estrutura de um artigo acadêmico: sempre há, nesse gênero, a citação de outras obras, outros estudos, outros autores. Uma obra de arte, por seu turno, não precisa referir-se a outras obras para se constituir: pode fazê-lo intertextualmente, mas isso não se apresenta como imperativo para a construção de uma obra. Um romance cria um mundo único, “acabado”, sem a necessidade de fazer referências a outros romances. A obra de arte é autônoma; a científica, não.

3.2.4 Algumas considerações

Após apresentarmos as principais características dos eventos e, conseqüentemente, dos domínios ético, estético e cognitivo, é preciso tecer algumas considerações. Sabe-se que os textos do chamado “Círculo de Bakhtin” nos chegaram de forma fragmentária, o que gerou certos equívocos na recepção. Tezza (2003), a respeito desses “equívocos” cita a compreensão de muitos textos ou conceitos segundo um viés estruturalista (por exemplo, a visão de J. Kristeva), o que soa contraditório com o propósito de Bakhtin, avesso a concepções estruturalistas na língua e na literatura (TEZZA, 2003, p. 189). Argumenta Tezza que, nos anos 60 – época de recepção dos primeiros textos de Bakhtin –, o leitor operava “num conjunto de molduras polarizadas de reconhecimento do mundo, tanto formalmente, quanto ideologicamente” (TEZZA, 2003, p. 189).

Tezza (2003) apresenta os estudos sobre a prosa e a poesia em Bakhtin, mostrando os equívocos que até hoje persistem na leitura desses estudos. Segundo Tezza, Bakhtin não polarizou a poesia e a prosa como muitos interpretam. Esta não é o oposto daquela. Devido a incompreensões na leitura do ensaio “O discurso no romance” (BAKHTIN, 2015), muitos julgam que Bakhtin menosprezava a poesia, e não aceitam a ideia segundo a qual essa não seria plurilíngue como o romance o é. Com efeito, assevera Tezza (2003), a leitura apressada do ensaio somada à nossa tendência de polarizar conceitos e exigir, mentalmente, que estes se apresentem de modo “fechado”, não nos deixa perceber que, ao longo do texto, o teórico russo modaliza diversas vezes seu discurso com expressões como “No limite”.

Em verdade, Bakhtin apresentaria a prosa e a poesia como um *continuum* e não como categorias antagônicas. Assim, há de se destacar que, nesse *continuum*, há gêneros que tendem a um polo, mais plurilíngue, ao passo que outros gêneros tendem a outro polo. Nesse *continuum*, deve-se considerar, ainda, a presença de híbridos, que mesclam traços prosaicos com traços poéticos.

Compreendemos que o mesmo se dá com as definições – sempre abertas – sobre os domínios da unidade da cultura humana. O que aqui apresentamos são “traços gerais” de cada um, como se em um extremo estivéssemos. Mas, a atividade humana não é algo tão previsível, fechada, compactada, a ponto de afirmarmos: estou no domínio cognitivo, nada mais além disso. Ademais, esses traços gerais caracterizam um espectro de funções reguladoras e reguláveis de nossa atividade. Dentro desse espectro, um conjunto de esferas e gêneros se aglomera, nasce e se modifica.

Não vivemos compactados, “encaixotados”, ainda que nossa atividade demande certa regularidade, pois, se assim não o fosse, viveríamos uma arbitrariedade, uma imprevisibilidade inoperante. Nossa atividade demanda regularidade e liberdade ao mesmo tempo. Parece-nos que Bakhtin compreendeu perfeitamente essa tensão que nos condiciona e nos move.

Nossa leitura dos primeiros textos de Bakhtin – os chamados textos do “jovem Bakhtin” – leva-nos a perceber que suas formulações iniciais pautam-se muito na percepção ou apreensão corpórea que temos do mundo. Presos a um corpo que se ergue na verticalidade, com os olhos projetados ao mundo diante de nós, apreendemos o mundo pela primeira vez. Tocamos uma face que não vemos, andamos em estradas que se ocultam às nossas costas. Assim, o primeiro valor que a nós se apresenta é o *valor da falta*: a carência de uma imagem de si. O outro, tendo essa imagem completa aos nossos olhos, completa esse valor da falta. Da relação ativa com o outro, emerge a percepção da completude do corpo.

A abstração inicia-se em estágios mais avançados do desenvolvimento. Não apenas vemos e sentimos imediatamente, mas também pensamos sobre o que vemos e sentimos; pensamos nos nossos atos e nos atos dos outros, de forma a isolá-los da situação mais imediata. A cognição permite a dissociação do corpo com seus atos conjuntos: não preciso, por exemplo, ver alguém matando outra pessoa ou uma pessoa morrendo (o corpo em um ato ou vivenciando algo) para entender o sentido da morte. Logo, na cognição, o corpo tem esse valor da dissociação imediata com o ato.

Com base nas discussões que apresentamos ao longo dos tópicos 3.2. e seus respectivos subtópicos, formulamos, dessa forma, o quadro abaixo, a respeito do valor do corpo nos eventos ético, estético e cognitivo.

QUADRO 4

	Percepção do <i>eu</i> e do <i>outro</i>	Valor do corpo
EVENTO ÉTICO	Eu sou eu mesmo em face de todos os outros. Estamos lado a lado.	Valor da incompletude.
EVENTO ESTÉTICO	Eu sou a consciência que abarca outra consciência – mas não podemos estar no mesmo plano axiológico (não podemos estar lado a lado).	Valor da completude – “O homem integral”, que tem, no mesmo plano, uma imagem interna e externa.
EVENTO COGNITIVO	Eu sou a consciência. Não há outro, há o objeto, que, por estar nessa relação própria de objeto, é inconsciente de si.	Valor da dissociação entre o corpo e o ato.

Fonte: Elaboração própria

Por fim, cabe-nos destacar que Bakhtin, ao mesmo tempo em que opera com extremos, define traços gerais de categorias que se firmam em extremos, parece sempre buscar os elementos “subversivos” – aqueles elementos ou categorias que libertam os extremos. Assim parece se desenhar a categoria de polifonia, que liberta a personagem da consciência suprema do autor; assim parecem emergir as reflexões do teórico nas ciências humanas, que libertam o outro de ser objeto “mudo” de uma consciência cognitiva. Abordaremos essas categorias adiante, detendo-nos mais especificamente nas ciências humanas.

3.3 As “categorias subversivas”

No tópico 3.2 e em seus respectivos subtópicos, mostramos como, a partir da noção de sujeito como “consciência”, estabelecem-se relações entre os sujeitos nos domínios ético, estético e cognitivo. Nos primeiros textos de Bakhtin, conforme afirmamos anteriormente, o autor apresenta o domínio cognitivo como sendo aquele em que impera uma só consciência que objetifica, “coisifica” o outro, tirando-lhe a voz, de forma a transformá-lo em objeto de investigação. Todavia, encontramos Bakhtin, em textos posteriores, em busca de uma “saída”

para esse reinado absoluto de uma só consciência no domínio cognitivo, que imprimiria, a esse domínio, um caráter de certa forma “autoritário” em demasia. Bakhtin é conhecido como o “teórico do diálogo”, pensando-se o termo diálogo não na acepção de mera interação, mas diálogo, também, como categoria capaz de libertar o *eu* de uma existência “muda” e, portanto, sem sentido. “Diálogo” também como aquilo que concilia, ou como tudo o que rompe o silêncio de um mundo em que “nada ecoa”, ou, ainda, um mundo em que, predominando uma só voz, paradoxalmente, “ninguém fala” (BAKHTIN, 2003).

No domínio estético, o teórico concebe o autor como uma consciência que domina outras consciências, que tem uma posição privilegiada. No entanto, busca aquilo que libertaria a consciência da personagem da soberania da consciência do autor. Encontra em Dostoiévski um recurso estilístico composicional através do qual o autor se “apaga” e a personagem ganha preponderância; recurso em que o autor não fala das personagens como se elas fossem um “*ele*”, mas como se fossem um “*tu*” para o autor. Formula, então, o conceito de *polifonia*, mencionado por nós no capítulo precedente.

Nos três ensaios analisados neste tópico 3.3 – “Apontamentos de 1970-1971”; “Metodologia das ciências humanas”; “O problema do texto na linguística, na filologia e em outras ciências humanas” – constantes da obra “Estética da criação verbal” (BAKHTIN, 2003), Bakhtin, em anotações por vezes dispersas, inacabadas, mostra-se preocupado com as “questões libertárias” referidas acima. Nas “Notas” de “Estética da criação verbal”, Bezerra (2003) afirma, sobre o ensaio “O problema do texto...”, que este data de 1959-1961, e que suas anotações “foram publicadas pela primeira vez sob o título “O problema do texto” em *Questões de literatura* (1976, n. 10, publicação de V. V. Kojínov)” (BEZERRA, 2003, p. 450). Sobre “Metodologia das ciências humanas”, Bezerra (2003, p. 462) informa-nos que “o material dessas notas foi o pequeno texto esboçado pelo autor em fins dos anos 30 ou início dos anos 40”. Por último, “Apontamentos de 1970-1971” constitui “Extratos dos apontamentos feitos pelo autor quando morou de maio de 1970 a dezembro de 1971 na cidade de Klimóvsk nos arredores de Moscou” (BEZERRA, 2003, p. 458).

Castro (2007, p. 84), ao tratar dos textos constantes da obra “Estética da criação verbal”, e, particularmente, dos ensaios fragmentados aos quais nos referimos neste subtópico, vê, neles, uma profusão temática que seria “consequência da inquietação epistemológica causada pela sua concepção de linguagem”. O autor (CASTRO, 2007), ainda, defende que esses e outros textos de Bakhtin “revelam a unidade de interpretação teórica inconfundível do autor gerada pela sua visão de linguagem, que é a base de todo o seu processo interpretativo” (CASTRO, 2007, p. 84). Concordamos com Castro (2007), mas, ao mesmo tempo, também

vemos nesses textos de Bakhtin (nos três ensaios nos quais concentraremos nossas análises) uma retomada de vários temas presentes em praticamente toda a sua produção com o intuito de mostrar as suas “categorias subversivas” ou “libertadoras”: o riso libertando o homem das culturas autoritárias, “dogmáticas”; a polifonia libertando a personagem da consciência soberana do autor; o gênero romanesco libertando a literatura do monologismo, inserindo o plurilinguismo, a “fala das ruas” nesse gênero “não tão elevado” como os gêneros poéticos; as ciências humanas libertando o homem da “coisificação” das ciências naturais.

Considerando que, nesta tese, nos debruçamos sobre o gênero “artigo experimental”, pertencente à esfera acadêmica, abordamos, a seguir, as considerações de Bakhtin sobre as ciências humanas. Defendemos a posição de que o teórico russo estabeleceu importantes reflexões sobre essa forma de conhecimento, mas, ao que nos parece, suas ideias parecem muito mais visar a um “ideal” do que deveria ser a ciência. Assim, na defesa desse ideal, há formulações que parecem desconsiderar que também as ciências exatas e naturais não são formas “naturais” de um saber, são formas mediatizadas, “semiotizadas” como as ciências humanas o são. A insistência no *texto*, objeto semiótico, como dado primário das ciências humanas, pode levar o leitor a crer que as “outras ciências”, isto é, as ciências que não se valem do “texto” como dado primário, não se utilizam de um sistema ordenado semiótico em sua constituição. Apresentamos essas e outras discussões a seguir, para, em seguida, no tópico 3.4., apresentarmos a visão do filósofo E. Cassirer sobre a ciência e, por fim, chegarmos às nossas conclusões sobre o tema.

3.3.1 A ciência e a busca pela libertação do homem “coisificado”

Um questionamento parece subjacente aos ensaios “Metodologia das ciências humanas” (MCH), “O problema do texto...” e “Apontamentos...”, nos momentos em que Bakhtin (2003) trata da ciência: O que poderia libertar a ciência do “mutismo” do objeto? Ou, ainda: O que pode libertar as ciências humanas, as ciências do espírito, que se debruçam sobre “o homem que fala” e se expressa, da “coisificação” que lhe é imposta pelo pesquisador? Acreditamos que uma palavra responde a esses questionamentos: o diálogo. E, se nos centrarmos no diálogo como elemento libertário do mutismo do objeto e da coisificação do homem, urge-nos entender, também, o que Bakhtin concebe como “sentido”, sendo essa palavra recorrente nos ensaios supracitados.

Em “Apontamentos”, Bakhtin (2003, p. 381) define “sentido”. Afirma: “Chamo sentidos às respostas a perguntas”. Argumenta ainda: “O sentido sempre responde a certas perguntas. Aquilo que a nada responde se afigura sem sentido para nós, afasta-se do diálogo” (BAKHTIN, 2003, p. 381). Essa definição de sentido como relação entre perguntas e respostas, isto é, sentido como *diálogo* é fundamental para a inclusão do *outro*, para a assunção de que o sentido não nasce no “eu”, mas na interação entre o “eu” e o “outro”. Assim, afirma Bakhtin: “Um sentido atual não pertence a um (só) sentido mas tão somente a dois sentidos que se encontraram e se contactaram” (BAKHTIN, 2003, p. 382).

A ideia de “diálogo” é vista, também, como uma metodologia que superaria o método dialético hegeliano (HEGEL, 2014). Na dialética, como se sabe, há a postulação de uma tese, uma proposição clara. Logo, porém, é instituída outra proposição, que nega a primeira (a *negação*). Há uma tensão entre as duas proposições, mas essa tensão é abolida por uma terceira proposição, a *síntese*, que mostra o que está certo e errado em ambas as proposições antagônicas e as supera. Para Bakhtin (2003), o método dialético “peca” ao não buscar a verdade nos diferentes pontos de vista, mas ao tentar “destruir” a verdade das diferentes proposições. Conforme o teórico,

Em vez de descobrir a verdade (positiva) relativa (parcial) das suas teses e do seu ponto de vista, os indivíduos procuram – e com isso perdem todas as suas forças – refutar e destruir inteiramente seu adversário, tendem para a destruição total do ponto de vista do outro. (BAKHTIN, 2003, p. 372).

Em seguida, mostra o caráter “não absoluto” da ciência, pois nenhuma corrente científica, em sua visão, “é total, e nenhuma corrente se manteve em sua forma original e imutável” (BAKHTIN, 2003, p. 372). E advoga a favor da existência de múltiplas correntes científicas, que não devem se fundir, pois isso seria mortal para a ciência: a fusão de todas as correntes em uma só acabaria com o diálogo. Bakhtin defende, então, a cooperação, as “demarcações benevolentes” (BAKHTIN, 2003, p. 372), a cooperação.

A partir das concepções de “sentido” como “diálogo”, Bakhtin passa a tratar das ciências humanas, vendo-as como “ciências do espírito”, mas não como ciência de um só espírito e sim como ciências de “dois espíritos”, duas consciências. Questiona, porém, o fato de essa forma de conhecimento, muitas vezes, não considerar o *outro*, as vozes que nele ecoam, “coisificando”, reificando esse outro. Segundo o teórico:

O complexo acontecimento do encontro e da interação com a palavra do outro tem sido quase totalmente ignorado pelas respectivas ciências

humanas (e acima de tudo pelos estudos literários). As ciências do espírito; seu objeto não é um mas dois “espíritos” (o que é estudado e o que estuda, que não devem fundir-se em um só espírito). O verdadeiro objeto é a inter-relação e a interação dos “espíritos”. (BAKHTIN, 2003, p. 380).

Bakhtin, em “Apontamentos...”, em MCH, e, sobretudo, no ensaio “O problema do texto...” (BAKHTIN, 2003 [1959-1961]), distingue as ciências humanas e as ciências naturais e ou exatas não apenas com base no objeto de estudo – as ciências humanas teriam como objeto o *texto*, segundo discutiremos adiante –, mas também com base no tipo de relação que se dá entre o pesquisador e o “pesquisado”.

Em “Apontamentos...”, apresenta três tipos de relações possíveis:

- 1) Relações entre os objetos: entre coisas, entre fenômenos físicos, fenômenos químicos; relações causais, relações matemáticas, lógicas, relações linguísticas, etc.
 - 2) Relações entre o sujeito e o objeto.
 - 3) Relações entre sujeitos – relações pessoais, relações personalistas: relações dialógicas entre enunciados, relações éticas, etc. (...)
- (BAKHTIN, 2003, p. 374).

É interessante observar que, para o filósofo russo, tudo existe como “relação”, tudo parece fazer parte de uma espécie de “diálogo”, ainda que estejamos nos situando no âmbito de “coisas” ou objetos inconscientes de si. Um fenômeno físico não existe só, existe em função de outro fenômeno, por exemplo. Ponzio (2013, p. 53) assinala que a filosofia de Bakhtin “consiste em colocar em diálogo (...) esferas e âmbitos geralmente considerados separados: mundo humano e mundo natural; arte e vida; verbal e não verbal; gêneros literários e gêneros do falar cotidiano; ciências humanas e ciências naturais” etc.

Os três tipos de relações destacadas acima ajudam-nos a compreender o objeto das diferentes ciências. Nas ciências exatas “puras”, na matemática, por exemplo, temos uma relação entre objetos – trata-se de relações lógicas. Obviamente, há um sujeito que constrói e pensa a teoria, mas, uma vez criada, estabelecidas as regras dentro de um sistema, as relações que ocorrem se dão entre os elementos desse sistema.

Torna-se mais complexo, porém, entender o objeto das ciências humanas, pois esse objeto pode ser estabelecido tanto como relação do primeiro tipo, quanto como relação do terceiro tipo. Vejamos:

Mas se as relações são despersonalizadas (entre enunciados e estilos no enfoque linguístico, etc.), passam para o primeiro tipo. Por outro lado, é possível a personificação de muitas relações objetificadas e a sua passagem

para o terceiro tipo. Coisificação e personificação. (BAKHTIN, 2003, p. 374)

As ciências humanas, afirma Bakhtin, em MCH (BAKHTIN, 2003), debruçam-se sobre o homem como ser que se expressa, conforme afirmamos anteriormente. Assim, não poderíamos, a princípio, ter uma relação do primeiro tipo, mas do terceiro: o pesquisador, como consciência, que estuda outra consciência (o ser pesquisado). No entanto, não é incomum a reificação dessa segunda consciência, por exemplo: a crítica literária ao reduzir o estudo das consciências que compõem a obra (autor e herói) a relações causais. Bakhtin (2003), no entanto, esclarece que certa “coisificação” é necessária e aceitável, desde que se respeitem os princípios metodológicos estabelecidos.

Em MCH, retoma o tema da coisificação e da personificação: trata a coisificação como conhecimento da coisa e a personificação como conhecimento do indivíduo (BAKHTIN, 2003, p. 393). Argumenta, ademais, que “A pura coisa morta, dotada apenas de aparência, só existe para o outro” (BAKHTIN, 2003, p. 393), isto é, como “coisa” não existe em si, não tem vivência, pois nada em si mesmo e para si se vê como coisa. *É o outro que me coisifica*. Até na coisificação, no apagamento do sujeito, Bakhtin vê a importância do outro. Essa coisa morta, segundo Bakhtin, “pode ser totalmente revelada por um ato unilateral do outro (o cognoscente)” (BAKHTIN, 2003, p. 392). O teórico concebe as ciências exatas como ciências que tratam da coisa, sendo, por conseguinte, “uma forma monológica do saber: o intelecto contempla uma coisa e emite enunciado sobre ela. Aí só há um sujeito: o cognoscente (contemplador) e falante (enunciador). A ele só se contrapõe a coisa muda” (BAKHTIN, 2003, p. 400).

Em síntese, a coisificação é a destruição do outro como consciência, o apagamento dos sentidos (esses, reiteramos, como correlatos de “diálogo”) que a outra consciência produz. Trata-se da soberania de uma só consciência (a do pesquisador) que faz perguntas para si mesmo ou para um “terceiro” desencarnado. Os exemplos trazidos por Bakhtin são quase sempre exemplos de estudos da literatura, provavelmente devido às suas críticas tão frequentes ao formalismo. Assim, argumenta o autor que, ao estudar uma obra e buscar apenas a forma, coisifico a outra consciência que ali habita. Do mesmo modo, debruçar-se sobre uma obra literária e procurar explicações causais, mecânicas ou tentar correlacionar o discurso literário à vida do autor-pessoa, silencia, destrói as vozes do autor-criador e do herói.

Mas, lembra Bakhtin que, da mesma forma como posso “coisificar”, posso, também, “personificar”. Como, então, personifica-se o objeto de estudo?

Em MCH, Bakhtin (2003, p. 394) ressalta que, na personificação, “o cognoscente não faz a pergunta a si mesmo nem a um terceiro em presença da coisa morta, mas ao próprio cognoscível”. Este, portanto, é uma consciência *ao lado* da consciência do pesquisador. E, assim sendo, torna-se o cognoscível, *no limite*, o “tu” do pesquisador. Há interação de horizontes – o horizonte do “cognoscente com o horizonte do cognoscível” (BAKHTIN, 2003, p. 394).

Adiante, Bakhtin começa a desenvolver uma interessante reflexão sobre o “tom” que subjaz ao horizonte do ser pesquisado. Considera que a personificação consiste em fazer “o meio material, que atua mecanicamente sobre o indivíduo, começar a falar, isto é, descobrir nesse meio a palavra em potencial e o tom” (BAKHTIN, 2003, p. 404). Então, uma nova questão se coloca: o que seria esse “tom” e como deixá-lo “ressoar”?

No mesmo ensaio, Bakhtin trata da realidade *extracontextual*. Tal realidade vincular-se-ia aos elementos da *entonação* que dialogizam o enunciado. Observemos o trecho abaixo:

Fenômenos do discurso como ordens, exigências, mandamentos, proibições, promessas (prometimentos), ameaças, elogios, censuras, ofensas, maldições, bênçãos, etc., **constituem uma parte muito importante da realidade extracontextual**. Todos eles estão vinculados a uma *entonação* acentuadamente expressa, capaz de deslocar-se (estender-se) a quaisquer palavras e expressões desprovidas de significado direto de ordens, ameaças, etc. (BAKHTIN, 2003, p. 403, destaques em negrito nossos; em itálico, do autor).

Essa “tonalidade” que ressoa nos diversos discursos, segundo Bakhtin, deslocadas das palavras, das expressões, determinam a tonalidade de nossa própria consciência, e “serve de contexto axiológico-emocional na nossa interpretação” (BAKHTIN, 2003, p. 403). É como se nossa consciência fosse repleta de tonalidades discursivas, de uma verdadeira “sinfonia” de discursos (discursos de bênçãos, de maldições, de elogios etc). E, ao entrar em contato com um enunciado, ao ouvir as primeiras palavras, já descobrimos as notas da sinfonia que ora toca.

Ao nos debruçarmos sobre as explanações do teórico sobre o “tom” que ressoa nos discursos, entendemos a famosa citação de Bakhtin, presente no ensaio MCH, segundo a qual em tudo ele ouviria “vozes” (“Quanto a mim, em tudo eu ouço vozes e relações dialógicas entre elas”, p. 409-410). Chama-nos a atenção, ademais, a constante referência a essas “notas”, essas “vozes” quase (ou totalmente?) musicadas nos textos de Bakhtin. No ensaio “O autor e o herói na atividade estética” (BAKHTIN, 2003), o filósofo apresenta uma profunda e complexa reflexão sobre o *ritmo* como elemento transgrediente de uma obra, vinculado ao

desenvolvimento de uma temporalidade que prenuncia a mortalidade humana. Bakhtin parece ouvir “notas” ressoando nos diversos discursos, o que nos leva a uma suspeita (e, aqui, estamos lançando uma hipótese meramente especulativa) da presença de uma *visão sinestésica* – a visão de quem lê um romance e vê a música que o envolve, por exemplo. E, mais que isso, é necessário destacar que o autor não apenas ouvia essa “musicalidade de vozes” ressoando, mas, antes, ouvia as vozes em constante diálogo.

Ainda sobre a tonalidade dialogizada, em MCH, Bakhtin (2003) argumenta acerca da importância das entonações mais substanciais, como algo pertencente a todo o “coro” de um grupo social. Vejamos:

O significado das exclamações axiológico-emocionais na vida discursiva dos povos. Contudo, a expressão das relações axiológico-emocionais pode não ser de índole explícito verbal mas, por assim dizer, de índole implícita na *entonação*. **As entonações mais substanciais e estáveis formam o fundo entonacional de um determinado grupo social (nação, classe social, grupo profissional, círculo, etc.).** Em certa medida, pode-se falar por entonações únicas, tornando a parte do discurso verbalmente expressa relativa e substituível, quase indiferente. (BAKHTIN, 2003, p. 406, destaques em negrito nossos; em itálico, do autor).

O trecho acima, que versa sobre a entonação não como elemento verbal, mas *extracontextual*, vinculado estreitamente à vida social de um grupo, em muito nos lembra o ensaio de Volóchinov (2013) “Palavra na vida e palavra na poesia. Introdução ao problema da poética sociológica”, datado de 1926. Nele, Volóchinov (2013, p. 77) expõe como a palavra “não se centra em si mesma”, pois “Surge da situação extraverbal da vida e conserva com ela o vínculo mais estreito”. Dentre os elementos que compõem a situação extraverbal, confere destaque à entonação, afirmando que essa “estabelece um vínculo estreito entre a palavra e o contexto extraverbal” (VOLÓCHINOV, 2013, p. 81). Apresenta o famoso exemplo da exclamação “Bem” proferida por uma pessoa que se encontra juntamente com um conhecido e ambos estão entediados com a neve, e se debruça sobre a entonação dessa palavra tão simples aparentemente. O trecho abaixo é bastante interessante, pois é a ele que, aparentemente, Bakhtin (2013) se remete em seu ensaio MCH:

Quase qualquer entonação vivente de um discurso apaixonado transcorre na vida real como se mais além dos objetos e das coisas se direcionasse aos reais protagonistas da vida: lhe é própria, em alto grau, *a tendência à personificação*. Se a entonação não aparece atenuada, como em nosso exemplo, com certa dose de ironia, se aparece espontânea e direta, engendra uma imagem mítica, dá lugar a uma fórmula mágica, uma liturgia, como acontecia nas fases iniciais da cultura. Entretanto, em nosso caso, temos que

comparar com um fenômeno de extraordinária importância na criação verbal: com a *metáfora entonacional*. **A entonação soa como se a palavra desaprovava o inverno, causador real da última neve, como se fora um ser animado.** (VOLÓCHINOV, 2013, p. 83-84, destaques em negrito nossos; em itálico, do autor).

Volóchinov (2013), ao apresentar sua concepção de entonação, sua importância na vida social dos grupos, interroga-se a quem, no exemplo fictício por ele fornecido, se destinaria a exclamação “Bem”, semanticamente quase nula. Argumenta que, nessa exclamação, o que importa é a entonação que une os participantes, fazem-nos compreender a situação comum, e – é importante destacar – apresenta-se como uma verdadeira “metáfora” que *personifica* os seres “inanimados”: a neve, o mal tempo. Para Volóchinov (2013), é como se o participante que proferiu a exclamação falasse: “Ah que inverno tão obstinado, não quer ir embora, ainda que já seja hora” (p. 84). Mas, a enunciação se basta com o advérbio “bem”, devido à entonação. Esta, ressaltamos, *personifica*, ao mesmo tempo em que faz com que o segundo participante, o que ouve o outro dizer “Bem”, seja uma “testemunha” ou um “aliado” (VOLÓCHINOV, 2013, p. 83). Ademais, inclui, no diálogo, um *terceiro*, a neve, o mal tempo etc. Temos, aqui, palavras como “testemunha”, “terceiro”, “personificação” – palavras essas constantes no ensaio “Apontamentos...”, de Bakhtin (2003), que, a princípio, parecem “soltas”, mas, uma vez lidas em conjunto com toda a obra do Círculo começam a fazer sentido.

A personificação é um mecanismo interpretativo por meio do qual encontro os valores sociais, revestidos em entonações. Passo a ouvir as vozes, ou o coro de vozes que ecoam nos eventos. Se “coisificar” é tratar da coisa “muda”, silenciada, a coisa em que nada ressoa; personificar é ouvir os elos distantes de valores que revestem os enunciados, e que se tornam substanciais na vida de um grupo.

Apresentada, sumariamente, a concepção que Bakhtin tem da entonação ou do “tom” enquanto elemento extracontextual que dialogiza os discursos, podemos afirmar que *personificar* é encontrar esse fundo dialogizante por trás da mera materialidade. Por exemplo: Posso descrever um anúncio publicitário como “coisa”, isto é, coisificando as vozes, as consciências que ali habitam, se, por exemplo, analiso apenas os verbos imperativos que constituem o enunciado; se descrevo a estrutura composicional de forma totalmente estrutural e estanque. Mas, por outro lado, se vejo o “tom” da euforia capitalista que os verbos expressam, que as imagens, as cores representam; se vejo não apenas o “compre!”, o “venha!”, mas o “faça isso rápido”; o “tom” do trabalho incessante das máquinas que não param, da vida que não respira; se entendo o fundo que dialogiza aquele discurso como um

valor social – o valor do capital, do mercado e do consumo – começo a ouvir as vozes que compõem o anúncio publicitário, vou além da forma, caminho em direção ao sentido, *personifico*.

É importante destacar que Bakhtin, em MCH (2003, p. 400), trata “a coisa e o indivíduo (o sujeito) como limites do conhecimento”. Há, portanto, *graus de coisificação e personificação*. A *personificação* está para o sujeito, ao passo que a *coisa* está para a materialidade. Ocupam extremos. Todavia, independentemente de qual ponto nos situemos na coisificação ou na personificação, a *avaliação* é um momento indispensável, segundo o autor.

Parece-nos que, em seus apontamentos de 1970-1971 e no ensaio MCH, o teórico busca um ideal de ciência que não coisifique, mas que personifique, que *deixe as vozes falarem*. Busca uma ciência que viva a interpretação plena, entendendo “interpretação” como ato criador e avaliativo – ato que pressupõe duas consciências, pois devo debruçar-me sobre o outro para interpretá-lo. Assim, nessa busca por esse ideal, o teórico reconhece que as ciências humanas podem sim coisificar seu objeto, conforme já afirmamos, mas o ideal é que personifiquem. Já as ciências exatas e naturais, pelo que depreendemos de nossa leitura, não têm “escapatória”: a elas seria próprio a coisificação. No ensaio “O problema do texto...”, o filósofo apresenta de forma mais detalhada sua concepção das ciências humanas *versus* ciências exatas/naturais, ao tratar do *texto* como objeto daquelas ciências. Vejamos, no subtópico abaixo, o que afirma o teórico.

3.3.1.1 As ciências humanas: objeto, método e instrumentos

Antes de apresentarmos as importantes questões desenvolvidas por Bakhtin (2003 [1959-1961]) no ensaio “O problema do texto...”, julgamos necessário debruçarmo-nos, ainda, brevemente, sobre o ensaio MCH. Nele, o teórico afirma que “o objeto das ciências humanas é o ser expressivo e falante”, e que “Esse ser nunca coincide consigo mesmo e por isso é inesgotável em seu sentido e significado” (BAKHTIN, 2003, p. 395). Repete duas vezes no ensaio o que seria essa “não coincidência consigo”. Nas ciências exatas, segundo o autor, o objeto clama por identidade ($a = a$) – este é o limite da precisão. Já nas ciências humanas, “a formação do ser é uma formação livre” (BAKHTIN, 2003, p. 395). Trata-se de um *ser que produz sentidos*, e os sentidos não são estanques, não são sempre os mesmos. No fim desse ensaio, o filósofo traz a questão do “grande tempo” que não permite que nem mesmo os sentidos do passado possam ser estáveis – pois ressurgem sob nova forma.

Assim, propondo que o *sentido em devir* constitua o objeto das ciências humanas, traça uma diferenciação entre a materialidade (o “objeto-coisa” das ciências exatas e naturais) e o sentido (o objeto das ciências humanas). O material é imutável, mas o sentido, sendo livre, sempre muda. Conforme Bakhtin: “Não se pode mudar o aspecto efetivamente *material* do passado, no entanto, o aspecto de sentido, o aspecto expressivo, falante pode ser modificado, porquanto é inacabável e não coincide consigo mesmo (ou é livre)” (BAKHTIN, 2003, p. 396, grifo do autor).

Em “O problema do texto...” (Bakhtin, 2003 [1959-1961]), ao definir seu conceito de “texto”, define, também, o objeto das ciências humanas como sendo justamente o texto. Neste ponto, vemos um problema na distinção que o autor faz entre as “ciências do texto” e aquelas que, na concepção do filósofo, seriam as ciências que não têm o texto como realidade imediata. Abordemos essa questão.

Inicialmente, Bakhtin é categórico: “O texto é a realidade imediata (...), a única da qual podem provir essas disciplinas e esse pensamento. Onde não há texto não há objeto de pesquisa e pensamento” (BAKHTIN, 2003 [1959-1961], p. 307). O que seria, então, o “texto”?

A priori, o autor define o texto, em sentido amplo, “como qualquer conjunto coerente de signos” (BAKHTIN, 2003 [1959-1961], p. 307). Observemos, portanto, que o texto é uma realidade não física, mas uma *realidade semiotizada*. Ao longo do ensaio, vai detalhando sua concepção de texto. Afirma que esse pode ser compreendido sob dois polos. O primeiro concerne àquilo que é passível de reprodução, o sistema sógnico compreendido justamente como *sistema* (por exemplo, em um texto verbal, o primeiro polo corresponderia ao sistema gramatical, que pode sempre ser reproduzido). Vejamos o que afirma o autor, em suas palavras:

Dois polos do texto. Cada texto pressupõe um sistema universalmente aceito (isto é, convencional no âmbito de um dado grupo) de signos, uma linguagem (ainda que seja a linguagem da arte). **Se por trás do texto não há uma linguagem, este já não é um texto mas um fenômeno das ciências naturais** (semiótico), por exemplo, um conjunto de gritos naturais e gemidos desprovidos de repetição linguística (semiótica).

(...)

Portanto, por trás de cada texto está o sistema da linguagem. A esse sistema corresponde no texto tudo o que é repetido e reproduzido e tudo o que pode ser dado fora de tal texto (o dado).

(BAKHTIN, 2003 [1959-1961], p. 309-310, grifo nosso).

Em um segundo polo, temos, no texto, aquilo que é individual, singular, único, irrepetível, vinculado à situação real concreta de enunciação, isto é, o texto como *enunciado*. O segundo polo, conforme o autor, “só se revela numa situação e na cadeia dos textos (...). Este polo não está vinculado aos elementos (repetíveis) do sistema da língua (os signos) mas a outros textos (singulares)” (BAKHTIN, 2003 [1959-1961], p. 310). Teríamos, fazendo uma analogia às ideias desenvolvidas por Volóchinov (2017) em MFL, o tema e a significação da língua. O primeiro polo seria a significação, ou o “potencial de significar” do sistema; o segundo polo do texto seria o tema – único, concreto, *valorado*.

Observemos que, na citação em destaque acima, o texto não compreende apenas o texto verbal, mas qualquer materialidade semiótica, que, em um plano apresenta um sistema sógnico coerente, e, em um segundo plano ou “polo”, apresenta o sentido vinculado à situação enunciativa e à vida do texto na relação com outros textos.

Nesse segundo polo, além de vincular-se dialogicamente a outros textos, o texto-enunciado tem um autor (BAKHTIN, 2003 [1959-1961], p. 308), realizando uma intenção – a intenção desse autor – e pressupondo, sempre, no mínimo *duas consciências*, pois surge respondendo a algo, a outros textos e motivando uma atitude responsivo-ativa no leitor (o princípio do dialogismo).

Bakhtin (2003 [1959-1961]) afirma ainda que as diversas disciplinas das ciências humanas se dispõem sobre os dois polos do texto: “Entre esses dois polos se dispõem todas as possíveis disciplinas humanísticas, oriundas do dado primário do texto” (BAKHTIN, 2003, p. 311). Ou seja, teorias estruturalistas, por exemplo, que se debruçam sobre a sintaxe ou qualquer outro aspecto do sistema da língua (pensando-se especificamente na Linguística), ocupariam o primeiro polo do texto, ao passo que teorias do discurso tenderiam a um segundo polo do texto.

O que nos incomoda na tese de Bakhtin é a ideia de que as ciências naturais teriam um objeto “não semiotizado”. Se voltarmos à citação em destaque acima, vemos que o teórico é claro quanto a essa questão: “**Se por trás do texto não há uma linguagem, este já não é um texto mas um fenômeno das ciências naturais (...)**, por exemplo, um conjunto de gritos naturais e gemidos desprovidos de repetição linguística (semiótica)” (BAKHTIN, 2003 [1959-1961], p. 309, grifo nosso). Afirma ainda sobre as ciências humanas x ciências naturais: “A ciência do espírito. O espírito (o meu e o do outro) não pode ser dado como coisa (objeto imediato das ciências naturais) **mas apenas na expressão semiótica**” (BAKHTIN, 2003 [1959-1961], p. 310, grifo nosso).

Conceber que podemos ter um objeto de estudo não semiotizado implica a assunção de que o homem pode viver em um mundo puramente físico sem a mediação semiótica, e essa é uma tese que aqui refutamos. Com base em Cassirer (2012), teórico sobre o qual nos debruçaremos no próximo tópico – e que influenciou Bakhtin e Volóchinov, segundo demonstraremos –, entendemos que todo objeto científico é *simbólico* e, portanto, semiotizado, pois os dados científicos “não são dados em qualquer observação casual ou em uma mera acumulação de dados sensoriais” (CASSIRER, 2012, p. 99).

De qualquer forma, a despeito da crítica aqui traçada, é preciso lembrar que, logo no começo do ensaio “O problema do texto...”, Bakhtin modaliza seu discurso, pois, para o teórico, entre as ciências humanas e as ciências naturais, não há “fronteiras absolutas, impenetráveis” (BAKHTIN, 2003 [1959-1961], p. 307).

Sobre o método defendido por Bakhtin para o estudo do *outro* – o *ser que se expressa por meio de textos* –, destacamos o conceito, desenvolvido ainda nos seus primeiros escritos, de *exotopia*. Segundo Amorim (2004, p. 31), há, entre o pesquisador e o sujeito pesquisado um diálogo não simétrico: “devemos admitir que uma dissimetria de princípio entre o lugar do pesquisador e o lugar do outro é um limite que atravessa as diferentes possibilidades de diálogo”. Para “dialogar” com o outro, o sujeito da pesquisa, faz-se necessário, portanto, um olhar exotópico em direção a esse outro.

Bakhtin (2003, p. 396), em MCH, fala em “penetração mútua com manutenção da distância”, como possibilidade de encontro entre as duas consciências da pesquisa. Isto é, o pesquisador precisa tentar “ver” o que o seu outro olha, ter um excedente de visão em relação ao olhar do sujeito pesquisado. Nessa busca pelo olhar do outro, ocorre o encontro de dois contextos, de dois horizontes: o horizonte do pesquisado e o horizonte daquele que interroga, e esse último horizonte abarca aquele.

Em “O problema do texto...”, Bakhtin (2003 [1959-1961]) defende a *compreensão* como processo interpretativo-metodológico próprio das ciências humanas. Aqui, mais uma vez, polariza os fenômenos da natureza (objeto das ciências naturais) e os fenômenos sógnicos (objeto das ciências humanas):

Nenhum fenômeno da natureza tem “significado”, só os signos (inclusive as palavras) têm significado. Por isso qualquer estudo dos signos, seja qual for o sentido em que tenha avançado, começa obrigatoriamente pela compreensão. (BAKHTIN, 2003 [1959-1961], p. 319).

Para o filósofo, a compreensão é dialógica, ocorrendo, nela, o encontro de duas consciências. Em MCH, afirma que a compreensão pode ser desmembrada em diferentes atos particulares. São eles:

1) A percepção psicofisiológica do signo físico (palavra, cor, forma espacial. 2) Seu *reconhecimento* (como conhecido ou desconhecido). A compreensão de seu *significado* reprodutível (geral) na língua. 3) A compreensão de seu *significado* em dado contexto (mais próximo e mais distante). 4) A compreensão ativo-dialógica (discussão-concordância). A inserção no contexto dialógico. O elemento valorativo na compreensão e seu grau de profundidade e de universalidade. (BAKHTIN, 2003, p. 398, grifo do autor).

Aqui, o teórico trata da compreensão em sentido geral, mas também os atos acima descritos, sobretudo o terceiro e o último – inserção no contexto dialógico – podem ser também concebidos como etapas de uma investigação no âmbito de uma teoria dialógica do discurso. Dessa forma, julgamos que, no terceiro ato, quando o pesquisador busca compreender o texto, procura os *significados valorativos*, isto é os valores semiotizados, e os remete aos valores mais substâncias – os elos mais distantes – e, também, aos valores mais atuais, projetados nas camadas mais “visíveis” do enunciado. cremos, ademais, que a busca por esses “elos mais distantes” leva-nos àquele fundo dialogizante citado anteriormente como etapa de uma personificação: isto é, o “tom”, a “entonação” que dialogiza o enunciado e que remete aos valores substanciais de determinado grupo social.

Por fim, sobre o instrumento de investigação, temos a *linguagem*. A respeito desse instrumento, algumas considerações precisam ser tecidas. Faremos isso no subtópico a seguir.

3.3.1.2 A linguagem e o “Terceiro”

A linguagem é o instrumento não apenas das ciências humanas, mas de qualquer ciência; qualquer forma de conhecimento precisa da linguagem para relatar os dados de um experimento, para relatar a análise, a metodologia utilizada etc.

Conforme discutiremos adiante, com base na visão que o filósofo Ernst Cassirer apresenta da ciência, a linguagem ocupa papel tão importante, que, ao longo da história, em diversas disciplinas, foi o ponto crucial para classificar um estudo como “científico” ou não. O exemplo que apresentaremos é o da alquimia, que, para Cassirer (2012), tinha métodos refinados de observação, mas não uma linguagem adequada para reportar esses dados.

Bakhtin, em seus primeiros textos já demonstra inquietações a respeito da linguagem “abstrata”, a linguagem da ciência. Em PFA (BAKHTIN, 2010) – texto que, segundo Faraco (2009), ainda não faz parte da “virada linguística” pela qual passou o autor posteriormente – encontramos duas referências ou dois questionamentos sobre a linguagem. Em um momento, o autor questiona-se sobre a possibilidade de a linguagem conseguir traduzir o ato, dado o seu caráter tão fugidio, tão vinculado ao “aqui” e “agora”. Uma página antes, o teórico questionava-se sobre a expressão do pensamento abstrato. Vejamos:

Na sua pureza, o que é abstrato, é verdadeiramente inefável: cada expressão é muito concreta para o sentido puro, e **deforma e ofusca sua validade e a pureza do sentido em si**. Por isto no pensamento abstrato não pegamos nunca uma expressão em toda a sua completude. (BAKHTIN, 2010, p. 83, grifo nosso).

O autor concebe a linguagem como algo muito mais adaptada para expressar a verdade concreta de cada um (a *pravda*) que para expressar uma verdade “absoluta”, “abstrata” (*istina*). Adiante, faz uma interessante observação sobre o desenvolvimento da linguagem. Afirma que “Historicamente a linguagem desenvolveu-se a serviço do pensamento participante e do ato, e somente nos tempos recentes de sua história começou a servir o pensamento abstrato” (BAKHTIN, 2010, p. 84). Ou seja, a linguagem não surgiu a serviço da ciência, mas a serviço da existência concreta, prática do homem. A linguagem deixa-se marcar pelas coordenadas da enunciação – pelo aqui, agora –, pelas *coordenadas valorativas* (o “tom emotivo-volitivo”) do “eu-para-mim” que enuncia, a partir das quais adquirem sentido expressões como “tarde”, “baixo”, “alto”, “deve-se” etc (BAKHTIN, 2010, p. 119).

Somente a posição abstrata de um *terceiro*, isto é, de um “eu” não encarnado, não vivenciado como eu-para-mim poderia “abolir” os aspectos valorativos que penetram a linguagem. Assim, a ideia e a constante referência a um suposto “terceiro”, tão presente em ensaios como MCH ou “Apontamentos”, remetem ainda ao ensaio PFA.

Esse “eu não encarnado” abstrairia ou, antes, aboliria a relação eu-tu – a relação essencial na filosofia dialógica bakhtiniana. E o “eu” e o “tu” são caracterizados, nessa filosofia, por terem um papel único, não intercambiável. Segundo Ponzio (2013),

A relação com o outro enquanto centrada na responsabilidade sem álibis do eu comporta uma assimetria ineliminável, uma não conversibilidade fundamental que a diferenciam nitidamente da relação eu-tu de Buber, que, como observa Lévinas (“Martin Buber” em Lévinas 1982), é reversível e se assemelha à relação com o outro **vista por um terceiro não pátcipe**, para

o qual os papéis do eu e do tu podem ser trocados e cada um pode ser tu ou eu indiferentemente. (PONZIO, 2013, p. 59, grifo nosso).

O terceiro, na visão de Bakhtin, seria o “homem em geral”, o homem que, na vida vivenciável, na “vida efetivamente vivida”, não existe. E somente esse homem em geral, “desencarnado”, traria uma linguagem absolutamente neutra. Assim, a linguagem abstrata, a linguagem da ciência não é jamais neutra. A “neutralidade” tanto pretendida é, na verdade, um efeito, uma “crença” disseminada em algumas disciplinas.

Em “Apontamento...” (BAKHTIN, 2003), Bakhtin faz interessantes observações sobre a metalinguagem, isto é, a linguagem da ciência. Concebe que essa não pode ser “neutra”, pura, pois “A metalinguagem não é apenas um código, sempre se refere dialogicamente à linguagem que descreve e analisa” (BAKHTIN, 2003, p. 371). Trata-se, portanto, de uma linguagem sobre outra linguagem, e, portanto, de uma consciência sobre outra consciência – é uma posição assumida.

Em MCH trata ainda da metalinguagem, como sendo um sentido que se debruça sobre outro sentido: “Em que medida é possível descobrir e comentar o sentido? Só mediante outro sentido”. Logo: “É impossível dissolver o sentido em conceitos” (BAKHTIN, 2003, p. 399).

Apresentada a visão de Bakhtin sobre a ciência em seus ensaios posteriores, trataremos, a seguir, da concepção do filósofo E. Cassirer sobre a ciência, para, por fim, tecermos nossas conclusões neste capítulo.

3.4 A visão de E. Cassirer sobre a ciência

Nesta tese apresentamos e discutimos a visão do filósofo alemão Ernst Cassirer (CASSIRER, 2001; 2011; 2012) acerca da ciência, de sua teoria do conhecimento. Não pretendemos, nesta tese, esboçar considerações extensas sobre teoria do conhecimento, pois, assim, cremos, fugiríamos de nossos propósitos. Dessa forma, escolhemos um teórico específico que trata do tema. A escolha por Cassirer justifica-se pela influência significativa que esse teria exercido sobre o pensamento do Círculo de Bakhtin, conforme atestam diferentes autores (BRANDIST, 2012; DOP, 2001; GRILLO, 2017; SOBRAL, 2008) – influência essa que será também discutida aqui em nossa leitura da *Filosofia das formas simbólicas*.

De antemão, adiantamos que vemos ideias similares na concepção de “unidade da cultura humana”, defendida por Bakhtin em PCMF (BAKHTIN, 2002), de “totalidade” ou “unidade” das esferas ou campos ideológicos, defendida por Volóchinov (2017) e Medviédev (2016), com a ideia de “unidade das formas simbólicas”, proposta por Cassirer (2001). Também, a concepção de “símbolo” de Cassirer em muito lembra a ideia de “signo” de Volóchinov (2017), embora haja diferenças específicas a cada conceitual teórico. A visão do símbolo e da forma simbólica como uma *forma arquetônica* que transcende a materialidade encontra ecos no ensaio PCMF, de M. Bakhtin (2002), conforme argumentaremos.

Grillo (2017), em seu ensaio introdutório da edição de MFL, traduzido pela autora diretamente do russo, afirma que “uma das origens do conceito de signo ideológico como reflexo e refração do real” (GRILLO, 2017, p. 15) estaria na ideia de construção ativa e mediadora do real pelas diferentes formas simbólicas, em especial a linguagem, conforme defende Cassirer (2001). Na tradução de MFL feita por Grillo (2017), lê-se, em nota de rodapé na página 120, uma referência direta a E. Cassirer por Volóchinov. Antes, na página 94, também há uma referência direta à obra “Filosofia das formas simbólicas” (CASSIRER, 2001). Nessa nota, após criticar a filosofia idealista da cultura “e os estudos culturais de cunho psicológico” que “situam a ideologia na consciência” (VOLÓCHINOV, 2017, p. 94), Volóchinov faz uma ressalva: “É necessário mencionar que, no neokantismo moderno, há uma mudança nesse sentido. Estamos nos referindo ao último livro de Cassirer, *Philosophie der symbolischen Formen*, V. i, 1923” (VOLÓCHINOV, 2017, p. 94). Sustenta o teórico russo que Cassirer, “sem abandonar o terreno da consciência”, considera “a representação como o seu traço fundamental. Cada elemento da consciência representa algo, possui uma função simbólica” (VOLÓCHINOV, 2017, p. 94). A noção de *representação*, argumenta Volóchinov, confere à “ideia” uma realidade sensorial, tão sensorial quanto o é a matéria. Todavia, o sensorial, ao pertencer ao “signo simbólico” assume caráter representativo – *medeia o real*.

Dop (2001), em sua tese de doutorado sobre a tradição hegeliana na obra de Bakhtin, argumenta que a ideia segundo a qual na linguagem que se constroem a consciência, a interação social e a formação cultural é fortemente pautada na *filosofia das formas simbólicas*, de Cassirer, e na hermenêutica de Humboldt. Mostra que há uma referência a Cassirer, feita diretamente por Bakhtin, no ensaio “Formas de tempo e cronotopo no romance” (BAKHTIN, 2018 [1937-1939]), e afirma que a *Filosofia das formas simbólicas* foi um dos principais trabalhos filosóficos que teria trazido a Bakhtin o conceito de linguagem e diálogo. Cita, por fim, Brandist (1997), para quem o ecletismo teórico de Bakhtin fundamentar-se-ia na leitura

que esse teórico fez de Cassirer, mais especificamente, na filosofia hegeliana conforme esta foi modificada por Cassirer em suas obras.

Constatada a influência de Cassirer sobre a obra do Círculo de Bakhtin, apresentemos, adiante, algumas ideias de Cassirer sobre a ciência como uma forma específica de construção do real. Antes, porém, julgamos necessário discutir o que o filósofo alemão entende por “forma simbólica”, e, assim, os conceitos de *símbolo*, de *cultura* e do *homem como ser simbólico* aparece-nos como pontos norteadores.

3.4.1 A filosofia das formas simbólicas

Entender o conceito de “forma simbólica” formulado por Cassirer (2001; 2012) pressupõe que sejam discutidas questões como: qual é a natureza do homem em relação aos demais seres animais? Como o homem estabelece uma relação com o meio que o circunda e de que forma tem acesso ao “real”?

Tendo em vista esses questionamentos, Cassirer (2012, p. 47) afirma que o círculo funcional do homem “não é só quantitativamente maior” que o de outras espécies, como, também, passou “por uma mudança qualitativa”. Adiante, reforça que, se comparado a outros animais, o homem vive em “uma nova dimensão de realidade” (p. 47-48), e conclui: “Não estando mais num universo meramente físico, o homem vive em um universo simbólico. A linguagem, o mito, a arte e a religião são partes desse universo” (CASSIRER, 2012, p. 48).

Há uma ruptura qualitativa entre o homem e os demais animais: enquanto estes parecem confrontar-se com uma realidade imediata, física, concebida por meio dos órgãos dos sentidos, aquele não habita mais um universo meramente físico, mas um universo dotado de valores simbólicos. Com efeito, assevera Cassirer (2012, p. 48): “A realidade física parece recuar em proporção ao avanço da atividade simbólica do homem”. A linguagem representa esse ponto de ruptura.

A diferença entre universo físico e simbólico é uma diferença qualitativa: trata-se de ordens distintas. Essa diferença foi insistida por Volóchinov (2017) e Medviédev (2016), conforme discutimos no capítulo anterior. Ao propor o conceito de “signo ideológico”, Volóchinov (2017) argumenta que há uma diferença qualitativa entre um objeto físico ou um instrumento de consumo e um signo ideológico, o que não impede que aqueles possam tornar-se signos; mas, se assim se tornarem, passam da ordem do “imediato”, da ordem do físico, para a ordem do cultural, do ideológico. Já a passagem de um material *sínico* (verbal por

exemplo) para outro material sígnico (pictórico) não é uma passagem qualitativa, mas *quantitativa*: muda-se apenas a materialidade, mas a *função semiótica* permanece.

Segundo afirmamos acima, Volóchinov (2017), em MFL, faz algumas referências a Cassirer em notas de rodapé. Em uma delas, menciona o que ele denomina como “signo simbólico” postulado por Cassirer. Assim como Volóchinov (2017) distingue o signo do sinal, Cassirer (2001; 2012), em suas discussões, para postular a tese do homem como “animal simbólico”, propõe uma distinção entre o símbolo e o sinal. O “signo ideológico” de Volóchinov não é propriamente um conceito equiparado ao “símbolo” de E. Cassirer, pois a esse (ao símbolo) não se atribui aquela principal característica tanto insistida por Volóchinov em seu signo: a ideologia – a ideologia como resultado de uma “luta de classes” que refrata o signo, atribuindo-lhe sentidos monovalentes (os valores da classe dominante). Ao invés de trabalhar com esse conceito de ideologia, Cassirer centra-se no conceito de “cultura”, como algo que permite a objetivação do homem no simbólico, no “universal”: por meio da cultura, o homem transcende a existência orgânica, “dispersa”, e passa para o domínio da existência com os outros homens.

Todavia, a ideia de que o “real” físico não é acessível diretamente ao homem, uma vez que esse acessa o mundo por *intermédio* de algo – o signo (para Volóchinov), o símbolo (para Cassirer) – e que esse algo, portanto, passa a “construir” ativamente o real, é uma ideia base em ambos os teóricos.

Sobre a distinção símbolo/sinal, argumenta Cassirer:

O símbolos – no sentido próprio do termo – não podem ser reduzidos a meros sinais. Sinais e símbolos pertencem a dois universos diferentes de discurso: **um sinal faz parte do mundo físico do ser; um símbolo é parte do mundo humano do significado**. Os sinais são “operadores” e os símbolos são “designadores”. Os sinais, mesmo quando entendidos e usados como tais, têm mesmo assim uma espécie de **ser físico ou substancial; os símbolos têm apenas um valor funcional**. (CASSIRER, 2012, p. 58, grifo nosso).

No trecho acima, destacamos aquela que é uma das características básicas distintivas entre o sinal (parte do mundo físico) e o símbolo (parte do mundo humano do significado) – conforme já abordamos – e também outra característica essencial que distingue os dois conceitos – e que se mostra essencial para a compreensão das formas simbólicas. Trata-se da distinção substância *versus* função.

A “substância” ou “coisa em si” vincula-se ao mundo dos sentidos, ao mundo físico, remetendo, portanto, ao sinal. O símbolo, por sua vez, não podendo ser definido em termos do

mundo físico, não tem “substância”, tem um valor relacional ou funcional. O exemplo mais claro para se entender essa característica do símbolo é o número. Se falarmos “casa” ou “cavalo”, imediatamente formamos uma ideia de casa, apontamos para um cavalo andando na rua etc. Mas, se falamos “dois”, “três”, “quatro” ou qualquer outro número, não formamos uma imagem correlata ao conceito, nem apontamos para algo no mundo como sendo o número “dois”. Um número não é uma coisa em si, não tem substância: estabelece-se por pura relação entre os números. “Dois” é “um mais um” ou “cinco menos três”.

Um símbolo, ademais, existe na dependência do valor que constrói na “totalidade”, é uma *forma arquetônica*, conforme Cassirer (2012). Para exemplificar essa ideia, Cassirer (2012), opondo-se ao que ele denomina como “teorias sensacionalistas” (isto é, teorias que propõem uma relação estrita entre um estímulo físico externo dado e uma sensação no espírito), argumenta que os símbolos e o simbolismo humano não podem ser reduzidos à materialidade. Aduz que, se o simbolismo humano estivesse restrito à materialidade que o constitui, pessoas com limitações no acesso ao mundo físico (uma pessoa com restrições em um ou mais sentidos: surda, cega etc) não teriam acesso ao mundo cultural. Cita e discute o famoso exemplo de Hellen Keller, que, a despeito de ter nascido cega e surda, com a ajuda de sua professora, Mrs. Sullivan, (que, pelo tato lhe ensina uma linguagem de sinais), conseguiu plena participação no mundo da cultura. O trecho abaixo é esclarecedor:

A cultura humana não deriva o seu caráter específico e seus valores morais e intelectuais do material que a consiste, e **sim de sua forma, sua estrutura arquetônica**. E tal forma pode ser expressada em qualquer material dos sentidos. A linguagem vocal tem uma grande vantagem técnica sobre a linguagem tátil, mas os defeitos técnicos desta não destroem o seu uso essencial. **O livre desenvolvimento do pensamento simbólico e da expressão simbólica não é obstruído pelo uso de sinais tácteis em lugar dos vocais**. Se a criança consegue **apreender o sentido da linguagem humana, não interessa por qual material esse sentido é acessível para ela**. Como prova o caso de Hellen Keller, o homem pode construir o seu mundo simbólico com base nos materiais mais pobres e escassos. A coisa de importância vital não são os tijolos e pedra individuais, mas a sua *função* geral como forma arquetônica. (CASSIRER, 2012, p. 64, destaques em negrito nossos; em itálico, do autor).

Encontramos, a partir do trecho acima, “ecos” no ensaio PCMF, de Bakhtin. Naquele ensaio, no domínio da estética, o teórico russo postula que a arte não pode ser definida por sua materialidade, como o faz a estética material. O valor de uma música, por exemplo, não reside

na materialidade física do som em si, mas no todo que o som expressa, nos sentidos. Cada som isolado coopera para a harmonia da totalidade. O mesmo é válido para qualquer arte.

Com efeito, os produtos estéticos, sendo produtos culturais (e não objetos físicos), não poderiam, na visão de Cassirer (2012), ser encerrados em sua materialidade. *O cultural transcende o material*. Para entendermos essa afirmação, pensemos no exemplo dos “tijolos” e “pedras individuais” citados por Cassirer (2012), no trecho destacado acima: uma casa não vai deixar de ser casa, ou adquirirá outra forma se ao invés de utilizarmos tijolos em sua construção, usarmos pedras ou mesmo madeira. A forma geral, “arquitetônica”, o “todo” é mantido. Assim é o símbolo e assim é a cultura que ele constrói.

A forma arquitetônica é, portanto, uma forma *relacional* que conjuga as partes a um todo significativo, transcendendo a materialidade física, a “coisa em si” ou a *substância*: *Arquitetônica é função e não substância*. Cassirer concebe o símbolo como forma arquitetônica: entende que a função simbólica é qualitativamente distinta da sinalidade – esta presa à substância.

Cabe aqui chamarmos a atenção para o fato de que, ao tratar dos símbolos na definição do homem como animal simbólico, Cassirer (2012) não confere primazia a quaisquer materialidades no processo de acesso ao cultural, conforme citamos. Volóchinov (2017) e Medviédev (2016) insistem na materialidade dos processos semióticos, como princípio constitutivo, segundo abordamos no capítulo antecedente (o princípio da *materialidade*). Volóchinov (2017), em MFL, além de destacar a materialidade como princípio que constitui o signo ideológico, afirma que o signo verbal tem certa primazia em relação aos demais signos devido à sua “pureza semiótica” (a palavra como *signo ideológico por excelência*).

Parece-nos que a ênfase dada por Volóchinov (2017) e Medviédev (2016) à materialidade do signo deve-se à necessidade de estabelecimento do terreno no qual os autores se situam: a filiação teórica desses filósofos, que precisam postular suas ideias no campo do Marxismo; a necessidade de contraposição ao idealismo.

Outra característica que diferencia o sinal e o símbolo, segundo Cassirer (2012), consiste no sentido fixo e singular do sinal, em oposição à variabilidade, versatilidade do símbolo. Argumenta Cassirer (2012, p. 65): “Um sinal ou signo está relacionado à coisa à qual se refere de um modo fixo e singular”. Como exemplo, cita os experimentos de Pavlov com cães, os quais mostraram que esses animais podiam compreender uma linguagem específica substitutiva, mas essa “linguagem”, na verdade, não pode ter qualquer paralelo com o simbolismo humano, pois, “Um símbolo humano genuíno não é caracterizado por sua

uniformidade, mas por sua versatilidade. Não é rígido e inflexível, e sim móvel” (CASSIRER, 2012, p. 65).

A fim de sintetizar as ideias até o momento expostas, propomos o quadro abaixo:

QUADRO 5

SINAL X SÍMBOLO SEGUNDO CASSIRER (2001; 2012)	
SINAL	SÍMBOLO
Vinculado ao mundo físico, sensorial	Pertence ao mundo cultural: constrói ativamente o real
Tem substância	Não é definido em termos de substância, mas em termos de relação ou função
Sentido fixo e uniforme	Versatilidade móvel

Fonte: Elaboração própria

Por fim, assinalamos que a distinção sinal/signo feita por Volóchinov (2017) ou sinal/símbolo, por Cassirer (2001; 2012), tem caráter ilustrativo introdutório, pois, argumentam Volóchinov (2017) e Medviédev, não interagimos por meio de signos, mas por meio de *enunciados*: os signos estruturam-se em uma totalidade. Analogamente, segundo Cassirer (2001), os símbolos, para exercerem sua função, estruturam-se em *formas simbólicas*.

Não pretendemos, com a analogia acima, afirmar que as formas simbólicas equivaleriam ao enunciado. Trata-se de conceitos totalmente distintos. Pretendemos, antes, evidenciar que, assim como o signo organiza-se em um “todo”, o enunciado (que, por sua vez, tende à estabilização em gêneros do discurso), o símbolo também organiza-se em uma totalidade significativa e funcional. Aqui, o paralelo dá-se sobre essa ideia de “totalidade”: uma espécie de *Gestalt* – “um todo da relação”, que “só pode ser percebida nesse todo em determinadas circunstâncias” (BRANDIST, 2012, p. 43).

No primeiro volume da “Filosofia das formas simbólicas”, Cassirer (2001, p. 19), define as formas simbólicas como “formas específicas de ‘objetivação’”, que podem ser compreendidas como “meios de elevar o individual para o nível do universalmente válido” (CASSIRER, 2001, p. 19). As formas simbólicas são formas de construção ativa do real, como “uma força primeva formadora, e não apenas reprodutora” (CASSIRER, 2001, p. 19). Essa “força primeva”, conforme Cassirer,

(...) **não se limita a expressar passivamente a presença de um fenômeno**, pois possui uma energia autônoma do espírito, graças à qual a presença pura e simples do fenômeno adquire um determinado “significado”, um conteúdo ideal peculiar. **Isto é válido tanto para a arte como para o conhecimento, para o mito tanto quanto para a religião.** Todas essas manifestações do espírito vivem em mundo peculiares de imagens

(Bildwelten), nos quais **os dados empíricos não são simplesmente refletidos, e sim criados de acordo com um princípio autônomo.** (CASSIRER, 2001, p. 19, grifo nosso).

No trecho acima, Cassirer (2001) particulariza as formas simbólicas – arte, conhecimento, mito, religião – e afirma que essas formas não “refletem o real”, antes o criam, “estabilizam” o mundo empírico. Em “Ensaio sobre o homem” (CASSIRER, 2012), argumenta que as formas simbólicas são meios através dos quais o homem *organiza e sistematiza* seus pensamentos, desejos e emoções. Assim, entende-se que as formas simbólicas, estando no cerne do simbolismo humano, definem a natureza humana, diferenciando-a de outras espécies; ordenam a realidade do homem, criando, “fixando” e sistematizando esse real em um sistema apreensível por todos (por isso, são formas de objetivação, que elevam o individual ao universal) e fora do qual não é possível a existência cultural como a concebemos. São, antes, formas que permitem a *intersubjetividade*.

Cassirer (2001) acrescenta que as diferentes formas simbólicas não podem ser reduzidas umas às outras: elas não se fundem, “uma vez que cada uma delas designa uma determinada forma de compreensão, na qual e através da qual se constitui um aspecto particular do “real”” (CASSIRER, 2001, p. 19). Assim, a arte e a ciência, por exemplo, constroem o real cada uma a seu modo. É importante destacar que Cassirer (2001, 2012) sempre enfatiza que nenhuma forma simbólica é superior à outra. Em “Ensaio sobre o homem” (2001), ao tratar da ciência, reconhece que essa forma assumiu, na atualidade, certa hegemonia, mas isso não faz da ciência uma forma superior à religião ou à arte: todas as formas simbólicas cumprem seu papel. Por isso, anteriormente, no subtópico 3.2.3., afirmamos que a teoria de Darwin e a teoria de Lamarck são teorias divergentes, ao passo que a visão Criacionista, em sua origem, não é apenas oposta a Darwin ou Lamarck: trata-se de visões incompatíveis – essas fundadas no simbolismo da ciência; aquela, no simbolismo mítico.

Todavia, embora as formas simbólicas construam o mundo cada uma à sua maneira, elas estão “unidas” por uma mesma função. Como diferentes manifestações da cultura humana, constituem uma *unidade*:

A linguagem, o mito e a religião não são criações isoladas, aleatórias. Estão unidas por um vínculo comum. Mas esse vínculo não é um *vinculum substantiale*, como foi imaginado e descrito pelo pensamento escolástico; é antes um *vinculum functionale*. É a função básica da fala, do mito, da arte e da religião que devemos buscar por trás de suas inúmeras formas e

expressões, e para a qual em última instância devemos tentar encontrar uma origem comum (CASSIRER, 2012, p. 115).

No trecho acima, vemos o destaque que Cassirer confere à função, em detrimento da substância, conforme já assinalamos anteriormente. As formas simbólicas desempenham a função básica de constituição do homem como “animal cultural”. Estão unidas, portanto, pela unidade da cultura.

Observemos que essa ideia de *unidade* das formas simbólicas e *especificidade* de cada uma delas muito lembra a tese defendida por Medviédev (2016) e Volóchinov (2017) acerca das *esferas de criação ideológica*. Medviédev (2016, p. 47) critica o neokantismo, que, segundo o autor, procurava, tal qual o positivismo, “reduzir os princípios e os métodos autossuficientes a um sistema”; defende o materialismo dialético como única forma possível de “realizar a almejada síntese da concepção de mundo filosófica com todo o estudo histórico concreto dos fenômenos específicos à arte, à ciência, à moral, à religião” (MEDVIÉDEV, 2016, p. 48). No entanto, sua visão dos diferentes “fenômenos culturais” – ciência, arte etc – obedece ao primado da sistematicidade. Cada domínio, conforme o autor, é uma manifestação (“material”, “concreta”, nos termos do materialismo histórico a que se filia o autor) de *uma criação ideológica*, obedece aos princípios de criação da ideologia. Há algo que une todos os domínios. Cada um deles, assinala Medviédev, e, também, Volóchinov, tem sua especificidade, suas própria forma de “refração”, suas “leis de funcionamento”; mas, em suas diferenças, estão unidas manifestações da consciência social – consciência essa “determinada pela existência econômica” (MEDVIÉDEV, 2016, p. 56). Afirma Medviédev:

O meio ideológico é sempre dado no seu vir a ser dialético vivo; nele, sempre existem contradições que, uma vez superadas, reaparecem. Mas para cada coletividade, em dada época do seu desenvolvimento histórico, **esse meio se manifesta em uma totalidade concreta**, singular e única, reunindo em uma síntese viva e imediata a ciência, a arte, a moral e outras ideologias. (MEDVIÉDEV, 2016, p. 57, grifo nosso).

A Arte, ciência, moral, religião possuem especificidades e leis de funcionamento. Mas, manifestas em uma *totalidade*, são produto de uma espécie de “lei geral” ideológica que precede sua existência. Em Cassirer, arte, religião etc são formas simbólicas diferentes umas das outras, mas unidas por uma mesma função. Assim, estabelece-se uma dinâmica entre especificidade das diferentes “ideologias” (Medviédev) ou formas simbólicas (Cassirer) e totalidade ou unidade dessas ideologias ou formas simbólicas, produtos de uma “função geral”.

É preciso destacar que “aquilo que une” as diferentes “ideologias” ou “campos de criação ideológica” (termos usados por Medviédev e Volóchinov) é a linguagem. Cassirer (2001), em sua teoria da cultura humana, também concebe a linguagem (esta vista como uma forma simbólica) como princípio unificador. O filósofo alemão argumenta que as diferentes formas simbólicas são modos através dos quais o homem encontrou respostas ao “caos orgânico” a que estava inicialmente submetido. Todas – arte, mito, ciência –, cada uma a seu modo, cumprem o papel de *fazer o homem tornar-se homem*.

Uma semelhança entre os pensamentos de Medviédev e Volóchinov e Cassirer deve ser destacada: observemos que Medviédev (2016) – e também Volóchinov (2017) – pontuam o “vir a ser” das esferas – estas não podem ser vistas como “estanques”, uma vez que fazem parte – “refletem e refratam” – uma complexa dinâmica social. Cassirer também concebe suas formas simbólicas como formas “dinâmicas”, “vivas”, embora não conceba, obviamente, essa dinamicidade como resultado de uma “luta de classes”, como ressalta Volóchinov (2017). A dinamicidade das formas simbólicas é resultado da própria dinamicidade cultural. Assim como há “contradições” nas esferas, segundo Medviédev (2016) e Volóchinov (2017), Cassirer concebe contradições entre as formas simbólicas. Vejamos:

Na experiência humana não encontramos, de maneira alguma, as várias atividades que constituem o mundo da cultura existindo em harmonia. Ao contrário, **vemos o atrito perpétuo entre forças conflitantes**. O pensamento científico contradiz e suprime o pensamento mítico. A religião, em seu mais alto desenvolvimento teórico e ético, vê-se na necessidade de defender a pureza de seu próprio ideal contra as fantasias extravagantes do mito ou da arte. Assim, a unidade e a harmonia da cultura humana parecem ser pouca coisa mais que um *pium desiderium* – um embuste virtuoso – que é constantemente frustrado pelo curso real dos acontecimentos. (CASSIRER, 2012, p. 118-119, destaque, em negrito, nosso).

Assinala Cassirer (2012) que, a despeito desses “atritos” entre forças conflitantes, deve-se ter clara a distinção entre o “material” e o “formal”: entender que o material, ou seja, o resultado das diferentes atividades humanas, leva-nos a crer que todas essas atividades não podem ser concebidas em um denominador comum (uma “unidade”); mas o formal, a síntese filosófica, que se debruça não no produto, mas no processo criativo, permite compreender que todas as formas simbólicas trabalham “para um fim comum” (CASSIRER, 2012, p. 119): todas elas definem o homem em sua especificidade como um ser cultural.

É preciso destacar, também, o papel eminentemente *ativo* que o homem tem nas formas simbólicas: ele não se submete passivamente, embora toda sua existência só adquira

sentido no interior de um simbolismo; ele constrói esse mundo simbólico. O trecho abaixo é bem elucidativo:

O homem não pode encontrar a si mesmo, não pode tomar consciência de sua individualidade, a não ser através do meio da vida social. Para ele, porém, esse meio significa mais que uma força externa determinante. O homem, como os animais, **submete-se às regras da sociedade, mas além disso, tem uma participação ativa na criação e um poder ativo de mudança das formas de vida social.** (CASSIRER, 2012, p. 363, grifo nosso).

Equaliza-se, assim, a relação entre o social e o individual: o homem é inteiramente social, já que sequer compreenderia a si fora de alguma formação social. Todavia, é no social que o homem reconhece sua *individualidade*, e, ao fazê-lo, reconhece, também, seu papel ativo de transformação. Afirma Cassirer que o papel ativo do homem emerge desse reconhecimento da individualidade, inexistente nas realizações animais. Nessas, segundo o autor, “Não há qualquer latitude para a escolha ou a capacidade individual. Só quando chegamos as estágios superiores da vida animal encontramos os primeiros indícios de uma certa individualização” (CASSIRER, 2012, p. 364).

A conclusão do filósofo alemão, acerca da função das formas simbólicas na vida humana, reside no potencial libertário da cultura: “a cultura humana pode ser descrita como o processo da progressiva autolibertação do homem. A linguagem, a arte, a religião e a ciência são várias fases desse processo” (CASSIRER, 2012, p. 371). Na participação ativa nas formas simbólicas, o homem experimenta o poder de criação, de construção de seu mundo, e de transformação desse mesmo mundo. Reconhece, também, sua responsabilidade, entendendo-se como ser individual dentro de uma dinâmica social.

A conclusão de Cassirer (2012), a nosso ver, é compatível com o pensamento bakhtiniano, seja no que tange à assunção da responsabilidade (BAKHTIN, 2010) de cada um, seja na visão ou mesmo na busca do elemento “libertário” do homem – busca essa que marca a vida de Bakhtin, na formulação de seus conceitos de polifonia, carnavalização, ou na visão que o teórico tem das ciências humanas, conforme discutimos anteriormente.

Também, a equalização “social” e “individual” converge com a ideia do Círculo: somos seres inteiramente sociais, mas conservamos nossa individualidade, nosso papel ativo no mundo. Jamais se postula a visão de um ser “assujeitado” – esse viveria à mercê dos processos sociais e não participaria da dinâmica da vida.

Por fim, antes de passarmos para o próximo subtópico, no qual abordamos a concepção que Cassirer tem da ciência, destacamos a interessante ideia desenvolvida pelo autor sobre uma “polaridade fundamental”, sobre as tensões de forças que convivem “em todos os domínios da vida cultural” (CASSIRER, 2012, p. 365). Segundo Cassirer,

Podemos falar de uma tensão entre estabilização e evolução, entre uma tendência que leva a **formas fixas e estáveis de vida e outra que rompe esse esquema rígido**. O homem fica dividido entre essas duas tendências, uma das quais procura preservar as formas antigas, enquanto a outra esforça-se para produzir novas formas. **Há uma luta incessante entre a tradição e a inovação, entre forças reprodutivas e criativas**. Esse dualismo é encontrado em todos os domínios da vida cultural. O que varia é a proporção dos fatores opostos. Ora um fator, ora outro, parece preponderar. (CASSIRER, 2012, p. 365).

A concepção de que em todas as formas simbólicas há a tensão entre forças reprodutivas e criativas, conservadoras e inovadoras lembra-nos, um pouco, a ideia de forças centrípetas e centrífugas que coexistem na vida verboideológica, conforme defende Bakhtin (2015). Todavia, destacamos que as forças centrípetas e centrífugas a que se refere Bakhtin são resultado da luta de grupos sociais – trata-se de processos sociopolíticos e culturais que estratificam internamente a língua (isto é, são como que *forças externas* que acabam configurando a língua internamente). Em Cassirer, as forças inovadoras e conservadoras são “*forças internas*” às formas simbólicas, cuja dinâmica as caracteriza de diferentes modos.

Nesse sentido, no mito e na religião primitiva, segundo Cassirer (2012), predomina a tendência à estabilização em detrimento da inovação. O ritual, a sacralidade da idade, a ausência de espaço para a liberdade de pensamento individual são traços dessa tendência estabilizadora. O pensamento mítico e religioso primitivo, todavia, são “gradualmente afrouxados” por uma nova dinâmica religiosa. Conforme Cassirer (2012, p. 366-367), nessa nova dinâmica religiosa, “os poderes individuais obtiveram a predominância sobre os simples poderes de estabilização”.

Na linguagem, as duas forças encontram certa equalização. As formas linguísticas precisam de estabilidade até mesmo para serem compreendidas: mudanças bruscas a cada nova enunciação tornariam a linguagem ininteligível. No entanto, a aquisição da linguagem demanda inovação: o processo de aquisição é sempre ativo e produtivo.

Na arte, a originalidade, a inovação são preponderantes sobre a tradição. Cassirer (2012, p. 368) afirma que “Na arte não nos contentamos com a repetição ou reprodução de formas tradicionais. Sentimos uma nova obrigação; introduzimos novos padrões críticos”.

Todavia, mesmo na arte, a tradição tem importância, pois “Os mesmos motivos fundamentais da arte ocorrem repetidamente” (CASSIRER, 2012, p. 369).

A ciência, por fim, tende ao conservadorismo. Embora uma nova teoria sempre traga em si traços do autor, “No conteúdo objetivo da ciência, esses traços são esquecidos e apagados, pois uma das principais metas do pensamento científico é a eliminação de todos os elementos pessoais e antropomórficos” (CASSIRER, 2012, p. 371).

Devemos destacar que a visão que Cassirer tem da ciência vincula-se muito ao pensamento das ciências exatas, pois, no terceiro volume da “Filosofia das formas simbólicas” (CASSIRER, 2011), o autor afirma que as ciências exatas, e particularmente a matemática, constituirá seu objeto de estudo. Todavia, ao longo de suas obras, o teórico lança seu olhar sobre outras ciências, como a Biologia e a Linguística.

Feitas essas considerações, passemos a discutir a visão que Cassirer apresenta sobre a ciência, por ele considerada uma “forma simbólica”.

3.4.2 A construção do real pela ciência

3.4.2.1 O real dentro do espaço e do tempo

Para tratar da ciência e da forma como esta constrói o real, faz-se necessário, antes, abordar as coordenadas dentro das quais “toda a realidade está contida” (CASSIRER, 2012, p. 73). Trata-se do espaço e do tempo.

Conforme citamos anteriormente, Bakhtin, segundo observa Holquist (2015, p. 43), utiliza “metáforas visuais como recurso para dramatizar a utilidade do tempo-espaço na definição da necessidade do outro na formulação do eu”. O “eu” é “não-espacial” e “não-temporal”, fragmentado no espaço, não percebido no tempo, ao passo que o “outro” tem espacialidade e temporalidade. Essas categorias definem o eu e o outro como valor ético e estético. No que concerne ao valor do eu e do outro na ciência – considerando-se as coordenadas dentro das quais a realidade está contida – é preciso ponderar que espaço e tempo não têm sempre o mesmo sentido.

Cassirer (2012, p. 73) busca descrever e analisar “o caráter específico que o espaço e o tempo assumem na experiência humana”. Para tanto, discorre sobre os diferentes tipos de espacialidade e temporalidade. Distingue, inicialmente, três tipos de espacialidades: o espaço orgânico, o espaço perceptual e o espaço simbólico.

O espaço orgânico refere-se ao espaço vital das espécies. Não é propriamente resultado de uma imagem mental, mas, antes, constituído por impulsos corporais. Cassirer (2012) cita o senso migratório das aves, a perfeita ordenação das abelhas, dentre outros exemplos encontrados no reino animal. Trata-se de uma noção de espacialidade muito mais desenvolvida em outras espécies (as abelhas, por exemplo) que no homem.

O espaço perceptual, segundo Cassirer (2012), “não é um simples dado dos sentidos” (p. 75), possui uma natureza muito complexa, e “contém elementos de todos os diferentes tipos de experiência dos sentidos – óptica, tátil, acústica, cinestética” (CASSIRER, 2012, p. 75).

O espaço simbólico é aquele sobre o qual mais se debruça Cassirer (2012), pois, para o autor, é no espaço simbólico que se desenvolvem as noções abstratas da ciência. O espaço simbólico também é denominado como “espaço abstrato”, pois possui caráter lógico e não pode ser confundido com o espaço da experiência dos nossos sentidos. Cassirer (2012, p. 77) cita os estudos de Newton e argumenta que a visão newtoniana visa “abstrair os dados dos nossos sentidos”, opondo-se, assim, às teorias sensacionalistas. Segundo Cassirer,

O espaço abstrato **não tem qualquer contrapartida e fundamento em nenhuma realidade física ou psicológica**. Os pontos e linhas do geômetra não são objetos físicos, nem psicológicos; **não são nada além de símbolos e relações abstratas**. Se atribuirmos uma “verdade” a essas relações, o sentido do termo verdade terá de ser redefinido. Pois, no caso do espaço abstrato, **não estamos lidando com a verdade das coisas, e sim com a verdade de proposições e juízos**. (CASSIRER, 2012, p. 77, grifo nosso).

O trecho acima, no qual o autor discute a noção de espaço abstrato, é importante para compreendermos a visão que Cassirer tem da ciência como uma forma simbólica que constrói o real. Ao tratarmos da distinção entre sinal e símbolo, em tópico precedente, destacamos que aquele pertence ao mundo físico e sensorial, ao passo que este está incluído no mundo da cultura – um mundo semiotizado, definido por funções e relações e não por substância. Vê-se, no trecho destacado acima, que o filósofo opõe o espaço sensorial, o espaço percebido por nossos órgãos do sentido, passível, portanto, de nossas experiências individuais, ao espaço abstrato ou simbólico, o espaço das relações abstratas.

O espaço simbólico constitui-se pela ruptura com o espaço sensorial, pois, a partir dessa ruptura, abstrai-se “toda a variedade e heterogeneidade que nos é imposta pela natureza díspar de nossos sentidos” (CASSIRER, 2012, p. 79). Forma-se, dessa maneira, um espaço homogêneo, universal. Esse espaço, segundo Cassirer (2012, p. 79), “possibilitou ao homem

chegar ao conceito de uma ordem cósmica, singular e sistemática”. Acrescenta que “A ideia de uma tal ordem, da unidade e da obediência às leis do universo, nunca poderia ter sido alcançada sem a ideia de um espaço uniforme” (p. 79).

Depreendemos, portanto, que Cassirer (2012) defende uma visão de ciência como sendo uma forma simbólica que busca a ordem, a sistematicidade. Para isso, faz-se necessário uma regra que possa homogeneizar a dispersão daquilo que é percebido por nossos órgãos dos sentidos. Uma vez estabelecida essa ordem sistemática, constitui-se um novo “real” cujo funcionamento obedece a um princípio de “fechamento”, análogo à propriedade do fechamento de conjuntos na matemática.

Expliquemo-nos: no trecho acima destacado, Cassirer (2012) afirma que, se no espaço abstrato for atribuído o conceito de “verdade”, tal conceito não deve ser buscado na verdade das coisas em si, e sim na verdade de proposições e juízos. Em cálculo, há o estudo de funções de dimensões múltiplas. Dentro das regras estabelecidas, pode-se afirmar o que é verdadeiro ou o que é falso, mas *estritamente dentro daquelas regras*, sem se pensar em qualquer correspondência com o mundo físico, afinal, nesse mundo – no mundo físico, o mundo dos sentidos – sequer é concebível pensar em uma espacialidade que comporte mais que três dimensões (altura, largura e profundidade). Fisicamente, operamos apenas com três dimensões possíveis: essas são as que se apresentam à nossa percepção²². Mas, se se postula um mundo abstrato em que inúmeras dimensões são possíveis, ao mesmo tempo postulam-se regras dentro das quais a verdade passa a corresponder à validade de proposições e juízos. A ciência, de forma geral, para o filósofo alemão, funciona assim: enreda-se em um simbolismo no qual são estabelecidos modos de ordenação, sistematização; e, a partir desses modos, formulam-se proposições que são verdadeiras ou falsas dentro das regras propostas. Mas, não basta que se formulem sistemas, relações e uma concepção geral do objeto. É preciso, também, a proposição de uma *linguagem* adequada para descrever esse objeto simbólico. Trataremos da linguagem adiante. Por ora, apresentada a noção de espaço segundo Cassirer, vejamos como o teórico aborda a segunda coordenada dentro da qual todo o real (e todo o conhecimento) é possível – vejamos o que o teórico afirma sobre o *tempo*.

Cassirer (2012) distingue três noções de temporalidade: o tempo orgânico, o tempo serial e o tempo humano.

O tempo orgânico é a “condição geral da vida orgânica” (CASSIRER, 2012, p. 85), pois a vida apenas existe como processo, evoluindo no tempo. Trata-se de um contínuo “fluxo

²² No limite, nossa percepção sensorial do espaço deve ainda ser ponderada: a visão humana opera com três dimensões; o tato, por outro lado, não alcança o domínio das três dimensões espaciais.

de eventos em que jamais recorre com a mesma forma idêntica” (CASSIRER, 2012, p. 85). O organismo, do ponto de vista orgânico, não está localizado em um único instante: passado, presente e futuro formam uma totalidade para a vida. Se descrevemos um organismo em determinada fase do desenvolvimento, já levamos em conta o seu estágio anterior e o seu futuro. O tempo orgânico, assim como o espaço orgânico, são um espaço-tempo “inconscientes”: são as coordenadas da vida, mas não se projetam como imagem espacial para o organismo, nem como noção temporal.

O tempo serial é o tempo da ordem, que pressupõe *sucessão de eventos*. Todos os eventos são alocados nessa ordem. Trata-se de um “esquema geral”, um tempo abstrato análogo ao espaço abstrato ou simbólico. Embora seja um tempo “indiferente” às individualidades (pois é mera sucessão), é a partir desse tempo que ordenamos o tempo humano.

O tempo humano não é apenas ordem serial, mas pressupõe essa ordem, pois é a partir dela que se fixa a memória e se projeta o futuro. A memória, para Cassirer (2012), é uma *memória simbólica*, pois se trata de um “processo pelo qual o homem não só repete sua experiência passada, mas também reconstrói essa experiência” (CASSIRER, 2012, p. 89). É interessante observar que, segundo Cassirer (2012), para apreendemos a memória, precisamos nos colocar como um outro sobre nossas vidas, sendo um juiz sobre nós mesmos. Essa ideia em muito se coaduna com o pensamento bakhtiniano, para quem eu preciso ser “outro” para reordenar minha vida, olhar para ela, analisá-la.

Além da memória simbólica, o homem constrói seu tempo pela dimensão de futuro. Para Cassirer (2012), a consciência apreende a referência ao futuro antes mesmo que a referência ao passado, pois “vivemos muito mais em nossas dúvidas e temores, nossas ansiedades e esperanças sobre o futuro, do que em nossas lembranças ou em nossas experiências presentes” (CASSIRER, 2012, p. 91). Ademais, a ideia teórica de futuro é um pré-requisito para as atividades culturais superiores do homem, incluindo nessas atividades, a ciência, uma vez que, através da ideia de futuro, o homem pode planejar suas ações, traçar metas, objetivos etc.

Em síntese, espaço e tempo não são categorias homogêneas, desdobram-se em diferentes “espacialidades” e “temporalidades”, conforme explanamos. Percebemos que ao abordar essas diferentes espacialidades e temporalidades, Cassirer confere destaque não ao tempo e ao espaço orgânicos ou mesmo perceptuais, mas ao espaço-tempo simbólicos, culturais. Bakhtin, em seus primeiros escritos, aborda essas categorias como essenciais para o

desenvolvimento de suas ideias sobre a atividade estética (no ensaio “O autor e a personagem”).

O espaço/tempo de Bakhtin, todavia, não é apenas uma noção simbólica, mas uma ideia *valorativa*. O espaço e o tempo são as coordenadas através das quais se instaura a visão da incompletude do eu face ao outro. O autor russo, em PFA (BAKHTIN, 2010), reconhece que a ideia temporal não é unívoca; afirma que existe o tempo “abstrato”, que seria o tempo da ciência, o tempo matemático. Contrapõe esse tempo ao tempo estético, uma *temporalidade valorativa*, entendida como o valor que na arte se atribui ao homem como ser mortal.

Em Cassirer, o espaço abstrato e o tempo serial são as coordenadas da ciência, uma forma simbólica caracterizada pelo autor como última fase do desenvolvimento humano, que levou o simbolismo a um grau máximo. Vejamos isso no subtópico a seguir.

3.4.2.2 A ciência e seu máximo simbolismo

Cassirer (2012) ressalta o triunfo que a ciência adquiriu em nossa sociedade e remonta esse “triunfo” ao Renascimento, época na qual se redescobrem as ideias Clássicas de Platão e Aristóteles, dos pitagóricos e atomistas. Segundo Cassirer (2012, p. 337), “Após essa redescoberta, o triunfo da ciência pareceu ser completo e incontestado. Não existe nenhum segundo poder no nosso mundo que possa ser comparado ao do pensamento científico”.

Embora o “poder da ciência”, na atualidade, seja incontestável, o filósofo argumenta que é errônea a ideia de que sem a ciência os dados da experiência humana estariam em estado de caos. Tal concepção é partilhada pelos empiristas e pelos racionalistas, aos quais Cassirer se contrapõe. Também em Kant, afirma Cassirer (2012), parece existir esse pressuposto, uma vez que aquele autor, nos primeiros capítulos de sua *Crítica da razão pura*, subordina a unidade do objeto à “unidade formal da nossa consciência na síntese da multiplicidade nas nossas representações” (CASSIRER, 2012, p. 338). Afirma Cassirer, no primeiro volume de sua *Filosofia das formas simbólicas*:

A “revolução da forma de pensar” realizada por Kant dentro da filosofia teórica repousa na ideia fundamental de que a relação entre o conhecimento e seu objeto, até então aceita, necessitava de uma inversão radical. Em vez de se partir do objeto como de algo conhecido e dado, era necessário começar com a lei do conhecimento, uma vez que somente ela é verdadeiramente acessível e primordialmente segura; (...)
Mas o objeto que a analítica transcendental nos apresenta nesses moldes, sendo um correlato da unidade sintética do entendimento, é também, ele

próprio, **determinado de maneira puramente lógica**. Por este motivo, ele **não designa toda a objetividade como tal, mas tão-somente aquela forma de ordenação objetiva que se pode apreender e descrever nos conceitos fundamentais da ciência**, particularmente nos conceitos e princípios da física matemática. (CASSIRER, 2001, p. 20, grifo nosso).

Assim, parece que a ordenação do mundo subordina-se à lógica da ordem científica. Mas, antes mesmo da ciência existir, o homem já vivia em um mundo ordenado, não vivia em um “caos”. Argumenta Cassirer (2012, p. 339) que “o homem vivia em um mundo objetivo muito antes de viver em um mundo científico”.

A grande revolução da ciência nasce na busca de uma ordenação “diferente” para o mundo: uma ordem pautada na *simplicidade lógica*, entendendo-se essa simplicidade “como um fim e não como um começo” (CASSIRER, 2012, p. 339). Segundo Cassirer, quase todas as ciências passaram por uma fase mítica (a alquimia precedendo a Química; a astrologia antes da Astronomia etc), e o que distingue radicalmente aquela forma simbólica (o mito) da ciência é a complexidade do mito em oposição à simplicidade conceitual, representacional da ciência. Ademais, do mito para a ciência, um novo valor de verdade é construído – valor esse que “procura ir além das experiências imediatas, dos fatos observáveis” (CASSIRER, 2012, p. 340). Se considerarmos que o símbolo “rompe” com o sinal na medida em que avança para além do físico, do observável, do sensorial, perceberemos que a ciência, com suas generalizações, avança em direção a um *máximo simbolismo*. E, para tanto, a linguagem desempenha papel fundamental.

Cassirer (2012, p. 340) observa que a ciência busca nos fenômenos muito mais que semelhanças, ela busca a ordem. Em busca dessa ordem, desenvolve princípios de classificação. O princípio classificatório, assinala o autor, é algo próprio da linguagem “comum” (esta também é considerada uma “forma simbólica”, segundo mencionamos anteriormente). Todavia, na linguagem, essa classificação é inconsciente e obedece a certos princípios de similaridade, enquanto na ciência, a classificação é consciente e vai além de semelhanças superficiais. Cassirer (2012) exemplifica essa ideia mostrando que, em algumas línguas, a borboleta é descrita como um pássaro. A Biologia, em sua evolução científica, precisou ir além da constatação desse tipo de semelhança e criar uma “terminologia sistemática coerente” (CASSIRER, 2012, p. 341). Nesse sentido, a linguagem da ciência funda-se em um princípio classificatório consciente, que busca relações abstratas entre os fenômenos. Destaca Cassirer (2012) que todo sistema classificatório científico é artificial, pois a natureza em si contém apenas fenômenos dispersos.

A grande revolução da ciência, que traz para ela um “máximo simbolismo”, ocorre a partir da descoberta do *número*. Com o conceito de número ocorre uma verdadeira cisão com a realidade imediata, pois o conceito, segundo Cassirer (2012), representa um elemento abrangente e universal. O número “não tem ser próprio, nem realidade contida em si mesma” (CASSIRER, 2012, p. 345), sendo seu sentido “definido pela posição que ocupa no conjunto do sistema numérico” (CASSIRER, 2012, p. 354). Conforme afirmamos anteriormente, o número não tem um referente, não se vincula a uma substância, é pura relação; representa, pois, um símbolo por excelência, está na gênese do “grande processo de objetivação”, conforme afirma Cassirer (2012).

Cassirer (2012) observa que o conceito de número foi proposto por Pitágoras. Todavia, a concepção pitagórica não promovia uma separação entre o símbolo e o objeto. Segundo Cassirer, “O símbolo não só explicava o objeto; definitivamente assumia o seu lugar. As coisas eram números” (CASSIRER, 2012, p. 344). No terceiro volume da sua *Filosofia das formas simbólicas*, o teórico argumenta que “Os primeiros descobridores científicos do número, os pitagóricos, inicialmente ainda estavam completamente confinados à esfera dessa visão fundamental mágico-mítica do número” (CASSIRER, 2011, p. 482). E o conhecimento científico, para o autor, precisa desvencilhar-se tanto da visão mítica quanto da realidade concreta e individual das coisas. Entendamos que, por “realidade concreta”, o autor concebe o mundo sensorial, físico, não semiotizado.

Modernamente, o número passou a ser compreendido não como “coisa”, segundo a concepção pitagórica, e, assim, passou a exercer sua função simbólica, provocando uma verdadeira revolução no conhecimento. Cassirer (2012) analisa a história da Física, da Química, da Biologia e da Matemática, evidenciando como essas ciências se firmaram “sob o domínio do número”.

Ao tratar da Física, afirma que, sendo o material do nosso mundo físico composto por dados sensoriais, “os fatos obstinados e refratários representados por esses dados pareciam resistir a todos os esforços do pensamento lógico e racional de Descartes” (CASSIRER, 2012, p. 348). No entanto, a Física conseguiu subjugar o mundo físico, os “fatos refratários” ao domínio abstrato do número. Cita a evolução da ideia de átomo, inicialmente concebida por Demócrito, e mostra como essa ideia convergiu para uma contínua representação abstrata. O trecho abaixo é interessante para mostrar o papel que a linguagem tem na descrição de um mundo cada vez mais abstrato:

Quando Demócrito descreveu a estrutura do seu átomo, **recorreu a analogias tiradas do mundo de nossas experiências sensoriais.** Apresentou um retrato, uma imagem do átomo, que se parece com objetos comuns do nosso macrocosmo. Os átomos distinguíam-se uns dos outros por sua forma, por seu tamanho e pelo arranjo de suas partes. **A ligação entre eles era explicada por vínculos materiais;** os átomos isolados receberam ganchos e ilhoses, pinos e encaixes, para que pudessem ser ligados. Todas essas imagens, essa ilustração figurativa, desapareceram das nossas modernas teorias do átomo. No modelo de átomo de Bohr não resta nada dessa linguagem pitoresca. **A ciência não fala mais a língua da experiência sensorial comum, mas o idioma pitagórico. O simbolismo puro do número substitui e oblitera o simbolismo da fala comum.** (CASSIRER, 2012, p. 349, grifo nosso).

Para comentar o trecho acima, julgamos necessário esclarecer o que Cassirer entende por “fala comum” ou linguagem ordinária. O teórico trata sumariamente da ordenação simbólica da linguagem em contraposição à ordenação numérica. Linguagem e número são símbolos (a linguagem é uma forma simbólica, ao lado do mito, da arte etc), mas são símbolos diferentes. O autor afirma que “os próprios símbolos da linguagem não têm qualquer ordem sistemática definida” (CASSIRER, 2012, p. 344). Um termo linguístico tem uma “área de sentido” diferente de outro termo. Não há, na linguagem, uma ordem gerativa concatenada da mesma forma que há no número. Por exemplo: os números naturais são uma sucessão gerativa formada por uma regra simples, $n + 1$. Um termo linguístico não obedece a essa regra, pois os sentidos são dispersos. Assim, os termos linguísticos, para Cassirer (2012), são “singulares”, “absolutos”, não seriais. Já o número, segundo o teórico, não são singulares ou isolados. “A essência do número é sempre relativa, não absoluta. Um número singular é apenas um lugar singular em uma ordem sistemática geral” (CASSIRER, 2012, p. 345). Enquanto um termo linguístico cria uma “área de sentido” absoluta, o sentido do número “é definido pela posição que ocupa no conjunto do sistema numérico” (CASSIRER, 2012, p. 345).

Feita essa distinção entre a linguagem e o número, entende-se que o simbolismo daquela mostrou-se paulatinamente inadequado para a descrição dos fenômenos físicos. Um “gancho” não se mostrava adequado para descrever a estrutura atômica. Um termo da nossa linguagem não podia mostrar como um átomo ligava-se a outro átomo, devido à dispersão dos termos linguísticos. Uma ideia mais abstrata era “reclamada” para descrever algo que não se apresenta no macrocosmo. Assim, o simbolismo do número ganhou espaço e passou a reinar na Física.

A Química, segundo Cassirer (2012) é um dos mais representativos exemplos de cisão com o mundo sensorial, de domínio do conceito de número e de “transformação da linguagem

científica” (CASSIRER, 2012, p. 350). O filósofo argumenta que a Química adquiriu o status de ciência depois da Física, não por falta de dados ou observações empíricas, mas pela ausência de uma linguagem adequada para a descrição dos fenômenos. Conforme Cassirer,

Quando estudamos a história da alquimia verificamos que os alquimistas possuíam um espantoso talento para a observação. Eles acumularam uma vasta reserva de fatos valiosos, uma matéria-prima sem a qual a química dificilmente teria sido desenvolvida. No entanto, a forma em que essa matéria-prima era apresentada era totalmente inadequada. **Quando o alquimista começava a descrever suas observações, não tinha à sua disposição outro instrumento além de uma linguagem semimística, repleta de termos obscuros e mal definidos. Falava em metáforas e alegorias, não em conceitos científicos.** Essa linguagem obscura deixava uma marca sobre toda a sua concepção da natureza. **Esta transformava-se em um território de qualidades obscuras que só era compreensível para o iniciado, para os adeptos.** (CASSIRER, 2012, p. 350-351, grifo nosso).

Percebe-se, pelo trecho acima, que a linguagem desempenha papel preponderante na aceitação/rejeição de uma teoria, ao mesmo tempo em que, por ela (pela linguagem), constrói-se determinada visão de mundo, determinada forma de conceber, de apreender o real. É interessante observar a afirmação de Cassirer segundo a qual a Química moderna não teria se desenvolvido sem os dados dos alquimistas, o que evidencia que não são apenas os dados em si que caracterizam uma ciência ou uma teoria, mas a linguagem utilizada para descrever esses dados.

Ademais, segundo Cassirer (2012), não apenas a linguagem da Química sofre profunda transformação: também essa ciência rendeu-se ao domínio do número, que possibilitou a cisão com o mundo sensorial. O teórico argumenta que, inicialmente, “A listagem de elementos químicos era uma simples listagem empírica; não dependia de qualquer princípio fixo, nem apresentava uma ordem sistemática definida” (CASSIRER, 2012, p. 351). Com a postulação do sistema periódico de elementos, a Química adquiriu uma estrutura matemática, pois o elemento deixa de ser definido como algo empírico e passa a ser um número atômico em um sistema.

Na Biologia, Cassirer vê a mesma tendência geral de pensamento – do simbolismo da linguagem comum, ao simbolismo numérico ou dedutivo – que ocorreu na física e na química. Segundo o autor:

Tal como todas as outras ciências naturais, a biologia teve de começar por uma simples classificação dos fatos, **ainda guiada pelos conceitos classificatórios da nossa linguagem ordinária.** A biologia científica deu a esses conceitos um sentido mais definido. O sistema zoológico de

Aristóteles e o sistema botânico de Teofrasto mostraram um alto grau de coerência e ordem metodológica. **Na biologia moderna, porém, todas essas formas anteriores de classificação são encobertas por um ideal diferente. A biologia vai passando aos poucos por um novo estágio de “teoria formulada dedutivamente”.** (CASSIRER, 2012, p. 352, grifo nosso).

Cassirer (2012), em seguida, cita a teoria do desenvolvimento científico do professor Northrop, para quem a ciência passa por um estágio da história natural, caracterizado pela formulação de conceitos por inspeção; e por um estágio postulacionalmente prescrito. No estágio de inspeção, os conceitos são apreendidos imediatamente; ao passo que, no segundo estágio, há os postulados da teoria dedutiva. Assim, vai-se do *apreensível* ao *compreensível*. E, nesse caminho, “precisamos sempre de um novo instrumento de pensamento” (CASSIRER, 2012, p. 353). Esse instrumento constitui-se como um sistema simbólico ordenado.

Por fim, Cassirer (2012) mostra o percurso da Matemática. Afirma que a ideia de que a Matemática é uma linguagem simbólica universal – ou seja, uma linguagem “que não se ocupa da descrição das coisas, mas de expressões gerais de relações” (CASSIRER, 2012, p. 353) – aparece recentemente, tendo surgido no século XVII com Leibniz. Antes, argumenta Cassirer (2012), os símbolos da Matemática estariam “envoltos em uma espécie de atmosfera mágica” (CASSIRER, 2012, p. 353).

A tese de Cassirer sobre a ciência é a de que essa evoluiu para um grande processo de objetivação, o que aqui denominamos de “máximo simbolismo”. O domínio do número sobre muitas ciências, conforme explanamos (a Química, por exemplo, que não concebe o elemento como substância, “coisa em si”, mas o representa como número atômico em um sistema ordenado dedutivo), evidencia esse direcionamento a um simbolismo cada vez maior.

Cassirer desenvolve suas ideias no âmbito da Física, Química, Biologia e Matemática. Todavia, vemos o máximo simbolismo encontrar terreno em outras ciências. Pensemos, por exemplo, no estruturalismo saussuriano. As ideias de Saussure são uma reação-resposta a esse movimento simbólico – uma resposta acolhedora. Um signo não é uma “coisa”, não é substância, é uma relação pura com outros signos. O conceito de “valor” é um conceito que remete a um sistema ordenado, próprio do simbolismo numérico. Um número, lembramos, não é substância, é uma relação com outros números.

Em Chomsky, também, a ideia gerativa remonta ao simbolismo numérico: um número é uma regra gerativa simples ($n + 1$). Com essa regra, todo um conjunto infinito pode ser gerado.

Após apresentar as ideias de Cassirer, questionamos a polarização entre ciências humanas e ciências naturais ou exatas. Bakhtin faz essa polarização. No entanto, é preciso considerar que todos os textos nos quais o teórico russo trata dessa questão são textos inacabados, não publicados, e que o autor parecia, desde PFA, inquieto com a ideia de reificação do outro pela ciência, buscando, assim, o que poderia libertar o homem dessa reificação.

Em Pêcheux (2015), encontramos a ideia de que haveria dois tipos de ciência: aquelas que pré-existem ao pesquisador e aquelas que são como que criadas pelo discurso. Detenhamo-nos um pouco sobre essa ideia, pois ela é relevante para apresentarmos nossa própria posição.

O teórico inicia o segundo capítulo de “O discurso: estrutura ou acontecimento” com a argumentação de que existiria um “real” independente do discurso que o apreende:

Supor que, pelo menos em certas circunstâncias, há independência do objeto face a qualquer discurso feito a seu respeito, significa colocar que, no interior do que se apresenta como o universo físico-humano (coisas, seres vivos, pessoas, acontecimentos, processos...), há “real”, isto é, pontos de impossível, determinando aquilo que não pode não ser “assim”, (o real é o impossível... que seja de outro modo). (PÊCHEUX, 2015, p. 29).

Se há um real independente do discurso – por exemplo, o movimento dos corpos celestes ocorre independentemente do que se diga a respeito –, esse real não pode ser descoberto, mas “encontrado”. Assim, o autor afirma que um físico ou um matemático “encontra” a solução para um problema – ele não “cria”, “inventa” essa solução, pois ela já existia, apenas não tinha sido encontrada antes.

Em seguida, Pêcheux (2015) critica a homogeneidade lógica, própria das ciências exatas, que passa a reinar sobre a administração dos sujeitos. Argumenta que ao lado das disciplinas logicamente estáveis, existem as disciplinas de interpretação, que pressupõem um “não-logicamente-estável” não como um defeito, mas “um simples furo no real” (PÊCHEUX, 2015, p. 43). O teórico postula a ideia de diferentes “tipos de real”: o real estabilizado, semanticamente lógico, e o real “estranho à univocidade lógica” (p. 43).

Seguindo o pensamento de Cassirer (2012, 2001, 2011), concebemos que há um só “real” para o homem: o real simbólico. O que não é simbolizado, não é semiotizado, é da ordem do inteligível. O homem está imerso em símbolos, sendo a língua o sistema simbólico mais presente em sua vida. A questão que se coloca é sobre o que pode ter existência independente do simbolismo humano. Voltemos ao exemplo dos corpos celestes.

Os movimentos de translação, rotação são independentes do homem, mas o que são termos como “rotação” ou “translação” senão simbolismos que descrevem esses movimentos? Ademais, esses movimentos não foram simplesmente “encontrados”, foram descritos com uma ferramenta simbólica: o número.

Ao invés de uma polarização entre ciências humanas e ciências exatas ou naturais, sem nos determos na história particular de desenvolvimento de cada área disciplinar – pois, se o fizéssemos, fugiríamos dos propósitos desta tese – assumimos que *a ciência é sempre simbólica*, mas, obviamente há especificidades quanto ao instrumental, à metodologia etc. Poderíamos pensar, *no limite*, em um extremo, as ciências cujo simbolismo tende para a forma simbólica da linguagem, que não obedece a uma serialidade, que tem um “espaço de sentido” não contínuo, absoluto – seriam as ciências da “interpretação”. Em outro extremo, as ciências que tendem ao simbolismo do número – o simbolismo da serialidade, da sistematicidade, da regra gerativa.

Observemos, contudo, que uma mesma ciência pode ter teorias em ambos os extremos. É o caso da Linguística, com as teorias estruturalistas e gerativistas tendendo para um polo e as teorias do discurso tendendo para outro polo simbólico.

Sendo nosso objeto de investigação o gênero “artigo experimental”, em diferentes áreas disciplinares, vemos certa uniformidade no próprio pressuposto filosófico que possibilita o experimento: a ideia de um “real” que pode e deve ser manipulado, controlado, selecionado e, por fim, interpretado segundo o *simbolismo numérico*, nos termos cassirerianos, conforme demonstraremos nas nossas análises.

3.5 Conclusões

Assumimos, nesta tese, que a ciência é uma forma de construção, organização e sistematização do real, segundo um simbolismo que lhe é peculiar, considerando-se a *unidade da cultura humana*, preconizada tanto por Bakhtin, Medviédev e Volóchinov, quanto por E. Cassirer.

Entendemos, também, que os conceitos de “esfera” e de “formas simbólicas” são parecidos em alguns aspectos. A visão dessas *formas* e *esferas* em suas especificidades refratárias (por exemplo, as especificidades como arte, ciência, religião refratam o “real”, segundo leis de refração, conforme postulam Medviédev e Volóchinov; o modo como cada forma simbólica constrói o real, na visão de Cassirer), por um lado, e a unidade cultural que unem todas elas, por outro lado, são visões similares.

Há de se destacar, no entanto, que a visão de Volóchinov e Medviédev (se abandonarmos a ideia marxista, não tão bem trabalhada pelos teóricos, e até mesmo “confusa”, conforme argumenta Faraco (2012)) permite compreender melhor a interação entre as esferas. Cassirer fala das tensões entre as formas simbólicas, mas não considera como uma forma interage *positivamente* com a outra. Devemos lembrar, porém, que a intenção de Cassirer, ao falar da unidade da cultura, é a de tratar não do produto, mas do *processo criativo*, e, assim, evidenciar a função das formas simbólicas na constituição do homem.

4 O GÊNERO ARTIGO EXPERIMENTAL: REVISÃO TEÓRICA

4.1 Introdução

Este capítulo objetiva resenhar alguns modelos descritivos, estudos e pesquisas que versam sobre o gênero “artigo experimental”.

Considerando que, atualmente, são mais representativos os estudos sobre o gênero no âmbito das teorias sociorretóricas, inicialmente centramos nosso olhar em torno das investigações de John Swales, bem como debruçamo-nos sobre as pesquisas, desenvolvidas no Brasil, por autores que seguem a perspectiva de Swales.

Em seguida, resenhamos os estudos de Charles Bazerman, que fez uma interessante investigação sobre a constituição histórica do gênero, a partir de amplo *corpus*.

Por fim, centramo-nos nos estudos de Coracini (2007), os quais tratam da subjetividade, do “fazer persuasivo” do gênero em questão.

4.2 Estudos sobre o gênero: a perspectiva sociorretórica

Dentre os estudos que se debruçam sobre o gênero “artigo acadêmico” e mais especificamente sobre o artigo experimental, destacam-se as pesquisas no âmbito da teoria sociorretórica. John Swales e Charles Bazerman têm desenvolvido importantes estudos na área, em decorrência de seus propósitos vinculados ao ensino, sobretudo ao ensino de inglês para fins específicos no espaço acadêmico. Assim, com propostas de ensino que se debruçam sobre esse espaço – a academia –, os pesquisadores têm proposto modelos de análise do gênero artigo (Swales) e têm discutido questões sobre a constituição histórica do gênero (Bazerman), de forma a elucidar como esse gênero possibilita não apenas as trocas comunicativas de cientistas e pesquisadores em geral, como também constrói e estabiliza práticas, discursos e visões de mundo no ambiente acadêmico. Detenhamo-nos, pois, sobre algumas considerações dos teóricos supracitados.

Segundo Hemais e Biasi-Rodrigues (2005, p. 108), os estudos de John M. Swales voltam-se “para aplicações em análises de gêneros textuais em contextos acadêmicos e profissionais”. Os trabalhos do autor, conforme assinalam Hemais e Biasi-Rodrigues (2005, p. 108), “visam desenvolver entre os aprendizes o conhecimento de gêneros textuais e a capacidade de produzir textos que realizem de modo bem-sucedido as características do

gênero”. Para tanto, o teórico desenvolveu, dentre outros, um conhecido modelo estrutural da introdução de artigos acadêmicos, e outros pesquisadores têm, em consonância com as propostas de Swales, desenvolvido modelos para outras partes do gênero. Discutiremos esses modelos estruturais nesta seção. Antes, porém, destaquemos, brevemente, dois conceitos fundamentais na teoria de Swales, para que possamos compreender seu modelo: trata-se do conceito de *gênero* e de *comunidade discursiva*.

A noção de gênero desenvolvida por Swales, conforme destacam Hemais e Biasi-Rodrigues (2005), resulta de tradições de diferentes campos. Quatro perspectivas teóricas sobre gênero textual colaboram para a construção da sua perspectiva teórica: os estudos do folclore, uma vez que esses estudos fomentam a importância de se oferecer uma classificação e uma tipologia dos discursos; os estudos literários, que se preocupam não apenas em mostrar o que estabiliza o gênero, mas o que permite com que o autor o transgrida; a Linguística, mais especificamente a linguística sistêmico-funcional e o conceito de “registro” proposto por Halliday; a retórica, com seus interesses voltados para a classificação dos tipos de discurso, para o contexto em que esses são produzidos em correlação com o “momento” e o público (HEMAIS e BIASI-RODRIGUES, 2005).

Os gêneros textuais, segundo Swales, comportam quatro características principais: a *ideia de classe*, pois “O gênero é uma classe de eventos comunicativos, sendo o evento uma situação em que a linguagem verbal tem um papel significativo e indispensável” (HEMAIS e BIASI-RODRIGUES, 2005, p. 113); o compartilhamento, em uma classe de eventos comunicativos, de um *propósito comunicativo*, isto é um objetivo (ou objetivos) a ser realizado – objetivo esse que pode não ser explícito; a *prototipicidade*, ou traços de semelhança que fazem com que se classifique um texto como exemplar de determinado gênero; a *lógica subjacente ao gênero*, definida como “um propósito que a comunidade reconhece” e em função do qual “existem algumas convenções esperadas e manifestadas no gênero” (HEMAIS e BIASI-RODRIGUES, 2005, p. 114).

A partir dessas características, Hemais e Biasi-Rodrigues (2005) citam a definição, proposta por Swales (1990), de gênero como “uma classe de eventos comunicativos, cujos exemplares compartilham os mesmos propósitos comunicativos” (HEMAIS e BIASI-RODRIGUES, 2005, p. 114). Os membros mais experientes da comunidade discursiva na qual o gênero é produzido reconhecem esses propósitos e a lógica subjacente ao gênero seria responsável pelas escolhas estilísticas.

O conceito de “comunidade discursiva” é explanado por Hemais e Biasi-Rodrigues (2005, p. 117), a partir da leitura de Swales, como

Um grupo de pessoas que regularmente trabalham juntas e que têm uma noção estável, embora em evolução, dos objetivos propostos pelo seu grupo. Essa comunidade desenvolve uma gama de gêneros para orientar e monitorar os objetivos e as propostas do grupo.

(...)

Existe, na comunidade, um consenso com respeito a ritmos de trabalho, níveis de produtividade, expectativas, e os objetivos e as relações entre teoria e prática. A comunidade também desenvolve um léxico específico, por exemplo, abreviações, e tem uma visão completa de seus valores de trabalho. (HEMAIS e BIASI-RODRIGUES, 2005, p. 117).

Depreendemos que o conceito de “comunidade discursiva” desenvolve-se a partir de uma noção da realização conjunta de determinadas atividades, que requer o engajamento de membros, bem como de um sistema de crenças desses membros sobre a atividade a ser desenvolvida, sobre os demais membros, sobre a situação etc. Logo, temos um *fazer* prático, uma atividade a ser realizada, e um *saber* (crenças, visões de mundo) sobre esse fazer.

O conceito proposto por Swales permite especificações diversas como “comunidade discursiva de linguistas ingleses”, por exemplo. As especificações descrevem as práticas daquela comunidade, as escolhas por determinada estrutura textual e lexical ao introduzir um artigo ou um relatório em detrimento de outra estrutura disponível. Trata-se, a nosso ver, de um conceito não compatível com o conceito de *esfera*, proposto pelo Círculo de Bakhtin, adotado nesta tese, que não se especifica tanto. Ao invés de falarmos em uma espécie de “esfera de linguistas ingleses”, na perspectiva bakhtiniana tratamos apenas da “esfera científica (ou acadêmico-científica)”, do gênero em questão (um artigo, por exemplo), e consideramos as variações como decorrentes de valorações, do recorte axiológico conferido à situação de interação verbal – recorte que permite escolhas estilístico-composicionais diferentes. Todavia, não nos deteremos em minúcias de comparação entre conceitos, pois este não constitui nosso objetivo.

Uma contribuição relevante de Swales para a análise de gêneros está no modelo CARS (*Create a research space*), que se refere à disposição de informações em introduções de artigos acadêmicos. Segundo BIASI-RODRIGUES, HEMAIS e ARAÚJO (2009, p. 29), o modelo CARS “começou a ser elaborado com base no estudo de um *corpus* de 48 introduções de artigos de pesquisa (SWALES, 1984), estendendo-se, numa segunda etapa, a 110 introduções de artigos de três áreas diferentes: física, educação e psicologia”. O modelo foi revisado, e, em sua versão final, apresenta três movimentos (*moves*) e onze passos (*steps*), conforme ilustrado abaixo:

QUADRO 6**MOVIMENTO 1 – ESTABELECE UM TERRITÓRIO**

Passo 1 – Asseverar a importância do assunto e/ou

Passo 2 – Fazer generalizações sobre o assunto e/ou

Passo 3 – Revisar itens de pesquisa prévia

MOVIMENTO 2 – ESTABELECE UM NICHU

Passo 1 A – Apresentar argumentos contrários a estudos prévios ou

Passo 1 B – Identificar lacunas no conhecimento ou

Passo 1 C – Fazer questionamentos ou

Passo 1 D – Continuar uma tradição

MOVIMENTO 3 – OCUPAR O NICHU

Passo 1 A – Esboçar os objetivos ou

Passo 1 B – Anunciar a presente pesquisa

Passo 2 – Anunciar principais resultados

Passo 3 – Indicar a estrutura do artigo

Fonte: adaptado de Biasi-Rodrigues, Hemaís e Araújo (2009, p. 30), com base em Swales (1990, p. 141).

O modelo acima representa ações que os autores de artigos realizam ao introduzirem seus estudos em um ambiente fortemente competitivo. A metáfora “ecológica” (estabelecer um território, um nicho, ocupar um nicho) segundo Swales (2009, p. 42), pretende evidenciar como os autores competem para criar um espaço de pesquisa, em um ambiente “em que o promocionalismo e a vibração acadêmica são fortes”.

No primeiro movimento, o pesquisador, em seu artigo, busca diminuir o esforço retórico. Observa-se, no modelo acima, que esse movimento constitui-se de três passos. Inicialmente, no passo 1, o autor “chama a atenção da comunidade discursiva para uma área de pesquisa significativa e bem-estabelecida” (BIASI-RODRIGUES, HEMAÍS e ARAÚJO, 2009, p. 30). Já no passo 2, há a assunção de uma posição neutra, por meio de generalizações sobre o assunto. Conforme Motta-Roth e Hendges (2010, p. 79), “Ao fazer uma generalização, o autor afirma (ou nega) algo sobre o tema em questão”. Parece-nos que, ao fazer tais generalizações, o pesquisador está, de fato, lançando mão dos conhecimentos já estabelecidos e aceitos na área, que não suscitam questionamentos. Trata-se de conhecimentos que se estabeleceram como uma espécie de “entimema social”, para nos apropriarmos do termo cunhado por Volóchinov (2013). (Trataremos desse “entimema” e sua função na análise de nossos dados). Centrando-nos no modelo de Swales, percebe-se que o último passo do movimento 1 consiste na revisão da literatura.

Em síntese, destaca-se, primeiro, que nem todos os passos são obrigatórios nesse movimento, conforme sinalizado pelas conjunções “e/ou”. Em segundo lugar, percebemos que, nesse primeiro movimento de introdução de artigos, o pesquisador parece mostrar ao leitor tanto que “pertence” àquela área, ao se utilizar de conhecimentos estabelecidos, por

meio de generalizações, bem como de citações de pesquisas prévias, como persuadir seu interlocutor sobre a importância daquele assunto tratado. Logo, já na introdução da pesquisa, há o estabelecimento do “jogo” de persuasão e pertencimento (BAZERMAN, 2006) que caracteriza o ambiente acadêmico.

O movimento 2, “estabelcer o nicho”, tem por função enfraquecer possíveis questionamentos do interlocutor. Conforme Biasi-Rodrigues, Hemais e Araújo (2009, p. 31), o passo 1B é o mais prototípico. Nele, “o autor da introdução indica uma lacuna a ser preenchida na área de conhecimento escolhida e realça algumas limitações que foram detectadas em pesquisas anteriores”.

Ao mostrar lacunas na área, abre-se caminho para a “ocupação do nicho”, isto é, para o pesquisador argumentar como essa lacuna pode ser preenchida com o estudo realizado. Chega-se, assim, ao terceiro movimento, que tem por função explicitar o trabalho de pesquisa. O passo 1 desse terceiro movimento, segundo Biasi-Rodrigues, Hemais e Araújo (2009), é obrigatório, enquanto os passos 3 e 4 são menos frequentes e, portanto, opcionais.

Swales (2009, p. 36), ao comentar seu modelo CARS, ressalta o quão bem sucedido esse modelo tem se apresentado e questiona o que faz com que um modelo estrutural torne-se relevante. Para o autor, os modelos estruturais “têm um lugar venerável na breve história da análise do discurso” (SWALES, 2009, p. 36); cita, como exemplo, o modelo de Vladimir Propp, que, em 1928, propôs trinta e um elementos caracterizadores dos contos eslavos – o modelo de Propp, argumenta Swales (2009), anos depois de formulado, mostrou-se consistente para a análise de produções literárias modernas, como os livros da saga Harry Potter.

Respondendo especificamente à pergunta sobre a eficiência de modelos estruturais, Swales (2009) identifica cinco características subjacentes a essa eficácia. A primeira concerne à simplicidade: um modelo de análise do discurso deve mostrar-se estruturalmente simples. Segundo Swales (2009, p. 38): “É como se a simplicidade tornasse os modelos memoráveis, e isso por sua vez tornasse possível o seu uso, sua citação e seu ensino”.

A segunda característica refere-se à descrição dos elementos em termos de “categorias pragmáticas ou retóricas, e não em categorias linguísticas ou formais” (SWALES, 2009, p. 38). Nesse sentido, descreve-se o gênero a partir de suas funções comunicativas, como “metas” a serem atingidas; essas, por sua vez, demandam as categorias linguísticas como sendo *categorias subordinadas* aos propósitos comunicativos.

Sobre a terceira e quarta características, afirma Swales (2009, p. 38):

Os elementos escolhidos foram rotulados de acordo com as exigências de tipos discursivos ou gêneros específicos. O quarto traço seria que todos os modelos estão muito bem fundamentados em diversos *corpora* de dados do mundo real, já que nenhum deles surgiu da introspecção ou especulação, e nenhum deles foi herdado diretamente de Aristóteles ou de alguma outra celebridade retórica. (SWALES, 2009, p. 38).

Por fim, a quinta característica concerne ao estabelecimento de uma “ordem” onde não se esperaria, isto é, os modelos estruturais devem fornecer uma visão da totalidade, mostrando como os elementos estão todos articulados.

O modelo CARS apresenta todas as cinco características acima mencionadas, por isso tem sido um modelo bem sucedido. Swales (2009), no entanto, reconhece as críticas que são feitas ao modelo. Essas críticas, de um lado, centram-se no ensino, na relativa “rigidez” que um modelo pode oferecer em detrimento do desenvolvimento da criatividade, da voz autoral do aluno. A essa crítica, Swales (2009) responde incitando os professores a atuarem com protagonismo em sala de aula, levantando amplos *corpora* para análise com seus alunos.

Por outro lado, as críticas ao modelo CARS de Swales residem no questionamento de sua pretensa universalidade. Conforme citamos acima, o modelo CARS reflete um ambiente de forte competição acadêmica, um ambiente de disputa por um espaço de pesquisa. Outros cenários, todavia, são possíveis. Swales cita estudos de pesquisadores que constataram a existência de cenários acadêmicos “mais amigáveis”, mais cooperativos. Em resposta a esses ambientes menos competitivos, propõe o modelo OARO (*Open a Research Option*), reproduzido abaixo:

QUADRO 7**Modelo OARO**

0 [*Atraindo os leitores*] Abertura opcional (Fredrickson e Swales)

1 *Estabelecendo a credibilidade*

- a) Partilhando conhecimento anterior (Golebiowski)
- b) Justificando a necessidade da pesquisa *per se* (Ahmad)
- c) Apresentando pensamentos interessantes (Clyne)
- d) Apresentando o objetivo geral (Golebiowski)

2 *Oferecendo uma linha de investigação*

- a) Discutindo problemas correntes
- b) Expressando interesse em um tópico emergente

3 *Apresentando o tópico*

Fonte: Swales (2009, p. 42)

O modelo acima, segundo Swales (2009, p. 42), “capta um mundo da pesquisa mais gentil e suave, em que há pouca competição por espaços de pesquisa, mas onde pode haver competição por leitores”. Cita o exemplo de linguistas suecos escrevendo em sua língua materna. Na comunidade discursiva sueca, justificar a pesquisa realizada pode ser mais importante que apresentar lacunas na área ou na literatura existente, como retratado pelo modelo CARS.

Após apresentar o modelo OARO como alternativa ao CARS, Swales (2009), no entanto, demonstra preocupação com a pulverização de modelos, o que seria pouco produtivo. Nesse sentido, considerando que suas preocupações são originalmente didáticas (e não puramente teórico-descritivas), argumenta que se mantenha um modelo-base e se negociem traços do gênero na sala de aula, nas tarefas de escrita propostas.

Visando descrever as demais seções do gênero “artigo acadêmico” – pois, os estudos de Swales centram-se, principalmente, na introdução dos artigos – e seguindo a linha teórico-metodológica daquele pesquisador, Motta-Roth e Hendges (2010) têm desenvolvido pesquisas relevantes, também com propósitos didáticos. As autoras propõem modelos estruturais para as seções “revisão da literatura”, “metodologia”, “análise e discussão dos resultados”.

A revisão da literatura, conforme Motta-Roth e Hendges (2010), pode estar presente dentro da introdução de artigos empíricos e experimentais ou ser apresentada em uma seção destacada. Nesse último caso, as pesquisadoras identificam dois momentos, denominados de

“subfunções”: Subfunção 1 – dividida em 1A e 1B –, que apresenta uma visão ampla da literatura; Subfunção 2 – dividida em 2A, 2B, 2C e 2D, mais específica, que relaciona as pesquisas prévias sobre o objeto de estudo. O seguinte modelo é apresentado:

QUADRO 8

MOVIMENTO 1 SITUAR A PESQUISA	
Subfunção 1A – estabelecer interesse profissional no tópico	ou
Subfunção 1B – fazer generalizações do tópico	e/ou
Subfunção 2A – citar pesquisas prévias	ou
Subfunção 2B – estender pesquisas prévias	ou
Subfunção 2C – contra-argumentar pesquisas prévias	ou
Subfunção 2D – indicar lacunas em pesquisas prévias	

Fonte: Motta-Roth e Hendges (2010, p. 93).

A seção “metodologia”, a nosso ver, é a mais problemática. Motta-Roth e Hendges (2010, p. 114-115) afirmam que “A função retórica dessa seção é narrar os procedimentos de coleta e análise dos dados e descrever os materiais que levam à obtenção de resultados, com maior ou menor detalhamento, dependendo do objeto de estudo”. Logo, essa seção teria uma função eminentemente *narrativa* e *descritiva*. Essa função, porém, parece não ter sido ainda “condensada” em um modelo estrutural convincente. Motta-Roth e Hendges (2010) argumentam que há poucas pesquisas publicadas sobre essa seção e que essas pesquisas existentes voltam-se para áreas disciplinares específicas, sendo, pois, “difícil afirmar se as descrições da seção de metodologia apresentadas nessas pesquisas podem ser generalizadas para outras áreas” (MOTTA-ROTH e HENDGES, 2010, p. 115). As autoras citam e ilustram três modelos diferentes voltados para a área médica, bioquímica e administração. De forma geral, esses modelos descrevem a coleta dos dados, o procedimento experimental, a análise dos dados, os equipamentos utilizados, as variáveis.

Parece-nos que o alerta de Swales (2009) quanto aos perigos de se pulverizarem modelos, considerando especificidades de áreas disciplinares – especificidades essas que poderiam ser condensadas em um modelo “mais elegante” – encontra ecos nas pesquisas citadas por Motta-Roth e Hendges (2010), na descrição de procedimentos metodológicos. O modelo para a área de bioquímica, por exemplo – modelo de Kanoksilapatham (citado por Motta-Roth e Hendges, 2010) –, apresenta dois movimentos opcionais (“Detalhar equipamentos” e “descrever procedimentos estatísticos”), que, julgamos, parecem ser

movimentos de descrição de materiais (equipamentos) e de procedimentos analíticos, não sendo necessário, assim, descrevê-los como seção à parte.

Por fim, a seção “Análise e discussão dos resultados”, ao contrário da seção metodologia, é apresentada de forma sintética e bem estruturada por Motta-Roth e Hendges (2010). As autoras apresentam um modelo por elas mesmo elaborado:

QUADRO 9

MOVIMENTO 1 – Recapitulação de informação metodológica

MOVIMENTO 2 – Declaração dos resultados

MOVIMENTO 3 – Explicação do final (in)esperado

MOVIMENTO 4 – Avaliação da descoberta

MOVIMENTO 5 – Comparação da descoberta com a literatura

MOVIMENTO 6 – Generalização

MOVIMENTO 7 – Resumo

MOVIMENTO 8 – Conclusão

Fonte: Motta-Roth e Hendges (2010, p. 128).

Os movimentos 2, 3, 5 e 8 seriam essenciais, ao passo que os outros seriam opcionais e menos frequentes.

Dentro da mesma área – a sociorretórica –, Charles Bazerman (1988) propõe um minucioso estudo do gênero “artigo”, mais especificamente do *artigo experimental*. À diferença de Swales, Bazerman não elabora modelos estruturais, pois algumas de suas pesquisas têm um caráter mais teórico. Ademais, quando voltado para o ensino de escrita acadêmica, Bazerman julga relevante o desenvolvimento de uma consciência retórica dos aprendizes quanto à cultura disciplinar, os jogos de poder da academia. Propõe, muitas vezes, que, uma vez tendo sido desenvolvida essa consciência sobre a cultura acadêmica, o aprendiz possa “subverter” essa cultura com seu protagonismo.

Em seus estudos mais teóricos, o autor faz uma investigação histórica da constituição do gênero artigo experimental no *Journal Philosophical transactions of the Royal Society*. A pesquisa de Bazerman é relevante por elucidar como o gênero, através da intermediação do *journal*, dos editores, e em consequência dos desafios retóricos que foram suscitados, foi adquirindo os traços como atualmente o reconhecemos. Detenhamos-nos no estudo de Bazerman (1988).

4.2.1 “Reportando o experimento”: a pesquisa de Charles Bazerman

Bazerman (1988) apresenta um estudo no qual foram examinados todos os artigos (cerca de mil) nos volumes 1, 5, 10, 15, 20, 25, 30, 35, 40, 50, 60, 70, 80 e 90 do *Journal Transactions*, entre 1665 e 1800. Dentre esses artigos, o autor selecionou para uma análise mais detalhada aqueles que usavam a palavra “experimento” – seja no título ou no decorrer do texto. Bazerman (1988, p. 63) descreve e analisa o desenvolvimento interno do gênero “artigo experimental” ou “relato experimental”, observando que o gênero tem seus antecedentes em ensaios, cartas e mesmo em escritos jornalísticos do século XVI. Todavia, a despeito dessa origem “dispersa” em diferentes gêneros, a dinâmica interna do *Journal Transactions*, que funcionou como um fórum de discussões, foi responsável por remodelar o gênero “artigo experimental”.

Inicialmente, Bazerman (1988, p. 59) argumenta que o gênero, em sua forma atual, reporta um tipo especial de “história”: um evento que, ao ser narrado, remete ao laboratório onde foi feito um experimento. Essa “história” narrada deve ser persuasiva o suficiente para convencer os leitores das asserções defendidas. No entanto, o autor do artigo, segundo Bazerman (1988), não precisaria se preocupar com os modos de persuadir seu leitor sobre o experimento, pois o próprio gênero, em sua estrutura, já teria incorporado a persuasão. Nas palavras do teórico,

If each individual writer does not think originally and creatively about how to master recalcitrant language in order to create such powerful stories, it is only because **the genre already embodies the linguistic achievement of three hundred years since the invention of the scientific article**²³. (BAZERMAN, 1988, p. 59. Grifo nosso).

Destacamos, no trecho acima, a informação de que o gênero em si incorporou os feitos linguísticos de trezentos anos desde a invenção do artigo, para ressaltar uma ideia que aqui defendemos, reportando-nos a Volóchinov (2013) – e, também, a Bakhtin, em PCMF (BAKHTIN, 2002) – de que *a forma da enunciação é a condensação de um valor*. O valor, em verdade, *organiza a forma*.

A crítica, feita constantemente pelo Círculo de Bakhtin, à separação entre forma e conteúdo – separação essa realizada pelos teóricos com os quais o Círculo polemiza, como os

²³ “Se cada escritor individual não pensa [de forma] original e criativamente sobre como dominar uma linguagem recalcitrante, a fim de criar histórias tão poderosas, isso ocorre porque o gênero já incorpora a conquista linguística de trezentos anos desde a invenção do artigo científico”. Tradução nossa.

formalistas russos – , e a consequente defesa pela não ruptura forma-conteúdo, pode ser encontrada em diversos ensaios. Destaquemos a afirmação de Volóchinov (2013, p. 81), segundo a qual “uma valoração saudável”, isto é, que não está sendo questionada, “permanece na vida e já a partir dela organiza a própria forma da enunciação e sua entonação”. Os valores, as visões de mundo, não são algo que “vêm de fora”, mas algo que está impregnado à estrutura da enunciação.

Embora Bazerman trabalhe em uma perspectiva teórica bem distinta daquela desenvolvida pelo Círculo, suas considerações sobre como a própria forma do gênero incorporou os valores da comunidade científica nos são relevantes e serão aqui discutidas. Bazerman (1988) desenvolve um complexo conceito de “responsabilização” (*Accountabilities*) que não será aqui tratado. Antes, interessa-nos a investigação histórica realizada pelo autor para percebermos como o artigo experimental foi condensando em sua estrutura os valores da ciência, e como esse tipo de artigo se apresenta, atualmente, como uma espécie de “protótipo” do que é ciência, do que é o fazer científico, conforme argumenta Bazerman (1988).

Segundo Bazerman (1988), o discurso científico é permeado por certo “triunfo do experimento”. Vejamos:

Scientific discourse, therefore, is built on accountability to empirical fact (as of course characterizes within the thought style of science) over all other possible accountabilities (such as to ancient texts, theory, social net-works, grant-giving agencies), and must subordinate other forms of accountability (that is, those other forms of accountability which do form part of the scientific thought style) to the empirical accountability²⁴. (BAZERMAN, 1988, p. 62).

O discurso científico, e o gênero que, *a priori*, o corporifica – o artigo experimental ou relato experimental –, conforme o trecho acima destacado, constrói-se em uma lógica diferente de outros discursos. Por exemplo, o discurso jurídico, de acordo com Bazerman (1988), envolve, por um lado, uma rede de arranjos hierárquicos, decisões de cortes, estabelecimento de leis. Por outro lado, esse discurso pauta-se nas evidências formadas

²⁴ O discurso científico, portanto, é baseado na responsabilização do fato empírico (como, é claro, caracteriza dentro do estilo de pensamento da ciência) sobre todas as outras responsabilidades possíveis (como textos antigos, teoria, redes sociais, agências concessoras de doações), e deve subordinar outras formas de responsabilização (ou seja, aquelas outras formas de responsabilização que formam parte do estilo do pensamento científico) à responsabilidade empírica.

através de procedimentos definidos pelo sistema. Assim, temos um jogo entre hierarquia institucional e evidência legal – esse “jogo” modela os gêneros que materializam o discurso jurídico segundo essa lógica.

Por sua vez, o discurso científico, conforme argumenta o teórico, delineou-se modernamente pela *prova empírica para asserções gerais* – e o valor da prova empírica de um experimento altamente controlado vai, aos poucos, “desenhando” o formato atual do gênero *artigo experimental*. Esse valor da “*prova*” *experimental*, latente na estrutura do gênero, impõe-se como um valor para a ciência. É interessante observar que, muitas vezes, artigos não experimentais parecem ter de se reportar, ou se apoiar na estrutura do artigo experimental, que exige, por exemplo, um detalhamento metodológico não concebível em uma pesquisa puramente teórica, ou também não concebível em algumas pesquisas que não resultam de experimentos.

Para Bazerman (1988), o relato experimental é resultado de uma construção histórica, e é analisado como uma resposta a um problema retórico posto, qual seja, o *problema da evidência persuasiva*. Ao tratar desse problema, Bazerman (1988) observa que, inicialmente, poucos textos publicados na *Transactions* dedicavam-se a experimentos, e muitos daqueles que utilizavam a palavra “experimento” referiam-se a observações feitas sobre a natureza, sem a manipulação humana controlada. “Experimento” era, portanto, apenas algum fenômeno observado (por exemplo, o relato da observação da passagem de um meteoro). Os primeiros relatos, segundo Bazerman (1988), pareciam mais uma notícia de algo “diferente” que tinha sido observado. Ocorreu, conforme argumenta o teórico, uma mudança da *observação* para a *prova empírica*. Essa mudança é acompanhada por diferentes visões sobre a relação homem/natureza.

Nos primeiros textos, a natureza é “amigável”, algo que se deixa descrever. Conforme o gênero toma sua forma moderna, a natureza deixa de ser algo que se autorrevela amigavelmente, passa a ser vista como algo “opaco” e “incerto”, *objeto de disputa teórica* (BAZERMAN, 1988, p. 67-68). Ademais, nessa mudança – da simples observação de uma natureza amigável, para o embate entre teorizações sobre um mundo “opaco” –, os experimentos passam a ser mais expressos em termos de “problemas” a serem resolvidos, e vão sendo representados como parte de um processo para se chegar a determinadas conclusões. Assim, por volta do volume 80 do *Transactions*, segundo assinala Bazerman (1988), os experimentos subordinam-se às conclusões do autor, e passam a ser formas de se provar asserções gerais.

A *disputa* em torno do experimento, das asserções foram modelando o gênero. Segundo Bazerman,

With the journal serving as a forum, contention grows. This contention pushes the individual author into recognizing that he is not simply reporting the self-evident truth of events, but rather **is telling a story can be questioned and that has a meaning which itself can be mooted**²⁵. (BAZERMAN, 1988, p. 78, grifo nosso).

Importante papel teve o *journal* na modelagem do gênero, conforme podemos destacar do trecho acima. Sendo o *journal* um mediador, funcionando como um fórum, os autores viam-se na responsabilidade de narrar um experimento que poderia ser questionado por seus pares. Nesse sentido, a precisão na descrição do que foi realizado – isto é, a “descrição metodológica” – , o cuidado em citar outros experimentos que justificassem a realização daquele experimento específico (uma espécie de “revisão da literatura”), emergem a partir desse ambiente de contestação.

Chama-nos a atenção, ademais, no trecho acima, a expressão, utilizada por Bazerman (1988), “autor individual”. Esse termo é utilizado porque o teórico destaca que, além de ter sido modelado por um ambiente de disputa, o gênero também passa a ter precisão descritiva e ser persuasivo em suas asserções para convencer o leitor de que aquele experimento realmente foi realizado. Isto é, não bastava afirmar que se realizou um experimento, mas que este realmente foi feito e com precisão metodológica (evitando-se, assim, ao máximo, questionamentos). A necessidade da “prova” de que o experimento foi feito se dá porque, inicialmente, os experimentos eram, conforme afirma Bazerman (1988), realizados em público ou tinham uma pessoa designada como “testemunha”. Nas palavras do teórico,

The communal witness remains important validation of the experimental events for much of the earlier part of the period, but as experiments gain subtlety and face conflicting results, experimenter need to control the particular conditions of demonstration. Experiments stay in the laboratory, remote from the lecture hall. Designated competent witnesses travel to the experiment to represent the general membership and a prestigious list of witnesses becomes an important feature of the report. Thus in volume 30

²⁵ Com o jornal servindo como um fórum, a disputa cresce. Essa disputa leva o autor individual a reconhecer que ele não está simplesmente relatando a evidência óbvia dos eventos, mas está contando uma história que pode ser questionada e que tem um significado que pode ser discutido. (BAZERMAN, 1988, p. 78, tradução nossa).

Desaguliers's witnesses include the king and queen as well as the chief members of the Royal Society²⁶. (BAZERMAN, 1988, p. 74).

Lembra Bazerman (1988) que as testemunhas, no entanto, sempre poderiam se opor aos resultados expostos. Nesse sentido, “*a precise account of methodology with detailed results, allowing critique, comparison, and replication become part of the argument*”²⁷ (BAZERMAN, 1988, p. 74). Logo, percebe-se como a estrutura atual do artigo experimental, com sua introdução trazendo uma problemática, a metodologia detalhada, a seção de resultados amparada por gráficos, tabelas, comparações com outras pesquisas, foi delineada por essa *disputa em torno do experimento*.

Importante papel tem o leitor presumido de um gênero. Façamos, aqui, senão uma pausa, uma reinterpretação dos achados de Bazerman – a constituição do gênero “relato experimental” em resposta à tensão de um objeto em disputa, de um leitor ávido por questionar o experimento – seguindo Volóchinov (2013). Podemos dizer, com base em Volóchinov (2013), que o peso do leitor é tão grande quanto o do autor, destacando-se o lugar específico de ambos²⁸ – lugar esse nunca intercambiável. Volóchinov (2013), ao discutir a construção do enunciado – pautando-se no enunciado poético, mas com considerações que se estendem a qualquer enunciado –, considera que esse é produto de “alianças” tecidas entre o autor, o ouvinte e o herói. O estilo do enunciado é determinado pela forma como o autor percebe seu ouvinte e na forma como, com base nessa percepção, tece alianças com ele. Vejamos:

Como percebe o autor a seu ouvinte? No exemplo da enunciação tomada da vida cotidiana, temos visto em que medida o suposto acordo ou desacordo do ouvinte estava determinando a entonação. O mesmo serve também para todos os aspectos da forma. Figurativamente falando, o ouvinte se encontra normalmente *junto* ao autor, na qualidade de seu aliado; mas este caso clássico da posição do ouvinte nem sempre ocorre.

²⁶ O testemunho comunal continua a ser uma importante validação dos eventos experimentais durante boa parte do período anterior, mas, à medida que os experimentos ganham sutileza e enfrentam resultados conflitantes, o experimentador precisa controlar as condições particulares de demonstração. As experiências ficam no laboratório, longe da sala de aula. Testemunhas competentes designadas viajam para [o local de realização do] o experimento para representar os membros em geral, e uma lista de prestígio de testemunhas torna-se uma característica importante do relatório. Assim, no volume 30, as testemunhas de Desaguliers incluem o rei e a rainha, bem como os principais membros da Royal Society. (BAZERMAN, 1988, p. 74, tradução nossa).

²⁷ um relato preciso da metodologia com resultados detalhados, permitindo a crítica, a comparação e a replicação se tornam parte do argumento. (BAZERMAN, 1988, p. 74, tradução nossa).

²⁸ “Em todo caso, o autor, o herói e o ouvinte não se fundem nunca em uma unidade indiferente, senão que ocupam posições independentes”. (VOLÓCHINOV, 2013, p. 96).

Às vezes o ouvinte começa a aproximar-se do herói da enunciação. A expressão mais clara e típica disso é o estilo polêmico, que põe no mesmo plano o herói e o ouvinte. Também a sátira pode envolver o ouvinte, considerá-lo com alguém próximo do herói ridicularizado, e não próximo do autor que o ridiculariza. (...) (VOLÓCHINOV, 2013, p. 94-95. Grifo do autor).

Nas linhas que seguem o trecho acima destacado, Volóchinov (2013) discorre sobre diferenças estilísticas entre a polêmica, a confissão, a autobiografia, a lírica, como resultantes dessas alianças supracitadas: ora o autor simpatiza-se com o ouvinte, ora sente esse como alguém avesso às suas palavras e, então, uma tensão se firma no enunciado. Muitas possibilidades de aliança são possíveis, sendo necessário “ouvir” vozes que muitas vezes se tecem em silêncio.

No gênero “artigo experimental”, não temos, evidentemente, um discurso estético – aqui nos colocamos no domínio cognitivo, e, sendo o artigo experimental uma espécie de “protótipo da ciência” (BAZERMAN, 1988), podemos afirmar que há, nesse gênero, um consciência – a do autor – que reclama sua soberania. No entanto, é possível perceber como essa consciência se firma com outra, com a consciência do leitor, tendo em vista a disputa que modela o gênero. O leitor do artigo é, portanto, sentido, em alguns momentos, como alguém não colaborativo, alguém que pode questionar o estudo. Em um discurso político, em um palco em que se convocam as pessoas para a luta, o ouvinte é sentido como “aliado” – dessa aliança advém as exortações, as interpelações. No artigo experimental, por outro lado – e em muitos gêneros científico, parece-nos –, o leitor é “parceiro”, mas pode não ser aliado, pode ser sentido como um inimigo em potencial, pois se trata de alguém que, tendo um alto nível de conhecimento como o tem o autor, pode questionar o que foi feito. Assim, a todo o tempo é necessário justificar o que foi feito, citar outras pesquisas, ser metódico na descrição metodológica.

O gênero incorporou essa tensão de “um parceiro não aliado”, conforme podemos depreender das pesquisas de Bazerman (1988). O teórico, em suas análises, vê, por exemplo, o crescente espaço que as ilustrações, os diagramas vão assumindo no relato experimental, bem como o maior realismo que essas ilustrações vão recebendo. Para Bazerman (1988, p. 72), os diagramas se tornam mais proeminentes para permitir ao leitor a visualização dos procedimentos experimentais e dos resultados, como que para comprovar que aquele experimento realmente foi feito. O teórico cita, entre outros, um artigo encontrado no volume 90 do *journal* investigado, pontuado por um número de aparatos ilustrativos muito realistas, os quais dariam, segundo Bazerman (1988), um sentimento concreto do que foi feito. Não se

trata, ademais, de apenas atestar que algo foi realizado, mas que foi realizado com cuidado metodológico, evitando, assim, objeções.

Devemos lembrar que as tabelas, os gráficos, os diagramas, isto é, toda sorte de ilustrações, geralmente ocorrem com mais frequência na seção de discussão e resultados. Nesse sentido, é pertinente observar que essa parte do relato experimental passou por uma mudança ao longo dos anos. Inicialmente, conforme aponta Bazerman (1988, p. 72), os resultados eram interpretados qualitativamente, descritos de forma “vaga”, como se o fenômeno da natureza fosse uniforme, “autoevidente”, ou seja, em consonância com a visão inicial da natureza como algo “amigável”. Com o tempo, à medida que os experimentos são relatados com mais detalhes, à medida que a visão que se tem da natureza se transforma, necessitando-se de uma “prova” para a descrição dos fenômenos, os resultados passam a uma interpretação *quantitativa*, e são descritos com o auxílio de aparatos ilustrativos. Podemos interpretar que o gênero caminhou, pois, em direção a um maior *simbolismo*, no sentido que esse termo (“simbolismo”) é apresentado, por nós, no capítulo antecedente, com base em Cassirer (2011): de uma visão mais intuitiva vai-se a uma visão mais abstrata, pautada no simbolismo numérico, que pode ser sintetizado em relações, em funções expressas por meio de quadros, diagramas etc.

Feitas essas considerações acerca dos estudos sobre o gênero “artigo experimental” no âmbito da sociorretórica, resenhemos, no próximo subtópico, a pesquisa de Coracini (2007).

4.3 O gênero artigo experimental e o discurso científico: a pesquisa de Coracini (2007)

Coracini (2007) desenvolve importante pesquisa sobre o discurso da ciência, com o intuito de evidenciar como esse “a despeito das aparências, é altamente subjetivo, constituindo, assim, um fazer persuasivo” (CORACINI, 2007, p. 20). Embora a autora tenha como foco o “discurso” e não o gênero em si, para analisar a manifestação da subjetividade da ciência, ela se debruça sobre o artigo experimental (denominado, pela autora, de “artigo científico primário”) na área da Biologia. Ao fazê-lo, propõe uma organização macroestrutural para o gênero, opondo-se à organização postulada por Swales (1981). Ademais, ao longo de todo seu estudo, a autora chama a atenção para a convencionalidade do discurso analisado – convencionalidade essa que, acreditamos, remete à segunda coerção a que se submete a manifestação autoral (a coerção do gênero), conforme defendemos no capítulo 2 desta tese. Apresentemos, pois, os resultados da investigação de Coracini (2007),

realizada em um *corpus* composto por 35 artigos experimentais em língua francesa e 35 artigos experimentais em língua portuguesa.

A autora analisa manifestações da subjetividade discursiva no tempo e na pessoa gramatical, na modalidade, na linguagem metafórica e na intertextualidade, concebendo que essas manifestações “camuflam uma subjetividade constitutiva do processo discursivo” (CORACINI, 2007, p. 22). Antes de realizar essa análise, Coracini (2007) propõe-se a caracterizar o discurso científico que se manifesta no artigo experimental. Entende que esse discurso dirige-se a um ouvinte especialista na área, isto é, “um ouvinte conhecedor da matéria, dos métodos utilizados normalmente na área e interessado na pesquisa a ser relatada” (CORACINI, 2007, p. 42), e afirma que o artigo primário tem por intenção “*convencer* da validade da pesquisa relatada e do rigor da mesma” (CORACINI, 2007, p. 42, destaque da autora).

Destaquemos, aqui, essa intenção do gênero: chama-nos a atenção o fato de Coracini (2007) afirmar (e defender com base em seus dados) que o artigo experimental tem por finalidade “convencer” e não meramente “apresentar” os resultados de uma pesquisa. Motta-Roth e Hendges (2010, p. 65), ao definirem o gênero “artigo acadêmico”, afirmam que “O artigo é um texto, de aproximadamente 10 mil palavras, produzido com o objetivo de *publicar*, em periódicos especializados, os resultados de uma pesquisa desenvolvida sobre um tema específico” (destaque nosso). Adiante acrescentam: “A título de generalização, um artigo pode ser visto como um documento escrito por um ou mais pesquisadores para *relatar* os resultados de uma atividade de investigação” (MOTTA-ROTH e HENDGES, 2010, p. 66, destaque nosso). A mudança de verbos – do “publicar” e “relatar” para o “convencer” – utilizados para se descrever o objetivo do gênero é significativa. Afirmer que um artigo tem por finalidade *publicar* ou *relatar* uma pesquisa pressupõe uma atitude muito mais passiva do leitor e do autor do gênero. Afirmer, por outro lado, que o autor escreve para “convencer” o leitor da validade da pesquisa e do rigor com que essa foi realizada implica uma visão ativa do autor e do leitor. Ao mesmo tempo, outra postura é suscitada para o analista – que não deve meramente descrever um relato de experimento, mas analisar os recursos por meio dos quais alguém busca convencer outrem da validade do que afirma.

Chama-nos a atenção, ademais, o fato de o texto de Motta-Roth e Hendges (2010) ter sido escrito, com finalidades didáticas, para alunos de graduação e de pós-graduação, ao passo de a pesquisa de Coracini (2007) ter sido realizada muitos anos antes dos estudos de Motta-Roth e Hendges (2010), a partir da sua constatação, como professora de francês instrumental, da atitude passiva dos alunos frente aos artigos em sua área. Assim, parece-nos que a ideia de

certa objetividade, imparcialidade da ciência tem sido mantida, propagada e aceita. Aliamos, nesta tese, à visão de Coracini (2007) no que concerne ao *caráter persuasivo* do gênero “artigo experimental”, embora nos situemos em perspectiva teórica distinta do lugar de onde a autora fala.

Para Coracini (2007, p. 43), o artigo primário, uma vez tendo convencido o leitor da validade da pesquisa, busca “provocar no interlocutor uma reação (...) de repetição da experiência”, e o faz através da “evidência e das convenções argumentativas que pretendem a objetividade e neutralidade” (CORACINI, 2007, p. 43). Isto é: o gênero é eminentemente persuasivo, mas procura esconder ou camuflar esse “fazer persuasivo” através de várias estratégias e por meio do apelo à evidência dos fatos apresentados. Essa “evidência”, no discurso científico, segundo argumenta Coracini (2007, p. 51), “aparece demonstrada pela narração de cada etapa do processo de investigação sem que, no entanto, se declare seu caráter seletivo”. O caráter seletivo da pesquisa é “apagado” na metodologia (por exemplo, dificilmente são descritos, no artigo experimental, os “insucessos” na realização do experimento); na seção “resultados e discussão”, quando se comparam os resultados da pesquisa ora relatada com outras disponíveis na literatura, mas não se citam porque aquelas pesquisas específicas foram selecionadas e não outras; etc.

Além de se constituir pelo apelo à evidência do experimento, omitindo seu caráter subjetivo, o discurso científico que se materializa no artigo experimental também é caracterizado, segundo Coracini (2007), por ser preditivo, explicativo, ser “aberto” a novos discursos e ser hermético para leigos. Concordamos com a autora quanto às características “preditivas”, “explicativas” e “herméticas” (para leigos). A ciência tem essa característica preditiva e explicativa. Trata-se, antes, não de uma coerção do segundo tipo (do gênero), mas de uma coerção da esfera.

Conforme citamos no capítulo a este precedente, Cassirer (2012) cita, com base em Northrop, dois estágios do desenvolvimento da ciência: a inspeção e a postulação, sendo esta última a fase da ciência moderna. A tabela periódica, por exemplo, é emblemática dessa fase de postulação e predição: “casas vazias” foram inicialmente deixadas na tabela para serem preenchidas: nem todos os elementos tinham sido descobertos, mas predizia-se que deveriam existir elementos com o número atômico “x” ou “y” para obedecer à serialidade relacional dos elementos químicos.

Quanto à característica *discurso* “sempre aberto a novos discursos” (CORACINI, 2007, p. 50), temos nossas dúvidas. A autora defende essa “abertura” do discurso científico

com base na teoria do falseamento de Popper (1972) e a partir de uma comparação entre o discurso científico e o discurso jurídico. Afirma:

Em oposição ao discurso científico – **sempre aberto a novos discursos, dado o seu caráter falseável, refutável** (cf. Popper) –, o discurso jurídico constitui uma estrutura fechada, com reduzidas possibilidades de retroação, devido justamente ao caráter único do processo jurídico. (CORACINI, 2007, p. 50, grifo nosso).

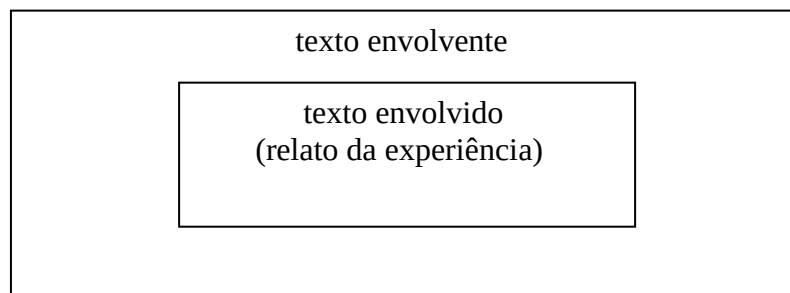
Não nos parece clara em que consistiria essa “abertura” do discurso científico. De fato, a ciência precisa se constituir a partir de novas asserções, novos estudos, que possam mostrar possíveis equívocos ou erros de pesquisas antecedentes. Se a abertura a que se refere à autora é essa, com ela concordamos em parte, pois mesmo que novos estudos falseiem ou refutem outro, isso ocorre dentro de regras muito estritas.

O que deixa a afirmação acima ambígua é, a nosso ver, a palavra “discursos”, pois esse termo pode nos levar a entender que o discurso científico é aberto a outros discursos (por exemplo: aberto ao discurso religioso, político etc). Esse sentido é aqui refutado. Lembremos que, no capítulo antecedente, citamos Bakhtin, PCMF (BAKHTIN, 2002), que defende que o domínio cognitivo caracteriza-se por se relacionar negativamente com outros domínios (a vida, a arte), ao passo que a arte seria aberta e acolhedora ao domínio ético e cognitivo. Assim, nesse segundo sentido, o discurso científico não é “aberto”, mas sim muito “fechado em torno de si”.

Após apresentar as características do discurso científico, Coracini (2007) defende uma organização macrodiscursiva para o gênero *artigo experimental* (ou “artigo primário”, segundo sua denominação), que sustenta sua análise subsequente das marcas de subjetividade no gênero. Para tanto, refuta a ideia de Deyes (1982) e de Swales (1981), “segundo a qual a superestrutura do artigo científico de tipo primário explicita as etapas da investigação científica” (CORACINI, 2007, p. 83). Argumenta que a organização canônica postulada não se sustenta e mostra isso em seu *corpus*. Para Coracini (2007, p. 84), haveria “fronteiras imprecisas entre as partes”. Por exemplo: em seu *corpus*, na introdução de um artigo já são apresentados os resultados da pesquisa, o que deveria ocorrer apenas na última seção, “Resultados e discussão”.

Assim, a autora propõe uma estrutura subjacente, que seria constituída de dois tipos de textos encaixados (CORACINI, 2007, p. 85). O seguinte esquema é apresentado:

FIGURA 1



Fonte: Coracini (2007, p. 85)

O texto envolvente “constituiria o *todo* discursivo” (CORACINI, 2007, p. 85, destaque da autora) e tanto englobaria o texto envolvido quanto buscaria “envolver enunciador e enunciatário: aquele tentando atrair o seu leitor e convencê-lo do valor da experiência ou da proposta metodológica” (CORACINI, 2007, p. 85). Já o texto envolvido seria do tipo narrativo, caracterizado pela sequência temporal, e se encontraria encaixado no discurso envolvente. Segundo Coracini (2007, p. 85), o texto envolvido “Engloba não apenas o relato da experiência ou pesquisa, mas todo enunciado que, nos diferentes momentos do texto, se refere à pesquisa”.

A partir da proposição dessa macroestrutura, a autora analisa as marcas de temporalidade e de pessoa, a modalidade, as expressões metafóricas e a heterogeneidade.

No que concerne à temporalidade, Coracini (2007) refuta a ideia segundo a qual a estrutura do artigo experimental relataria as etapas da investigação científica com fidelidade. Segundo afirmamos anteriormente, muitas etapas da investigação são omitidas, como os insucessos no experimento. Por meio de gráficos, tabelas e outros recursos ilustrativos, omitem-se, também, outras etapas investigativas (além dos “insucessos” metodológicos), em prol de uma síntese que resulta de operações interpretativas do autor.

Embora o artigo se constitua com base nessas “omissões”, as indicações de tempo (verbos no passado, expressões como “em seguida”, “antes”, “primeiro” etc) estabelecem um efeito de sentido de fidelidade do processo investigativo, por meio da impressão de sucessão real dos fatos. A autora observa, em seu *corpus*, um verdadeiro “jogo” com os tempos verbais, em prol da argumentação. São analisadas as funções dos tempos verbais, sobretudo do presente e do passado simples. O presente é utilizado para caracterização do objeto,

apresentação do objeto da pesquisa, discussão e comentário dos dados, referências intratextuais e também para comentar as pesquisas de outros autores.

Esse tempo verbal, segundo Coracini (2007, p. 101), serve a intenções do autor de “tecer comentários, discutir, expressar o seu envolvimento e, dessa forma, envolver o seu enunciatário”. Logo, o presente é característico do “texto envolvente”. O jogo argumentativo torna-se mais visível ao se observar que, por meio do presente, o autor de um artigo cria a ilusão de correspondência entre tempo verbal e tempo real: como se aquele fato comentado se processasse no momento da leitura, criando-se, assim, os efeitos de objetividade e imparcialidade. Já o passado simples é utilizado, no texto envolvido, para se referir a experiências passadas (as etapas metodológicas da própria pesquisa, ou a citação a etapas de outras pesquisas de outros pesquisadores, na revisão da literatura). O passado cria a impressão de referencialidade, de representação objetiva do referente, corroborando, então, para o efeito de sentido de objetividade do gênero.

Sobre as marcas de pessoa gramatical, Coracini (2007, p. 104) argumenta que, se utilizando de recursos diversos (construções passivas, “apaziguamento” da força do imperativo por meio do pronome “se” etc.), o sujeito-enunciador do artigo experimental “assume, o tempo todo, a postura de um observador distante do objeto observado”. Esse efeito de sentido – efeito de “distanciamento” em relação ao objeto – é obtido, em parte, pelo uso de asserções ativas nas quais o sujeito gramatical agente é o próprio objeto de análise (alguns exemplos citados pela autora: “nenhum dado permite atualmente considerar”; “O espectro de massa mostrou um pico molecular...”, p. 105).

O dado acima é relevante, e, aqui, conforme mostraremos em nossos próprios dados, é interpretado como condição própria da instauração do discurso cognitivo, o discurso da ciência “prototípico”, que se consolida no artigo experimental. O efeito de “distanciamento” é resultado, segundo nossa interpretação baseada em Volóchinov (2013), de um tipo de aliança específica entre o autor, seu leitor e o modo como aquele propõe que se olhe para o “herói” ou objeto. Se, no discurso estético, conforme defende Bakhtin (2003; 2010), o autor, o leitor e o herói constituem diferentes centros valorativos, sendo as três instâncias *consciências verboideológicas*; no discurso cognitivo (expresso no gênero aqui analisado), o autor “convida” seu ouvinte para olhar de “cima” para baixo um objeto inconsciente de si. O objeto é “mudo”, o que não significa que sobre ele não pululem discursos vários – mas é mudo no sentido de que esses discursos são sempre outros em relação ao próprio objeto e nunca um discurso “de si para si”. Essa questão será abordada em nossas análises.

Por ora, detenhamo-nos nas constatações de Coracini (2007). A autora, analisando a macroestrutura “discurso envolvente/discurso envolvido”, observa que, embora o sujeito-enunciador busque se “esconder” em seu texto, sua voz aparece muitas vezes ao longo do artigo, evidenciando “que ele não consegue se esconder totalmente” (CORACINI, 2007, p. 105). Segundo Coracini (2007, p. 107), o pronome pessoal, que revela o sujeito-enunciador, aparece com maior frequência no discurso envolvente, pois “no relato de experiência, sobretudo nos procedimentos metodológicos, o sujeito-enunciador parece buscar meios linguísticos para se afastar, se ausentar” (CORACINI, 2007, p. 107).

Nesse jogo de “ausência/presença” do enunciador, destacamos a constatação que a autora faz dos diferentes usos da partícula “se”, em combinação com o passado simples (PPS) e com o presente (PR). Vejamos:

Observe-se que em combinação com o PPS, a partícula *se* serve à não-inserção do interlocutor, ao passo que em combinação com o PR frequentemente parece sugerir a inclusão do outro-leitor no processo verbal – “Pode-se acreditar...” (= autor e/ou leitor); “... conforme se vê” (autor + leitor); “Procedeu-se à pesquisa...” (apenas o autor-pesquisador) etc. (CORACINI, 2007, p. 107).

O trecho acima, para nós (reinterpretando os dados apresentados pela autora), evidencia as proposições de alianças que o autor vai tecendo com seu leitor: aquele apaga a si mesmo sobretudo na metodologia, isto é, no momento em que o leitor é convidado a “reviver o laboratório”, como diria Bazerman (1988) – momento de exigência de máxima isenção do “eu” em prol do objeto e da rigidez do método. Os momentos em que o leitor é convocando (o “se” equivale a um “eu + tu”) são aqueles nos quais o autor precisa interpretar os dados apresentados e convencer o leitor da interpretação apresentada. Assim, o autor não consegue se “isentar” em prol do objeto, precisa “apontar” as relações obtidas; precisa, ademais, que o *leitor olhe o que ele está vendo*.

Outro dado observado por Coracini (2007) refere-se ao uso do imperativo com a partícula “se” (“Note-se que há uma diferença” / “Note-se a maior radiosensibilidade do material no escuro”). Vejamos a interpretação da autora:

Além das formas de inclusão já comentadas (...) e dos enunciados modalizados (é evidente que; é preciso; não se deve esquecer que (P-XXVII) (...), formas implícitas da presença do enunciatário ou do apelo ao mesmo, percebem-se alguns casos (pouco frequentes em ambos os *corpora*) de apelo mais direto ao leitor, através de formas imperativas (...) (CORACINI, 2007, p. 110).

Segundo a autora, quando o sujeito-enunciador utiliza uma forma imperativa, há o apelo direto ao leitor; no entanto, como aquele busca, muitas vezes, esconder-se em seu discurso, ao mesmo tempo em que apela ao outro (e, assim, revela a si), apazigua a força ilocucional do imperativo por meio da partícula “se” (“Note-se”).

Sobre a modalidade no gênero “artigo experimental”, Coracini (2007, p. 119) adota uma visão pragmática, segundo a qual o universo referencial é construído através da linguagem e inserido em um grupo social. Para a autora, os “modelos de realidade” seriam “relativamente arbitrários” (CORACINI, 2007, p. 120), e a modalidade seria um desses mecanismos de construção do real pelo discurso; seria, pois, uma forma de engajamento do sujeito-enunciador que pré-existiria ao próprio discurso (CORACINI, 2007, p. 120).

A visão adotada pela autora é a de que a modalidade está presente no projeto enunciativo, e esse projeto é materializado na língua, que evidencia ou um efeito de opacidade, por meio de asserções como “A terra é redonda”, ou de transparência, pela presença explícita do sujeito, em enunciados como “Creio que a terra é redonda”. Como se percebe, nessa visão não se assume que aquele enunciado (“A terra é redonda”) seria “não modalizado”, mas que o enunciado em questão manifestaria uma *modalidade implícita*, construída a favor da argumentação pretendida no gênero (a argumentação que busca convencer o leitor da verdade que está sendo enunciada, ao tempo em que “camufla” a origem enunciativa).

A modalidade implícita, segundo Coracini (2007), aparece no discurso envolvido, ao passo que o discurso envolvente apresenta uma *modalidade explícita* (exemplo: “O grau de resistência do stress hídrico *varia grandemente* entre os vegetais”, p. 126). Através da modalidade explícita, o autor justifica a escolha do tema ou do material; “avalia a ocorrência de um fenômeno ou de um resultado qualquer” (exemplo: “pelos resultados obtidos no presente trabalho e pelos dados descritos na literatura até o momento, *não é possível ainda determinar* as razões do estímulo”) (CORACINI, 2007, p. 126); “*opina* sobre os fatos ou resultados obtidos” (CORACINI, 2007, p. 128); “*avalia* o trabalho e *sugere* novas pesquisas” (exemplo: “poder-se-á ainda mais favorecer o decréscimo dos custos”) (CORACINI, 2007, p. 128); “*chama a atenção* do seu interlocutor” (“É interessante notar que...”) (CORACINI, 2007, p. 129); “*recomenda*” (exemplo: “uma queda de temperatura deve ocorrer à noite e uma temperatura constante (...) deve ser proibida para o gado”) (CORACINI, 2007, p. 129).

Coracini (2007, p. 130) interpreta a ocorrência das modalidades explícitas como formas de inserção, no discurso, do “leitor”, por ela denominado “enunciatário”:

Em exemplos como esses, percebe-se a presença do enunciatário (virtual), que resvala através das formas de modalização (...); **é a ele que se dirigem as imposições, recomendações, conselhos, sugestões, agindo sobre ele e o envolvendo.**

Assim, a manifestação linguística da modalidade varia da simples apreciação à sugestão e à avaliação (da pesquisa, de uma obra citada, de um resultado obtido...), passando pela discussão dos dados organizados segundo padrões científicos (por exemplo: asserção/justificativa [causal]). (CORACINI, 2007, p. 130, grifo nosso).

Nossa interpretação é a de que o leitor está sempre presente no texto, por mais objetiva e neutra que pareça a asserção. No entanto, conforme a tarefa assumida pelo autor (esclarecer uma ideia, refutar uma teoria etc), o leitor é mais ou menos convocado, o que revela, de fato, que *o discurso se constrói em uma tensão com a presença do outro*: é o outro que valida ou discorda de minhas afirmações; é o outro que se opõe ou abraça as minhas ideias. A presença do outro vai moldando as formas do enunciado: se esse é sentido de forma mais tensa, recursos como conectivos concessivos e adversativos podem ser mais convocados; orações explicativas, para um leitor que não aceita as asserções; modalizações implícitas para um leitor que abraça a ideia posta etc. Destacamos, porém, que não há como se fazer uma lista exaustiva de possibilidades linguísticas: essas devem ser analisados no *todo do enunciado*, considerando-se, ademais, o gênero em questão – como o gênero foi sendo moldado em reação-resposta à percepção do outro, do leitor, do ouvinte?

Sobre a metáfora, Coracini (2007, p. 133) concebe esse recurso como “um fenômeno que extrapola o âmbito do estritamente linguístico e que não pode ser analisado em oposições radicais e estanques”, oposições como “literal x não literal”, “denotação x conotação”. Cita Lakoff e Johnson (1980), autores que veem nosso sistema conceitual como inerentemente metafórico, e considera que “o grau de metaforicidade dependeria (...) da comunidade interpretativa” (CORACINI, 2007, p. 138).

Destacamos, da análise feita pela autora, a consideração de que os próprios gráficos, nos artigos experimentais, seriam metafóricos. Afirmar Coracini (2007, p. 138): “o desenvolvimento de uma planta pode ser representado por uma curva ou expresso em termos de quantidade”. Não interpretamos, aqui, os gráficos como recursos exatamente metafóricos, mas como uma forma de síntese assentada no simbolismo numérico de que nos fala Cassirer (2011; 2012). O gráfico de crescimento permite a universalização, a proposição de leis, desvinculando-se com o sensório-intuitivo imediato: o crescimento da planta não é algo que

(eu, indivíduo singular) “vejo”, “sinto”, “apalpo”: é algo mensurável, é a *relação* estabelecida entre medida espacial e temporal – relação essa independente de minha percepção. Assim, o “crescimento” não é substância, mas *função*.

Em sentido amplo, se se considera que a metáfora é uma função, o mapeamento de dois domínios cognitivos, pode-se, porém, conceber que um gráfico é um processo metafórico. Todavia, nessa visão, dever-se-ia explicar quais são esses dois domínios envolvidos: qual é o domínio-base e o domínio-alvo. Entendemos que este é a relação expressa entre espaço e tempo, mas não nos fica claro qual seria o domínio-base – o conceito de “crescimento” na acepção da linguagem comum? Coracini (2007) não explicita essa questão.

Após afirmar rapidamente que os gráficos são recursos metafóricos, a autora passa ao levantamento de metáforas encontradas no seu *corpus*: “Plantas/animais são seres humanos”, exemplo: “O envelhecimento da raiz” (CORACINI, 2007, p. 139); “Animais são seres humanos”, exemplo: “invertebrados *infiltradores* marinhos (...) eles seriam *incapazes* de processar o grande volume de água necessário para obter o alimento suficiente” (CORACINI, 2007, p. 140); “Plantas/animais são (ou contém) figuras geométricas”, exemplo: “aumento da *circunferência* da raiz” (CORACINI, 2007, p. 141); “Plantas/animais lembram, na forma, acidentes geográficos”, exemplo: “O espectro de massa mostrou um *pico* molecular” (CORACINI, 2007, p. 142); “Plantas/animais (células, órgãos) são construções, exemplo: “a parede das células” (CORACINI, 2007, p. 142); “Plantas (ou folhas)/animais são objetos na forma, exemplo: “envelope plastidial interno” (CORACINI, 2007, p. 143); “fenômenos naturais são seres vivos (homens ou animais”, exemplo: “... as sementes ficam impedidas de serem *levadas à distância* pelo vento” (CORACINI, 2007, P. 143); “Objetos/produtos são seres vivos”, exemplo: “... *efeitos estimulantes* dos inseticidas” (CORACINI, 2007, p. 144).

Após analisar as metáforas nos artigos experimentais, Coracini (2007, p. 144) conclui que a linguagem “manifesta a subjetividade que lhe é inerente”. É interessante observar que a autora não considera “subjetividade” como manifestação de um sujeito; antes, atrela esse conceito à ideia de *comunidade* e de *convenção*. Vejamos:

(...)

Entendendo-se subjetividade como a expressão de um **ser comunitário** que recebe influências do seu grupo social e que necessita se adaptar às exigências **desse grupo**. (...) é nessa medida que a ciência e, como decorrência, o artigo científico, obedece a **critérios convencionais** e regras pré-estabelecidas”. (CORACINI, 2007, p. 144).

Reinterpretando os dados e as análises da autora com base em Volóchinov (2013), entendemos que a metáfora científica é um “valor substancial” do grupo. Trata-se de um valor, pois é utilizado na comunidade, com sentidos próprios, com aceitação (“apoio coral”) do grupo, isto é, sem qualquer questionamento. O uso recorrente de expressões como “células-mãe”, “envelhecimento da raiz” mostra uma visão de mundo convencional da comunidade.

Em Volóchinov (2013), vemos que “subjetivo” não é o que pertence a mim, mas o que pertence a nós: o que tem sentido para nós, o que nós todos validamos. Coracini (2007) constata que os conceitos metafóricos são praticamente os mesmos em língua portuguesa e em língua francesa. Trata-se, portanto, de um “valor da ciência” – valor esse, a nosso ver, condensado no vocabulário: os jargões dos cientistas seriam formas de estratificação da língua, “formas de ser” da vida verboideológica, como afirma Bakhtin, em “O discurso no romance” (BAKHTIN, 2015).

Por fim, quanto à heterogeneidade de vozes manifesta no gênero “artigo experimental”, Coracini (2007) distingue, a partir de Authier-Revuz e Koch, a heterogeneidade ampla, que é sempre implícita, e a heterogeneidade em sentido estrito, que pode ser explícita ou implícita. Coracini (2007) analisa ocorrências de heterogeneidade explícita e implícitas no gênero.

A heterogeneidade explícita, do ponto de vista das ideias expostas no texto, tem a função de encadear os argumentos, justificando o tema da pesquisa (principalmente na introdução dos artigos), justificando o método e a técnica utilizados, confirmando os resultados e conclusões, discutindo a bibliografia. Nesse caso, referências explícitas, segundo regras de normatização do discurso acadêmico (a ABNT, por exemplo), são utilizadas. A referência a outros autores tem não apenas a função de encadear ideias, mas também funciona como recurso argumentativo. Por exemplo, ao referenciar outros pesquisadores com o intuito de justificar o método empregado, o autor do artigo, segundo defende Coracini (2007), busca convencer seus pares do rigor a que a pesquisa apresentada foi submetida. Conforme Coracini (2007),

Subjaz a este emprego a ideia segundo a qual se **outros cientistas já fizeram uso dos mesmos procedimentos** e obtiveram êxito, então nada mais normal e inteligente do que aplicá-los novamente. Recorre a um **conceito partilhado por uma comunidade** e, por isso mesmo, constitui uma **estratégia de conquista e persuasão**. (CORACINI, 2007, p. 151, grifo nosso).

Vemos, no trecho acima destacado, a tese defendida por Bazerman (2006), segundo a qual o discurso científico é permeado por estratégias de persuasão e pertencimento – tese essa a que nos referimos em subtópicos precedentes. O cientista, ao citar seus pares, procura mostrar que pertence àquela comunidade (sobretudo quando cita protocolos de pesquisa aceitos na área), ao tempo em que busca aceitação para sua própria pesquisa e visa persuadir seu leitor de que essa foi feita com todo o rigor metodológico que é estabelecido pela comunidade em questão.

Coracini (2007, p. 151) destaca, ademais, que a referência a técnicas e métodos já utilizados por outros permite “economizar espaço, liberando o autor de explicitações”. Essa “economia de espaço”, por meio da omissão de informações, contribuiria para que o discurso se tornasse “hermético” para os não iniciados, reforçando assim, a nosso ver, a ideia de “pertencimento” ao grupo (pertence a esse grupo apenas aqueles que são capazes de entender os implícitos metodológicos presentes no artigo experimental).

Do ponto de vista formal, isto é, a forma como aparece a heterogeneidade enunciativa explícita, Coracini (2007) observa a ocorrência de referências entre parênteses, discurso relatado, referências nominais e referências genéricas. Para a autora, a forma de manifestação da heterogeneidade tem “como efeito um maior ou menor engajamento do *L* com relação a sua asserção, que coincide, mais ou menos intensamente, com a asserção do(s) outro(s) cientista(s) (*L'*)” (CORACINI, 2007, p. 154). Destaca-se que a autora recorre à teoria de O. Ducrot, acerca da polifonia de locutores e enunciadore, designando por “*L*” o “locutor”, ou seja, aquele que assume a responsabilidade pelo que é dito, e por “*L'*” os outros cientistas citados no artigo.

Nas referências entre parênteses, o autor cita o(s) sobrenome(s) do(s) autor(es) e o ano da publicação após o texto. Vejamos um exemplo retirado do *corpus* da autora:

Embora a propagação de *Oxalis latifolia* através de bulbos não possua muitas diferenças da propagação em outras regiões de distribuição estudadas (Jackson, 1960; Rivals, 1960; Chawdhry, 1974), deve-se ressaltar... (CORACINI, 2007, p. 154)

Coracini (2007, p. 155) argumenta que, nesse tipo de heterogeneidade enunciativa, o locutor *L* “assume inteiramente o que assera, incorporando, ao seu, o discurso daquele que, citado entre parênteses, vem corroborar e tornar digna de crédito a sua asserção; de tal forma que o pensar de ambos (...) coincida plenamente”. Diferente efeito produz o *discurso*

relatado, em que é citado o autor (*L'*) e o trecho da pesquisa entre aspas (exemplo meramente ilustrativo: Fulano (2017) afirma que “xxxx”). Coracini (2007, p. 155) entende que, nesse último caso, isto é, no discurso relatado, “*L* se distancia de *L'* (outro(s) enunciador(es)), que assume a asserção que *L* lhe imputa”. A autora, no entanto, reconhece que, mesmo que o discurso relatado seja uma citação literal do dizer do outro, há um trabalho de seleção, síntese, reformulação sobre esse dizer.

Se se adota a teoria Ducrotiana para interpretar os dados, realmente a citação não literal do dizer do outro implica assunção da responsabilidade do autor (ou “*L*”) com a asserção, ao passo que o discurso relatado incorre na transferência da responsabilidade enunciativa (não sou eu quem afirmo é “Fulano (2010)”). Todavia, cremos que a análise deve centrar-se não apenas na ocorrência das citações, das outras vozes, mas no momento em que essas aparecem, isto é: deve-se analisar não apenas o como (a forma), mas o momento. Nesse sentido, Motta-Roth e Hendges (2010) apresentam uma interpretação diferente da que é proposta por Coracini (2007): aquelas autoras entendem que a referência a outros autores no fim das asserções, entre parênteses, difere do discurso relatado na *ênfase* a que se dá ou à própria asserção (primeiro caso) ou ao autor da pesquisa citada (discurso relatado). Ademais, nota-se que o recurso da referência entre parênteses a outros autores, no fim da asserção, ocorre mais na introdução de artigos experimentais, quando, frequentemente, informações mais genéricas sobre o tema são apresentadas. Assim, o outro seria convocado para sustentar uma ideia mais genérica, mas sem se destacar esses autores em si: a asserção tem prevalência sobre o autor.

Cremos que esse tipo de “heterogeneidade” funciona, também, como forma de “economia” de espaço, convocando-se o leitor e o informando: para maiores informações (as quais aqui omito), veja a lista de autores que cito entre parênteses, cuja referência você encontrará no final do artigo. Ou, então, o autor diz ao leitor: as afirmações aqui apresentadas podem parecer genéricas, mas há detalhes e comprovação dessas asserções nos autores aos quais faço referência entre parênteses. Trata-se, em todo caso, não da correspondência plena entre um “*L*” (“locutor”) e um “*L'*” (outros pesquisadores citados), mas de uma *justificativa* do autor ao leitor do artigo. Nossa visão é a de que o autor do artigo, a todo momento, busca alianças com o leitor, justificando-se, convidando-o a não abandonar o texto etc – essa questão será abordada na análise dos nossos dados, sobretudo no capítulo 6.

Quanto às referências nominais, Coracini (2007, p. 156) afirma que, nesse tipo de heterogeneidade, o nome do outro “se apresenta como sujeito da oração”. Vejamos um exemplo retirado de seu *corpus*:

Eames e MacDaniels (1974) referem-se às variações que a epiderme de uma raiz pode sofrer de acordo com as condições do meio (...) a sua diferenciação é bastante irregular quanto à localização ao longo da raiz e não obedece o sentido acrópeto característico, citado por Esaú. A mesma autora ressalta que... (CORACINI, 2007, p. 156, destaques da autora).

Para Coracini (2007, p. 157), as referências nominais “introduzem verbos de relato ou formas nominais que, afinal, manifestam a atitude mais ou menos distante de *L*, com relação ao texto relatado”. Esses verbos de relato constituem, também, uma atitude interpretativa do locutor (*L*), pois é ele quem, ao trazer a voz do outro, interpreta que esse outro está “afirmando”, “argumentando”, “observando” etc. Trata-se, pois, de uma atitude subjetiva do locutor, segundo a visão de Coracini (2007).

As referências genéricas, conforme Coracini (2007, p. 158), caracterizam-se “por não revelarem com precisão a origem efetiva do pensamento assertado, indefinindo parcial ou totalmente *L*”. Como indefinição parcial de *L*, citemos um exemplo extraído do *corpus* da autora: “Vários autores têm descrito...” (CORACINI, 2007, p. 158). Nesse caso, segundo a autora, *L* transferiria totalmente a asserção para um outro genérico. Como indefinição total de *L*, vejamos um exemplo: “Drogas antimitóticas (...) *têm sido usadas* como instrumentos de pesquisas para o estudo do papel dos microtúbulos” (CORACINI, 2007, p. 160, destaques da autora). Nesse último caso, utiliza-se a voz passiva – analítica ou sintética –, camuflando-se “o agente do processo” e pondo em evidência o objeto em estudo (CORACINI, 2007, p. 160).

Motta-Roth e Hendges (2010), por outro lado, interpretam a ocorrência de referências genéricas no presente perfeito (“Vários autores têm estudado”) como forma de o autor do artigo mostrar a atualidade e a relevância do estudo: muitos têm estudado esse fenômeno até o presente momento, então esta pesquisa é relevante.

Concordamos com as pesquisas de Motta-Roth e Hendges (2010) e os estudos de Coracini (2007). Acreditamos que esse tipo de referência não apenas transfere a responsabilidade enunciativa a um “outro” genérico, evidenciando o objeto e não o agente, como, também, serve para que se argumente acerca da atualidade, relevância e quantidade de estudos feitos sobre o tema. Acrescentamos, porém, que, ao fazer esse tipo de referência, o autor parece buscar em seu leitor um “apoio coral” (VOLÓCHINOV, 2013) para suas asserções. Destaca-se, ademais, que a ocorrência dessas referências mais genéricas se dá, sobretudo, na introdução dos artigos (MOTTA-ROTH e HENDGES, 2010), momento no qual, segundo nossa interpretação, ocorre um “reforço do convite” para que o leitor continue a leitura do artigo.

Por fim, no que concerne à heterogeneidade, Coracini (2007, p. 162) apresenta o que ela denomina como “heterogeneidade implícita” ou polifonia, nos termos em que “polifonia” é entendida por Ducrot. Nas palavras da autora:

Considero como expressão de *heterogeneidade implícita* propriamente dita as formas gramaticais e lexicais que, ao introduzirem o enunciado A, deixam entrever a existência de enunciadores (*L'*) responsáveis por sua enunciação; por outro lado, o enunciado A autoriza *L* a enunciar *B* (cf. Ducrot, 1984). Assim, *L* se distancia do *L'* a respeito da asserção, ao mesmo tempo em que a transforma em fundamento de suas conclusões. (CORACINI, 2007, p. 162, destaques da autora).

A autora apresenta um exemplo que julgamos interessante reproduzir:

É óbvio que algumas das espécies referidas por Joly e que não encontramos possam estar presentes na área em questão e ter passado despercebidas neste levantamento (...)
Entretanto é mais lógico supor que as espécies não encontradas realmente não estavam presentes na época dos respectivos levantamentos ou eram muito raras. (CORACINI, 2007, p. 163, destaques da autora).

O exemplo acima, retirado do *corpus* de Coracini (2007), pode ser reinterpretado, segundo os pressupostos do Círculo de Bakhtin, como uma clara presença (e uma presença em certo sentido “tensa”) do leitor influenciando “de dentro” a construção do enunciado. Lembremos que, conforme Bazerman (1988), o artigo experimental adquiriu muitos de seus traços atuais a partir da tensão estabelecida entre um objeto em disputa. No enunciado acima, o autor sente a possível contra-palavra, a réplica de seu leitor (“É óbvio que...”) e antecipa essa réplica para refutá-la em seguida (“Entretanto é mais lógico supor...”). Há, pois, no trecho destacado, um movimento dialógico de antecipação da contra-palavra do outro, culminando com um movimento de refutação. A própria língua, em sua estrutura, parece ter incorporado essa tensão entre autor/leitor, através de construções como: “É claro/óbvio/certo (etc)que... mas”, “Sabe-se que... no entanto”, etc. Resta-nos observar e analisar o momento em que essas construções ocorrem, com mais frequência, no gênero: na introdução? Na metodologia? Nas análises e discussões? Assim, analisando não apenas a ocorrência, mas o momento e o sentido, podemos “recontar” a história relatada no artigo; entender como autor e leitor interagem na construção do texto.

4.4 Conclusões

Primeiramente, a proposta de Coracini (2007), acerca da macroestrutura do gênero (dois tipos de texto encaixados: um envolvente e um texto envolvido) é interessante, mas, a nosso ver, não consegue abarcar todos os momentos do artigo, por ser muito genérica. Ademais, a recorrência a teorias tão diversas como a polifonia de Ducrot, o cognitivismo de Lakoff, a AD de Pêcheux, deixa o texto confuso em algumas partes. Propomos, com base sobretudo em Volóchinov (2013), outra forma de se olhar para o gênero, considerando a tensão que se estabelece entre autor, leitor e “herói”, que, neste caso, é um objeto, “inconsciente de si”.

No que concerne ao modelo estrutural de Swales, consideramos que essa proposta descritiva é muito “fechada”. Não se sustenta em muitas análises empíricas, o que o próprio autor reconhece (SWALES, 2009), ao propor que o professor, em sala de aula, “negocie” com seus alunos os traços do gênero, a partir dos exemplares concretos levados para análise.

Nos próximos capítulos, propomos um modo de se olhar o gênero “artigo experimental”, a partir dos pressupostos do Círculo de Bakhtin.

5 PROPOSTA DE ANÁLISE DO GÊNERO “ARTIGO EXPERIMENTAL” A PARTIR DA CONCEPÇÃO DIALÓGICA DA LINGUAGEM: I. A MEDIAÇÃO DOS PERIÓDICOS

5.1 Introdução

Este capítulo visa atingir os objetivos específicos 1 e 2, traçados na introdução desta tese: 1. Investigar como se dá a mediação dos periódicos na relação autor-leitor-editor. 2. Analisar os valores subjacentes à esfera.

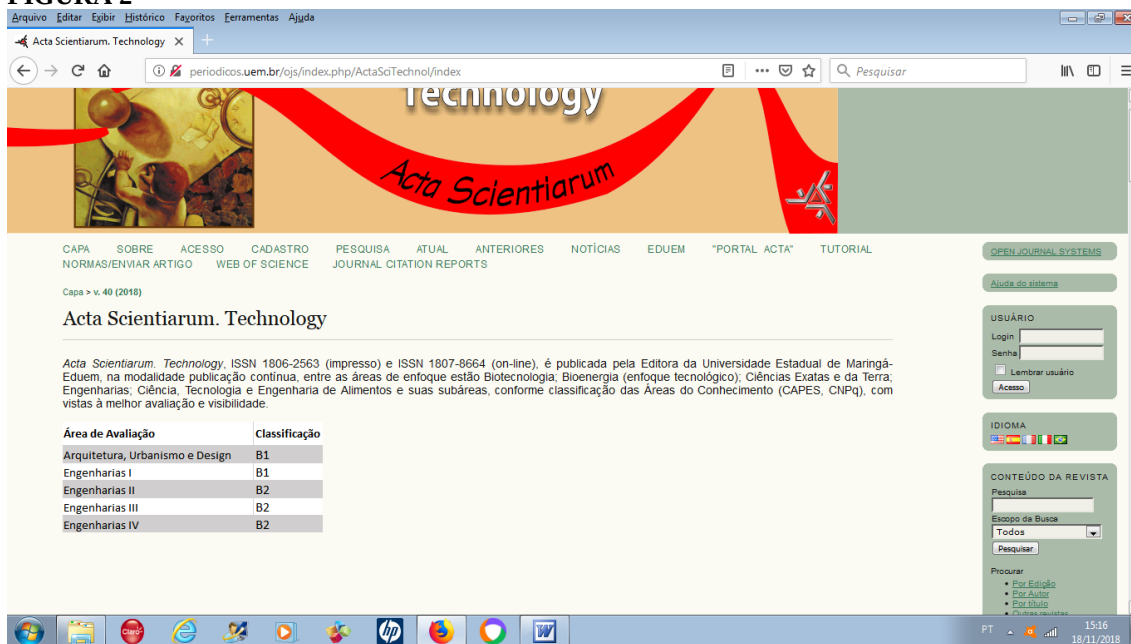
Assim, analisamos as instruções de submissão dos periódicos nos quais os artigos que compõem nosso *corpus* foram publicados, bem como as apresentações desses periódicos.

5.2 A mediação da revista

Vimos, no capítulo anterior, que Bazerman (1988) observou a importância do *journal Transactions* na configuração do gênero “artigo experimental”. Funcionando como um fórum de discussões, o *journal* ajudou a modelar o gênero. Atualmente, temos as revistas científicas especializadas que publicam artigos e resenhas de livros, e que, segundo defendemos nesta tese, medeiam as relações autor-leitor, “ditam”, por meio de suas normas de publicações, como o artigo deve ser apresentado, e, assim, contribuem para a estabilização do gênero. Ao mesmo tempo, como os artigos precisam ser submetidos a avaliação, a revista funciona como um meio de distribuição, de circulação de vozes: apenas aqueles que passam pelo crivo avaliativo da revista serão “ouvidos”, terão suas pesquisas divulgadas.

A título de exemplificação, observemos uma revista de onde dois artigos que compõem nosso *corpus* foram retirados.

FIGURA 2



Fonte: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciTechnol/index>. Acesso em: 20/11/2018.

Logo após a apresentação, há, segundo se vê na imagem acima, uma tabela informando a classificação de cada área disciplinar publicada pelo portal de periódicos em questão. No *site* da CAPES, por sua vez, lê-se a seguinte informação sobre o sistema de avaliação de periódicos no Brasil:

Qualis-Periódicos

Qualis é o conjunto de procedimentos utilizados pela Capes para estratificação da qualidade da produção intelectual dos programas de pós-graduação. Tal processo foi concebido para atender as necessidades específicas do sistema de avaliação e é baseado nas informações fornecidas por meio do módulo Coleta de Dados da Plataforma Sucupira. Como resultado, disponibiliza uma lista com a classificação dos veículos utilizados pelos programas de pós-graduação para a divulgação da sua produção.

A estratificação da qualidade dessa produção é realizada de forma indireta. Dessa forma, o Qualis afere a qualidade dos artigos e de outros tipos de produção, a partir da análise da qualidade dos veículos de divulgação, ou seja, periódicos científicos.

A classificação de periódicos é realizada pelas áreas de avaliação e passa por processo anual de atualização. Esses veículos são enquadrados em estratos indicativos da qualidade, de A1 a C, sendo A1 o estrato mais elevado.

Note-se que o mesmo periódico, ao ser classificado em duas ou mais áreas distintas, pode receber diferentes avaliações. Isto não constitui

inconsistência, mas expressa o valor atribuído, em cada área, à pertinência do conteúdo veiculado. Por isso, não se pretende com esta classificação, que é específica para o processo de avaliação de cada área, definir qualidade de periódicos de forma absoluta.

(Fonte: <http://www.capes.gov.br/acessoainformacao/perguntas-frequentes/avaliacao-da-pos-graduacao/7422-qualis>. Acesso: 11/08/2019, às 00:37h).

Há uma “estratificação” de qualidade dos periódicos (por isso, fala-se acima em “estratificação indireta”, pois não é o artigo em si que é avaliado, mas o periódico que publica os artigos) feita por um órgão governamental, que atribui pesos diferenciados aos periódicos. A classificação, em escalas, segundo “indicativos de qualidade”, mostra que a voz do pesquisador está sujeita a uma prévia valoração segundo o indicativo recebido pelo periódico no qual ele publica sua pesquisa.

Os periódicos, frequentemente, estão vinculados a um programa de Pós-Graduação. As diretrizes para avaliação do periódico estão, portanto, disponibilizadas, no *site* da CAPES, nos documentos que parametrizam toda a avaliação dos programas e periódicos, segundo a área do conhecimento em questão. Após consulta a alguns desses documentos, vimos que a avaliação – que leva à “estratificação” do periódico – é feita, frequentemente, a partir da base de dados JCR/ISI (*Journal of Citation Reports*), segundo um índice de impacto, F.I. Encontramos a seguinte informação sobre o *Journal of Citation Reports*:

A CAPES, por meio do seu [Portal de Periódicos](#) oferece à comunidade acadêmica e universitária da UFSCar, desde 2009, a assinatura da base [Journal Citation Reports](#) (JCR), publicada pelo Institute for Scientific Information (ISI) e editada pela Thomson. O JCR é uma base reconhecida por avaliar periódicos indexados na [Web of Science](#).

Apresenta dados quantitativos que apoiam uma revisão sistemática e objetiva das revistas cobrindo as seguintes áreas do conhecimento: Ciências Agrárias, Ciências Biológicas, Ciências Sociais, Ciências Sociais Aplicadas, Ciências Exatas, Ciências da Terra e Engenharias.

O JCR oferece uma perspectiva para avaliação e comparação de periódicos por meio da acumulação e tabulação de contagens de citações e artigos de praticamente todas as especialidades nos campos da ciência. Possui mais de 10.500 revistas, entre as mais citadas do mundo, em 232 disciplinas, mais de 2.500 editores em 82 países e mais de 1.400 revistas regionais.

É uma importante ferramenta para auxiliar tanto para pesquisadores, que poderão determinar onde publicar seus trabalhos e quais periódicos utilizar em suas pesquisas, quanto para bibliotecários que realizam análises de

coleções de periódicos para aquisição. O JCR permite identificar nos periódicos indexado na [Web of Science](http://www.webofscience.com):

- periódicos mais frequentemente citados em um campo de pesquisa;
- periódicos com maior impacto em um campo;
- Os artigos mais publicados em um campo;
- Entre outros indicadores.

(Fonte: <http://www.periodicos.ufscar.br/noticias/o-que-e-o-journal-citation-reports-jcr>. Acesso: 18/11/2018, às 16:06h).

A avaliação do periódico, conforme é possível ler na informação acima, obedece a princípios quantitativos, sobretudo ao número de citações dos artigos. O fator de impacto é, portanto, calculado com base no número de vezes que determinado estudo é citado, o que mostra um valor da esfera: *o valor da replicação*. Um estudo é válido, bem aceito, quando começa a ser muito citado por outros pesquisadores. Coracini (2007), segundo citamos no capítulo precedente, já havia observado que o autor do artigo visa não apenas persuadir o interlocutor acerca da validade da pesquisa e do seu rigor, como também objetiva fazer com que o leitor adira ao experimento, prossiga os estudos estabelecidos no artigo. Conforme mostraremos nos próximos capítulos, é comum que o autor, na conclusão, afirme que deverão ser feitas pesquisas futuras, a fim de esclarecer algum aspecto levantado nos dados. Segundo discutiremos, a proposição de “pesquisas” ou “estudos futuros” tem várias funções. Uma delas, parece-nos, é estabelecer um “elo” na cadeia do diálogo, fazer com que o estudo continue e que, assim, aquela pesquisa específica possa ser citada pelos pares.

Quando falamos, por conseguinte, em “valor da replicação”, não estamos nos referindo necessariamente à replicação da situação experimental – embora o experimento parta da premissa de que, dadas as mesmas condições, esse pode e deve ser replicado –, mas da *citação* do estudo em questão: quando citado, novos e novos elos podem ser postos em interação.

Observemos, ademais, que a base utilizada é internacional e em língua inglesa, revelando, pois, uma predominância cultural dessa língua não apenas na circulação da ciência, mas também na validação da produção intelectual.

Prosseguindo a análise do periódico apresentado na figura 2, vejamos mais algumas informações disponibilizadas no *site*:

Foco e Escopo

A revista publica artigos originais em todas as áreas relevantes da Tecnologia, incluindo Biotecnologia; Bioenergia (enfoque tecnológico); Ciências Exatas e da Terra; Engenharias; Ciência, Tecnologia e Engenharia de Alimentos e suas subáreas.

Missão Viabilizar o registro público do conhecimento e sua preservação; Publicar resultados de pesquisas envolvendo idéias e novas propostas científicas; Disseminar a informação e o conhecimento gerados pela comunidade científica; Agilizar o processo de comunicação científica na área de Tecnologia.

Número de artigos publicados em 2015: 60.

(Fonte:

<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciTechnol/about/editorialPolicies#focusAndScope>. Acesso: 20/11/2018, às 15:26h). Apresentação do periódico *Acta Scientiarum Technology*.

Pela informação disponibilizada acima, percebemos dois valores subjacentes ao periódico. Primeiro, *o valor da originalidade*, conforme é possível ler logo nas primeiras linhas da apresentação da revista (“A revista publica artigos originais”), e, em seguida, ao ser informada a missão do periódico, lemos que esse visa “Publicar resultados de pesquisas envolvendo idéias e novas propostas científicas”. Originalidade e novidade parecem ser valores que sustentam essa área da tecnologia, área que está sempre em transformação, em busca de soluções para problemas criados pela própria sociedade erigida a partir da rapidez vertiginosa das transações financeiras.

Esse valor, todavia, não é exclusivo da área de tecnologia. Vejamos a apresentação de outro periódico de onde foi retirado um artigo de nosso *corpus*, na área da Linguística:

A Veredas — Revista de Estudos Linguísticos — é uma publicação semestral de acesso livre e imediato, lançada em 1997 no âmbito do antigo Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Juiz de Fora. Desde 2001, seus artigos passaram a ser divulgados também no formato eletrônico, propiciando aceder à informação de modo ágil e democrático. Em 2007, com a criação do novo Programa de Pós-Graduação em Linguística (mestrado e doutorado), a Veredas consolida seu formato exclusivamente eletrônico, disponibilizando *online* todas as edições desde 1997.

Desde que foi lançado, o periódico tem a missão de publicar artigos científicos, ensaios, traduções e resenhas, de caráter necessariamente **inédito** e de reconhecida qualidade acadêmica, produzidos por pesquisadores nacionais e estrangeiros, **unicamente** da área de Linguística, teórica e aplicada, e em suas diversas subáreas.

(Fonte: <http://www.ufjf.br/revistaveredas/2014/08/29/inicial/>. Acesso: 20/11/2018, às 15:48h). Apresentação do periódico *Veredas*.

Informa-se, na apresentação acima, que os trabalhos publicados precisam ter caráter “inédito”, e essa informação é destacada em negrito no próprio *site* da revista, evidenciando que esse é um valor importante para o periódico. Por “valor da originalidade” referimo-nos tanto à necessidade de os artigos serem “originais”, no sentido de trazerem uma real contribuição para a área, quanto ao fato de não terem sido publicados antes, isto é, serem inéditos, estarem sendo apresentados pela primeira vez naquele periódico. Essa é uma condição que se repete em vários periódicos que analisamos – condição colocada como pré-requisito, muitas vezes, para a própria avaliação do artigo. Aqueles estudos que já tiverem sido publicados ou que forem submetidos simultaneamente a dois periódicos diferentes podem, de antemão, ser rejeitados.

Outro valor subjacente aos periódicos (e, conseqüentemente, à esfera) – considerando que esses veículos são, atualmente, a principal forma de divulgação do conhecimento científico entre os pares – refere-se à *publicação do conhecimento*. Na apresentação do periódico *Acta Scientiarum Technology*, conforme destacamos acima, informa-se que a missão desse periódico é: “Viabilizar o registro público do conhecimento e sua preservação”; “Publicar resultados de pesquisas envolvendo idéias e novas propostas científicas”; “Disseminar a informação e o conhecimento gerados pela comunidade científica”; “Agilizar o processo de comunicação científica na área de Tecnologia”. Grifamos todos os verbos que traduzem a missão do periódico: viabilizar, publicar, disseminar e agilizar – verbos esses que remetem à necessidade de as pesquisas serem conhecidas, e mais que isso, serem “disseminadas”, o que remete, semanticamente, à ideia de alcance de várias pessoas aos estudos realizados. Ademais, o verbo “agilizar” traz consigo a ideia de que o conhecimento científico precisa ser disseminado com urgência.

Façamos, aqui, uma crítica: pela forma como a missão do periódico é apresentada, sobretudo quando se afirma que uma de suas missões é “Disseminar a informação e o conhecimento gerados pela comunidade científica”, parece que a revista assume a missão de divulgar o conhecimento gerado nos muros da academia para o grande público. O verbo “disseminar” pode trazer esse subentendido, já que é muito mais “amplo” que, por exemplo, o verbo “divulgar”. Não há, todavia, essa “disseminação”. Sabe-se que muito do conhecimento produzido no âmbito acadêmico não é tão “disseminado” – a própria linguagem que codifica o discurso acadêmico apresenta-se como uma “barreira” para essa disseminação. Coracini

(2007, p. 57), conforme citamos no capítulo antecedente, afirma que o gênero artigo pressupõe “um ouvinte conhecedor da matéria, dos métodos utilizados normalmente na área”. Em decorrência, segundo a autora, “muitas informações são suprimidas por se julgá-las supérfluas e desnecessárias” (CORACINI, 2007, p. 57). Como resultado, “o discurso torna-se hermético para o leitor não-especialista” (CORACINI, 2007, p. 57). Assim, uma das características do discurso científico é justamente o *hermetismo*.

Argumentamos, portanto, que o valor subjacente aos periódicos e à esfera é o valor da publicação – o valor de tornar aquele estudo público *para os pares*, mas não para pessoas que não façam parte do círculo restrito de pesquisadores. Acrescentamos, também, que esse valor refere-se, com frequência, a um círculo de pesquisadores de determinada área disciplinar, considerando as informações “suprimidas” no artigo, que tendem a torná-lo inacessível a um pesquisador pertencente a uma área disciplinar distinta. Assim, engenheiros parecem escrever para engenheiros, linguistas para linguistas, médicos para médicos etc. E essa relação pode se tornar ainda mais “fechada”: psicolinguistas – uma área específica da linguística – parecem escrever exclusivamente para psicolinguistas; médicos psiquiatras parecem escrever apenas para médicos psiquiatras, e assim por diante. Sentimos essa dificuldade na análise de nossos dados. Buscamos fazer uma análise do gênero, considerando diversas áreas disciplinares, e vimos o quão difícil pode ser entender um artigo de uma área com a qual não estamos familiarizados, não exatamente pelos “jargões”, pela “estratificação” da língua de que nos fala Bakhtin (2015), pois podemos desvendar esses jargões com a ajuda de dicionários e buscas em *sites* dos mais diversos, mas pela quantidade de informações “suprimidas”, pouco especificadas, como, por exemplo, quando se afirma que foi utilizado determinado protocolo experimental, e nada mais se diz sobre esse protocolo.

Vejamos a apresentação de mais um periódico:

A PROLINGUA, revista eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal da Paraíba (PROLING/UFPB) <http://www.cchla.ufpb.br/proling>, é um periódico semestral que divulga trabalhos oriundos das variadas linhas de pesquisa dos estudos da linguagem, tanto na área de teoria e análise linguísticas quanto na esfera da linguística aplicada. A revista, de acesso público e gratuito como todos os periódicos alojados no portal da Universidade Federal da Paraíba (<http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/index/index>), recebe artigos, ensaios, resenhas e traduções de pesquisadores, alunos de pós-graduação e professores doutores de instituições nacionais e/ou internacionais.

A PROLINGUA, ao longo de seus nove anos de existência, vem se consolidando como mais um espaço de divulgação de resultados de pesquisas, teóricas e aplicadas, contribuindo para a disseminação do conhecimento científico. Nesse sentido, busca proporcionar o debate entre pesquisadores e promover o intercâmbio de ideias referente aos fenômenos

linguísticos em geral. Conta em seu corpo editorial com a participação de pesquisadores de diversificadas instituições nacionais e internacionais. Atualmente, é indexada no Latindex (<http://www.latindex.org/latindex/>), no Livre (<http://www.cnen.gov.br/centro-de-informacoes-nucleares/livre>), no Diadorim (<http://diadorim.ibict.br/handle/1/1300>) e no Redib (<https://www.redib.org/pt-pt/>). Também é licenciada pelo Creative Commons (<http://www.infowester.com/creativecommons.php>) e sua qualificação mais atual no qualis periódicos da CAPES na área de Letras e Linguística é B1²⁹.

(Fonte: <http://www.periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/prolingua>)

Acesso: 23/11/2018, às 15:23 h).

Apresentação do periódico PROLÍNGUA.

Na apresentação acima, o mesmo valor referente à necessidade de “disseminação” do conhecimento aparece explícito (“...contribuindo para a disseminação do conhecimento científico”). A apresentação desse periódico, reforça mais esse valor, afirmando que o acesso ao periódico em questão, assim como todos os periódicos da instituição a que está vinculada a revista, é gratuito. Em uma perspectiva bakhtiniana, deve-se interpretar não apenas o que é dito, mas o que se nega discursivamente quando se faz uma afirmação. Ao se destacar que o acesso ao periódico “é gratuito”, informa-se, assim, que há revistas que cobram taxas para acesso, e essa cobrança é valorada negativamente pelo periódico acima, ainda que essa valoração seja muito velada.

Chama-nos a atenção, ademais, a indicação de que “tipo” de autor pode publicar na revista (“pesquisadores, alunos de pós-graduação e professores doutores de instituições nacionais e/ou internacionais”). Trata-se de uma autoria seleta, representante do espaço acadêmico. Por fim, destaca-se a informação de que o corpo editorial da revista é “diversificado” (“Conta em seu corpo editorial com a participação de pesquisadores de diversificadas instituições nacionais e internacionais”) e composto não apenas por pesquisadores brasileiros, como também por colaboradores internacionais. Essa informação é destacada porque um dos critérios de avaliação dos periódicos, conforme constatamos em nossas pesquisas, refere-se à presença de colaboradores de instituições diversas.

Analisemos, agora, algumas diretrizes de submissão, que devem ser seguidas pelos autores, ao enviar seus artigos para publicação, pois essas diretrizes funcionam como formas de coerção do gênero, estabilizando os “modos de dizer” através de um artigo. Vejamos um primeiro exemplo:

²⁹ A revista em questão tornou-se, em 2019, A2. No entanto, até o momento da revisão deste texto, essa

Diretrizes para Autores

POLÍTICA DE ACESSO ABERTO

Acta Scientiarum. Agronomy é publicada sob o modelo Acesso Aberto e permite a qualquer um a leitura e download, bem como a cópia e disseminação de seu conteúdo de acordo com as políticas de copyright Creative Commons Attribution 3.0.

APCs (TAXA DE PROCESSAMENTO DE ARTIGO) E TAXA DE SUBMISSÃO

Acta Scientiarum. Technology não cobra aos autores qualquer tipo de taxa de submissão ou publicação.

POLÍTICA CONTRA PLÁGIO E MÁ-CONDUTAS EM PESQUISA

Continuando nossa tradição de excelência, informamos as melhorias editoriais que visam fortalecer a integridade dos artigos publicados por esta revista. Em conformidade com as diretrizes do COPE (Committee on Publication Ethics), que visam incentivar a identificação de plágio, más práticas, fraudes, possíveis violações de ética e abertura de processos, indicamos:

1. Os autores devem visitar o website do COPE <http://publicationethics.org>, que contém informações para autores e editores sobre a ética em pesquisa;
2. Antes da submissão, os autores devem seguir os seguintes critérios:
 - Com o objetivo de evitar a endogenia e diversidade dos autores publicados, exigimos que, após a publicação na revista, os autores aguardem, no mínimo, 1 ano até publicarem qualquer outro artigo no periódico.
 - artigos que contenham aquisição de dados ou análise e interpretação de dados de outras publicações devem referenciá-las de maneira explícita;
 - na redação de artigos que contenham uma revisão crítica do conteúdo intelectual de outros autores, estes deverão ser devidamente citados;
 - todos os autores devem atender os critérios de autoria inédita do artigo e nenhum dos pesquisadores envolvidos na pesquisa poderá ser omitido da lista de autores;
 - a aprovação final do artigo será feita pelos editores e conselho editorial.
3. Para responder aos critérios, serão realizados os seguintes procedimentos:
 - a) Os editores avaliarão os manuscritos com o sistema CrossCheck logo após a submissão. Primeiramente será avaliado o conteúdo textual dos artigos científicos, procurando identificar plágio, submissões duplicadas, manuscritos já publicados e possíveis fraudes em pesquisa;
 - b) Com os resultados, cabe aos editores e conselho editorial decidir se o manuscrito será enviado para revisão por pares que também realizarão avaliações;
 - c) Após o aceite e antes da publicação, os artigos poderão ser avaliados novamente.

INSTRUÇÕES PARA SUBMISSÃO DE ARTIGOS:

1. Acta Scientiarum. Technology, ISSN 1807-8664 (on-line), é publicada pela Universidade Estadual de Maringá, na modalidade publicação contínua.

2. Vimos informar que, a partir de 2018, o periódico publicará artigos originais nas áreas de: Biotecnologia; Bioenergia (enfoque tecnológico); Ciências Exatas e da Terra; Engenharias; Ciência, Tecnologia e Engenharia de Alimentos e suas subáreas, conforme classificação das Áreas do Conhecimento (CAPES, CNPq), com vistas à melhor avaliação e visibilidade.

3. Os autores se obrigam a declarar a cessão de direitos autorais e que seu manuscrito é um trabalho original, e que não está sendo submetido, em parte ou no seu todo, à análise para publicação em outro meio de divulgação científica sob pena de exclusão. Esta declaração encontra-se disponível no endereço:

<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciTechnol/about/submissions>.

4. Os dados, ideias, opiniões e conceitos emitidos nos artigos, bem como a exatidão das referências, são de inteira responsabilidade do(s) autor(es). A eventual citação de produtos e marcas comerciais não significa recomendação de seu uso por parte do comitê editorial da revista.

5. Os relatos deverão basear-se nas técnicas mais avançadas e apropriadas à pesquisa. Quando apropriado, deverá ser atestado que a pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética e Biossegurança da instituição.

6. Os artigos submetidos deverão ser em inglês. Os autores devem providenciar uma versão com qualidade.

7. Os artigos serão avaliados por, no mínimo, três consultores da área de conhecimento da pesquisa, de instituições de ensino e/ou pesquisa nacionais e estrangeiras, de comprovada produção científica. Após as devidas correções e possíveis sugestões, o artigo será aceito se tiver dois pareceres favoráveis e rejeitado quando dois pareceres forem desfavoráveis.

8. Os artigos deverão ser submetidos pela internet, acessando o Portal ACTA, no endereço <http://www.uem.br/acta>.

9. O conflito de interesses pode ser de natureza pessoal, comercial, política, acadêmica ou financeira. Conflitos de interesses podem ocorrer quando autores, revisores ou editores possuem interesses que podem influenciar na elaboração ou avaliação de manuscritos. Ao submeter o manuscrito, os autores são responsáveis por reconhecer e revelar conflitos financeiros ou de outra natureza que possam ter influenciado o trabalho. Os autores devem identificar no manuscrito todo o apoio financeiro obtido para a execução do trabalho e outras conexões pessoais referentes à realização do mesmo. O revisor deve informar aos editores quaisquer conflitos de interesse que poderiam influenciar a análise do manuscrito, e deve declarar-se não qualificado para revisá-lo.

10. A revisão de língua estrangeira será de responsabilidade e custeada pelos autores dos artigos já aceitos para publicação, mediante comprovação emitida pelos revisores credenciados.

(Fonte:

<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciTechnol/about/submissions#onlineSubmissions>

Acesso: 23/11/2018, às 15:56h)

Diretrizes para autores do periódico *Acta Scientiarum Technology*.

Muitos valores subjacentes à esfera, de forma geral, podem ser depreendidos a partir das diretrizes acima. Primeiro, o valor da “disseminação do conhecimento”, já abordado anteriormente neste capítulo. Informa-se, logo nas primeiras linhas das diretrizes reproduzidas acima, que o periódico “permite a qualquer um a leitura e *download*, bem como a cópia e

disseminação de seu conteúdo”, e também é informado que a revista não cobra quaisquer taxas de submissão. O “acesso aberto” e a não cobrança de taxas seriam políticas que visam a uma maior circulação (não cobrar permite que mais pessoas possam submeter suas pesquisas e que mais pessoas possam ler essas pesquisas) e disseminação do conhecimento produzido nos muros da academia.

Mais uma vez, ressaltamos aqui que essas políticas são importantes, mas não são o suficiente para a disseminação do saber, na forma como se propaga. Essas políticas funcionam como “portões abertos” à aquisição do artigo, isto é, esse pode ser adquirido livremente, mas entre a aquisição do artigo e a aquisição do *conhecimento* disponibilizado no artigo há um fosso difícil de ser transposto, segundo argumentamos acima.

A forma/conteúdo do gênero é um entrave à disseminação do conhecimento para além dos especialistas. Ao mesmo tempo, *a preservação dessa forma/conteúdo é outro valor* subjacente à esfera. De antemão, o periódico coloca-se como “defensor da forma”, ao exigir, dos autores, a observação de rígidos padrões de formatação e de apresentação dos artigos. Os revisores, por outro lado, colocam-se não apenas como defensores da forma, mas também do conteúdo, ao validar apenas o que se apresente em conformidade com as regras, com as práticas e com os discursos da área em questão. No periódico em análise, informa-se que “Os relatos deverão basear-se nas técnicas mais avançadas e apropriadas à pesquisa”. Impõe-se, *a priori*, restrições quanto ao conteúdo do artigo: esse deve submeter-se aos princípios da “inovação”, deve apresentar técnicas avançadas.

Não são especificadas que “técnicas avançadas” seriam essas, o que parece ser um *valor subentendido*, uma espécie de “entimema”, nos termos em que Volóchinov (2013) confere a essa expressão: aquilo que todos nós, grupo social, sabemos, e com o que concordamos. Um pesquisador que não pertence à área de tecnologia (Engenharias, Arquitetura, Biotecnologia, Ciência da computação, segundo é informado no site) pode ter dificuldades em entender quais seriam essas “técnicas avançadas” às quais os editores se referem nas diretrizes de submissão. Mas, essa informação parece não ser de difícil entendimento para os pesquisadores que “consomem” a revista, considerando a omissão de informações sobre esses “avanços técnicos”. Assim, estabelecendo rígidas regras de formatação, rígidos procedimentos quanto à forma e restringindo também o conteúdo dos artigos, o periódico funciona como uma força estabilizadora, uma “força centrípeta” que conjura o saber.

O valor da ética em pesquisa é outro valor subjacente à esfera. Por ética, entendem-se, na esfera, abertamente, dois tipos de procedimentos, e, de forma mais “velada”, há um

terceiro procedimento indicado no ponto “9” das instruções para submissão dos artigos. O primeiro procedimento envolve a ética na pesquisa com seres humanos e animais. Conforme argumentaremos adiante, no próximo capítulo desta tese, ao tratarmos da arquitetônica, a ciência tem um passado obscuro, e parece sempre buscar “rendição”. Exige-se que pesquisas, cujos dados são gerados a partir de seres vivos, passem por comitês de ética, que, geralmente, são formados nas instituições onde a pesquisa é desenvolvida.

O segundo aspecto da ética em pesquisa envolve as práticas de plágio e o que o periódico acima denomina como “más-condutas”. Observemos que, no trecho das normas de submissão acima citadas, há destaque para as “políticas de plágio e más-condutas”. Informa-se, de antemão, que “os artigos que contenham aquisição de dados ou análise e interpretação de dados de outras publicações devem referenciá-las de maneira explícita”. Acrescenta-se a seguinte afirmação: “na redação de artigos que contenham uma revisão crítica do conteúdo intelectual de outros autores, estes deverão ser devidamente citados”. O periódico entende por “plágio” a utilização de textos, de conteúdo intelectual de outrem sem citação, e a apropriação de dados de outras pesquisas sem a devida referência.

Consideramos que a prática do plágio burlaria pelo menos dois valores da esfera: a originalidade e o valor da replicação. O primeiro valor – a originalidade – é autoexplicativo: os artigos devem trazer ideias novas. Quanto ao valor da replicação, levantamos a seguinte questão: um dos fatores de avaliação dos periódicos, conforme citamos anteriormente, é a quantidade de vezes que as pesquisas publicadas na revista são citadas. Algumas áreas utilizam – segundo citado anteriormente – para avaliação, a base *Journal Citation Reports* (JCR), que, ao calcular o fator de impacto do periódico, pauta-se, em síntese, na tabulação de citações dos artigos dos periódicos. Utilizar textos ou trechos de outros artigos sem a devida referência comprometeria essa tabulação, pois o artigo deixaria de ser citado.

Esse valor, destacamos, parece ter se consolidado recentemente, em uma era na qual os pesquisadores são pressionados a publicar, e são pressionados, também, a terem suas pesquisas reconhecidas, a serem “citados”. Esse valor, como todos os demais, é socialmente construído e temporalmente situado. Não parecia ser um valor – ao menos um valor “tão proeminente” como o é hoje – no início do século XX na Rússia de Bakhtin, Volóchinov e Medviédev, tanto que é possível identificar nos textos desses autores ideias e “exemplos” repetidos (o exemplo do valor da estátua em mármore, por exemplo, utilizado por Bakhtin, em PCMF; por Volóchinov em DVDA; por Medviédev, em “O método formal...”), sem que se possa dizer exatamente quem utilizou o exemplo primeiro, de quem adveio certa ideia etc.

Assim, cremos, é necessário “cautela” ao se tratar dos textos desses autores: não imprimir a eles “acusações” de plágio levando em consideração os valores sociais, culturais e temporalmente situados com os quais lidamos em nossa atualidade. Em nosso “pequeno tempo”, o plágio é algo que tanto invalida a pesquisa, quanto desqualifica os sujeitos, pois é considerado, pela lei brasileira, crime previsto no artigo 184 do código penal.

Observemos, nas diretrizes acima citadas, que o primeiro ato dos editores do periódico consiste na identificação de possíveis plágios. Nessas diretrizes, afirma-se que “Os editores avaliarão os manuscritos com o sistema CrossCheck logo após a submissão. Primeiramente será avaliado o conteúdo textual dos artigos científicos, procurando identificar plágio, submissões duplicadas, manuscritos já publicados e possíveis fraudes em pesquisa”.

O terceiro aspecto referente ao valor da ética na pesquisa concerne ao “conflito de interesse”. Vejamos, de forma mais detalhada, o que o periódico em questão entende por “conflito de interesses”:

9. O conflito de interesses **pode ser de natureza pessoal, comercial, política, acadêmica ou financeira**. Conflitos de interesses **podem ocorrer quando autores, revisores ou editores possuem interesses que podem influenciar na elaboração ou avaliação de manuscritos**. Ao submeter o manuscrito, os autores são responsáveis por reconhecer e revelar **conflitos financeiros ou de outra natureza que possam ter influenciado o trabalho. Os autores devem identificar no manuscrito todo o apoio financeiro obtido para a execução do trabalho e outras conexões pessoais referentes à realização do mesmo**. O revisor deve informar aos editores quaisquer conflitos de interesse que poderiam influenciar a análise do manuscrito, e **deve declarar-se não qualificado para revisá-lo**.

(Fonte:

<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciTechnol/about/submissions#onlineSubmissions>

Acesso: 23/11/2018, às 15:56h. Grifo nosso)

Diretrizes para autores do periódico *Acta Scientiarum Technology*.

Os “conflitos de interesses” não são tão explícitos quanto às práticas de plágio, claramente identificadas como aquisição de dados ou conteúdo intelectual de outrem sem a devida referência. Quando os editores tratam do plágio, sequer o definem, na forma clássica “plágio é x...”, “por plágio entende-se y...”. O periódico parte do pressuposto de que esse é um “entimema” do grupo social, e trata o plágio como uma espécie de “advertência” aos autores, através de uma modalização deontica que visa alertar o pesquisador: “se você utilizar dados de outrem, DEVE referenciar esses dados” (“artigos que contenham aquisição de dados ou análise e interpretação de dados de outras publicações *devem* referenciá-las de

maneira explícita”). Já o conflito de interesse parece não ser, ainda, um entimema social como o é o plágio.

Assim, ao passo que o plágio nem é definido diretamente, mas indiretamente por meio de advertências, os “conflitos” são, inicialmente, definidos através de modalização epistêmica: “O conflito de interesses pode ser de natureza pessoal, comercial, política, acadêmica ou financeira”. Como não é muito claro em que consiste exatamente os conflitos de interesse (considerando o leque amplo de “interesses” envolvidos: pessoal, comercial, política...), o editor modaliza seu discurso. Em seguida, o editor acrescenta, de forma mais específica (mas, ainda, de modo “vago”): “Conflitos de interesses podem ocorrer quando autores, revisores ou editores possuem interesses que podem influenciar na elaboração ou avaliação de manuscritos”. Trata-se, percebemos, de interesses conflitantes entre o autor e o revisor/editor. Envolve, por exemplo, em se tratando de “conflitos pessoais”, a avaliação de um artigo que – embora não identificado, segundo os critérios da revista – o avaliador reconhece como sendo de alguém próximo. No entanto, como o periódico em análise volta-se para a área de tecnologia, as informações fornecidas adiante tornam mais patente o que seria, nessa área disciplinar, um “interesse conflitante”: a questão financeira, ou, mais especificamente, o financiamento da pesquisa. Informa-se: “Ao submeter o manuscrito, os autores são responsáveis por reconhecer e revelar conflitos financeiros ou de outra natureza que possam ter influenciado o trabalho”. Nesse tipo de conflito, poderíamos ter uma pesquisa que defende determinada técnica “inovadora” de construção de pavimentos de concreto financiada diretamente por uma empresa que fabrica concreto; ou, na área da saúde, uma pesquisa, que mostra os benefícios do café, financiada pela indústria cafeicultora. Nesse sentido, os editores, após utilizarem modalizações epistêmicas, tentando definir amplamente o que seriam “conflitos de interesse”, usam uma modalização deontica, advertindo o leitor: “Os autores devem identificar no manuscrito todo o apoio financeiro obtido para a execução do trabalho e outras conexões pessoais referentes à realização do mesmo”.

Observemos, agora, mais detalhadamente, o ponto 7 das diretrizes de submissão dos artigos:

7. Os artigos serão avaliados por, no mínimo, três consultores da área de conhecimento da pesquisa, de instituições de ensino e/ou pesquisa nacionais e estrangeiras, **de comprovada produção científica**. Após as devidas correções e possíveis sugestões, o artigo será aceito se tiver dois pareceres favoráveis e rejeitado quando dois pareceres forem desfavoráveis.

(Fonte:

<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciTechnol/about/submissions#onlineSubmissions>

Acesso: 23/11/2018, às 15:56h. Grifo nosso)

Diretrizes para autores do periódico *Acta Scientiarum Technology*.

Destacamos, acima, o sintagma “de comprovada produção científica”, pois ele qualifica os “consultores da área de conhecimento da pesquisa” que avaliam os artigos submetidos, revelando, ao mesmo tempo, dois valores subjacentes à esfera – valores esses que estão imbricados. Trata-se do “valor do especialista”, isto é o reconhecimento de determinados sujeitos aos quais se outorga a prerrogativa de emitir pareceres sobre o texto do outro. Mas, como é informado no periódico, não se trata de qualquer especialista, e sim daqueles que tenham “comprovada produção científica”, daqueles que publicam e que são “citados” pelos pares, isto é, os sujeitos que se enquadram no “valor da publicação” de que falamos anteriormente. Tornar-se um *especialista* pressupõe, pois, fazer parte da cadeia de “diálogos citados” nos artigos.

Por fim, identificamos, no periódico *Acta Scientiarum Technology*, o valor cultural da língua inglesa na divulgação do discurso científico. Conforme é informado nas diretrizes para submissão, os artigos “deverão ser em inglês” e “Os autores devem providenciar uma versão com qualidade”. Destacamos que, em anos anteriores, o periódico aceitava artigos em língua portuguesa. Sendo assim, os artigos selecionados para compor nosso *corpus* foram retirados dessas edições que ainda aceitavam artigos na língua pátria.

Vejamos, a título de comparação, as diretrizes de submissão de um periódico de outra área disciplinar – Linguística –, periódico esse de onde selecionamos também um artigo que compõe nosso *corpus*:

IMPORTANTE: Informamos que não serão considerados para avaliação os trabalhos que não estejam dentro das normas estabelecidas abaixo.

1. A Veredas – Revista de Estudos Linguísticos – é uma publicação semestral do Programa de Pós-Graduação em Linguística da UFJF, cujo objetivo é divulgar produções científicas de pesquisadores de universidades nacionais e estrangeiras. São aceitos para publicação apenas trabalhos **inéditos**, exclusivos da área de Linguística. O material enviado é apreciado por membros de nosso Conselho Editorial, que selecionarão os textos para publicação.

2. Em função de se caracterizar como um periódico vinculado a um programa de pós-graduação, a política editorial da Veredas determina que são publicados apenas trabalhos de pós-graduados e/ou de pós-graduandos.

3. Os trabalhos poderão ser escritos em Português, Inglês, Francês e Espanhol. Os artigos deverão ter, no mínimo, dez páginas e, no máximo, vinte páginas; ensaios, entre sete e dez páginas; resenhas (de livros com até dois anos de publicação), entre três e cinco páginas com os elementos pós-textuais. As traduções deverão ser negociadas diretamente com os editores da Revista Veredas.
4. Configuração de página: papel A4, com adentramento de parágrafo de 1,25 cm, espaço simples entre parágrafos, margens esquerda e superior de 3,0cm, direita e inferior de 2,0cm, sem numeração de páginas. Deve ser utilizado o programa *Word for Windows*.
5. Os trabalhos deverão ser enviados unicamente por e-mail para o endereço: revista.veredas@ufjf.edu.br. No caso do número 01 temático, correspondente ao primeiro semestre de cada ano, a submissão deverá ser realizada, impreterivelmente, até o prazo estipulado e divulgado pelo periódico, obedecendo ao sistema de chamadas. Já para o número 02 atemático, correspondente ao segundo semestre de cada ano, é adotado o sistema de fluxo contínuo.
6. Os seguintes arquivos deverão ser enviados, separadamente, no mesmo e-mail: 1) nomeado como DADOS AUTOR, o arquivo deve conter os dados de identificação do autor (nome, titulação, função e/ou cargo, unidade e departamento, endereço eletrônico, residencial e comercial, telefones para contato; 2) nomeado como TRABALHO 01, o trabalho sem identificação do autor, inclusive nas auto-referências ao longo do texto, que deverão ser substituídas por “XXX”; 3) nomeado como TRABALHO 02, o trabalho com identificação do autor. Para os números temáticos, os autores devem inserir no campo “Assunto”, do e-mail, a expressão: **CHAMADA VOL. “X” Nº 01** (por exemplo, “CHAMADA VOL. 20 Nº 01”); para os números atemáticos, em sistema de fluxo contínuo: **CHAMADA ABERTA**.
7. A Comissão Editorial poderá sugerir ao autor modificações de estrutura ou de conteúdo, bem como rejeitar os trabalhos. É do(s) autor(es) a inteira responsabilidade pelo conteúdo do material enviado, inclusive a revisão gramatical e adequação às normas de publicação. Os autores serão contatados para envio do resultado do parecer.
8. Com a publicação do trabalho, os direitos autorais são automaticamente cedidos para a Veredas – Revista de Estudos Linguísticos.
9. Os artigos deverão ter a seguinte estrutura³⁰:
(...)
(Fonte: <http://www.ufjf.br/revistaveredas/normas-de-publicacao/>
Acesso: 27/11/2018, às 15:17h. Os destaques em negrito são dos editores).

Primeiramente, confirmamos a ideia segundo a qual os periódicos, ao mesmo tempo em que medeiam a relação autor-leitor-editor, funcionam como uma “força centrípeta”, uma força centralizadora que estabiliza o gênero. Nas diretrizes acima, em letras garrafais e em negrito, informa-se que só serão considerados para avaliação (isto é, nem passam a uma segunda etapa) os artigos que estiverem dentro das normas da revista. Essas normas envolvem, principalmente, rígidas regras de formatação (número de páginas, modos de se

³⁰ Suprimimos as informações referentes à estruturação dos artigos por serem dados técnicos, sem muita relevância para nossas análises.

fazer as referências, fonte etc), o caráter inédito do trabalho e a seleção/restrição dos sujeitos que têm o direito à voz. Centremo-nos nesses dois últimos aspectos.

Os editores informam que apenas publicam trabalhos “inéditos” e destacam essa palavra em negrito. Trata-se, conforme analisamos anteriormente, de uma regra recorrente entre os periódicos, que não aceitam, inclusive, artigos que estejam sendo simultaneamente avaliados por outro periódico. O “ineditismo” e a originalidade da pesquisa constituem-se como valores da esfera, conforme já identificamos.

Sobre a restrição dos sujeitos que têm o direito à voz, observemos que o periódico em questão afirma apenas publicar artigos de pós-graduados ou de pós-graduandos. Os editores parecem sentir que estão restringindo, cerceando a voz daqueles que podem publicar seus estudos; por isso, ao informar que somente essas pessoas podem ter suas pesquisas publicadas, o fazem com uma justificativa prévia: “Em função de se caracterizar como um periódico vinculado a um programa de pós-graduação, a política editorial da Veredas determina que são publicados apenas trabalhos de pós-graduados e/ou de pós-graduandos”. Alunos de graduação, graduados ou mesmo pessoas que não possuam um título de graduado são excluídos dessa revista. Esse tipo de restrição não parece ser, porém, um consenso na esfera. Ao analisarmos periódicos de outras áreas, como o “Arquivos de neuropsiquiatria”, de onde um artigo foi selecionado para o *corpus* desta pesquisa, não encontramos quaisquer restrições quanto às qualificações dos autores, apenas restrições quanto ao tipo de publicação aceito. Vejamos³¹:

Purpose and objectives³²

Arquivos de Neuro-Psiquiatria is the official journal of the Brazilian Academy of Neurology. The mission of the journal is to provide neurologists, specialists and researchers in Neurology and related fields with open access to original articles (clinical and translational research), editorials, reviews, historical papers, neuroimages and letters about published manuscripts. It also publishes the consensus and guidelines on

³¹ O periódico “Arquivos de neuropsiquiatria”, embora publique artigos em português na versão impressa, não apresenta as diretrizes para os autores nessa língua.

³² Objetivos

Arquivos de Neuro-Psiquiatria é a revista oficial da Academia Brasileira de Neurologia. A missão da revista é fornecer a neurologistas, especialistas e pesquisadores em Neurologia e áreas afins, com acesso aberto a artigos originais (pesquisa clínica e translacional), editoriais, resenhas, artigos históricos, neuroimagens e cartas sobre manuscritos publicados. A revista também publica o “consenso” e as diretrizes sobre Neurologia, bem como material educacional e científico dos diferentes departamentos científicos da Academia Brasileira de Neurologia. Os objetivos principais da revista são contribuir para o avanço do conhecimento nas áreas de Neurologia e Neurociência, e fornecer material valioso para treinamento e educação continuada para neurologistas e outros profissionais de saúde que trabalham na área. Essas metas podem contribuir para melhorar o atendimento de pacientes com doenças neurológicas. Nosso objetivo é ser o melhor periódico de neurociência da América Latina dentro do sistema de revisão por pares. (Tradução nossa).

Neurology, as well as educational and scientific material from the different scientific departments of the Brazilian Academy of Neurology.

The ultimate goals of the journal are to contribute to advance knowledge in the areas of Neurology and Neuroscience, and to provide valuable material for training and continuing education for neurologists and other health professionals working in the area. These goals might contribute to improving care for patients with neurological diseases. We aim to be the best Neuroscience journal in Latin America within the peer review system.

(Fonte: <http://www.scielo.br/revistas/anp/iinstruc.htm>)

Acesso: 27/11/2018, às 15:57h. Periódico “Arquivos de neuropsiquiatria”).

Após a apresentação acima, que mostra ao leitor que a revista pretende contribuir com a área de neuropsiquiatria através de múltiplos formatos de textos, são informados os gêneros publicados pelo periódico (artigos experimentais, resenhas, artigos teóricos, relatos clínicos etc), não sendo estabelecidas quaisquer restrições quanto à autoria dos estudos (isto é, à classificação dessa autoria: mestres, doutores etc.), o que nos leva a subentender que alunos de graduação, a princípio, poderiam publicar nessa revista. Obviamente, há rígidas seleções quanto aos textos a serem publicados. Há uma espécie de “entimema” social da esfera segundo o qual o quanto mais qualificada for a revista, mais difícil é ter seu artigo aceito nesse periódico. Mas, de antemão, o periódico “Arquivos em neuropsiquiatria” não restringe a autoria como o faz a revista “Veredas”.

Voltando à análise das diretrizes desse último periódico citado – Veredas –, duas últimas considerações devem aqui ser feitas: observamos, primeiro, que não basta seguir todas as normas da revista (ineditismo, regras de formatação, ser pós-graduado ou pós-graduando) para que o artigo seja publicado. Os artigos precisam, também, passar por uma “seleção apreciativa valorativa” da comissão editorial (“O material enviado é apreciado por membros de nosso Conselho Editorial, que selecionarão os textos para publicação”). Não são explicitados quais critérios são utilizados para essa “seleção” por parte do conselho editorial. Segundo, vimos que, diferentemente da *Acta Scientiarum Technology*, que apenas publica artigos em inglês, em sua versão atual, e da “Arquivos em Neuropsiquiatria”, que publica artigos em português somente na versão impressa (na versão *on line* são aceitos apenas textos em inglês), a “Veredas” aceita artigos em diversos idiomas: português, inglês, francês e espanhol. Com efeito, quanto mais alta a classificação da revista, mais se exige que os artigos sejam publicados em língua inglesa, ratificando o valor cultural dessa língua na divulgação do conhecimento científico.

5.3 Conclusões

É possível concluir que a revista participa do projeto enunciativo autoral e que contribui para a estabilização do gênero, estabelecendo: formas de distribuição e de circulação das vozes sociais (em alguns casos, segundo analisamos, até “interditando” certos pesquisadores); “formas de dizer” ou, em outros termos, princípios de definição do conteúdo temático (quando se exige que a pesquisa seja “inovadora”, por exemplo). Quanto aos valores subjacentes à esfera, identificamos:

1. O valor da “replicação”: relacionado à quantidade de citações que um estudo deve ter para gerar um fator de impacto na área.
2. A originalidade: entendendo-se por “originalidade” tanto o caráter inédito que uma pesquisa deve apresentar, quanto um sentido mais difuso, relacionado à contribuição do estudo para sua área disciplinar.
3. O valor da publicação: as pesquisas precisam ser divulgadas, conhecidas, citadas pelos pares (esse valor está relacionado à replicação).
4. A preservação da forma/conteúdo: resultado da mediação direta do periódico que, através de rígidas normas, funciona como uma força “centrípeta”, uma força de estabilização do gênero, conforme afirmamos anteriormente, nestas conclusões.
5. O valor da ética em pesquisa: valor que assume três dimensões: validação, por comitês, de experimentos envolvendo seres vivos; conflitos de interesse; prática do plágio, como algo terminantemente proibido e que pode invalidar toda a publicação.
6. O valor do “especialista”: trata-se da qualificação atribuída a alguns indivíduos que, sendo qualificados pelos pares, podem participar do processo que concede a voz a alguns e nega a outros, por meio de pareceres e avaliações.
7. O valor cultural da língua: vemos a língua inglesa como sendo aquela mais comumente “aceita” e requisitada para a publicação dos estudos.

6 A ARQUITETÔNICA: A FORMA CONQUISTADA PELO AUTOR

6.1 Introdução

Este capítulo visa cumprir o terceiro objetivo específico desta tese, qual seja: “Analisar a forma arquitetônica do gênero ‘artigo experimental’”.

De antemão, este objetivo mostrou-se desafiador, conforme argumentamos nas linhas que seguem, pois Bakhtin, ao discutir a forma arquitetônica no ensaio “O problema do conteúdo, do material e da forma” (BAKHTIN, 2002), deu-nos exemplos da arte. Nosso desafio residiu em analisar um conceito tão abstrato quanto o conceito de “forma arquitetônica” no domínio cognitivo.

A partir da leitura dos ensaios de Bakhtin, compreendemos que, para a análise da arquitetura, nesse domínio específico – a cognição –, deveríamos nos centrar nos trabalhos autorais para a instauração do evento cognitivo experimental. Chegamos, pois, aos seguintes atos do autor: construção do objeto (que se dá, em pesquisas que envolvem aspectos eminentemente humanos, com a “morte” do herói); recorte ou segmentação do mundo; postulação e “identificação” com uma tese; manipulação e controle do mundo experimental.

Ressaltamos que os atos acima elencados não são necessariamente “etapas” do processo investigativo. Não estamos, aqui, tratando de “método” de investigação científica. Os atos elencados são posições (sempre valoradas) assumidas; são formas de se “ver” um real que, sendo visto, vai sendo, então, “construído”.

6.2 A forma arquitetônica do artigo experimental

Sobral (2009) fala-nos da importância de, ao tratar de um gênero discursivo no âmbito dos pressupostos do Círculo de Bakhtin, distinguir a forma composicional da forma arquitetônica. Vejamos o que afirma o autor, em suas palavras:

Para o Círculo, todo discurso contém um conteúdo, uma forma e um material com que o autor trabalha. Numa descrição sumária, o conteúdo são os atos humanos, o material é, no caso dos discursos verbais, a língua, e a forma é o modo de dizer, de organizar os discursos, estando integrada ao conteúdo e ligada ao material. Quando se fala de “forma”, fala-se na verdade de duas formas; a primeira se refere à **materialidade do texto – é a forma composicional – e, a segunda se refere à superfície discursiva**, à organização do conteúdo, expresso por meio da matéria verbal, em termos das

relações entre o autor, o tópico e o ouvinte – esta é a forma arquitetônica. (SOBRAL, 2009, p. 68, grifo nosso).

Adiante, acrescenta:

A forma composicional se vincula com as formas da língua e com as estruturas textuais; a forma arquitetônica se vincula com **o projeto enunciativo do autor, com o tipo de relação com o interlocutor que ele propõe**. Por isso, a forma arquitetônica determina a forma de composição, mas esta nunca pode determinar a forma arquitetônica. (SOBRAL, 2009, p. 69, grifo nosso).

Embora o autor não referencie, no trecho acima, a origem de sua ideia, é evidente que a distinção feita por Sobral ancora-se no ensaio “O Problema do conteúdo, do material e da forma na criação literária” (BAKHTIN, 2002). O termo “arquitetônica” aparece em dois ensaios da fase do “jovem Bakhtin”: o ensaio aqui já citado e PFA (BAKHTIN, 2010). Nesse último, o teórico discute a arquitetônica do ato concreto como sendo composta por centros valorativos *relacionais*: o eu para mim, o eu para o outro e o outro para mim. Insistimos, a ideia de “relação”, na concepção de “arquitetônica” é fundamental, e, a nosso ver, remete a uma fase em que o autor recebeu influência neokantiana. Cassirer (2012), por exemplo, segundo discutimos no capítulo 3, entende a cultura humana como “arquitetônica”, isto é, como uma *relação*, uma *totalidade*, cuja natureza *transcende a materialidade*³³. Estes termos vão, pois, nos ajudando a entender a arquitetônica de um gênero: relação, totalidade, transcendência do material.

Vejamos o que afirma Bakhtin (2002) sobre a forma arquitetônica e a forma composicional:

As formas arquitetônicas são **as formas dos valores** morais e físicos do homem estético, as formas da natureza enquanto seu ambiente, as formas do acontecimento no seu aspecto de vida particular, social, histórica etc.; **todas elas são aquisições, realizações**, não servem a nada, mas se auto-satisfazem tranquilamente; são as formas da existência estética na sua singularidade. As formas composicionais que organizam o material têm um caráter teleológico, utilitário, como que inquieto, e estão sujeitas a uma avaliação puramente técnica, para determinar quão adequadamente elas realizam a tarefa arquitetônica. **A forma arquitetônica determina a escolha da forma composicional**: assim, a forma da tragédia (forma do acontecimento, em parte, do personagem – o caráter trágico) escolhe a forma composicional adequada – a dramática. **Naturalmente, não é por isso que se deva concluir que a forma arquitetônica existe em algum lugar sob um aspecto acabado**

³³ Para maiores esclarecimentos, rever o exemplo que citamos de Cassirer (2012), no capítulo 3, sobre a participação na cultura humana de crianças cegas e surdas.

e que pode ser realizada independente da forma composicional.
(BAKHTIN, 2002, p. 25, grifo nosso).

A longa citação acima justifica-se por seu caráter esclarecedor. Não há, pode-se concluir pelos destaques em negrito, uma forma composicional que não tenha subjacente a ela uma forma arquitetônica. Esta, no entanto, como bem assinala o filósofo, não existe “abstratamente”; é, antes, uma aquisição, uma conquista do autor. A arquitetônica não tem um caráter teleológico como o tem a forma composicional: a composição serve a um fim, e este fim é justamente adequar-se ao projeto arquitetônico. A forma arquitetônica, mais que um projeto enunciativo, representa um *valor*, um olhar, ou seja, uma forma de se ver a vida e, então, proceder-se às tarefas que constituem a construção da obra estética (referimo-nos à estética, porque este é o tema do ensaio de Bakhtin). Eu vejo a vida de forma sublime, elevada, heroica. Vejo o homem através de seus grandes feitos. O romance épico, então, seria uma forma composicional mais adequada para emoldurar essa minha visão *heroificada* do homem. A heroificação é uma forma arquitetônica. O romance épico é uma forma composicional. Não, há, todavia, uma relação biunívoca: uma forma arquitetônica pode ser realizada através de mais de uma forma composicional, que, por sua vez, constitui-se pela seleção do material mais adequado para concluir essa forma (por isso, a totalidade de visão transcende o material em si): posso realizar a heroificação em um romance épico que se utiliza da linguagem verbal, posso realizar essa mesma arquitetônica em uma escultura ou em uma pintura que retrata os feitos de grandes guerreiros, etc.

O conceito de “arquitetônica”, na obra de Bakhtin, foi analisado por Queiroz (2019) a partir de uma observação historiográfica teórica. Para tanto, a autora (QUEIROZ, 2019) investiga, inicialmente, as raízes filosóficas do conceito, remetendo-o a Aristóteles e a Kant. Segundo Queiroz (2019, p. 68), o conceito em si teria origem em Aristóteles, e, desse filósofo adviria “a compreensão de que a arquitetônica compreende o todo dos nossos atos sociais, que são responsáveis para com a *polis* ou a coletividade de seres”. De Kant, por seu turno, adviria a ideia – refutada por Bakhtin – de sistematização puramente teórica (QUEIROZ, 2019). No entanto, as categorias de espaço e tempo, condicionantes do sentido, são recuperadas por Bakhtin e reconfiguradas, entendidas não mais como categorias transcendentais, mas como transgredientes, conforme já mencionamos nesta tese³⁴.

No ensaio “Arte e Responsabilidade” (BAKHTIN, 2003 [1919]), segundo Queiroz (2019), apareceria pela primeira vez a ideia da arquitetônica bakhtiniana, ainda que essa expressão não tenha sido utilizada. Nesse ensaio, há, conforme a autora, uma discordância

com Kant, “que propõe uma divisão do mundo teórico, da vida e da arte” (QUEIROZ, 2019, p. 42). A arquitetônica, para Kant, estaria na razão pura, ao passo que, para Bakhtin, “a arquitetônica só existe na relação com o ser no mundo da vida e em suas ações concretas na existência” (QUEIROZ, 2019, p. 50). Assim, a arquitetônica bakhtiniana estaria, segundo analisa Queiroz (2019), na razão prática.

Após proceder à investigação do conceito de arquitetônica nos ensaios “Arte e responsabilidade” e “Para uma filosofia do ato”, Queiroz (2019) debruça-se sobre o ensaio “O problema do conteúdo, do material e da forma”. Nesse último ensaio, julgamos, o conceito aparece de forma mais clara, sendo expresso como *a forma do conteúdo*, na arte.

A arte foi bem trabalhada por Bakhtin (2002), de forma que não encontramos grandes dificuldades em diferenciar e discutir a arquitetônica e a composição. Nosso desafio, aqui, é tratar do domínio cognitivo – pouco referido pelo teórico. Assim, a questão que se coloca é: qual é a forma arquitetônica do artigo experimental? Responder a essa questão requer, conforme argumentamos a seguir, analisar os “recortes” feitos pelo autor, seu trabalho de “enformação” do mundo.

6.2.1 O trabalho autoral no evento cognitivo

6.2.1.1 A “morte” do herói: o nascimento do objeto

Assinalamos, com base em Faraco (2016), que a arquitetônica na arte envolve um trabalho de enformação do artista a respeito de um valor da vida: um trabalho de seleção e recorte. Estes são seguidos pela poetização e pelo acabamento. Na ciência, por outro lado, não se recorta um evento *concreto* da vida. A vida, vista pela ciência, é a vida “sem vida”, a vida fragmentada, a vida que, efetivamente, não pode existir.

No capítulo 3, ao diferenciarmos os domínios ético, estético e cognitivo, com base no valor do corpo, vimos que, enquanto a arte trabalha com o valor do homem integral – o homem que, além de viver eticamente, tem um acabamento estético resultante da doação do olhar amoroso do outro; o homem que tem uma imagem integrada à paisagem (algo que eu, sujeito ético, “eu para mim” não tenho) –, a ciência trabalha com um homem que efetivamente não pode existir (eticamente), um corpo “sem alma”, pois se trata de um *corpo fragmentado*. Esse corpo, porém, não é o corpo “da falta” que eu, sujeito ético, possuo: eu

³⁴ Ver capítulo 3.

estou dentro de mim, e, nesse lugar de onde vivo, não tenho a imagem completa de minha corporeidade, mas olho o outro, vejo que ele é completo e integrado à paisagem, e, pela visão que tenho do outro, antevejo um sentido de completude corpórea do meu próprio eu. Na ciência, não se tem um corpo, mas *fragmentos isolados de um corpo*. A fim de ratificar nossas afirmações, vejamos um resumo de um artigo que compõe nosso *corpus* (trata-se do A12, conforme legendas indicativas na introdução desta tese):

A **dor lombar** tem demonstrado ser um achado comum em **atletas** e, particularmente, a sobrecarga na coluna lombar em consequência de um comprometimento da **força ou resistência isométrica de músculos desse segmento**, como resultado da fadiga muscular, tem sido considerada como importante fator etiológico para o seu desenvolvimento. Nesse sentido, destacam-se testes utilizados para a avaliação e treinamento dos **músculos eretores da espinha lombares**. No presente estudo, a análise de parâmetros de força e resistência isométrica foi utilizada com o objetivo de avaliar as respostas desses músculos durante contrações isométricas voluntárias máximas (CIVM) e submáximas em duas situações: com fadiga e sem fadiga, induzida por exercício isométrico realizado até a exaustão. **Nove voluntários do gênero masculino e saudáveis** realizaram CIVM antes e após exercícios de extensão da coluna vertebral sustentando 5%, 10%, 15% e 20% da CIVM. Em cada uma dessas situações foi registrado o sinal eletromiográfico (EMG) dos músculos iliocostal e multífido, assim como o nível de força gerado nas CIVM. A fadiga muscular foi identificada pela verificação do declínio dos valores de CIVM e frequência mediana (FM) do sinal EMG obtidos após os exercícios isométricos. Os resultados demonstraram que, enquanto a força não foi capaz de evidenciar a fadiga muscular, a FM demonstrou de forma estatisticamente significativa a fadiga dos músculos iliocostal e multífido, sendo observado neste último maior nível de fadiga muscular. De forma interessante, cargas entre 5% e 20% da CIVM induziram um mesmo nível de fadiga muscular. Assim, embora a força gerada durante a extensão da coluna vertebral após a exaustão induzida por exercício isométrico permaneça inalterada, provavelmente pela ação de músculos acessórios desse movimento, a sobrecarga sobre a coluna vertebral desenvolve-se como consequência do comprometimento da sua estabilidade decorrente da fadiga muscular identificada após exercício isométrico. (Exemplo 1. Resumo A12. Grifo nosso).

O estudo acima, pertencente à área de Ciências da Saúde e, mais especificamente, à área de Educação Física, tinha como objetivo analisar parâmetros de força e resistência dos músculos eretores da espinha lombar durante a realização de exercício isométrico em diferentes níveis de esforço. Para tanto, conforme se observa no resumo, realizou-se um experimento para avaliar a resposta dos músculos em duas situações. Podemos afirmar que o estudo “conta-nos” uma história: o relato de um experimento. Mas, aqui, não há personagens, nem em potencial. O estudo debruça-se sobre um aspecto humano, fisiológico, mas esse aspecto é isolado, segmentado ao máximo, para constituir-se em um objeto da cognição.

Aqueles que participam do experimento são incluídos em classes genéricas (“Nove voluntários do gênero masculino e saudáveis”), para, posteriormente, isolar-se a variável que se quer estudar (força e resistência dos músculos eretores da espinha lombar).

A instauração do evento cognitivo – especificamente, aquele que é descrito no artigo experimental – ocorre a partir da “morte” do outro: o autor, consciência suprema³⁵ destitui a alma do outro, transformando-o em objeto – algo inconsciente de si. Isso se faz por meio de três atos da consciência que reclama sua soberania: inclusão do outro em classe, segmentação do outro, submissão a uma situação extremamente controlada.

Para explicar a morte do outro – e, em consequência dessa morte, o nascimento do objeto “sem alma” –, façamos aqui senão uma breve digressão, um parêntese ilustrativo através de um exemplo da arte. Há um filme belga, intitulado “Vênus negra” (*Vénus noire*), dirigido por Abdellatif Kechiche, que trata de complexas questões referentes ao neocolonialismo e ao racismo, questões essas que não aprofundaremos aqui. A película conta a história de Sarah “Saartjie” Baartman, mulher negra pertencente ao povo Khoisan, que foi, no século XIX, exibida na Europa como “aberração”. Anatomistas franceses e outros naturalistas interessaram-se por Saartjie, vendo, nela, “anomalias” que poderiam explicar diferenças entre a “raça” branca, a mulher europeia, e a “raça” negra. O anatomista francês Georges Cuvier estuda-a em seu laboratório: faz medições precisas de suas mandíbulas, de suas nádegas e de outras partes de seu corpo. Em uma das cenas mais pungentes do filme, Saartjie, nua, tem suas medidas aferidas em um laboratório. Os cientistas querem medir sua genitália, mas Saartjie se recusa. Lágrimas escorrem de seu rosto. Saartjie, para os cientistas, é um exemplar de uma espécie “diferente”. Seu nome não importa: o que interessa é a espécie. Para incluí-la nessa classe genérica, é necessário fazer medições, “segmentá-la” (o que é feito, inclusive, literalmente, após sua morte, quando seu corpo é vendido ao laboratório). Fazer essas medições exige precisão, testes, um instrumental adequado.

O exemplo acima, evidentemente, coloca-nos no limite. Direciona nosso olhar ao que posteriormente foi entendido como “pseudociência”, que serviu a fins escusos e perversos. No entanto, observemos os atos presentes: inclusão em classe (a espécie), isolamento e segmentação de partes (estruturas fisiológicas), testes e análises das partes segmentadas. Assim se instaura o cognitivo.

³⁵ “Suprema”, mas não única, nem isolada, pois luta tensamente com a consciência do seu leitor, conforme demonstraremos adiante.

A inclusão em classe “apaga” as diferenciações individuais, nivela o individual para o geral, apaga, portanto, aquele lugar único e singular que um sujeito ocupa. Nesse sentido, temos “voluntários”, como no exemplo 1 citado. Vejamos outro exemplo:

RESUMO - A **doença de Alzheimer (DA)** está associada a alterações cognitivas, de linguagem e de comportamento que se agravam durante seu curso. O objetivo deste estudo foi verificar a presença de alterações de linguagem, **em pacientes com DA em fase inicial**. Foram avaliados 12 pacientes com diagnóstico de provável (DA). **Todos** tinham pontuação no Mini Exame do Estado Mental acima de 23 pontos. **Os pacientes** foram submetidos à aplicação do Teste de Boston e os resultados comparados aos da população normal. Todos os pacientes apresentaram alterações de linguagem. Foram encontradas diferenças estatisticamente significantes nas tarefas de Compreensão auditiva e na tarefa de denominação. Nas demais tarefas de expressão e compreensão oral, bem como nas de leitura e escrita, os pacientes tiveram desempenho similar **aos normais**. Embora com um **grupo pequeno**, esta investigação identificou alterações bem definidas de linguagem em uma fase bastante inicial da DA.
PALAVRAS-CHAVE: demência, doença de Alzheimer, linguagem.
(Exemplo 2. A1 Grifo nosso).

O resumo acima pertence também à grande área de Ciências da Saúde, mas inclui-se na subárea de neuropsiquiatria. O artigo de onde foi retirado o resumo objetiva verificar alterações na linguagem em pacientes em fases iniciais com doença de Alzheimer. Observemos que a inclusão em classe apaga as diferenças: todos são “pacientes” com Alzheimer. Mas, também, possibilita a diferenciação do grupo com relação a outros grupos (pacientes com Alzheimer *versus* pessoas que não têm Alzheimer).

Salientamos que a inclusão em classe visa, também, ao sigilo dos indivíduos que estão sendo estudados – trata-se do valor ético subjacente à ciência. Todavia, nosso olhar, aqui, direciona-se a um valor ainda mais substancial, o valor que instaura o cognitivo e o difere do ético, nos termos em que ético e cognitivo são tratados por Bakhtin. O sujeito ético é único, singular, ocupa uma posição que outro jamais poderia ocupar. O sujeito cognitivo, ou, antes, aquele que é transformado em “objeto” da cognição é um ser “geral”, cujas individualidades foram suprimidas.

Esse é um *valor geral*, independentemente da área. Para comprovarmos essa afirmação, vejamos exemplos da área de Ciências Humanas:

RESUMO: Este trabalho investiga a sensibilidade infantil aos morfemas flexionais do português brasileiro (PB) em **crianças com 3, 4 e 5 anos de idade**. Dados de produção de morfologia infantil seguem um padrão no qual se revela a presença de formas verbais irregulares juntamente com

formas regulares, nas etapas iniciais do processo. Num segundo momento, por volta dos 3-4 anos de idade, decai a presença de formas irregulares, surgindo verbos irregulares usados como regulares, fenômeno conhecido como superregularização. Na etapa final, observa-se o retorno ao padrão inicial. Nosso estudo vem investigar, a partir de dados de compreensão, se a **criança, na fase em que produz formas superregularizadas**, seria sensível à presença, no input, de formas verbais irregulares superregularizadas. Assume-se como hipótese a ideia de que **crianças com idade entre 3 e 5 anos** são capazes de identificar a agramaticalidade desses verbos em sentenças produzidas por outras pessoas. Para isso, foi elaborado um experimento de julgamento de gramaticalidade no qual se controlou, além da faixa etária dos **sujeitos**, o tipo de verbo presente nas frases. Os resultados permitem sustentar a hipótese aqui assumida, evidenciando uma sensibilidade da criança à gramaticalidade das formas verbais presentes no input.

PALAVRAS-CHAVE: Morfologia flexional verbal; Aquisição da morfologia; Superregularização. (Exemplo 3. A4. Grifo nosso).

Este estudo busca examinar a ocorrência de motivated sensitivity na análise de informações econômicas, financeiras e patrimoniais das entidades realizada pelo **auditor governamental brasileiro** em decorrência da influência da preferência linguística em seu processamento. A metodologia utilizada foi o experimento de campo com a exposição de **dois grupos aleatoriamente constituídos de auditores governamentais, de órgãos de fiscalização interna e externa dos estados e do governo federal do Brasil** à manipulação da variável linguística entre textual e numérica. Os dados coletados foram analisados com a utilização da Anova e do Qui-Quadrado. Os resultados indicam que preferência por estilos linguísticos guia a atenção e a interpretação das análises realizadas, podendo interferir na percepção de confiabilidade das informações postas sob exame dos **auditores governamentais** e na formulação do julgamento profissional. A pesquisa contribui para o entendimento de parte do processo de julgamento e dos efeitos de fatores motivacionais **desse grupo** e pode guiar a adoção de ações de mitigação do risco para os casos de julgamentos relevantes.

Palavras-chave: Auditoria governamental. Julgamento profissional. Motivated sensitivity. (Exemplo 4. A9. Grifo nosso).

O exemplo 3, A4, é um resumo de um artigo experimental na área da Linguística, que pretende investigar a sensibilidade infantil aos morfemas flexionais do português brasileiro. Observa-se que, no resumo da pesquisa, descreve-se o “outro investigado” pelo termo genérico “crianças” e predica-se esse termo com a idade dessas crianças. Ao se indicar o experimento, o termo genérico que qualifica o outro torna-se ainda mais *despersonalizado* pela utilização da designação “sujeitos” – de crianças, temos “sujeitos de pesquisa”, seres que se prestam à investigação de uma hipótese.

O exemplo 4, A9, pertencente à área de Administração/Ciências Contábeis, conforme se lê nas primeiras linhas, objetiva examinar a ocorrência de *motivated sensitivity* na análise de informações econômicas, financeiras e patrimoniais das entidades realizada pelo auditor

governamental brasileiro. Aqui, o outro é designado por sua profissão (auditor governamental) e nacionalidade (brasileiro). Em seguida, essa designação torna-se mais genérica, mais “despersonalizada”, quando se indica o experimento e os auditores são simplesmente um “grupo”.

Há dois extremos na percepção (e acolhimento) do outro – extremos esses que vão da máxima personalização, de um lado, à completa objetificação, de outro lado. Este último extremo pressupõe a despersonalização, pelo nivelamento em classes genéricas, pelo apagamento de características individuais, pelo apagamento completo da voz do outro, que, então, transformado em objeto, torna-se não apenas “mudo”, mas inconsciente de si – já não é um “eu para mim”.

Lembremos, com base no capítulo 3, capítulo no qual tratamos do valor do corpo na vida, na ciência e na arte, segundo os pressupostos bakhtinianos, de que o outro³⁶ na arte é amorosamente concebido, e a metáfora do “amor estético” refere-se à doação do olhar do autor que, ao criar o outro e seu mundo, o faz minuciosamente, confere-lhe vida e alma. A personalização está para a arte, ao passo que a objetificação concerne à cognição (lembremos, também, que Bakhtin fala em extremos como algo que tende ao limite, mas que nunca se atinge efetivamente).

No artigo experimental, temos, em limite, a objetificação, pelos processos acima referidos de inclusão em classe (espécie, por exemplo), designação por classes genéricas que indiquem faixa etária (crianças) ou profissão (atletas, auditores fiscais), designação por patologias (pacientes com Alzheimer). A máxima objetificação ocorre nos momentos em que o outro, inicialmente genérico, torna-se ainda mais “genérico” (momentos de descrição do experimento): aqui já não temos, crianças, auditores, pacientes, mas “sujeitos” ou “grupos”. Vejamos, com mais detalhes da descrição do experimento do A9:

(...)

Seguindo as posições de Shanteau (1989) e Smith (2003), que entendem que os estudos que envolvam habilidades profissionais devem ser realizados com **participantes qualificados** e sem a utilização de incentivos, o experimento foi conduzido exclusivamente com **auditores governamentais em exercício da profissão nos órgãos de controle governamental do Brasil** (controladorias gerais dos estados, tribunais de contas estaduais, tribunal de Contas da união e Controladoria Geral da união), com participação voluntária, não tendo sido realizada nenhuma outra restrição à participação. A coleta de dados foi realizada a partir da disponibilização do instrumento de pesquisa em coletor eletrônico de dados com operação em ambiente de internet, sendo essa configuração definida para proporcionar a

³⁶ Neste ponto, o “outro” representa o “herói” ou o “objeto” e não o leitor.

captura de dados de **participantes institucionalmente e geograficamente dispersos** e seus efeitos similares aos experimentos presenciais (Krantz; Dalal, 2000). O instrumento de pesquisa constou com seis questões elaboradas de forma a possibilitar a coleta de todas as variáveis e aquelas cujo conteúdo poderia influenciar na resposta de outras mantidas em páginas separadas, buscando garantir a validade interna do experimento no que tange ao efeito teste. O formato de coleta favoreceu a distribuição aleatória dos **participantes** pelas condições experimentais, **assegurando que as diferenças apontadas pelo experimento são causadas pelo tratamento e não por diferenças pré-existentes entre os grupos.** A formação dos **grupos** deu-se a partir do envio ou disponibilização de dois *links* da pesquisa que eram escolhidos livremente pelos **participantes**, sendo o *software* utilizado na coleta programado para não aceitar respostas do mesmo *iP* nos dois *links* e, adicionalmente, este alerta feito aos **participantes**. Ao **respondente** foi inicialmente apresentado um termo de consentimento livre e esclarecido para a realização da pesquisa, atendendo a Resolução nº 196 do Conselho nacional de saúde (Brasil, 1996)⁹ e, ainda, na mesma tela, coletadas informações demográficas quanto a sexo, experiência profissional e estado da federação (sigla), de modo a determinar a abrangência do estudo. Em sequência, e em tela exclusiva, acessada após as respostas anteriores, o tratamento do experimento foi introduzido com a apresentação para **cada grupo** de uma situação fictícia em que um dado órgão público solicita ao órgão de controle parecer quanto à adequação de justificativa apresentada para viabilizar uma compra de material. A descrição do ambiente de trabalho com informações restritas foi obtida a partir da utilização, na situação fictícia, de nomes e características de materiais médicos pouco comuns, buscando a não interferência de referências passadas na confiabilidade reportada e da informação da indisponibilidade, devido a um problema técnico de acesso à internet naquele momento. A situação foi expressa para os dois grupos com dimensões, conteúdos e quantitativo informacional idêntico, com variação da forma linguística de apresentação, ou seja, ao **grupo 1** as informações foram prestadas exclusivamente em forma textual e ao **grupo 2** em forma numérica. Os textos utilizados no experimento constam no apêndice a. Após o texto, foi solicitado ao **participante** que expressasse a confiabilidade nas informações analisadas (vd), através de marcação em escala métrica, e declarasse sobre que tipo de parecer emitiria ao órgão solicitante (adequação ou inadequação). Na tela seguinte, foi realizada a declaração de sua preferência entre as variáveis linguístico-textuais ou linguístico-numéricas para fins de análise. (Exemplo 5. A9, p. 41-42. Grifo nosso).

No exemplo 5 acima, inicialmente, como é próprio da descrição metodológica, o outro é descrito de forma genérica, através de sua profissão, mas com certos detalhes (“auditores governamentais em exercício da profissão nos órgãos de controle governamental do Brasil”). Vemos que, antes de designar esse outro sobre o qual se debruça o experimento, o autor faz menção a um protocolo experimental referenciado, citação essa que visa garantir a isonomia do procedimento (“Seguindo as posições de Shanteau (1989) e Smith (2003), que entendem que os estudos que envolvam habilidades profissionais devem ser realizados com **participantes qualificados** e sem a utilização de incentivos”). Nessa descrição, o outro a ser

estudado é um ser extremamente genérico (é um “participante qualificado”), o que revela o valor subjacente à pesquisa experimental: o valor da objetificação do outro.

Essa objetificação tem por finalidade garantir o controle do outro, a submissão dos dados, que, em última instância, representa a submissão, o controle do mundo, o ordenamento de uma realidade que, se antes era dispersa, precisa ser controlada. Lembramos, aqui, a visão apresentada, no capítulo 3 desta tese, de Cassirer (2012), segundo a qual a ciência busca muito mais que a mera similitude entre os fenômenos: *ela busca a ordem*. Pela ordem proporciona, então, “a garantia de um mundo constante” (CASSIRER, 2012, p. 338).

A ordem, a estabilidade, conquista-se, em parte, pela submissão do outro, que deve ser “nivelado” para, assim, fazer parte de uma categoria. Nesse sentido, no exemplo acima, inicialmente temos “auditores fiscais”, e, em seguida, esses auditores são distribuídos em grupos “aleatórios”, o que possibilita o maior controle do experimento. A partir de então, já não se tem sequer a referência a “auditores”, mas a designação por “grupo”, “participante” ou “respondente”.

Estamos insistindo nessa *despersonalização* que visa ao extremo da objetificação, porque é ela que, em parte, nos levará a conceber a arquitetônica do artigo experimental, considerando que a forma arquitetônica refere-se, conforme destacamos acima, a uma forma de “recortar”, de *olhar o real*.

Sobre esse olhar sobre o outro, que deve ser despersonalizado, destituído da sua singularidade – a única possibilidade de existência ética, conforme defende Bakhtin em PFA (BAKHTIN, 2010) – façamos, aqui, uma breve digressão, também nos extremos (pois são os extremos que mais nos abrem os olhos): pensemos nas imagens de prisioneiros em campos de concentração, pessoas que, naquela “situação do extremo”, têm a cabeça raspada, são todos vestidos com roupas idênticas, de modo a apagar as individualidades. Ali, onde nasce o prisioneiro, morre o homem.

Nessa nossa digressão, vejamos um trecho de um clássico sobre os campos de concentração nazistas – um trecho de “É isto um homem?”, de Primo Levi, sobrevivente que narra suas memórias em Auschwitz:

A operação **foi pouco dolorosa e extraordinariamente rápida**: colocaram-nos numa fila e, um por um, conforme a ordem alfabética dos nossos nomes, passamos por um **hábil funcionário**, munido de uma espécie de punção com uma agulha minúscula. Ao que parece, esta é a verdadeira iniciação: só “**mostrando o número**” recebe-se o pão e a sopa. Necessitamos de vários dias e de muitos socos e bofetadas, até criarmos o hábito de mostrar prontamente o número, de modo a não atrapalhar as

cotidianas operações de distribuição de víveres; necessitamos de semanas e meses para acostumar-nos ao som do número em alemão. E durante muitos dias, quando o hábito da vida em liberdade me levava a olhar a hora no relógio, no pulso aparecia-me, ironicamente, **meu novo nome, esse número tatuado em marcas azuladas sob a pele**. (LEVI, 1988, p. 25-26, grifo nosso).

No trecho acima, contraposto à rapidez e eficiência do sistema dos campos, à habilidade do funcionário que tatua o número sob o qual cada prisioneiro passaria a ser identificado, à racionalidade e frieza da *ordenação do outro*, insurgem-se as reflexões de Levi sobre sua humanidade – e, mais que isso, ao *apagamento de sua humanidade*. Em trecho anterior, o autor narra como foram todos “tosquiados”, tiveram suas roupas arrancadas e substituídas por outras, como foram todos postos em filas. Levi reflete sobre como se dá o apagamento de seu “eu”, de seu ser nesses momentos, e como isso se completa no momento em que ele não mais tem um nome, mas é reconhecido por um número.

Nossa digressão, insistimos, aponta para o extremo – mas, às vezes, os extremos nos são mais elucidativos. Vejamos, nesse “extremo”, os ideais de *racionalidade, precisão*, ao lado da transformação do outro em “objeto”. O outro é objeto quando é nivelado (por um número, por exemplo), destituído de sua singularidade.

Agora, pensemos sobre a seguinte questão: por que o artigo experimental justifica tanto a ética, justifica tanto que os participantes eram voluntários, não foram forçados (Vejamos, por exemplo, o Exemplo 5, A9: “(...) com participação voluntária, não tendo sido realizada nenhuma outra restrição à participação”)?

A justificativa, sobretudo em artigos que envolvem seres humanos, se dá não apenas pelo histórico de atrocidades cometidas pela ciência (o exemplo retratado no filme “Venus Negra”, por nós citado é apenas um dentre muitos) – histórico esse a que a ciência busca, a todo tempo, “rendição” –, mas porque a instauração do evento cognitivo, experimental, parte do pressuposto de *despersonalização* – e esta, discursivamente, remete à violência para com o outro, para com uma existência que se faz plena pela afirmação da singularidade do ser.

Obviamente, a despersonalização é emblemática em artigos que envolvem seres e fatos humanos. Em artigos experimentais que se debruçam sobre seres não humanos, o outro – objeto de estudo – já é ontologicamente algo despersonalizado:

RESUMO. A crescente carência de heparina (HEP) motiva a busca por fontes alternativas de novos anticoagulantes naturais. Objetivou-se avaliar a atividade anticoagulante dos polissacarídeos sulfatados (PS) isolados de uma **rodofícea do gênero *Halymenia*, nativa do litoral cearense**, Brasil.

Os PS totais foram obtidos por digestões consecutivas com papaína em tampão acetato de sódio 0,1 M (pH 5,0), contendo cisteína 5 mM e EDTA 5 mM, seguidas por cromatografia de troca iônica em coluna de DEAE-celulose. As frações obtidas foram concentradas por liofilização e submetidas à eletroforese em gel de agarose a 0,5%. Os ensaios anticoagulantes foram realizados pelo tempo de tromboplastina parcial ativada (TTPA), usando-se plasma de coelho e uma curva padrão de HEP (100 UI mg⁻¹). As extrações (53,96%) mostraram diferenças marcantes durante o fracionamento e no grau de resolução dos PS. A **espécie** apresentou PS com atividade anticoagulante superior a HEP. O TTPA das frações modificou-se acentuadamente entre as extrações, expressando-se de maneira dose-dependente e sofrendo um acréscimo de 110,40 (1ª extração) para 143,10 UI mg⁻¹ (3ª extração). Os resultados sugerem que a atividade anticoagulante dos PS isolados de *Halymenia* sp. foi promovida pela inibição da via intrínseca e/ou comum da cascata de coagulação. As modificações no TTPA possivelmente serão elucidadas pelos mecanismos de ação envolvidos na coagulação e caracterização estrutural desses compostos. Portanto, a **rodofícea *Halymenia* sp.** é uma boa fonte de heparinoides e sugerem-se estudos relacionados ao cultivo da **espécie**, em proteção aos bancos de algas.

Palavras-chave: alga vermelha, extrações sequenciais, coagulação sanguínea, TTPA. (Exemplo 6. A13. Grifo nosso).

No exemplo acima, pertencente à área de Biologia, no qual se analisa atividade anticoagulante dos polissacarídeos sulfatados de uma rodofícea, ou seja de uma “alga vermelha”, o objeto que fornece o material de estudo já é designado genericamente, por sua espécie e gênero, retomando-se, ao longo do texto, apenas o sinônimo “espécie”. Ontologicamente, a alga vermelha já é uma “coisa”. Todavia, destacamos, não se trata de uma “coisa do mundo”, mas de algo que passa pelo “olhar”, pelo *simbolismo* da biologia, caracterizado pela classificação, pela divisão dos seres em classes, conforme critérios determinados.

6.2.1.2 “Recortando” o mundo

A instauração do evento cognitivo experimental exige a segmentação do mundo. O evento cognitivo – de forma ampla – tem por finalidade o controle e domínio do “real”, conforme postulamos acima, com base em Cassirer (2012), e o início da ciência, para esse autor, dá-se “com uma busca da simplicidade” (CASSIRER, 2012, p. 339), uma “simplicidade lógica”, que se apresenta, para Cassirer (2012, p. 339), como “um fim, não um começo”. Na busca da ordem, controle e simplicidade, o homem depara-se com um universo que lhe parece “disperso” em demasia. E, para subjugar essa dispersão, necessita, *a priori*, de um recorte. Assim, se ao estudar um paciente com Alzheimer, o cientista precisa,

inicialmente, “tirar a alma” desse paciente, transformando-o em objeto; é necessário, em seguida, isolar *um aspecto apenas* para ser analisado. Vejamos, novamente, um trecho do resumo do A2:

RESUMO - A doença de Alzheimer (DA) está associada a **alterações cognitivas, de linguagem e de comportamento que se agravam durante seu curso**. O objetivo deste estudo foi **verificar a presença de alterações de linguagem**, em pacientes com DA em fase inicial. (Exemplo 7. A2. Grifo nosso).

O Alzheimer é classificado no texto acima como patologia (a classificação é, sempre, uma constante no evento cognitivo). Afirma-se que essa patologia associa-se a alterações distintas: cognitivas, linguagem e comportamento. No artigo referido, o autor informa que, dentre as várias alterações que a doença acomete o paciente, estudar-se-á, especificamente, a alteração de linguagem – este é o recorte feito. Assim, a um fenômeno complexo, que envolve causas (origem da doença), sintomatologia, e mesmo causas afetivas e comportamentais daquele que é classificado como “paciente” e daqueles que com o paciente convivem, um único aspecto deve ser “recortado” para teste experimental.

Devemos destacar que, antes mesmo desse recorte, há um “recorte” prévio do real: o recorte da disciplina. No exemplo acima, a neurologia trata o fenômeno como patologia (“Doença de Alzheimer”), mas essa pode não ser a única forma de interpretar o fenômeno – arte, vida e mesmo outras ciências podem ver, acolher o outro que apresenta essas alterações de forma distinta. Não temos, em nosso *corpus*, exemplos de ciências que tratam o Alzheimer de outra maneira, nem em nossas buscas o encontramos, pois, como fator de exclusão para seleção dos artigos, buscamos apenas aqueles que realizassem experimentos – e todos os artigos que se propõe a apresentar experimentos sobre determinados fenômenos humanos já tidos como “consensuais” em uma área amplamente estabelecida (isto é já estudados por algum ramo da medicina), parecem tender à visão patológica do fenômeno.

Devemos destacar que o processo de recorte consolida a morte da potencialidade de existência ética do outro, possibilitando que, no evento cognitivo, conforme afirma Bakhtin (2003, p. 20), não exista “nenhuma personagem, nem potencial”. Observemos um exemplo que trata de um fenômeno eminentemente humano – a linguagem – e que envolve experimentos com seres humanos:

RESUMO: Esta pesquisa **investigou como os indivíduos adultos usam a informação estrutural durante o processamento da co-referência com**

pronome “ele”. No Experimento 1, um grupo de indivíduos leu sentenças contendo o pronome “ele” na posição de objeto, precedido por quatro tipos de SNs na posição de sujeito que variam em relação aos traços de gênero, número e animacidade. **Os resultados do primeiro experimento mostraram** que o tipo de SN na posição de sujeito influenciou o processamento co-referencial do pronome “ele”. **No Experimento 2, o tipo de sujeito não influenciou o processamento do pronome quando, em um contexto anterior, existia um antecedente estruturalmente disponível.** Esses resultados são inconsistentes com as alegações de que os indivíduos consideram somente os antecedentes que estão disponíveis estruturalmente, seguindo a Teoria da Ligação (NICOL & SWINNEY, 1989).

Palavras-chave: Pronomes; Teoria da Ligação; Processamento co-referencial; Processamento sentencial.
(Exemplo 8. A10. Grifo nosso).

Lembramos, aqui, os estudos de Bazerman (1988), citados em capítulo antecedente, para quem o artigo experimental “conta uma história” que se passa no laboratório. Lembramos, também, a pesquisa de Coracini (2007), segundo a qual o artigo é constituído de um discurso envolvente e um discurso envolvido – este último de caráter narrativo.

Fazendo essas reminiscências a estudos citados em capítulos anteriores, observemos que o exemplo 8 “conta a história” de um experimento no qual se investiga o processamento, por indivíduos adultos, do pronome “ele”. Há, no trecho, verbos no passado com sujeitos “animados” (“um grupo de indivíduos leu”), sequências temporais que indicam sucessão de ações (“No experimento 1”, “No experimento 2”). Essas características podem até constituir um discurso narrativo, envolvido, mas jamais estabeleceriam um acontecimento estético. Com essa última informação não estamos querendo aludir que Coracini e Bazerman sequer teriam cogitado que o discurso do artigo experimental seria estético por ser narrativo. Os autores nunca disseram isso, mas procuraram “marcas” narrativas (sobretudo Coracini) no artigo experimental, de forma a tratar de sua macroestrutura.

Em verdade, queremos ir além da mera descrição “narrativo”, “descritivo” – queremos argumentar que, uma análise do discurso, mais especificamente uma análise *dialogica* do discurso, não busca meras marcas textuais (embora, claro, apoie-se, sempre, no texto, pois é ele que materializa o discurso), mas, antes, busca entender a relação entre sujeitos, entre as vozes que se instauram. E o sujeito, conforme definimos em capítulo precedente, é, por nós – a partir da leitura de Bakhtin – , entendido como *consciência* em tensão com outras consciências.

No discurso cognitivo, a soberania da consciência do autor (ou “consciência autor”) faz-se pela transformação do outro em objeto (quando se trata da investigação com seres

humanos, pois quando não se têm humanos, ontologicamente já se está diante de uma “coisa”); um outro destituído de corpo, isolado em uma variável. Se o homem integral da arte é o “homem que fala” (BAKHTIN, 2015), na ciência podemos ter “a fala sem o homem”. No exemplo 8, realizou-se um experimento com adultos, mas o objeto não era especificamente a fala desses adultos, e sim o processamento de um pronome. O homem fornece os dados, mas não se olha o “homem como homem” – olha-se para ele como instrumental capaz de fornecer dados para análise.

Vejamos, com mais detalhes, a descrição experimental do A10:

3.1. Método

Participantes

Foram voluntários nesse experimento 20 participantes, falantes nativos do português, alunos de graduação da UFPB entre 18 e 25 anos de idade.

Material

O material consistiu de 4 conjuntos de 16 frases experimentais. **Cada informante foi exposto** a um desses conjuntos experimentais, embutidos em um conjunto extra de 40 frases distratoras. Cada conjunto experimental é composto de 4 condições com 4 frases por condição. As frases experimentais são formadas por uma sentença dividida em 6 segmentos, sendo que os segmentos críticos são o segmento 3 e o 4, em que se localiza a retomada com o pronome “ele” seguida respectivamente por um advérbio. O aparato experimental consistiu de um iMAC, G3, 233Mhz e teclado conectado ao computador em conjunto com o programa *Psyscope*.

Procedimento

O experimento, elaborado por meio do programa *Psyscope*, utilizou uma técnica *online* de leitura automonitorada (*self-paced reading*) em que **os participantes monitoram sua própria leitura em frente à tela do computador e ao teclado, em uma sala isolada** (cedida ao LAPROL – UFPB). A tarefa consistia em ler, em velocidade natural, frases divididas em 6 segmentos, como pudemos observar nos exemplos de (1) a (4). **Os participantes foram testados individualmente e todos eram primeiramente orientados oralmente pelo experimentador e depois por instruções que apareciam na tela do computador.** O início da tarefa consistia em ler o primeiro segmento e, apertando a letra L do teclado a sua frente, o participante fazia com que esse segmento sumisse. Automaticamente, o segundo segmento aparecia e assim ia-se procedendo até o término do último segmento (final da frase), sinalizado com um ponto final. Logo em seguida, aparecia uma pergunta a respeito da frase lida e o participante tinha que responder apertando a tecla SIM ou a tecla NÃO. **Com essa pergunta, objetivamos controlar a atenção e a compreensão dos participantes.** Os tempos de todos os 6 segmentos foram gravados e também a opção de resposta (SIM ou NÃO) referente à pergunta feita ao final da frase. **Se os participantes respondessem equivocadamente às**

perguntas, os tempos da frase correspondente seriam eliminados. Todos os participantes reportaram ter achado a tarefa simples e demoraram executando a tarefa experimental em torno de 16 minutos cada. É importante ainda frisar que cada participante, antes do início da tarefa experimental, participou de uma prática contendo apenas frases com estruturas semelhantes às distratoras divididas em 6 segmentos assim como as frases utilizadas no experimento. Essa prática visa a deixar os participantes familiarizados com a tarefa experimental. (Exemplo 9. A10. Destaque nosso).

Lembramos, aqui, a análise que Bakhtin (2010) faz, no ensaio “Para uma filosofia do ato”, de um poema de Pushkin, argumentando como os “personagens” são centros valorativos singulares. Com a análise, o filósofo pretende melhor esclarecer “a disposição arquitetônica do mundo” (BAKHTIN, 2010, p. 130). Ao mesmo tempo, o autor mostra como o excedente de visão – espacial, temporal e valorativo – do autor enforma a atividade estética.

No trecho acima destacado, temos “participantes”, sujeitos que “voluntariamente” (conforme já afirmamos, sempre que se realizam experimentos com humanos, o autor, devido aos valores éticos da ciência, precisa destacar o caráter voluntário do experimento) aceitaram submeter-se a uma experiência que visava analisar o processamento do pronome “ele”. Esses “participantes” são, já de início, designados de forma genérica, segundo a atividade que desempenham no experimento: são participantes, mas não são “participantes ativos”, no sentido de que não controlam o experimento, e sim “são controlados” pelo experimentador. A posição de submissão ao experimento é marcada textualmente pela quantidade de estruturas passivas (“Cada informante foi exposto”; “Os participantes foram testados”; “todos eram primeiramente orientados oralmente pelo experimentador”). Poder-se-ia argumentar numa direção contrária, afirmando-se que os participantes deviam executar muitas tarefas e “agir” (“O início da tarefa consistia em ler o primeiro segmento e, apertando a letra L do teclado a sua frente, o participante fazia com que esse segmento sumisse”), mas essa hipótese logo se desfaz quando o autor assume explicitamente o controle de toda a situação (“Com essa pergunta, objetivamos controlar a atenção e a compreensão dos participantes”), mesmo dos “equivocos” cometidos pelos participantes (“Se os participantes respondessem equivocadamente às perguntas, os tempos da frase correspondente seriam eliminados”), de forma a “modelar” o experimento, validando-o.

Diferentemente do poema de Pushkin, analisado por Bakhtin, aqui os “participantes” não são centros valorativos, não podem viver “um eu para mim” – o experimento não o permite, precisa eliminar tudo o que não seja previamente planejado. No experimento, o participante é “a coisa para o outro” (para o autor).

Na análise de Bakhtin, alternam-se três centros valorativos: “eu”, “ela” e o autor que engloba o todo. No experimento, não há que se falar propriamente de “excedente” de visão do autor em relação aos participantes, pois, estes, destituídos de seu status valorativo, de sua potencialidade de existência ética, tornam-se objetos que apenas fornecem dados. Não há singularidade do ser: um participante pode ser substituído por outro, dadas as mesmas condições, isto é, desde que seja capaz de fornecer os mesmos dados – essa ausência de singularidade de um “eu” que se impõe sobre todos os outros é condição para a objetificação, para a instauração do “participante”.

E qual é o papel do “participante” além de fornecer dados? O participante, ao fornecer esses dados, comprova ou invalida uma hipótese, uma tese – *a tese do autor*. O participante existe para manter a soberania da consciência do autor, conforme discutiremos adiante.

6.2.1.3 A postulação (de) e a “identificação” com uma tese

Vejamos a introdução do A10:

Os processos lingüísticos que envolvem a utilização de pronomes estão entre os mais freqüentes no que diz respeito à compreensão da linguagem. **A pesquisa descrita neste artigo investiga como indivíduos usam a informação estrutural durante a resolução da co-referência pronominal no escopo da sentença. Poucos estudos de processamento *on-line* têm investigado a atuação dos princípios estruturais da Teoria da Ligação (*Binding Theory*, CHOMSKY, 1986) para explicar o processamento que ocorre durante a resolução da co-referência de pronomes e anáforas (pronomes reflexivos) na compreensão de sentenças (BADECKER & STRAUB, 2002; CLIFTON, KENNISON & ALBRECHT, 1997, NICOL & SWINNEY, 1989; STURT, 2003; KENNISON, 2003). Essas investigações têm apresentado pontos de vista conflitantes sobre como os indivíduos usam a informação estrutural na resolução da coreferência.** O estudo experimental, relatado neste trabalho, investiga, mais especificamente, a influência do princípio B da Teoria da Ligação e as minúcias inerentes ao processamento das relações co-referenciais estabelecidas pelos falantes nativos da língua portuguesa, através de estruturas sintáticas que contêm um antecedente não disponível (segundo o princípio B) na posição de sujeito e o pronome lexical ele na posição de objeto.

Estudos realizados em inglês demonstram que, para o estabelecimento da coreferência intra-sentencial, existem restrições embasadas pelos princípios da Teoria da Ligação (KENNISON, 2003), entretanto, quando os traços de gênero e número do antecedente na posição de sujeito se assemelham ao pronome (em inglês *him*), o processamento envolvido no estabelecimento da co-referência parece ser mais lento, ou seja, parece que a finalização da busca por um antecedente disponível é mais demorada por conta dessas semelhanças. **Com base nesses resultados do inglês, observamos,**

originalmente em português brasileiro, se algo semelhante ocorre em frases estruturalmente similares às do inglês, o que nos permite evidenciar, entre outras coisas, a universalidade dos processos cognitivos que ocorrem no momento do estabelecimento da co-referência pronominal, além de permitir que compreendamos de forma mais abrangente o fenômeno da co-referência na linguagem humana. (Exemplo 10. A10. Grifo nosso).

A introdução do artigo é bem prototípica, se considerarmos o modelo “CARS” proposto por Swales e tratado em capítulo anterior desta tese (capítulo 4). Afirmar, no entanto, que o autor do artigo em análise, apresenta, inicialmente, “informações genéricas” sobre o tópico (isto é, “estabelece o território”), revisa itens de pesquisas prévias, mostrando lacunas (ou seja, “estabelece o nicho”) e, por fim, apresenta sua própria pesquisa que visa resolver essas lacunas (“ocupa o nicho”) coloca-nos, apenas, no nível da estrutura, mas pouco nos diz sobre o sentido, sobre a forma-sentido, sobre a forma como condensação de um valor.

Insistimos, nesta tese, nesta ideia: a forma condensa valores. Entender como isso se dá leva-nos a entender a forma arquitetônica. A forma apelativa de um anúncio publicitário, saturado de cores, de imagens, de textos verbo-visuais que apelam para os sentidos e para os sentimentos de “felicidade”, que dizem, em entrelinhas “compre e você será feliz!”; as frases curtas e de efeito, as exclamações, em síntese, *toda a forma do anúncio condensa o valor do consumo, do mercado, o valor do capitalismo*, que transforma objetos em necessidades, objetos em valores que, em última análise, sobrepõem-se ao valor mesmo da vida humana.

A forma de uma estátua em bronze, representando um homem montado em um cavalo, estando o homem com sua espada levantada ao alto, condensa o valor da heroificação dos feitos humanos – o valor, em verdade, *de um lado* da história que é contada – a história que exalta os “grandes”.

Então, devemos entender que valor o artigo experimental condensa.

A priori, observa-se que o artigo é um texto relativamente longo, um texto para ser lido “com calma”. Aqui, não há a efusão de cores, sons e imagens. Há sim imagens, gráficos etc., mas esses estão em função da racionalidade científica.

O artigo experimental é metódico, detalhado. Voltando para o exemplo 10, coloca-se a questão: o que representa a introdução? Introduz-se, simplesmente um problema? Não. O autor, ao introduzi-lo, mostra que tem a solução. A solução está em seu experimento. Experimento esse *por ele criado* (segundo obviamente parâmetros aceitos na área), *por ele controlado*. O autor reclama sua soberania: apresenta seu “grande feito”.

O autor do artigo exemplificado acima (exemplo 10) assim inicia seu texto:

Os processos lingüísticos que envolvem a utilização de pronomes estão entre os mais freqüentes no que diz respeito à compreensão da linguagem. **A pesquisa descrita neste artigo investiga como indivíduos usam a informação estrutural durante a resolução da co-referência pronominal no escopo da sentença.**

A estrutura é a da lógica, da consequência: Se x é mais frequente na compreensão da linguagem humana, LOGO esta pesquisa investiga x. O autor, no entanto, sente a necessidade de continuar justificando o porquê de sua pesquisa:

Poucos estudos de processamento *on-line* têm investigado a atuação dos princípios estruturais da Teoria da Ligação (Binding Theory, CHOMSKY, 1986) para explicar o processamento que ocorre durante a resolução da co-referência de pronomes e anáforas (pronomes reflexivos) na compreensão de sentenças (BADECKER & STRAUB, 2002; CLIFTON, KENNISON & ALBRECHT, 1997, NICOL & SWINNEY, 1989; STURT, 2003; KENNISON, 2003). Essas investigações têm apresentado pontos de vista conflitantes sobre como os indivíduos usam a informação estrutural na resolução da coreferência.

Ao mesmo tempo, especifica seu objeto de estudo por meio de uma “lacuna na área”. Em seguida, o autor exemplifica algo que pode levar à postulação de sua hipótese:

Estudos realizados em inglês demonstram que, para o estabelecimento da coreferência intra-sentencial, existem restrições embasadas pelos princípios da Teoria da Ligação (KENNISON, 2003), entretanto, quando os traços de gênero e número do antecedente na posição de sujeito se assemelham ao pronome (em inglês *him*), o processamento envolvido no estabelecimento da co-referência parece ser mais lento, ou seja, parece que a finalização da busca por um antecedente disponível é mais demorada por conta dessas semelhanças.

Aqui, convoca-se o outro, “os pares”, outros pesquisadores que realizaram pesquisas na língua inglesa, para então propor-se a pesquisa que visa comprovar, em última instância, a tese do autor, corroborada em sua conclusão, isto é, a similaridade no processamento co-referencial em línguas distintas, o que leva a sustentar um postulado da área na qual se situa o autor – o postulado da existência de universais lingüísticos. Vejamos a conclusão:

Conclusões

Os resultados da presente pesquisa nos fornecem um melhor entendimento dos processos cognitivos relacionados à resolução da co-referência pronominal na compreensão de frases. Todas as entidades discursivas, tanto as disponíveis estruturalmente seguindo a Teoria da Ligação, quanto as

indisponíveis, são incluídas como candidatos potenciais a antecedentes. Os candidatos a antecedentes indisponíveis serão levados em consideração na resolução da co-referência se combinarem em gênero, número e animacidade com o pronome e se não houver antecedentes disponíveis no escopo discursivo. Se há um antecedente disponível a busca termina e a ligação entre pronome e antecedente é estabelecida; se não há, a busca demorará mais quando houver antecedentes indisponíveis que combinam com o pronome.

Esses resultados, que se assemelham aos encontrados no inglês, permitem evidenciarmos a universalidade do processamento co-referencial tão freqüente nas línguas, e permite que continuemos explorando esse fenômeno tão pouco estudado em português brasileiro, na tentativa de compreendermos cada vez mais os processos relacionados à leitura e à compreensão da linguagem humana como um todo. (Exemplo 11. A10. Grifo nosso).

A conclusão, percebe-se, ratifica a tese apresentada já na introdução. Esta – a introdução – segue a estrutura do encadeamento de argumentos lógicos, baseados na evidência de pesquisas prévias. Já na introdução postula-se a hipótese que norteia o estudo e essa é confirmada ao final do artigo. *A forma do artigo é a forma de uma ideia inicialmente exposta, “narrada” no experimento e reforçada na conclusão.* O experimento serve, pois, à “comprovação” da ideia do autor. Aqueles que são submetidos ao experimento são objetos que servem à comprovação dessa ideia.

No artigo experimental, o autor “veste a máscara” da tese para, assim, defendê-la. Lembremos, aqui, a pesquisa de Coracini (2007), segundo a qual, no artigo primário, o autor apaga a si mesmo em prol da ideia, embora não consiga, a todo momento, “esconder-se”, e acabe revelando sua subjetividade.

Parece-nos, que, no artigo, o autor, na verdade, assume, em vários momentos, a “máscara” da tese. Em alguns momentos, o autor é o cientista, aquele que observa “de cima” o objeto. Em outros, ele reveste todos os seus “esforços” para defender a tese, a ideia geral que é asseverada experimentalmente. Prová-la é a luta de vida e de morte que, analogamente, há na arte entre autor e a personagem. Se a tese não for provada, o autor morre. Provando a “tese”, a consciência do autor reina soberana. O autor apaga a si quando evidencia o experimento – nesse momento, ele é o cientista, o que realiza o experimento com seu olhar privilegiado. Revela-se quando veste a máscara da ideia. Vejamos:

A imuno-histoquímica é uma técnica de grande ajuda no diagnóstico de doenças da próstata, incluindo os tumores. De igual importância, a análise digital de imagens vem sendo cada vez mais utilizada em estudos de alterações na próstata. O presente estudo teve como objetivo quantificar morfometricamente a expressão da galectina-3 através da

imuno-histoquímica em tecidos de próstata normal (PN), hiperplasia benigna da próstata (HPB) e adenocarcinoma prostático (AP). Fragmentos cirúrgicos de tecido prostático com AP ($n = 10$), HPB ($n = 12$) e PN ($n = 10$) foram fixados em formalina, submetidos à rotina histológica e embebidos em parafina. Foram feitos cortes histológicos ($4\mu\text{m}$) montados em lâminas e corados com hematoxilina e eosina (HE) para confirmar o diagnóstico. As amostras teciduais selecionadas foram incubadas com anticorpo monoclonal antigalectina-3 por uma hora em temperatura ambiente (37°C) e então incubadas com um anticorpo secundário. A revelação foi realizada após incubação com diaminobenzidina (DAB) e peróxido de hidrogênio. A análise morfométrica foi realizada mediante uma estação de análise digital de imagens, que consiste num microscópio óptico acoplado a uma câmera digital ligada a um computador equipado com o *software* de análise OPTIMAS®. **Nas células de adenocarcinoma foi observada diminuição significativa na marcação ($p < 0,001$) da imuno-histoquímica para galectina-3. A partir da análise digital de imagens das áreas médias marcadas obtivemos os seguintes resultados: HPB ($875,9 \pm 52,1\mu\text{m}^2$), AP ($120,2 \pm 23,3\mu\text{m}^2$) e PN ($238,4 \pm 27,6\mu\text{m}^2$). Os diferentes perfis de expressão da galectina-3 diferenciaram as células neoplásicas da próstata de células normais e demonstraram significativas alterações na expressão da galectina-3 nas lesões tumorais investigadas.** (Exemplo 12. A14. Grifo nosso).

O artigo acima (cujo resumo foi destacado), pertencente à área da Bioquímica, teve por objetivo, segundo é informado na introdução, “avaliar as diferenças entre lesões benignas e malignas da próstata refletidas na sua expressão de carboidratos através da imuno-histoquímica com a galectina-3 e análise computadorizada de imagens”. O autor advoga a favor da combinação de técnicas – a análise imuno-histoquímica com a galectina-3 (uma proteína) e a análise de imagens por meio de computador. Argumenta na introdução:

Nas neoplasias prostáticas, **a análise histopatológica tem grande relevância clínica**. Exames histológicos e sorológicos descrevem aspectos muito importantes, possibilitando o monitoramento da evolução da doença(49). **Contudo, os métodos imuno-histoquímicos, quando analisados de forma qualitativa, têm apresentado grande disparidade e variabilidade de resultados entre diferentes observadores. Assim, a fim de prover uma escala numérica e reprodutível dos padrões de marcação dos tecidos, aumentando a sensibilidade e o controle de qualidade das análises, tem-se buscado cada vez mais refinamentos tecnológicos através de métodos morfométricos automatizados.** (Exemplo 13. A14 Introdução. Grifo nosso).

O autor reconhece a “relevância” da análise histopatológica. Esse “reconhecimento”, contudo, antecipa uma crítica: o método, em análise qualitativa, demonstra disparidades, assim o autor propõe a “solução”: a combinação de “métodos”; a análise histopatológica e a

análise morfométrica, por computador. Essa passa a ser a ideia assumida pelo autor, a tese defendida, que é, então, “testada” no experimento.

Voltemos, agora, ao exemplo 12, ao resumo, pois ele nos fornece uma visão do “todo” do artigo. Destacamos, no exemplo supracitado, logo o início, pois nesse início o autor claramente se posiciona:

A imuno-histoquímica é uma técnica de grande ajuda no diagnóstico de doenças da próstata, incluindo os tumores. De igual importância, a análise digital de imagens vem sendo cada vez mais utilizada em estudos de alterações na próstata.

No resumo, sabe-se, não cabem muitas informações, há um número limitado de palavras por meio das quais o autor pode se expressar. Assim, no resumo, o autor não mostra as limitações do uso isolado da técnica imuno-histoquímica; antes, ressalta sua importância (“grande ajuda”) e ressalta também a “importância” da análise de imagens. Ambas as técnicas são “importantes”. Logo em seguida, o autor apresenta o objetivo do artigo, que visa justamente “combinar” as duas técnicas para avaliar lesões benignas e malignas de próstata. O autor, portanto, não apenas expõe sua posição, sua ideia (a importância da análise por meio de técnicas conjuntas), como ressalta essa ideia por meio de recursos disponíveis na língua (a adjetivação). O autor, em síntese, *valora* a ideia. Valorando essa ideia, ele se revela: “é preciso aplicar as duas técnicas!”, parece dizer – não o diz com essa ênfase, pois o gênero não o permite – e, destacamos, fazendo remissão ao capítulo 2 desta tese, que o gênero é uma forma de coerção da voz autoral – o autor pode “subverter o gênero”, evidentemente, mas há alguns gêneros muito mais coercitivos, muito mais estáveis, e o artigo experimental parece ser um exemplo.

Na defesa da ideia, o autor revela a si mesmo, ainda que por meio de recursos não tão enfáticos, por meio de adjetivações mais comedidas que nossa paráfrase, mas, ainda assim, se revela: revela a ideia e nela “se mascara”. Veste a ideia, “eu sou a ideia”, “eu sou a tese”, pois, se ela não estiver correta, não há razão sequer para o artigo existir, para o texto ser publicado.

É possível argumentar: poder-se-ia ter provado, no experimento, que a combinação de técnicas não é eficaz. Nesse caso, a introdução não teria essa forma. O autor, já no início, tentaria nos convencer de que não é eficaz associar uma técnica imuno-histoquímica com uma técnica de análise de imagens computadorizadas. De qualquer modo, ele, nesse exemplo fictício, “vestiria” essa outra ideia. A introdução do artigo seria outra.

Enquanto na introdução o autor veste a máscara da tese a ser defendida, modaliza seu discurso através de adjetivações, na descrição do experimento, isto é, na metodologia, predomina certo “comedimento”: o autor apresenta ao leitor seu experimento de forma objetiva e metódica. Vejamos, novamente, trechos do Exemplo 12, destacando apenas a metodologia:

Fragmentos cirúrgicos de tecido prostático com AP ($n = 10$), HPB ($n = 12$) e PN ($n = 10$) foram fixados em formalina, submetidos à rotina histológica e embebidos em parafina. Foram feitos cortes histológicos ($4\mu\text{m}$) montados em lâminas e corados com hematoxilina e eosina (HE) para confirmar o diagnóstico. As amostras teciduais selecionadas foram incubadas com anticorpo monoclonal antigalectina-3 por uma hora em temperatura ambiente (37°C) e então incubadas com um anticorpo secundário. A revelação foi realizada após incubação com diaminobenzidina (DAB) e peróxido de hidrogênio. A análise morfométrica foi realizada mediante uma estação de análise digital de imagens, que consiste num microscópio óptico acoplado a uma câmera digital ligada a um computador equipado com o *software* de análise OPTIMAS® (Exemplo 14. A14)

Aqui, o autor veste a máscara do cientista, ao descrever em pormenores como o experimento foi realizado. Na metodologia, quase não se encontram adjetivos ou advérbios que denotem o tom valorativo do autor, pois, nesse momento, ele é “o cientista”, que “olha de cima” o objeto, que aponta para o leitor como tudo foi realizado seguindo protocolos aceitos na área.

Já na conclusão, outra vez o autor se posiciona valorativamente, como que dizendo “a ideia funciona”. Outra vez ele “veste a máscara” da ideia:

Conclusão.

A partir dos resultados obtidos conclui-se que houve redução estatisticamente significativa na expressão tecidual de galectina-3 em células do adenocarcinoma prostático (50,41%) quando comparadas ao tecido normal. Todas as amostras de hiperplasia prostática benigna apresentaram aumento significativo na expressão celular da galectina-3 (367,4%) quando comparadas com a contraparte maligna e o tecido normal. **O sistema de análise de imagens utilizado (OPTIMAS™ 6.1) demonstrou ser ferramenta eficiente na quantificação da expressão citoplasmática da galectina-3 pela técnica de imuno-histoquímica.** (Exemplo 15. A14 – Conclusão. Grifo nosso).

A técnica proposta, após a apresentação do experimento, é valorada como “eficiente” pelo autor, reforçando, assim, sua tese e dando a contrapalavra para o leitor.

Vejamos um artigo de uma área distinta, a fim de ratificarmos e reforçarmos nossas afirmações anteriormente tecidas:

RESUMO. Com o aumento da população nos últimos anos, a indústria de modo geral tem se adequado à demanda resultante. A indústria do processo de recauchutagem de pneus gera resíduos que em sua maioria têm sido descartados sem nenhum controle. **Este fato contribui para aumentar a poluição ambiental e favorecer a proliferação de vetores nocivos à saúde. Visando encontrar uma aplicação para esse tipo de resíduo, neste trabalho serão apresentados resultados experimentais de blocos intertravados para pavimentos de concreto, com traços adicionados de resíduos de pneus.** Foram confeccionados blocos intertravados em que se determinou, por meio de ensaios laboratoriais, a necessidade de se fixar o traço que desse maior retorno quanto às características analisadas. Verificaram-se quatro tipos de traços de concreto com resíduos de pneus. Procedeu-se aos ensaios de resistência mecânica à compressão, absorção de água e resistência ao impacto. **Pelos resultados preliminares obtidos, verificou-se que são satisfatórios, confirmando-se a possibilidade de aplicação desse tipo de bloco intertravado em ambientes com solicitações baixas, o que traria, além da economia das fontes naturais de agregados, benefícios ecológicos pela reutilização dos resíduos da recauchutagem de pneus.**

Palavras-chave: resíduos de pneus, blocos intertravados, concreto, material alternativo. (Exemplo 16. A7. Grifo nosso).

O resumo do artigo acima, pertencente à área de Engenharia Civil, parte de uma problemática identificada pelo autor: a necessidade de reutilizar resíduos descartados pela indústria, a fim de solucionar problemas ambientais. A ideia defendida pelo autor é a de que seria possível utilizar resíduos de pneus em blocos intervalados para pavimentos de concretos. Essa é a tese do autor e o experimento serve para confirmar essa tese. Os resultados apenas confirmam a tese. Observemos que, na conclusão, torna-se mais patente o tom valorativo do autor (“Pelos resultados preliminares obtidos, verificou-se que são satisfatórios, confirmando-se a possibilidade de aplicação desse tipo de bloco intertravado em ambientes com solicitações baixas”), que parece dizer: “minha ideia é válida!”, isto é, os experimentos confirmam que é sim possível utilizar resíduos de pneus em pavimentos de concreto. A possibilidade de utilização desses resíduos traz, ademais, uma vantagem ecológica, ressaltada pelo autor: “o que traria, além da economia das fontes naturais de agregados, benefícios ecológicos”. Submetendo-se às coerções do gênero e da esfera, coerções essas que exigem o tom metódico, a prova baseada na evidência experimental, o “contingenciamento” de emoções, o autor modaliza seu discurso, utiliza o futuro do pretérito (“o que traria...”), tempo verbal que coloca as afirmações no campo da “possibilidade”. Todavia, é preciso analisar

cada palavra, cada verbo e cada tempo verbal na totalidade do enunciado, em consonância com os sentidos que esse veicula. O autor, em verdade, não assume que “é possível” que o uso de resíduos de pneus em pavimentos de concreto traga benefícios; assume, antes, que, certamente essa utilização trará vantagem. A todo momento, na introdução, o autor destaca a importância da reutilização de resíduos sólidos:

(...)

De maneira paralela ao desenvolvimento e à crescente utilização de pavimentos intertravados de concreto, **sabemos que, por uma série de razões, a utilização de resíduos pela indústria da construção civil está se tornando cada vez mais importante.** Da mesma forma, sabe-se que o número de veículos em circulação aumenta todos os anos, **gerando, entre outras coisas, subprodutos da utilização desses veículos como, por exemplo, os resíduos do processo de recauchutagem de pneus.**

(...)

A reutilização de pneus contribui, hoje, em larga escala, para requalificação dos resíduos industriais, impedindo que sejam colocados nos aterros, incinerados ou espalhados pela paisagem. Por outro lado, a recauchutagem de pneus é fonte que contribui em grande número para o acúmulo de resíduos de borracha que são obtidos durante esse processo e esses resíduos se encontram na forma de fibras e pó de borracha. O impacto visual causado pelos resíduos da recauchutagem é negativo, e os depósitos de resíduos de pneus a céu aberto oferecem condições apropriadas para o desenvolvimento de vários tipos de vetores, além de existir também o risco de incêndios. (Exemplo 17. A7 – trechos da introdução. Grifo nosso).

Na conclusão, mostra que “sua ideia funciona”, mas é “comedido”, assim como no resumo:

Os resultados obtidos nas experimentações indicam que o uso de blocos intertravados com resíduos de pneus pode ser feito em ambientes com solicitações leves, como, por exemplo, em calçadas, praças, ciclovias e condomínios residenciais. Tem-se como indicativo de melhores resultados, avaliando-se todos os ensaios, o percentual de 8 a 12% de resíduos a ser adicionado no concreto dos blocos intertravados, com consumo de cimento em torno de 325 kg m⁻³. (Exemplo 18. A7 – Trechos da conclusão. Grifo nosso).

O verbo “indicar” atenua a afirmação de que a ideia do autor funciona, conforme se comprovou experimentalmente. O autor, na verdade, não tem dúvidas (a dúvida poderia invalidar esse artigo), mas precisa atenuar suas afirmações tanto pelas coerções do gênero, quanto pela “presença” do leitor, a segunda consciência com a qual o autor convive tensamente. Lembremos que Bazerman (1988) identificou que o gênero artigo experimental

desenvolveu sua forma atual a partir de discussões em torno de um objeto em “disputa”. Logo, o autor precisa ser comedido porque sente a contrapalavra do leitor (esse aspecto será mais bem detalhado em nossas análises posteriores, no capítulo subsequente). Por ora, ressaltemos: caso o autor, em seus experimentos, tivesse comprovado que não há possibilidade de se utilizar resíduos de pneus em pavimentos de concreto, a introdução e a conclusão teriam outra forma. A “ideia” deve não apenas obedecer ao princípio de coerência – é a ideia que sustenta a existência do artigo –, apropriar-se e defender essa ideia, essa tese é “o jogo de vida e morte” a que se submete o autor.

Destacamos que, para sustentar a tese, o experimento deve não apenas ser “bem apresentado”, ele deve seguir todos os protocolos e deve seguir o valor da racionalidade científica – valor esse que fundamenta importante ponto da instauração do evento cognitivo: o controle, a “manipulação” do mundo.

6.2.1.4 A manipulação do mundo

Há toda uma lógica de racionalidade subjacente ao experimento. Esse é postulado a partir do pressuposto de que não apenas é possível *controlar*, como também *manipular* o “real”. Observemos dois resumos de artigos que compõem nosso *corpus*:

RESUMO- A aversão alimentar condicionada é uma técnica que pode ser utilizada em animais para evitar a ingestão de plantas tóxicas. A técnica foi utilizada em uma fazenda para **controlar a intoxicação por *Turbina cordata* e em outra para controlar a intoxicação por *Ipomoea carnea* subsp. *istulosa***. Os caprinos eram presos à noite, e na manhã do dia seguinte lhes era ofertada a planta verde, recém-colhida, por dez minutos. **Os caprinos que ingerissem qualquer quantidade da planta eram identificados, pesados e tratados com LiCl na dose de 175mg/kg peso vivo através de sonda esofágica.** No rebanho da fazenda na que havia *T. cordata* a técnica foi aplicada a cada dois meses durante o período em que a planta é encontrada. Durante todo o experimento, de dezembro de 2009 a abril de 2011 não ocorreu nenhum novo caso de intoxicação no rebanho e diminuiu gradualmente o número de animais avertidos e a quantidade de planta que ingeriam os mesmos durante o processo de aversão. Na fazenda na que ocorria intoxicação por *I. carnea* a maioria do rebanho foi avertido em dezembro de 2010, 15-20 dias antes do início das chuvas, e os animais não ingeriram a planta espontaneamente no campo até setembro-outubro de 2011, durante o período da seca, quando havia extrema carência de forragem e iniciaram a ingerir a planta no campo. **Posteriormente, apesar de três tratamentos aversivos com 21 dias de intervalo, os animais continuaram a ingerir a planta e ocorreram casos clínicos. A técnica de**

aversão alimentar condicionada demonstrou ser eficiente e viável para o controle da intoxicação por *T. cordata*. Para a intoxicação por *I. carnea* a técnica impediu a ingestão da planta somente durante a época de chuvas, mas não durante a seca, quando há pouca disponibilidade de forragem. A diferença nos resultados com as duas plantas é, aparentemente, resultante das condições epidemiológicas diferentes nas que ocorrem as intoxicações. *T. cordata* desaparece durante a maior parte do período de seca. A planta rebrota e fica verde durante o fim de seca, quando diminui a oferta de forragem, por curto espaço de tempo, permanecendo verde durante a época de chuvas. *I. carnea*, por crescer próximas as fontes de água, em áreas úmidas, permanece verde durante todo o período da seca, quando é maior a escassez de forragem, favorecendo desta forma a ingestão da planta pelos animais.

TERMOS DE INDEXAÇÃO: Plantas tóxicas, *Ipomoea carnea* subsp. *fistulosa*, *Turbina cordata*, intoxicação por plantas, aversão alimentar condicionada, controle de intoxicações, caprinos, swainsonina. (Exemplo 19. A6. Grifo nosso).

O objetivo deste estudo foi realizar um análogo experimental de uma macrocontingência utilizando-se do Dilema dos Comuns. **Três participantes recebiam 100 peixes e retiravam 2, 4 ou 6 a cada tentativa. Havia um reajuste contingente ao número retirado e o restante de peixes era informado. Na linha de Base as escolhas eram sigilosas, em B1 eram divulgadas e em B2 os jogadores conversavam. Foram 3 grupos experimentais com alteração da ordem das condições experimentais e um grupo controle.** Houve extinção dos recursos no grupo controle e nas primeiras linhas de base, que foram analisadas como uma macrocontingência. Ocorreu o aumento dos recursos nas condições B com o entrelaçamento das escolhas dos participantes, analisando-se como um análogo experimental de uma metacontingência.

Palavras-chave: ambiente virtual, reforço, discriminação simples, reversão de discriminação, crianças. (Exemplo 20. A9. Grifo nosso).

Os exemplos 19 e 20 pertencem a áreas completamente distintas – Medicina Veterinária e Psicologia. Mas ambos os artigos partem do mesmo pressuposto de que é possível controlar, prever ou induzir determinados comportamentos, seja o comportamento de um animal, seja o comportamento de pessoas. O experimento valida esse pressuposto.

Ao trazer o experimento, o autor, conforme afirmamos anteriormente, assume a máscara do cientista, olha de cima seu objeto e conduz o leitor a olhar na mesma direção. O autor mostra como determinada realidade foi manipulada para que certos resultados fossem atingidos. A ideia de que é possível e necessário manipular, controlar essa realidade é também assumida como um contrato entre autor e leitor.

No exemplo 19, a primeira assertiva convida o leitor para assistir ao experimento: “A aversão alimentar condicionada é uma técnica que pode ser utilizada em animais para evitar a ingestão de plantas tóxicas”, ou seja, “essa técnica é possível”, vejamos, então como eu

controlei, manipulei caprinos, a fim de que eles não ingerissem plantas tóxicas (“A técnica foi utilizada em uma fazenda para **controlar a intoxicação por *Turbina cordata* e em outra para controlar a intoxicação por *Ipomoea carnea* subsp. *Istulosa***”).

A presença de verbos no passado, segundo observou Coracini (2007) em sua pesquisa por nós resenhada no capítulo antecedente, visa estabelecer um paralelo entre o tempo cronológico e o tempo gramatical. Tendo sido o experimento realizado no passado, é natural, portanto, que o autor utilize-se desse tempo verbal para descrever o experimento. Acrescentamos, também, que mais que estabelecer essa realidade referencial, o tempo é utilizado para mostrar o controle de uma consciência – a consciência do autor – sobre o real.

Alternam-se, no exemplo 19, dois passados: o perfeito e o imperfeito. Vejamos:

A técnica **foi utilizada** em uma fazenda para controlar a intoxicação por *Turbina cordata* e em outra para controlar a intoxicação por *Ipomoea carnea* subsp. *istulosa*. Os caprinos **eram presos** à noite, e na manhã do dia seguinte lhes **era ofertada** a planta verde, recém-colhida, por dez minutos. Os caprinos que **ingerissem** qualquer quantidade da planta **eram identificados, pesados e tratados** com LiCl na dose de 175mg/kg peso vivo através de sonda esofágica. No rebanho da fazenda na que havia *T. cordata* a técnica **foi aplicada** a cada dois meses durante o período em que a planta é encontrada. Durante todo o experimento, de dezembro de 2009 a abril de 2011 **não ocorreu** nenhum novo caso de intoxicação no rebanho e **diminuiu** gradualmente o número de animais avertidos.

Koch (2010, 2015), em diferentes obras, cita o trabalho de Weinrich sobre os tempos verbais. A autora (KOCH, 2010) destaca que, na teoria de Weinrich, da macrossintaxe textual, os tempos verbais, quanto ao relevo, dividem o texto “em primeiro plano e segundo plano, dando instruções ao ouvinte sobre a informação considerada principal e aquela que é apenas secundária” (KOCH, 2010, p. 58). Em língua portuguesa, a indicação do relevo ocorreria apenas no mundo narrado, pela alternância entre perfeito – que indicaria primeiro plano – e o pretérito imperfeito – que indicaria o “plano de fundo” da narrativa.

No trecho acima, constituiriam o “plano de fundo” os trechos que tratam de ações recorrentes com os caprinos (eram presos, eram identificados, eram tratados). O primeiro plano, isto é, o ponto que demanda mais atenção do leitor, refere-se à “técnica” (“a técnica foi utilizada”, a “técnica foi aplicada”) e aos resultados obtidos a partir da “técnica” (“**não ocorreu** nenhum novo caso de intoxicação no rebanho e **diminuiu** gradualmente o número de animais avertidos”). Assim, colocando-se a “técnica” e o resultado aferido a partir dessa técnica em primeiro plano, o autor destaca a ideia defendida no artigo (a eficácia da técnica de aversão alimentar para controle de intoxicação em rebanhos), ideia essa que, conforme já

afirmamos anteriormente, é o que sustenta, em última análise, o próprio acontecimento discursivo do artigo. O autor demonstra, também, controle da realidade experimental, colocando os resultados em relevo.

O uso recorrente da voz passiva é outro ponto que merece destaque quanto ao objetivo do autor de mostrar sua dominação da situação, de reclamar sua soberania. Coracini (2007) trata da voz passiva como recurso por meio do qual o autor pretenderia “esconder-se” em prol de estabelecer um efeito de objetividade no artigo primário. Parece-nos, porém, que a voz passiva – traço característico da seção “metodologia” do gênero – serve para a *imposição da consciência do autor*. “Os caprinos eram presos”, “a técnica foi utilizada”: a voz passiva coloca todos – dos caprinos à “técnica” – em uma condição de *submissão*. O autor submete do objeto à “técnica” pretendendo estabelecer controle e domínio sobre aquele mundo minuciosamente descrito. O experimento encontra-se quase todo na voz passiva justamente por ser *objeto de controle* daquele que conduz o discurso. O mundo aparece totalmente “apassivado”, um mundo em que os seres não praticam as ações. O autor, portanto, não utiliza a voz passiva propriamente para “se esconder”, mas para “dominar”³⁷.

Todavia, nem tudo parece poder ser totalmente controlado. Vejamos:

Posteriormente, apesar de três tratamentos aversivos com 21 dias de intervalo, os animais continuaram a ingerir a planta e ocorreram casos clínicos. A técnica de aversão alimentar condicionada demonstrou ser eficiente e viável para o controle da intoxicação por *T. cordata*. Para a intoxicação por *I. carnea* a técnica impediu a ingestão da planta somente durante a época de chuvas, mas não durante a seca, quando há pouca disponibilidade de forragem. A diferença nos resultados com as duas plantas é, aparentemente, resultante das condições epidemiológicas diferentes nas que ocorrem as intoxicações. *T. cordata* desaparece durante a maior parte do período de seca. A planta rebrota e fica verde durante o fim de seca, quando diminui a oferta de forragem, por curto espaço de tempo, permanecendo verde durante a época de chuvas. *I. carnea*, por crescer próximas as fontes de água, em áreas úmidas, permanece verde durante todo o período da seca, quando é maior a escassez de forragem, favorecendo desta forma a ingestão da planta pelos animais.

No trecho acima, o autor revela, por meio de uma oração concessiva, que houve animais que continuaram a ingerir a planta (“apesar de três tratamentos aversivos”). A concessiva mostra contrariedade à tentativa de controle do comportamento do animal: não era esperado que, após sucessivos tratamentos, os caprinos comessem a planta tóxica. Esse comportamento indesejado, que forjaria o controle da situação, no entanto, é logo

discursivamente enquadrado, quando o autor conclui que a técnica mostrou-se eficaz para uma espécie específica. A outra espécie de planta tóxica continuou sendo consumida por crescer mesmo em períodos de seca, quando há escassez de alimento. Logo, na conclusão do artigo, o autor, convocando sua soberania, “apresenta uma solução”:

As condições necessárias para que os animais iniciem a ingerir *I. carnea* não são totalmente conhecidos, mas parece que o início da ingestão ocorre principalmente durante períodos prolongados de extrema escassez de forragem. Evitar estas condições é fundamental para prevenir que alguns animais comecem a ingerir a planta e, pelo mecanismo de facilitação social, induzam aos demais animais ao consumo. Para tentar evitar a ocorrência da doença durante a seca de 2011 foi realizado um tratamento aversivo no mês de setembro, quando não havia casos clínicos, nem evidências de consumo espontâneo da planta. Nesta ocasião foram avertidos 58 de um total de 104 animais. No entanto, em outubro de 2011 foi observado um caso clínico da doença e diversos animais tinham iniciado a ingerir a planta no campo. A partir dessa data, apesar dos diversos tratamentos aversivos, novos animais começaram a ingerir *I. carnea* e novos casos da doença surgiram, sugerindo a ineficiência do método quando aplicado na época da seca, com severa carência forragem. Esses resultados sugerem que a aversão alimentar condicionada não é totalmente eficiente para o controle da intoxicação por esta planta, sendo recomendadas outras técnicas de controle da mesma. No entanto, poderá ser utilizada como paliativa, para evitar perdas econômicas maiores, quando outras formas de controle, não sejam possíveis. Em conclusão, a técnica de aversão alimentar condicionada demonstrou ser eficiente e viável para o controle da intoxicação por *T. cordata*. Pelo contrário, não foi eficiente para o controle da intoxicação por *I. carnea*. A diferença nos resultados é, aparentemente, resultante das condições epidemiológicas diferentes nas que ocorrem as duas intoxicações. *T. cordata* permanece seca durante a maior parte do período de seca, brotando imediatamente após as primeiras chuvas, ou mesmo antes das mesmas, permanecendo verde, quando não há outras forragens disponíveis, por curto espaço de tempo. Durante a época das chuvas, quando a planta é mais abundante, há outras forragens disponíveis e a aversão pode ser mantida durante todo o período, com tratamentos a cada dois meses dos animais que iniciam a ingerir a planta. *I. carnea*, por crescer próximas as fontes de água, em áreas úmidas, permanece verde durante todo o período da seca, quando é maior a escassez de forragem, favorecendo desta forma a ingestão da planta por parte dos animais. Como na região nordeste *I. carnea* geralmente é encontrada em locais restritos, em áreas úmidas, pareceria mais adequado, para controlar a intoxicação, a utilização de técnicas de eliminação das plantas (arado, herbicidas, arranca manual, etc.) ou evitar o acesso dos animais desses locais mediante a utilização de cercas. No caso de não ser possível nenhuma dessas opções, a principal medida de prevenção é a de utilizar suplementação forrageira para evitar que os caprinos iniciem a ingestão da planta. Nestas condições a aversão alimentar poderia servir

³⁷ No próximo capítulo, retornaremos a essa questão da voz e do tempo verbal, lançando a tese da instauração, no gênero, de um “tempo do mundo experimental”.

como uma técnica complementar. (Exemplo 21. A6 – Trecho da conclusão. Grifo nosso).

Como se pode ler na conclusão do autor, a técnica de aversão alimentar mostrou-se eficiente para a espécie *T. cordata* e ineficiente para o controle da intoxicação por *I. cárnea*. Logo, não se afirma que o método “fracassou”: apenas que ele é eficiente para uma espécie, mas não para outra.

O autor, seguindo um “protocolo” do discurso científico, que impede ou, ao menos, “recomenda” a não afirmação categórica de “verdades absolutas” na conclusão dos dados, considerando a incompletude e o inacabamento desse tipo de discurso, afirma “não serem conhecidas” as condições necessárias para que os animais iniciem a ingerir *I. cárnea*. Quando um animal começa a ingerir essa espécie tóxica, segundo observou-se no experimento, outros passam também a ingeri-la. Todavia, o autor estabelece uma hipótese que explicaria a ingestão dessa espécie tóxica, a despeito da técnica de controle alimentar: a seca. A explicação proposta faz com que o autor retome “o controle da situação” discursivamente.

Observemos que, ao apresentar essa hipótese, o artigo apresenta uma série de “recomendações” de como evitar a intoxicação alimentar dos caprinos (eliminação das plantas, controle no acesso dos animais às áreas onde cresce a espécie tóxica). A última recomendação, que apresenta uma força argumentativa maior – caso “nada mais dê certo”, recomenda-se a suplementação forrageira –, encerra o artigo com a ideia de que a técnica pode ser utilizada de forma “complementar”. Logo, ainda que apresente limitações em condições de seca, pode-se utilizar essa técnica para controle de intoxicações.

Apresentar uma solução e várias recomendações para um comportamento que fugiu ao resultado esperado da técnica reestabelece, para o autor, o domínio discursivo do experimento. Esse domínio, ressaltamos, não pode ser prescindido pelo autor: mesmo que algum resultado não seja esperado, o autor parece tentar enquadrar o resultado inesperado em seu discurso, através de hipóteses explicativas, sugestões ou mesmo sugerindo pesquisas posteriores para investigar determinado aspecto ou variável. No exemplo 20, A9, por exemplo, artigo no qual se realiza “um análogo experimental de uma macrocontingência utilizando-se do Dilema dos Comuns”, conforme é possível ler no resumo anteriormente exposto, o autor, em suas conclusões, vê que a variável cultural mostrou-se relevante em seus dados, como esse aspecto parece “inesperado”, sendo pouco abordado, é sugerida a necessidade de investigação da variável em questão em pesquisas futuras:

O presente estudo mostrou uma seleção cultural com a consequência cultural apresentada em esquema de reforçamento contínuo. **É interessante ressaltar que futuras pesquisas devem avaliar a inserção de um esquema intermitente de reforçamento no Dilema dos Comuns, investigando as relações com a seleção e intervenção cultural.** Estudos recentes mostraram ser possível a seleção cultural com o esquema de reforçamento variável (VR2) por meio de um programa de computador que permite a interação de comportamentos dos participantes (Amorim, 2010) ou ainda, por meio do jogo Dilema dos Prisioneiros (Costa, 2009; Nogueira, 2009; Ortu e Cols., 2008). (Exemplo 22. A9 – trecho da conclusão. Grifo nosso).

A sugestão de que futuras pesquisas investiguem um aspecto específico do experimento tem várias funções: mantém o controle da consciência do autor sobre a situação experimental, sobre aquele mundo por ele minuciosamente planejado, permitindo o estabelecimento de um “elo” na cadeia do diálogo. Mais uma vez, parece-nos que, ao propor *ele mesmo* pesquisas futuras – que podem ser realizadas pelo autor ou pelo leitor, que pode ser *engajado* na sugestão – o autor busca certa “dominação” no artigo, pois, *foi ele que propôs o “elo”*, e, seguindo as convenções da esfera acadêmica, deverá, portanto, ser citado, ser referenciado, caso o outro construa uma nova pesquisa a partir do elo proposto. Parece-nos, também, que, ao sugerir futuras pesquisas sobre um aspecto determinado, a partir da observação dos dados do artigo, evita, ou, antes, *antecipa* reações-resposta “negativas”, contrárias, em torno do experimento ou dos dados analisados³⁸. Antes mesmo que o leitor possa questionar um aspecto específico do artigo, o autor, reclamando sua soberania, adverte-o: “esse aspecto será ou deverá ser investigado em pesquisas futuras”, não se encerra aqui, portanto.

Sobre o extremo controle que o autor busca da situação experimental, observemos, com mais minúcia, o A9:

MÉTODO

Participantes

Doze estudantes de graduação da Universidade de Brasília, cinco homens e sete mulheres, com idade entre 19 e 28 anos, participaram da pesquisa.

Setting e Instrumento

Foi utilizado um microcomputador com uma planilha desenvolvida no Microsoft Office Excel® **para o controle de registros dos dados, recursos do grupo e escolhas dos participantes.** Foram utilizados também mini cartões com os números 2, 4 e 6 com as cores amarelo, vermelho e verde, respectivamente, colocados em uma caixa para escolha dos participantes. **Dois divisórias de folhas de papel cartão formaram três cabines que separaram os participantes durante todo o experimento, impedindo**

³⁸ O capítulo subsequente trata esse aspecto (a antecipação da contra-palavra do leitor) como parte constitutiva da forma composicional do gênero, no que denominamos como “terceiro ato”.

contato visual e acesso às escolhas dos membros do grupo. A Figura 2 mostra a disposição da experimentadora, dos participantes, e ainda, os instrumentos e materiais utilizados. (Exemplo 23. A9 – trecho inicial da metodologia. Grifo nosso).

Parece-nos, segundo destacamos no trecho acima, que o autor quer não apenas manter o total controle da situação experimental, como também precisa mostrar ao leitor que manteve esse controle, descrevendo minúcias como o material da cabine que separava os participantes (“folhas de papel cartão”), de forma a evidenciar que os participantes não tiveram contato visual às escolhas dos membros durante o experimento.

O controle da situação, ao assegurar o domínio do autor sobre o objeto, permite-lhe, também, que uma realidade dispersa, difícil de ser subjugada, possa ser *estabilizada*. Por meio do experimento, estabelece-se uma ordenação para o mundo livre das agarras do devir.

O “real” da ciência passa a ser o real que pode ser interpretado, e, no artigo experimental, essa interpretação parece estar sempre sujeita a quantificações – seja a quantificação do objeto ou dos dados aferidos. Vejamos um exemplo de um artigo anteriormente citado, o A11, que analisou a influência da preferência linguística – textual ou numérica – no julgamento de auditores fiscais:

(...)

O experimento coletou informações de 114 respondentes, distribuídos nos dois grupos, **sendo 108 dados válidos, configurando 5,1% de dados perdidos em decorrência de respostas incompletas.** Os grupos tiveram distribuição de respondentes de 62 (57,4%) para o grupo 2 (numérica) e 46 (42,6%) para o grupo 1 (textual), com prevalência do sexo masculino (63%). A distribuição dos respondentes, nas cinco regiões geográficas do país, consta na Figura 1.

(...)

Para verificar a existência de diferenças entre os grupos a partir dos efeitos do tratamento (vi) sobre a confiabilidade (vd), foi utilizada a análise estatística oneway anova, com nível de significância de 5%. Os pressupostos para a sua aplicação foram testados e apresentaram os seguintes resultados: ausência de normalidade (shapiro-Wilk, $t=0,919$; $gl=108$; $p=0,000$; e Kolmogorov-smirnov, $t=0,130$; $gl=108$; $p=0,000$), a hipótese nula para homogeneidade das variâncias foi rejeitada (levene, $f_{1,106}=1,784$; $p=0,185$), indicando variâncias homogêneas e apresentam observações independentes. **Apesar da violação do pressuposto de normalidade, a utilização da Anova para o estudo foi mantida, considerando os estudos de Donaldson (1968), Lunney (1970) e Reis e Ribeiro Júnior (2007), que apontam a robustez do teste F em relação aos desvios de normalidade. Para corroborar os resultados encontrados com utilização da Anova com a violação da normalidade, foi realizado adicionalmente o teste não paramétrico de Wilcoxon-Mann-Whitney para amostras independentes, equivalente ao teste t para duas**

amostras, pois foram utilizados neste estudo dois grupos de teste. A busca de correlação entre as variáveis independentes foi testada com Qui-Quadrado, com significância de 5%, na qual os pressupostos de quantidade mínima de frequência foram alcançados. **Para identificar a relação entre confiabilidade e preferência foi realizada a verificação dos escores médios de confiabilidade através da segmentação dos grupos originais em dois outros**, que foram constituídos por aqueles que receberam a informação coerente com suas preferências e pelos que as receberam em desacordo com a preferência.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Os dados do experimento, tratados através de *oneway* Anova, com nível de significância de 5%, indicam a existência de diferença significativa entre os grupos de tratamento relacionado à variável de tratamento (vd) – confiabilidade e a variável independente (vi) preferência ($f_{1,106} = 5,920$; $p = 0,017$) –, similarmente ao teste adicional não paramétrico de Wilcoxon-Mann-Whitney ($w = 998,5$; $p = 0,02148$), não tendo apresentado significância estatística a nenhuma outra relação entre as demais variáveis independentes (sexo e experiência). A magnitude do efeito experimental foi mensurada utilizando-se, segundo classificação de Cooper (1997) *apud* ConboY, 2003), o tipo *d* de Cohen (1988), equivalente às diferenças padronizadas, e seguindo-se a mesma escala de classificação (Cohen, 1988), com $d = 0,47$, que indica que o tratamento explica em torno de 33% da variância observada. **Considerando a indicação estatística quanto à explicação da variância da confiabilidade em decorrência da preferência pela variável linguística, os grupos iniciais (1 e 2) foram segmentados por tipo de informação recebida e por preferência, ou seja, os que receberam informações para análise de acordo com sua preferência linguística declarada (a) e os que receberam informações para análise em formato linguístico não consistente com sua preferência declarada (b).** A partir dessa classificação, foram calculados os valores médios atribuídos à vd confiabilidade pelos grupos segmentados, conforme a tabela 1.

(...)

A confiabilidade média dos que recebem informações consistentes com sua preferência é de 4,48, superior àquela apurada quando as informações analisadas não são consistentes com sua preferência, que é de 3,78. Esse resultado sugere a não rejeição da hipótese de pesquisa e indica que a percepção de confiabilidade do auditor governamental é influenciada pela preferência da variável linguística, textual ou numérica, na apresentação das informações para análise, sendo a variável entendida como mais confiável àquela de sua preferência, apontando para a ocorrência no processamento das informações de *motivated sensitivity* e na mesma linha com os estudos de Ditto e Lopez (1992) e Dawson, Gilovich e Regan (2002). (Exemplo 24. A11 – trechos da metodologia e análise dos dados. Grifo nosso).

No exemplo acima, a quantificação do real visa à subjugação do outro, que se transforma em objeto de pesquisa; à validação do próprio experimento; à validação da interpretação dos dados aferidos a partir do experimento, pelo autor. Primeiro, é a quantificação do outro, os auditores fiscais, que permite que esse deixe de ser “outro” (no sentido ético) para o autor e se torne objeto, torne-se não mais “auditor”, mas “respondente”.

Assim, ao lado da inclusão do outro em classes genéricas, conforme identificamos anteriormente, a quantificação do outro é, também, um mecanismo de construção do objeto, de “morte do homem” e nascimento do “sujeito de pesquisa”. No artigo exemplificado, informa-se que foram 114 respondentes, mas, dentre esses, há aquelas respostas consideradas “válidas” e aquelas que, por um motivo informado pelo autor (respostas incompletas), são consideradas “não válidas” e desconsideradas na análise. Quantifica-se o percentual de respostas “não válidas” (“5,1% de dados perdidos em decorrência de respostas incompletas”), de forma que o leitor fique ciente de quantos foram os respondentes iniciais e quantos foram as respostas analisadas. O autor, *em um gesto de controle situacional*, distribui o objeto em grupos, conforme a preferência do auditor por informação numérica e textual. Essa distribuição é também quantificada (57, 4% preferem aquele tipo de informação, e 42, 6% esta). Por fim, detalha o objeto quanto ao traço “sexualidade” (63% do sexo masculino) e quanto à distribuição geográfica dos respondentes.

A quantificação serve, em um segundo momento, à validação do próprio experimento, uma vez que a análise estatística “válida” os dados quanto ao seu nível de confiança. Observemos que, verificada, pelo autor, a violação da normalidade estatística, testes adicionais são feitos (“Para corroborar os resultados encontrados com utilização da Anova com a violação da normalidade, foi realizado adicionalmente o teste não paramétrico de Wilcoxon-Mann-Whitney para amostras independentes”).

Por fim, a quantificação valida a própria análise do autor: são os dados estatísticos que justificam a forma como o autor “segmenta” os grupos iniciais em outros grupos (“Considerando a indicação estatística quanto à explicação da variância da confiabilidade em decorrência da preferência pela variável linguística, os grupos iniciais (1 e 2) foram segmentados por tipo de informação recebida e por preferência”), e essa segunda segmentação constitui, mais uma vez, *um gesto de controle da situação e de interpretação do autor*. Os números, por si só, não “representam” a pesquisa, no sentido de que ela não é “auto-interpretativa”: a pesquisa é resultado da forma como o autor interpreta os dados, distribuindo-os em grupos e interpretando a ocorrência de determinada variável.

Interessa-nos, também, observar como o autor controla, interpreta os dados do experimento em sua análise. No artigo citado acima, o autor, após uma primeira distribuição – auditores que preferem informações textuais *versus* auditores que preferem informação numérica –, segmenta esses grupos em: auditores que preferem informação textual e/ou numérica e receberam dados em conformidade com sua preferência. Essa segmentação segunda evidencia que o experimento está a serviço da dominação e do controle do autor. Na

pesquisa analisada, os auditores foram submetidos a um teste experimental por meio de software. Observemos um trecho da metodologia:

A partir da definição do problema, foi conduzido um experimento de campo observando as orientações de Smith (2003) e da Resolução nº 196 do Conselho nacional de saúde do Brasil (BRASIL, 1996). Mediante a exposição de dois grupos de auditores governamentais **aleatoriamente constituídos** a partir da manipulação experimental da variável linguística, **por meio de uma simulação de análise** que solicita o posicionamento do auditor quanto à adequação de uma justificativa apresentada por um órgão governamental X para aquisição de produtos, buscou-se coletar a variação na percepção de confiabilidade do grupo. (Exemplo 25. A11 – trecho da metodologia. Grifo nosso).

O autor, neste artigo, reforça que os participantes do experimento foram escolhidos aleatoriamente. Mostra como o experimento parece “isento”, seguindo protocolos e orientações de documentos oficiais. Busca, portanto, convencer o leitor quanto à lisura de todo o processo experimental, todo o cuidado que foi tido na realização desse processo para que os dados obtidos não fossem viciosos. No entanto, ao mesmo tempo em que ressalta toda a racionalidade, objetividade e lisura do experimento, o autor precisa agrupar as respostas, encontrar padrões, e, nesses atos de “busca” e de “agrupamento” revela seu domínio dos sentidos atribuídos aos dados.

A “estabilização” de uma realidade em devir de que falamos acima ocorre, sobretudo, pela tarefa interpretativa do autor, *por sua busca por padrões*. No artigo, buscam-se quantos auditores, que preferem dados numéricos e/ou textuais, receberam os dados de sua preferência na simulação experimental, e avalia-se qual é a confiabilidade do parecer desses auditores de acordo com o grupo a que cada respondente pertence.

Na estabilização do real, o autor, no artigo em análise, conforme constatamos acima, utiliza-se da quantificação estatística. A análise estatística serve, portanto, como “instrumental de estabilidade”. Nem todos os artigos experimentais de nosso *corpus* pautam-se tanto e com tanto cuidado em dados estatísticos como o A11. Mas todos se valem de pelo menos um aspecto do “simbolismo numérico”, no sentido definido por Cassirer (2011) para essa expressão (simbolismo numérico, ou simbolismo do número) e que foi apresentada nesta tese em capítulo anterior. Lembramos que esse autor (CASSIRER, 2011) argumenta que a ciência, em sua evolução, tendeu cada vez mais para o simbolismo do número. Este – o número – é *pura relação* e rompe definitivamente com o mundo físico-sensorial, pertencendo, portanto, ao mundo simbólico. Ao apresentar gráficos, tabelas, o autor de um artigo busca relações entre variáveis, busca mostrar como determinada variável está em função de outra: a uma

situação de “dispersão” postula-se a *ordem relacional*³⁹. Vejamos, ainda no A11, como o autor apresenta seus dados:

FIGURA 3

Tabela 1 - Confiabilidade média

Informação recebida para análise	Preferência	Grupo segmentação	Quantidade	Confiabilidade média
Textual	Textual	A	21	4,05
Númerica	Textual	B	41	3,38
Textual	Númerica	A	25	4,40
Númerica	Númerica	B	21	4,90

Fonte: Dados da pesquisa.

Fonte: Sousa, Paulo e Silva (2013, p. 43)

Por meio da tabela acima, retirada do A11 em análise, o autor sintetiza todo o experimento e conjuga os dados aferidos à sua interpretação. Todos os respondentes são agora designados da forma mais genérica e impessoal possível: estão incluídos em um grupo segmentado que é identificado por um símbolo alfabético (“A” e “B”), mas que poderia ser identificado por qualquer outro símbolo (Grupo 1 e 2, por exemplo). Há, portanto, um grau de “despersonalização” progressivo daquele que se torna objeto de pesquisa.

A tabela mostra como os dados estão em relação: quantos receberam informação “x” (numérica ou textual) e preferiam esse ou aquele tipo de informação e a confiabilidade média do parecer de cada grupo. Os auditores foram escolhidos aleatoriamente e revelam um padrão de comportamento, isto é, a confiabilidade maior daqueles que recebem informação numérica e preferem esse tipo de informação. Há, pois, o estabelecimento de uma situação relacional entre “preferência do grupo”, “tipo de informação recebida” e “confiabilidade do julgamento do grupo”. Nessa situação de relações puras, não importa quem é o grupo “A” ou “B” empiricamente, mas como A e B correlacionam variáveis. Se A e B, em algum momento, lembravam ou aludiam a seres de um mundo físico (auditores, pessoas etc), na tabela passam a ser pura relação, segundo o simbolismo numérico.

Considerando que todos os artigos de nosso *corpus* apresentam, em algum momento (principalmente na análise dos dados, quando, parece-nos, o autor caminha em direção a um máximo simbolismo), algum tipo de tabela ou outro instrumental que busca correlacionar os dados a variáveis, conjugando a “dispersão” a uma situação relacional, é possível argumentar que o gênero “artigo experimental” condensou esse valor em sua própria estrutura: o valor do simbolismo numérico para representar, sintetizar o experimento, o objeto, os dados etc.

³⁹ Retornaremos essa questão no próximo capítulo.

6.3 Conclusão

Após os vários exemplos apresentados e analisados acima, voltamos à pergunta posta no início deste capítulo: qual é a forma arquitetônica do artigo experimental? Para respondê-la, no entanto, é preciso reforçar: quem é o autor? Quais valores foram por ele recortados e como os foram? Quem são, para o autor, o leitor e o “herói” e como eles se relacionam?

Se, na arte plástica, o autor tem uma visão épica do mundo, retrata seu herói de forma elevada: ao fundo do herói estende-se uma paisagem que parece pequena perante a grandeza do homem. O olhar do herói estende-se ao infinito, não se fixa propriamente em um ponto acessível ao contemplador. O autor propõe ao contemplador (sempre são propostas alianças com o contemplador/leitor/ouvinte) que olhe “de baixo” o herói, pois este, com sua imponência, está acima deles. A paleta de cores utilizada deve, também, engrandecer o homem e destacá-lo da paisagem: esta pode parecer uma massa homogênea de onde surge o herói. O material e a forma servem, pois, ao projeto enunciativo.

É preciso tentar ver o que o autor olha. E, ao fazê-lo, estaremos sempre em uma “tentativa”, pois a visão do outro, sendo sempre singular, nos é inacessível no sentido exato de onde brota. Mas o olhar do autor é sempre o ponto de partida. Devemos ver para onde ele aponta, o que recorta.

Para tratar da forma arquitetônica é preciso, ademais, ver a forma composicional como condensação de valores, conforme afirmamos anteriormente. O que “a contenção de emoções”, o tom pausado, lento, metódico, a divisão do artigo em seções, o detalhamento e a racionalidade dos experimentos nos podem dizer? Qual é o valor da ciência que se materializa nessa forma? A essas duas últimas perguntas, com base nos vários exemplos analisados nesta seção, respondemos: O valor da pretensão ao domínio do mundo, do mundo da natureza e do mundo humano. Domina-se o mundo com o auxílio do experimento. A arquitetura do artigo é a evidência ou prova experimental. Aqui, não se aceita a dispersão. Tudo deve pertencer a uma ordem simbólica.

Nessa tarefa que visa ao domínio do mundo da natureza e do homem, o autor precisa subjugar o “herói”, para que este se torne “coisa”, objeto de pesquisa, para que “não exista personagem”, nem em potencial. Os objetos que não fazem qualquer referência a algo humano – a água para abastecimento humano, as rodofíceas etc. – tornam-se objeto na mesma proporção em que o autor se torna sujeito: são objeto à medida que se tornam “algo” a ser

conhecido pelo autor; são, portanto, objetos em relação a uma consciência que recorta um aspecto a ser estudado, manipulado experimentalmente e, então, apresentados a outra consciência – a consciência do leitor.

Quando, por outro lado, se está diante de algo eminentemente humano, quando o homem é a fonte de onde se recorta algo a ser estudado, o objeto não se torna objeto na mesma proporção em que o autor se torna sujeito: é necessário, antes, que ocorra a morte do homem, que ele se torne “um corpo sem alma”, passível, portanto, de segmentação, de recorte – a análise da resistência de músculos eretores durante a realização de exercícios de resistência –; de desvinculação de sua fala com seu próprio corpo, para que se possa, por exemplo, estudar o processamento de pronomes referenciais; de desvinculação do comportamento com o próprio homem, para que se possa, conforme analisamos acima, julgar a confiabilidade de auditores fiscais que recebem informações compatíveis ou não com sua predileção

O valor da evidência experimental impõe ao experimento alguns princípios. O experimento deve obedecer a um rigor extremo, seguindo protocolos já validados pelos pares. Os dados experimentais devem ser submetidos a um controle que, muitas vezes, impõe a necessidade de pré-testes. Minúcias do processo experimental são descritas ao leitor, que parece perscrutar, com seu próprio olhar, o laboratório onde ele pode nunca ter estado. Por fim, a ética da ciência aparece como um princípio que, se não seguido à risca, pode invalidar toda a pesquisa. Assim, informa-se que os participantes foram voluntários (nos casos de pesquisas com seres humanos), que eles assinaram termos dos mais diversos, que a pesquisa foi analisada e liberada por determinado comitê de ética.

O experimento representa o máximo controle do autor, consciência que reclama sua soberania. O experimento valida as constatações do autor, valida sua tese, que precisa ser defendida, pois, caso seja de antemão rechaçada, não há sequer razão para a publicação do estudo. Todavia, o autor parece temer não apenas que o experimento seja questionado quanto a seu rigor e cuidados éticos; parece temer que a própria realização daquele experimento seja problematizada. Seu medo maior – o medo que invalidaria todo o estudo experimental – é o de que se afirme que o mundo não é o laboratório, esse espaço que conjura a dispersão. Encontramos, então, em nossos dados, explicações como a que segue abaixo:

Devido à natureza do estudo realizado, **um experimento controlado, sua relevância para o mundo real está sempre sujeita a questionamentos, não devendo os resultados ser generalizados para outros segmentos da população. Essa é uma limitação que deve ser ressaltada. Limitações**

próprias desse tipo de estudo podem ser supridas por futuras pesquisas, como as decorrentes da demonstração dos efeitos do tratamento e diferenças entre grupos de tratamento e as decorrentes da própria natureza comportamental da análise e da influência de fatores diversos no julgamento, como, por exemplo, as questões culturais, que devem ser consideradas na condução da interpretação dos resultados. (Exemplo 26. A11 – Trecho final da conclusão. Grifo nosso).

O trecho acima evidencia que o experimento, por meio de um ambiente controlado, procura o domínio do mundo. Mas, de fato, esse ambiente controlado não existe “naturalmente”: é uma construção artificial. A limitação do controle experimental para prever algo tão complexo como o comportamento humano pode, porém, ser superada por meio de “experimentos adicionais”, “pesquisas adicionais”. As pesquisas futuras, que suprimirão as limitações da própria pesquisa apresentada, são elos que continuam a corrente dialógica do artigo, e que mostram o não acabamento do domínio cognitivo.

Em síntese, a partir das análises acima expostas, concluímos que a arquitetônica do gênero refere-se à dominação do mundo – o “mundo humano”, “social”, “natural” etc – através da *evidência experimental*. Essa forma arquitetônica representa um “recorte” no qual dois participantes são obrigatórios: o sujeito, enquanto consciência que impõe sua soberania, e o objeto, algo inconsciente de si, impossibilitado de existir eticamente. Assim, estabelece-se um evento em que “não há herói”, conforme postula Bakhtin (2003).

7 UMA HISTÓRIA EM TRÊS ATOS: A FORMA COMPOSICIONAL DO GÊNERO “ARTIGO EXPERIMENTAL”

7.1 Introdução

Este capítulo atende ao quarto objetivo específico traçado nesta tese, qual seja: *Analisar a forma composicional do gênero, considerando a relação autor-leitor como duas consciências verboideológicas em interação*. Para analisar a forma composicional do gênero, delineando-se, em consequência, os aspectos estilísticos mobilizados, buscamos entender como são estabelecidas as alianças entre as duas consciências que interagem tensamente no evento, e como o autor olha para seu objeto. Toda nossa análise decorre da percepção dessas “alianças”.

A partir dessa percepção, constatamos três momentos principais no gênero. Um momento no qual o autor parece convidar o leitor a “assistir” ao seu experimento, assumindo um nuance persuasivo; um segundo momento, no qual o leitor parece ter aceitado o convite, e, assim, o autor pode deslocar um pouco sua atenção do leitor e “olhar” diretamente para seu objeto, submergindo no mundo experimental; um momento final, mais tenso, em que o autor sente questionamentos de seu leitor. Dessa forma, postulamos que a forma composicional do gênero desenrola-se em “três atos”, que serão analisados adiante.

7.2 Primeiro ato

7.2.1 O tom

No capítulo 3, ao tratarmos dos textos nos quais Bakhtin aborda questões relativas à ciência, afirmamos que, segundo o filósofo, há dois extremos na apreensão do objeto: a coisificação e a personalização (BAKHTIN, 2003, p. 407). A personalização pressupõe a assunção da relação constitutiva do *eu* e do *outro*, e, em decorrência, pressupõe do pesquisador que se escutem as vozes que dialogizam o objeto, que o envolvem em uma “vibração”, em uma “musicalidade”, em um coro⁴⁰. Admitimos, pois, que uma análise

⁴⁰ “O texto – impresso, manuscrito ou oral = a gravado não se equipara a toda a obra em seu conjunto (ou ao “objeto estético”). A obra é integrada também pelo seu necessário contexto extratextual. É como se ela fosse envolvida pela música do contexto axiológico-entonacional, no qual é interpretada e avaliada (é claro que esse

dialógica é, antes de tudo, *um processo de ausculta* – um processo por meio do qual se busca entender a vibração que envolve e se condensa no objeto. Nosso exemplo – bastante simplificado e aqui, nesta tese, já repetido – da musicalidade que envolve um anúncio publicitário fictício, cheio de exclamações que condensam o valor da euforia capitalista, ilustra, evidentemente, um extremo. Esse mesmo anúncio, todavia, poderia adquirir outra forma: poderia, ao invés de apelar à euforia, envolver o leitor em um “tom suave”, um tom sensorial, condensar em si o valor do desejo. Outras notas ressoariam nesse novo anúncio fictício, mas o valor substancial da necessidade capitalista (coisas são objetos de desejo! É necessário adquiri-las!) estaria pressuposto.

Consideramos que um passo importante – senão decisivo – na análise consiste na apreensão do “tom” que ressoa nos textos. Em nosso exemplo fictício: por que o primeiro anúncio apela ao tom agudo? Por que cada nota que ressoa parece dizer: “Compre! Compre! Corra e compre!” Por que o segundo anúncio fictício não se utiliza nem do tom grave, nem do agudo, não busca os extremos, busca um tom “moderado”, mas igualmente passa a ideia de que a felicidade está atrelada à aquisição do produto? Uma análise do público a que se destina, da classe socioeconômica, revelaria, nesse exemplo, um direcionamento do primeiro anúncio a um público mais jovem, a uma faixa etária que se enleva nas paixões imediatas, ao passo que o segundo revelaria um direcionamento a um público mais adulto, mais velho, que não se sente tanto afeito à euforia, mas que igualmente atrela a felicidade a aquisições materiais.

Estamos – repetimos – propondo um exemplo facilitado. Nosso propósito, porém, é o de afirmar que é necessário, *a priori*, lançar certas perguntas, que nos possibilitarão auscultar o tom a partir do qual o texto ressoa. Uma música mais longa poderá ter variações. Poderá começar grave e ter até mesmo mudanças bruscas, para os tons mais agudos (as composições do húngaro Liszt são exemplo). Então, busca-se, primeiro, ao se analisar um texto mais longo, verificar se há “variações”, por mais sutis que elas possam parecer, pois essas variações são significativas e compõem o “todo” do texto.

O artigo experimental é pausado, lento, detalhado – mas o texto sofre variações em conformidade com a relação que é estabelecida entre o autor e o *outro* que povoa sua consciência. Cabe-nos, como analista, auscultar o tom e elucidar, também, o aparato técnico que é utilizado para construir essa variação.

contexto muda conforme as épocas da percepção, o que cria uma nova vibração da obra)”. (BAKHTIN, 2003, p. 406).

Qual é o tom da introdução? Qual é o fundo dialogizante? Que notas ressoam? O tom da introdução não é o mesmo da metodologia. Não estamos falando de uma simples mudança da exposição – exposição de um problema, proposição de um objetivo – para a descrição de procedimentos. Evidentemente, a introdução parece ser o momento da exposição⁴¹; a metodologia, da descrição. Mas, entre uma parte e outra do artigo há mais que uma mudança de traços textuais e estruturas linguísticas: há uma mudança no *tom* – mudança condicionada pela percepção do ouvinte, pelo acolhimento do outro. O outro me faz perguntas, elas dialogizam minha consciência – esta, minha consciência, é um coro de vozes. Na introdução, me interroga o leitor: por que você fez essa pesquisa? Já não há pesquisas suficientes sobre esse tema? Por que continuaria eu lendo mais dez, quinze páginas sobre essa temática? E o que você sabe sobre esse assunto? (a resposta para essa última pergunta encontra-se na revisão bibliográfica, presente em alguns artigos, ausente em outros). A presença ou ausência de certas informações, cremos, dá-se em função da presença ou ausência dessas “perguntas” do leitor que dialogizaram a consciência do autor. O que devemos encontrar no gênero, a fim de descrevermos sua forma composicional, não são meros traços textuais ou estruturas linguísticas (embora também as consideremos na análise); *devemos, antes, encontrar as perguntas que foram feitas*; as perguntas que ressoaram em uma consciência e tomaram a forma de respostas.

Ao encontrar essas perguntas, propusemos as categorias que ora se apresentam – o “tom”, a relação “eu-outro” (autor, leitor e outros pesquisadores que precedem o autor) e a relação “eu-objeto” (autor e objeto de pesquisa). Esclarecemos que essas categorias estão completamente entrelaçadas, o que torna difícil separá-las ou mencionar uma sem adentrar outra. Todavia, as categorias são aqui expostas separadamente porque são solicitadas por este gênero ao qual nos submetemos (são solicitadas pela consciência de nosso outro, que, a todo momento, nos desafia, nos pede exemplos e nos diz que não está suficientemente convencido de nossas ideias).

Assim, segmentando a análise, pode-se afirmar que a introdução do gênero “artigo experimental” tem um tom “professoral”, caracterizado por traços textuais expositivos, mas, em meio a esse tom, há outras notas que insurgem, um tom persuasivo, que tenta “vender” o produto exposto (o objeto de pesquisa). Vejamos.

⁴¹ Conforme mostraremos adiante, a introdução cumpre mais o papel de *justificativa*, perante o leitor, da realização da pesquisa, e de *convencimento* da importância do tema.

O tom professoral é dado pela cadência de definições técnicas, paráfrases e exemplos, bem como pela temporalidade inscrita quase sempre no presente ou em um pretérito com valor de presente:

De acordo com Skinner (1969), **regras são** estímulos especificadores de contingências e exercem controle como estímulos discriminativos, fazendo parte de um conjunto de contingências de reforço. **Ou seja**, são estímulos que podem especificar o comportamento a ser emitido (a forma, a frequência e a duração do comportamento), as condições sob as quais ele deve ser emitido (quando e onde o comportamento deve ocorrer), e suas prováveis conseqüências (o que poderá acontecer se a regra for seguida). **Por esta definição**, instruções, avisos, conselhos, ordens, leis **seriam exemplos** particulares de regras, uma vez que todos podem descrever contingências e funcionar como estímulos discriminativos (Albuquerque & Ferreira, 2001).
(Exemplo 27. A15. Destaque nosso)

A usinagem por eletroerosão, ou usinagem por descargas elétricas, ou EDM (Electrical Discharge Machining), **é um processo** indicado na usinagem de formas complexas em materiais condutores elétricos, especialmente aqueles de alta dureza, difíceis de serem usinados por processos tradicionais. **Suas maiores aplicações são:** fabricação de matrizes para estampagem, forjamento, fieiras para trefilação, extrusão, moldes de plástico, e mesmo na afiação de ferramentas ultraduras (CBN e PCB) para atender aos processos tradicionais de usinagem ou para o setor de ferramentaria em geral (RODRIGUES et al., 2008). (Exemplo 28. A5. Destaque nosso).

Este artigo investiga o fenômeno da superregularização morfológica presente na fala infantil nas idades entre 3 e 5 anos, no que diz respeito à aquisição dos morfemas flexionais verbais no português brasileiro (PB). **Entende-se por superregularização** o fenômeno pelo qual as crianças aplicam regras morfológicas flexionais de verbos regulares às raízes dos verbos irregulares, produzindo formas não observadas na fala do adulto. (Exemplo 29. A10. Destaque nosso).

Neoplasias são desordens do crescimento e da diferenciação celular que se manifestam como tumores formados por uma massa de células atípicas, resultantes de uma série de mudanças bioquímicas no ambiente celular. (Exemplo 30. A15. Destaque nosso).

Nos exemplos acima, retirados das primeiras linhas de quatro artigos diferentes, vemos definições do tipo “x é y” (“Neoplasias são desordens...”/ “Regras são estímulos” etc.), paráfrases explicativas (“ou seja”) após definições, especificações, caracterizações do elemento definido (“Suas maiores aplicações são...”), exemplificações (“seriam exemplos”). Essas definições e exemplos dão ao texto uma cadência explicativa, por meio do qual uma só voz – a voz do autor – domina a interação.

Obviamente, conforme se percebe no exemplo 27, há a menção a outra voz para se apresentar a definição de um termo-chave da pesquisa (“De acordo com Skinner (1969)”). A menção ao outro pode levar a crer que o autor transfere a responsabilidade do que afirma a terceiros, eximindo-se de sua dominação. Todavia, o outro – autoridade na área, referência “clássica” – é utilizado para conferir ainda mais credibilidade à fala do autor, devido ao peso, à força de sua representação como referência na ciência. “Skinner (1969)” definiu “regras”, mas o autor apropria-se dessa definição, coordena a forma de apresentá-la, sente-se à vontade para reelaborá-la por meio de uma paráfrase (“Ou seja, são estímulos que podem...”), bem como para apresentar exemplos do que seriam “regras”, com base em outros autores que também leram Skinner (“Por essa definição... seriam exemplos... (Albuquerque & Ferreira, 2001)”).

É interessante observar que os autores que leram Skinner, e que não são clássicos na ciência como esse autor, são apresentados entre parênteses, no fim dos exemplos, em uma mera referência que confere créditos ao outro, ao passo que Skinner é alçado à posição de destaque, no início da introdução do artigo, evidenciando que há pesos diferenciados de importância ao outro que é utilizado para construção do texto – e a coordenação, a atribuição de pesos ou valores diferenciados a essas outras vozes reforça a dominação do autor.

No exemplo 28, a definição-chave da pesquisa é apresentada de forma a ressaltar ainda mais essa dominação (“entende-se por *superregularização*”), não havendo qualquer referência a um outro que possa ser considerado “clássico” na área, e sendo utilizado um verbo de atividade cognitiva (“entende-se”).

Ressaltamos que todos os exemplos foram retirados das primeiras linhas da introdução dos artigos, e o momento da aparição dessas definições, exemplos e paráfrases, que conferem ao texto um tom professoral, é significativo. Lembramos que, no terceiro capítulo desta tese, ao tratarmos do simbolismo da ciência segundo Cassirer, mostramos que, para esse autor, a ciência busca muito mais que semelhanças entre os fenômenos, ela busca a ordem. Em busca dessa ordem preterida, desenvolve princípios de classificação, os quais, no simbolismo científico, diferem-se dos princípios de classificação da linguagem comum, e traça relações abstratas entre os fenômenos. Lembramos, ainda, que Cassirer (2012) afirma ser todo sistema classificatório científico “artificial”, isto é, não é uma propriedade inata da coisa, pois a natureza em si contém apenas dispersão. A classificação é um imperativo, portanto, para a ciência, já que essa não pode conviver com a dispersão de um mundo em devir.

As definições categóricas (“regras são x”/ “entende-se por *superregularização* y”/ “neoplasias são z”) são mais recorrentes na introdução que nas demais seções do gênero, pois

são o marco inicial da instauração do mundo simbólico da ciência. No capítulo 4, insistimos na necessidade de se descrever em que momento do artigo (introdução, metodologia etc) são apresentados os exemplos, uma vez que, ao analisarmos diferentes artigos, conforme aqui defendemos, percebemos mudanças no tom (de um tom mais professoral e com nuances persuasivos, na introdução, para um tom menos apreensivo na metodologia, conforme mostraremos adiante), e são precisamente essas mudanças que nos vão delineando a forma composicional do gênero.

As definições, ao serem apresentadas, geralmente, logo nas primeiras linhas da introdução dos artigos, propõem um “contrato” entre autor-leitor: situemo-nos nesta coordenada – a coordenada simbólica da ciência. No exemplo 30, por exemplo, há a definição do que é “neoplasia” em um artigo de Bioquímica escrito para especialistas. É pouco provável que o leitor da área não saiba o que é uma neoplasia (câncer), já que essa é uma informação básica, elementar. Assim, as definições, na introdução, teriam a função precípua de instanciação do evento cognitivo, bem como a função de estabelecer os conceitos de base sobre os quais o experimento será orientado. Ademais, coordenam o desenvolvimento das ideias a serem posteriormente apresentadas. Vejamos, a título de exemplificação, um pouco do desenvolvimento da introdução do artigo do exemplo 30 acima (A14):

Neoplasias são desordens do crescimento e da diferenciação celular que se manifestam como tumores formados por uma massa de células atípicas, resultantes de uma série de mudanças bioquímicas no ambiente celular(4).

A fim de mapear alterações específicas que ajudem o entendimento da **progressão dos tumores**, diversos trabalhos têm utilizado histoquímica e imuno-histoquímica de proteínas relacionadas a certas lesões tumorais(14, 19, 49).

As galectinas vêm sendo largamente utilizadas como ferramentas imuno-histoquímicas para descrever alterações na superfície das células tumorais. Essas alterações são associadas ao crescimento de células tumorais na indução de apoptose ou metástase. (Exemplo 31. A14. Três primeiros parágrafos da introdução. Grifo nosso).

A introdução acima inicia-se com a definição elementar, já citada, do que seria “neoplasia”. Instancia-se, assim, o evento cognitivo, no qual uma “tumoração” precisa ser definida, precisa ser classificada segundo princípios gerais da ciência e seu simbolismo (“massa de células”/“diferenciação celular”). Ao mesmo tempo em que o evento cognitivo é instanciado, o objeto de discurso “neoplasia” é introduzido, de forma ampla. No segundo parágrafo, delimita-se mais o objeto: no universo das neoplasias, busca-se entender a

progressão tumoral. E, por fim, de forma mais específica, o autor mostra seu foco em um aspecto envolvido na progressão dos tumores (as galectinas, uma proteína associada à tumoração de próstata).

Esta seria, portanto, a dupla tarefa das definições: uma tarefa discursiva (instanciação do evento) e outra textual (coordenação das ideias tecidas adiante, por meio da proposição de um tema geral e de subtemas que se vão sucedendo).

Na introdução dos artigos, o tom professoral, segundo afirmamos acima, é um tom autoritário, que define, classifica, a partir da escolha dos verbos e dos tempos verbais mais adequados, segundo o projeto enunciativo do autor, para reportar-se ao outro (as pesquisas que antecedem a sua). Vejamos mais detalhes do A15:

De acordo com Skinner (1969), **regras são** estímulos especificadores de contingências e exercem controle como estímulos discriminativos, fazendo parte de um conjunto de contingências de reforço.

(...)

A partir dessas proposições iniciais de Skinner, **vários autores** (...), na análise experimental do comportamento, **começaram a comparar** o controle por regras com o controle por contingências sobre o comportamento humano, em esquemas de reforço. Por exemplo, **Lippman e Meyer (1967) expuseram** humanos adultos a um esquema de FI 20 s e **observaram** que os participantes que haviam sido expostos a instruções que especificavam que o reforço estaria disponível de acordo com um esquema de FI, apresentaram baixa taxa de respostas e a curva típica de FI. Já os participantes que foram expostos a instruções que especificavam que o reforço estaria disponível de acordo com um esquema de razão, apresentaram um padrão de taxa alta de respostas; e os participantes que foram expostos apenas a instruções mínimas apresentaram ou um padrão de taxa alta ou um padrão de taxa baixa de respostas.

Weiner (1970) encontrou resultados similares quando expôs humanos adultos a um esquema de FR 10, no qual podiam receber até 700 reforços, seguido de 2 horas de extinção.

(...)

Os resultados destes estudos sugerem que regras podem interferir na adaptação do comportamento não-verbal humano às contingências de reforço. (Exemplo 32. A15. Trechos da introdução. Grifo nosso).

Há uma nítida hierarquia no peso das vozes reportadas, segundo já mencionamos brevemente. Skinner é trazido pelo autor como voz com mais importância que as demais, e isso se torna evidente não apenas pela apresentação daquele autor – de Skinner – primeiramente no texto, mas também pelo tempo verbal utilizado para “recontar” a história das pesquisas. A menção a Skinner está no presente atemporal (“De acordo com Skinner (1969, regras são)”), o presente da “verdade categórica”, a verdade assumida pelo autor. Os

outros autores que realizaram experimentos com base em Skinner (“vários autores (...) começaram a comparar...”) têm suas histórias recontadas no passado (“Lippman e Meyer (1967) expuseram humanos adultos” / “Weiner (1970) encontrou resultados similares quando expôs humanos adultos”). O tempo verbal presente imprime aproximação, ao passo que o passado implica maior distanciamento. Assim, Skinner passa a ser o “marco inicial” a partir do qual os outros realizam seus experimentos.

O tom professoral é o tom de uma voz se impondo, instaurando o evento cognitivo. No entanto, na introdução dos artigos, ouvimos o autor não apenas apresentando definições, exemplos, trazendo pesquisas que exemplificam as definições postas, mas deixando-se “inquietar” pela consciência do leitor que parece questioná-lo (“por que você fez essa pesquisa?”, “Por que deveria eu continuar lendo este artigo?”). “Inquietado” pelos questionamentos, o autor argumenta acerca da importância do estudo desenvolvido e/ou do objeto selecionado. Vejamos:

A maior parte dos estudos sobre aquisição da linguagem investiga a aquisição de propriedades invariantes da língua. **São poucos os estudos** que tomam como objeto de pesquisa a aquisição de propriedades linguísticas variáveis, **apesar da relevante relação** entre aquisição da linguagem, variação e mudança linguística (Exemplo 33. A3. Trechos da introdução. Grifo nosso).

Os pavimentos intertravados de concreto (Figura 1) **se desenvolveram a tal ponto que** se pode afirmar não existir um nicho da engenharia que não tenha sido permeado por esse tipo de pavimento. (...) No início da década de 1980, **a produção anual já ultrapassava 45 milhões de metros quadrados**, sendo 66% deste total aplicados em vias de tráfego urbano. A indústria mundial de fabricação de blocos intertravados, no final da década de 1990, **chegou à impressionante** marca de produção de 100 m² por segundo durante os dias úteis de trabalho. (Exemplo 34. A7. Trechos da introdução. Grifo nosso).

A produção e a comercialização mundial de frutas encontram-se em uma **fase de grande expansão**, em função dos progressos tecnológicos atingidos em nível de produção e pós-colheita. Somam-se a estes fatores as mudanças no comportamento e hábitos alimentares da população. (...) **Ampla** uso do maracujá é feito por processamento comercial. (Exemplo 35. A8. Trechos da introdução. Grifo nosso).

As algas são organismos fotossintetizantes de **grande valor ecológico** e que são utilizadas pelo homem há décadas (LEVRING et al., 1969; GREENWELL; LAURENS, 2008; NEORI et al., 1998). A síntese de compostos conhecidos como polissacarídeos sulfatados (PS) tem despertado **grande interesse** nas indústrias de alimento (GLICKSMAN, 1983), farmacêutica (ATHUKORALA et al., 2006; FARIAS et al., 2001; FONSECA et al., 2008; PUSHPAMALI et al., 2008) e outros setores econômicos. (Exemplo 36. A13. Trechos da introdução. Grifo nosso).

Os processos lingüísticos que envolvem a utilização de pronomes estão entre os **mais freqüentes** no que diz respeito à compreensão da linguagem. A pesquisa descrita neste artigo investiga como indivíduos usam a informação estrutural durante a resolução da co-referência pronominal no escopo da sentença. **Poucos estudos** de processamento *on-line* têm investigado a atuação dos princípios estruturais da Teoria da Ligação (*Binding Theory*, CHOMSKY, 1986) para explicar o processamento que ocorre durante a resolução da co-referência de pronomes e anáforas (pronomes reflexivos) na compreensão de sentenças (...). Essas investigações têm apresentado **pontos de vista conflitantes** sobre como os indivíduos usam a informação estrutural na resolução da coreferência. (Exemplo 37. A10. Trechos da introdução. Grifo nosso).

No exemplo 33, o autor, para justificar o porquê da realização da pesquisa, afirma serem “poucos” os estudos que precedem o seu, revelando, assim, um valor subjacente à pesquisa, ou, ao menos, à pesquisa experimental: a necessidade de estudos em determinado número para se comprovar uma teoria ou hipótese. Por outro lado, podemos inferir também que, em uma área saturada por publicações e estudos dos mais diversos, a falta de estudos sobre determinado aspecto pode representar uma “novidade”. Ao ser apresentada como essa novidade, a pesquisa em questão evidencia um valor da esfera, que busca estudos diferenciais, desde que esses sejam consistentes com as regras, as normas, os pressupostos estabelecidos. O autor qualifica como “relevante” o objeto que quer delimitar (a aquisição de propriedades linguísticas variáveis). Apresenta essa qualificação como algo “dado”, isto é, como algo posto, não passível de questionamentos, pois poderia ter enunciado “apesar de *parecer* relevante a relação entre aquisição, variação e mudança...”, mas opta pela não modalização, para persuadir o leitor.

O exemplo 34 refere-se ao A7, no qual se propõe um experimento para avaliar a utilização de resíduos de pneus em pavimentos de concreto. O autor, no exemplo destacado, mostra como esse tipo de construção está “onipresente” na engenharia civil (“se pode afirmar não existir um nicho da engenharia que não tenha sido permeado por esse tipo de pavimento”). Qualifica como “impressionante” a produção de blocos de concreto, e, assim, confere ênfase ao enunciado.

O exemplo 35 também mostra a busca do autor por enfatizar o enunciado através de adjetivações (“grande expansão”, “amplo uso”). Da mesma forma, o exemplo 36, retirado do A13, que investiga experimentalmente as propriedades anticoagulantes de uma proteína encontrada em uma alga, ressalta a importância desses organismos por meio da adjetivação (“grande valor ecológico”, “grande interesse nas indústrias...”). Destacamos que a primeira

afirmação, retirada das primeiras linhas do artigo, combina a definição científica de “algas” (“as algas são organismos fotossintetizantes”) – instanciando o evento cognitivo – com a valoração do autor sobre esses organismos.

Por fim, no exemplo 37, como o autor propõe um experimento para avaliar o processamento de pronomes na compreensão de sentenças, enfatiza a utilização de pronomes como sendo o processo mais “frequente” na compreensão da linguagem. Essa valoração é apresentada de forma categórica: não há modalização, no sentido de se afirmar que “Os processos lingüísticos que envolvem a utilização de pronomes *parecem estar / podem estar* entre os mais frequentes...”⁴². Nesse exemplo, após apresentar seu objeto (“A pesquisa descrita neste artigo investiga como indivíduos usam a informação estrutural durante a resolução da co-referência pronominal no escopo da sentença”), o autor argumenta serem “poucos” os estudos que se debruçam sobre o aspecto a ser estudado, evidenciando, assim como no exemplo 33, o *valor da diferenciação da pesquisa*. Em seguida, ao qualificar os resultados das “poucas” pesquisas disponíveis como “conflitantes”, depreendemos que o conflito em resultados experimentais é algo indesejável, mas, ao mesmo tempo, funciona como motivo para que novos experimentos sejam propostos, de forma a solucionar os resultados conflitantes apresentados.

Os exemplos acima levam-nos a ratificar que a introdução do artigo experimental alterna e combina um tom professoral, de definições, exemplos, referências a outras pesquisas, com nuances persuasivos, semiotizados por advérbios e adjetivos principalmente. Nessa alternância e combinação, o autor busca responder a uma pergunta principal, posta por seu leitor: “por que você fez este estudo?”. O leitor também diz: “apresente-me sua proposta”. A introdução é uma reação-resposta a esse questionamento e a esse pedido do leitor. Quando o autor sente mais o questionamento, tende a ser mais persuasivo, enfatizar o objeto, as outras pesquisas já realizadas etc. Se o autor sente mais o pedido (“apresente-me sua proposta”), tende a ser mais expositivo. Todas as suas palavras “nascem”, “brotam” em reação ao modo como sente e percebe o leitor.

Assim, cremos que, diferentemente dos estudos que mais representatividade têm na análise de artigos acadêmicos, os quais propõem-se a desenvolver modelos estruturais, definindo esquemas textuais para descrever o gênero (por exemplo, o modelo CARS, citado no capítulo 4), é imprescindível não apenas olhar a recorrência de certos traços textuais e/ou

⁴² Insistimos na pouca presença de modalizações na introdução, para, em seguida, compararmos como o autor, nas últimas seções do artigo (resumos, conclusões, conforme discutiremos adiante), modaliza seus enunciados, o que evidencia que a relação *autor-leitor* sofre variações ao longo do texto.

linguísticos, mas tentar entender que perguntas foram postas pelo leitor, como o autor sente essas perguntas e a elas reage. Os modelos estruturais, além de “engessarem” o texto, nem sempre conseguem abarcar os diferentes modos por meio dos quais o autor reage a seu leitor.

Considerando que cada palavra do autor é uma reação-resposta a seu(s) outro(s), vejamos, no próximo subtópico, como ocorre a relação autor-leitor-outros autores na introdução do gênero.

7.2.2 O *Eu* e o *Outro*: batalha de consciências

A forma composicional do gênero é, em grande medida, moldada pela percepção e pela forma como o autor estabelece “alianças” com seu leitor – aquele que o acompanha e o sucede na cadeia dialógica – e com os outros que antecedem seu enunciado – outros autores, outras pesquisas que são citadas, resenhadas etc. Analisemos, então, a relação do autor com seus “outros”.

7.2.2.1 O *outro* que me sucede e que me acompanha: meu leitor

Volóchinov (2017, p. 244), ao tratar de problemas sintáticos relacionados à compreensão do enunciado concreto, apresenta-nos relevante reflexão sobre a natureza do parágrafo:

Se penetrássemos mais profundamente na essência linguística dos parágrafos, nos convenceríamos de que em alguns traços essenciais eles são análogos às réplicas de um diálogo. É como se fosse um *diálogo enfraquecido que passou a integrar um enunciado monológico*. **A percepção do ouvinte e do leitor, bem como das suas reações possíveis, fundamenta a divisão do discurso em partes que, na linguagem escrita, são designadas como parágrafos.** Na medida em que enfraquece a percepção do ouvinte e a consideração das suas possíveis reações, nossa fala será mais indivisível, no sentido da paragrafação. Os tipos clássicos de parágrafos são: perguntas e resposta com seus complementos (quando a pergunta é feita pelo próprio autor e ele mesmo responde); a antecipação de possíveis objeções; a revelação no próprio discurso de contradições e absurdos aparentes etc. etc. (VOLÓCHINOV, 2017, p. 244. Destaques em negrito nossos; em itálico, do autor).

O trecho acima é elucidativo para entendermos como o autor vai moldando seu discurso, dividindo-o em partes, conforme sente seu leitor. A tese exposta acima, a nosso ver,

aplica-se muito bem a gêneros pertencentes ao domínio cognitivo ou ético, como o gênero que aqui estamos analisando. A partir da leitura de Volóchinov, começamos a postular que o mais importante para entender a forma composicional do gênero “artigo experimental” seria tentar buscar as perguntas que foram feitas ao autor por seu leitor. Assim, chegamos à conclusão, após a análise dos dados, que, na introdução, a pergunta central a que tenta responder o autor, conforme já afirmamos anteriormente, não é propriamente “o que foi pesquisado?”, mas “por que você fez essa pesquisa?”. Buscamos compreender como os autores, parágrafo por parágrafo, respondiam a essa pergunta e quais eram suas respostas. O quadro abaixo sintetiza as respostas encontradas:

QUADRO 10

TÍTULO	LEGENDA PARA IDENTIFICAÇÃO	RESPOSTA À PERGUNTA CENTRAL DA INTRODUÇÃO: Por que você fez esta pesquisa?
Alterações de linguagem nas fases iniciais da doença de Alzheimer	A1	Para analisar um aspecto afetado pela doença de Alzheimer (linguagem) que não recebe tanta atenção quanto as alterações na memória recebem - ênfase no aspecto <u>diferencial</u> do estudo.
Análise parasitológica da água de abastecimento do município de Nova Serrana – MG	A2	Porque há <u>falhas</u> no controle da fiscalização da água para abastecimento humano.
Ora está, ora não está: input variável e aquisição da flexão verbal de 3ª pessoa do plural do PB	A3	Porque são <u>poucos</u> os estudos que investigam a aquisição de propriedades linguísticas variáveis nos estudos sobre aquisição da linguagem.
Aquisição da morfologia flexional verbal em português brasileiro – um estudo com dados de compreensão	A4	Para <u>provar</u> que a criança tem sensibilidade aos morfemas flexionais. Portanto, segmenta as palavras no processamento linguístico, <u>ao contrário do que afirmam as teorias não-decomposicionais</u> – ênfase na <u>contraposição a uma teoria específica</u> .
Análise da topografia da superfície usinada por descargas elétricas do aço-rápido ABNT M2	A5	Porque há <u>poucas</u> pesquisas na área.
Aversão alimentar condicionada no controle	A6	Para solucionar um <u>problema empírico</u> detectado (ingestão de

de surtos de intoxicações por <i>Ipomoea carnea</i> subsp. <i>_istulosa</i> e <i>Turbina cordata</i> em caprinos		plantas tóxicas pelo gado em uma região do Brasil), por meio de um experimento já realizado em outras regiões – <i>ênfase na solução de um problema empírico.</i>
Análise experimental de blocos intertravados de concreto com adição de resíduos do processo de recauchutagem de pneus	A7	Para avaliar a possibilidade de se utilizar resíduos de pneus em blocos de concreto – <i>ênfase em um problema empírico.</i>
Comparação entre centrifugação e microfiltração na clarificação do suco tropical de maracujá	A8	Para comparar duas técnicas (e comprovar experimentalmente qual é a melhor) utilizadas na clarificação do suco de maracujá – <i>ênfase no problema empírico.</i>
De macrocontingências a metacontingências no jogo dilema dos comuns	A9	Para comprovar experimentalmente evidências advindas de estudos anteriores.
Processamento da co-referência intra-sentencial em português brasileiro	A10	Para avaliar <i>evidências advindas de estudos prévios</i> , com outro objeto: busca-se verificar se o processamento da correferência intra-sentencial em português brasileiro ocorre de forma similar ao processamento desse aspecto na língua inglesa (ou seja, há estudos já realizados no inglês, mas não no português), e, assim, <u>ratificar experimentalmente a teoria da universalidade dos processos cognitivos.</u>
A linguagem faz diferença? Um exame experimental sobre <i>motivated sensitivity</i> no julgamento do auditor Governamental brasileiro	A11	Porque são <i>poucos e limitados</i> os estudos sobre julgamento e linguagem na emissão de pareceres de auditores governamentais.
Análise de parâmetros de força e resistência dos músculos eretores da espinha lombar durante a realização de exercício isométrico em diferentes níveis de esforço	A12	Para comprovar experimentalmente <i>evidências fornecidas teoricamente</i> : há estudos que mostram relação entre força e resistência dos músculos eretores da espinha lombar e a dor lombar. O experimento visa comprovar a evidência apresentada em estudos prévios.
Heparinoides naturais isolados de rodofíceas (<i>Halymenia</i> sp.) arribadas na costa cearense	A13	Para comprovar experimentalmente evidências encontradas na literatura sobre a presença de polissacarídeos

		sulfatados em uma espécie de rodofíceas.
Galectina-3 em tumores de próstata: imuno-histoquímica E análise digital de imagens	A14	Como há <u>poucos trabalhos</u> que demonstram a eficiência do emprego da técnica adotada na marcação de lesões tumorais de próstata, realiza-se um experimento para validar a técnica.
Análise dos Efeitos de Histórias de Variação Comportamental sobre o Seguimento de Regras	A15	Para comprovar experimentalmente evidências fornecidas pela literatura. O autor procura <u>replicar um experimento para avaliar certas variáveis</u> .

Fonte: Elaboração própria.

Esclarecemos que as “respostas” apresentadas no quadro acima foram por nós elaboradas, pois estão implícitas no modo como o autor vai construindo a introdução do seu texto. É possível agrupar as respostas dos autores a seus leitores em quatro tipos de “justificativa”:

1. Experimentos propostos a partir de evidências advindas da literatura: muitas pesquisas pautam-se em evidências fornecidas por estudos prévios. O autor replica um experimento, para analisar certas variáveis que ele considera não terem sido bem avaliadas; realiza novo experimento ou experimento similar para comprovar uma tese geral (a existência de universais linguísticos, no A10, por exemplo). Assim, nesse tipo de “justificativa” para o leitor sobre o porquê de a pesquisa ter sido feita, o autor precisa citar, avaliar pesquisas prévias e a elas sua própria pesquisa constitui uma reação-resposta.
2. Poucas pesquisas ou pesquisas limitadas: o autor encontra “uma lacuna” e busca preencher essa lacuna na área. A recorrente afirmação de que “há poucos estudos” sobre o tema ou sobre o objeto, evidencia a *diferenciação da pesquisa* (a “inovação”, “novidade”) como um *valor na esfera*, conforme postulamos no capítulo 5. Vejamos, por exemplo, o seguinte trecho da introdução do A14:

Apesar de todas as inter-relações feitas de imuno-histoquímica com galectinas e células tumorais, **existem poucos trabalhos** demonstrando a eficiência do emprego dessa técnica na marcação de lesões tumorais de próstata, benignas ou malignas. Parece **haver ainda muitas aplicações reservadas para esse promissor campo de investigação**. (Exemplo 37. A14. Trechos da introdução. Grifo nosso).

3. Contraposição a uma teoria: justificativa presente em um exemplar do nosso *corpus* (A4). Na introdução, o autor apresenta duas teorias que se contrapõem – a teoria não-decomposicional, e a teoria decomposicional. Essa última teoria assume que a criança, em fase de aquisição da linguagem, tem sensibilidade aos morfemas. A fim de analisar o fenômeno da superregularização, o autor alia-se à segunda teoria e propõe o experimento para provar sua tese.

4. Problemas empíricos: o experimento é proposto para avaliar uma técnica e solucionar um problema empírico, como a ingestão de plantas tóxicas por caprinos em determinada região do país.

Em síntese, consideramos que a introdução é um momento de interação mais patente entre o autor e seu leitor (essa interação tende a ser mais “enfraquecida” no segundo ato, isto é, na metodologia, conforme mostraremos adiante), sendo que aquele apresenta um tom professoral, caracterizado por definições, exemplos, etc., mas, sentindo o constante questionamento do leitor, torna seu discurso mais persuasivo, tentando responder a uma pergunta central (“Por que você fez essa pesquisa?”). Analisemos uma introdução na íntegra:

Neoplasias são desordens do crescimento e da diferenciação celular que se manifestam como tumores formados por uma massa de células atípicas, resultantes de uma série de mudanças bioquímicas no ambiente celular(4).

A fim de mapear alterações específicas que ajudem o entendimento da progressão dos tumores, diversos trabalhos têm utilizado histoquímica e imuno-histoquímica de proteínas relacionadas a certas lesões tumorais(14, 19, 49).

As galectinas vêm sendo largamente utilizadas como ferramentas imuno-histoquímicas para descrever alterações na superfície das células tumorais. Essas alterações são associadas ao crescimento de células tumorais na indução de apoptose ou metástase(9, 12).

Alterações na expressão de glicoconjugados são freqüentemente observadas em tumores, entre os diversos distúrbios celulares que resultam em neoplasias. Apesar disso, estudos acerca das alterações na glicosilação celular em determinados estágios da carcinogênese prostática são escassos(6).

Nas neoplasias prostáticas, a análise histopatológica tem grande relevância clínica. Exames histológicos e sorológicos descrevem aspectos muito importantes, possibilitando o monitoramento da evolução da doença(49). Contudo, os métodos imuno-histoquímicos, quando analisados de forma qualitativa, têm apresentado grande disparidade e variabilidade de resultados entre diferentes observadores. Assim, a fim de prover uma escala numérica e reprodutível dos padrões de marcação dos tecidos, aumentando a sensibilidade e o controle de qualidade das análises, tem-se buscado cada

vez mais refinamentos tecnológicos através de métodos morfométricos automatizados(30, 37).

A análise digital de imagens somada aos novos métodos da biologia molecular vem sendo cada vez mais utilizada no estudo das neoplasias da próstata(8, 15). A reconstrução tridimensional microscópica do adenocarcinoma prostático tem sido cogitada como nova ferramenta para auxiliar o prognóstico e o diagnóstico desse tipo de tumor(3). A interpretação dos resultados das técnicas histoquímicas somada aos métodos computacionais de análise de imagens está sendo bastante útil, especialmente nos casos onde as suspeitas clínicas de câncer prevalecem depois de biópsias com resultados negativos pelos métodos tradicionais(27).

Apesar de todas as inter-relações feitas de imuno-histoquímica com glectinas e células tumorais, existem poucos trabalhos demonstrando a eficiência do emprego dessa técnica na marcação de lesões tumorais de próstata, benignas ou malignas. Parece haver ainda muitas aplicações reservadas para esse promissor campo de investigação.

Assim, este estudo objetiva avaliar as diferenças entre lesões benignas e malignas da próstata refletidas na sua expressão de carboidratos através da imuno-histoquímica com a glectina-3 e análise computadorizada de imagens. (Exemplo 39. A14. Introdução do artigo reproduzida na íntegra. Grifo nosso).

De antemão, esclarecemos que os números que aparecem na introdução acima, entre parênteses, são indicações de notas de rodapé que referenciam as afirmações do autor. É relevante destacar – e analisaremos esse aspecto no subtópico a seguir – que sempre que o autor apresenta uma informação categórica ou “valorada” por meio de advérbios e adjetivos (por exemplo: “A interpretação dos resultados das técnicas histoquímicas somada aos métodos computacionais de análise de imagens está sendo bastante útil...”), sente a necessidade de chamar o “outro que o antecede”, isto é, outros autores de pesquisas prévias que, junto a ele, formam um *coro* que balizam as valorações.

Ao analisar a introdução acima, segundo já afirmamos anteriormente, a primeira informação exposta refere-se à definição de “neoplasia”. Trata-se de uma definição elementar na área, e pressupomos que dificilmente o leitor especializado não saberia o que é uma neoplasia. Assim, a definição, sendo genérica e básica, teria mais a função de instanciar o evento cognitivo, propondo um “contrato” com o leitor (situemo-nos na coordenada dos estudos sobre neoplasias), introduzindo, assim, o objeto de discurso, de forma ampla. O primeiro parágrafo é bem mais expositivo que o segundo.

Nesse segundo parágrafo, o autor vai delimitando mais o tópico e faz uma referência aos *outros que o antecederem*, a fim de comprovar sua afirmação. A referência aos outros (“diversos trabalhos têm utilizado histoquímica e imuno-histoquímica de proteínas”) ocorre

de forma valorada, pois o autor enfatiza a quantidade de trabalhos realizados (“diversos”), de forma a mostrar para o leitor que “não está só”, que o assunto é pertinente, bem como utiliza o presente composto (“têm utilizado”, e não “utilizaram”, por exemplo) para ressaltar a atualidade do assunto na comunidade científica. Com efeito, o presente, segundo afirmamos anteriormente, é o tempo preferencial da introdução, uma vez que, por meio desse tempo verbal, o autor mostra a atualidade do tema e apresenta definições. Também, por meio do presente verbal, o autor convence o leitor a continuar a leitura do artigo. Destacamos que esse tempo, em sua forma ativa, na introdução, impõe também uma nuance mais “ativa”, “desperta” em contraposição ao segundo ato, isto é, à metodologia, momento de recorrências e de aliterações sintáticas, que traz um leitor já mais “passivo”. Expliquemo-nos melhor: a introdução é o momento em que o leitor deve ser convencido a continuar a leitura do artigo, momento em que esse – o leitor – questiona o porquê da realização da pesquisa, portanto é um momento de maior tensão, que exige uma postura mais “ativa” de ambos. Se considerarmos que os experimentos eram inicialmente apresentados “ao vivo” para uma plateia, conforme afirmamos no capítulo 4, podemos imaginar que, na introdução, o leitor ainda não ocupou sua poltrona, ainda pensa se vai assistir àquele experimento. No segundo ato, na metodologia, o leitor já foi convencido a assistir ao experimento, já se encontra “sentado”. A tensão do autor, que a princípio teria de convencer seu público a permanecer sentado, diminui. O leitor também está mais “relaxado”, menos tenso, está ouvindo a apresentação.

O terceiro parágrafo parece responder a um imperativo do leitor (“seja mais específico!”). Assim, no amplo assunto “tumoração”, “progressão tumoral”, o autor começa a introduzir parcialmente seu objeto; menciona a galectina, que é uma proteína detectada em alterações tumorais, e, mais uma vez, introduz esse tópico de forma valorada, ressaltando como essa proteína é importante na detecção neoplásica (“As galectinas vêm sendo largamente utilizadas como ferramentas imuno-histoquímicas para descrever alterações na superfície das células tumorais.”), por meio do advérbio “largamente”.

O quarto parágrafo introduz mais um pouco o objeto, pois, nesse parágrafo, o autor enfatiza a falta de estudos sobre determinada alteração em células tumorais prostáticas. Ressaltamos que, nos três parágrafos precedentes, o foco centrou-se em “células tumorais” de forma geral, sendo então delimitado para “detecção de alterações em células tumorais prostáticas”. É interessante observar como, nessa introdução, o objeto vai sendo aos poucos introduzido, e de forma muito persuasiva, convencendo o leitor sobre a importância do estudo.

Os quatro primeiros parágrafos funcionam “em bloco”, instanciando o evento cognitivo e introduzindo, aos poucos, informações genéricas sobre o objeto de estudo. No quinto parágrafo, contudo, o autor apresenta, ao seu leitor, um “problema”: a disparidade e variabilidade das informações advindas dos métodos imuno-histoquímico na detecção de células neoplásicas, quando essas informações são analisadas de forma qualitativa. A crítica feita pelo autor a esse método “abre caminho” para a proposição da pesquisa. Para apresentar essa crítica, o autor, inicialmente, de modo a atenuar sua avaliação “negativa”, reconhece a relevância do método vigente (“Nas neoplasias prostáticas, a análise histopatológica tem grande relevância clínica. Exames histológicos e sorológicos descrevem aspectos muito importantes, possibilitando o monitoramento da evolução da doença”), mas o que predomina, pela presença do conector “contudo”, é a crítica apresentada a seguir. O “reconhecimento” da relevância da análise histopatológica cumpre a função de “polidez” no discurso acadêmico – estratégia por meio da qual a crítica é precedida por um “elogio”. Essa estratégia evidencia como o autor sente seu leitor: como aquele busca atenuar certas afirmativas, evitando, ao mesmo tempo, uma reação-resposta negativa do leitor.

Há três movimentos nesse quinto parágrafo: reconhecimento da técnica a que o autor se contrapõe; contraposição à técnica; introdução do método “novo”. Esses três movimentos são textualmente marcados por recursos disponíveis na língua (“grande relevância clínica” – reconhecimento; “contudo” – contraposição e “grande disparidade” – valoração negativa; “Assim” – introdução de informações sobre outro método). Ao introduzir informações sobre o novo método utilizado para detecção de neoplasias prostáticas, o autor inscreve no discurso um valor subjacente à esfera, qual seja o *valor da precisão e/ou refinamento metodológico*. No movimento de contraposição, o autor argumenta que o método imuno-histoquímico tem apresentado “grande disparidade” e “variabilidade de resultados”. A ênfase à palavra “disparidade” evidencia a valoração negativa do autor, mostrando-nos que esse não pode ser um padrão aceitável para a ciência, que busca ordem e certeza, conforme argumenta Cassirer (2012). No movimento de introdução de informações sobre o método defendido na pesquisa, o autor ressalta, pela inversão sintática da oração subordinada final (“a fim de prover uma escala numérica...”), o que se espera desse método: que ele possa prover “uma escala numérica e reprodutível de marcação dos tecidos”, de forma a aumentar “a sensibilidade e o controle de qualidade das análises”. O que é considerado como qualidade nas análises é justamente o não contraditório, a certeza – e a “certeza” é obtida por meio de “refinamentos tecnológicos”.

O autor ressalta a atualidade e a relevância dos métodos morfométricos automatizados, ao utilizar-se do presente composto (“tem-se buscado”) e da expressão adverbial “cada vez mais”. Sentimos o *valor da atualidade* de forma ainda mais patente no sexto parágrafo. Nesse parágrafo, informa-se, inicialmente, que “A análise digital de imagens somada aos *novos* métodos da biologia molecular *vem sendo cada vez mais utilizada* no estudo das neoplasias da próstata”. O presente composto enfatiza a atualidade dessa nova forma de se detectar neoplasias prostáticas.

No sétimo parágrafo, o autor busca “arrematar” seu leitor, aumentando a persuasão da introdução. O autor, no parágrafo antecedente, havia valorado positivamente – e de forma enfática – a combinação da técnica histoquímica com a análise digital de imagens (“está sendo bastante útil”). E o sétimo parágrafo é o momento no qual o autor argumenta existirem “poucos trabalhos” que demonstram a eficiência da técnica. Logo, há uma lacuna na área, que passa a ser preenchida com a proposta do autor, apresentada logo em seguida, no oitavo parágrafo (“Assim, este estudo objetiva avaliar...”). A “lacuna” passa a ser a principal justificativa para a realização da pesquisa, ou seja, responde à questão central que o leitor lhe faz. Essa introdução pode então ser assim resumida: há uma técnica de detecção tumoral que apresenta resultados díspares (o que é indesejável). Há evidências, na literatura, de que a combinação de técnicas seria a melhor alternativa. No entanto, há poucos trabalhos experimentais que provam a eficiência da combinação de técnicas ou métodos. Assim, a pesquisa realizada visa preencher essa lacuna.

O autor vai construindo seu discurso em função da percepção de que o leitor quer não apenas saber o que é proposto no artigo, mas o *porquê* de se ter apresentado essa proposta. Todas as palavras do autor são moldadas em função dessa percepção. Há uma pequena “batalha” de consciências travadas: um autor que propõe algo, um leitor que quer ser convencido a continuar a leitura, que parece dizer: “convença-me a ler mais 10, 15 páginas...”. Nessa batalha, o autor apoia-se em outras consciências que lhe precedem: os trabalhos, as pesquisas dos seus pares. Tratemos dessa relação no próximo subtópico.

7.2.2.2 Os outros que me antecedem

Na introdução, o autor traz a voz de outros pesquisadores para embasar ou fortalecer suas afirmações, para contrapor-se aos estudos citados, para evidenciar as lacunas ou inconsistências existentes. Também encontramos em nosso *corpus* o “outro” que remete

àquilo que “todos nós sabemos”, isto é, uma espécie de *entimema social*, conforme postula Volóchinov (2013). Alguns artigos trazem uma breve revisão teórica em uma seção à parte, logo após a introdução. No entanto, as mesmas funções são encontradas nessa revisão (embasar as ideias do autor, servir como ponto de contraposição teórica, evidenciar lacunas ou inconsistências). Assim, incluímos essa “seção à parte” no primeiro ato. Consideramos, ademais, que o mesmo tom professoral combinado com traços persuasivos prevalece na revisão teórica trazida à parte da introdução, motivo pelo qual não poderíamos entender essa “revisão teórica destacada” como um ato diferente.

A fim de tornarmos as explanações e a análise dos exemplos expostas a seguir mais didáticas, segmentamos este subtópico em conformidade com o tipo de relação estabelecida entre o autor e “os outros que o antecedem”.

7.2.2.2.1 Os outros que embasam e fortalecem minhas informações

Outras pesquisas, outros autores são, com frequência, citados para embasar ou fortalecer afirmações trazidas no artigo. Há, no entanto, variações, espécies de “subfunções” para a voz do outro nessa função maior de embasar afirmações e ideias do autor, quais sejam: fornecer um ponto de “apoio” para as valorações do autor, quando este apresenta afirmações enfáticas, por exemplo; fornecer uma “pista”, uma hipótese que fundamenta a pesquisa em questão; fornecer definições técnicas, exemplos etc. Vejamos cada caso.

A análise dos artigos mostrou-nos que sempre que o autor é mais enfático em suas valorações, busca “o outro” para balizar suas ideias. Observemos os exemplos:

As algas são organismos fotossintetizantes de **grande valor ecológico e que são utilizadas pelo homem há décadas** (LEVRING et al., 1969; GREENWELL; LAURENS, 2008; NEORI et al., 1998). A síntese de compostos conhecidos como polissacarídeos sulfatados (PS) tem despertado **grande interesse nas indústrias de alimento** (GLICKSMAN, 1983), **farmacêutica** (ATHUKORALA et al., 2006; FARIAS et al., 2001; FONSECA et al., 2008; PUSHPAMALI et al., 2008) e **outros setores econômicos** (ARAÚJO et al., 2008; RODRIGUES et al., 2009a), proporcionando, assim, a obtenção de novos polímeros naturais para biotecnologia. (Exemplo 40. A13 – trecho da introdução. Grifo nosso).

A água é de **extrema importância para a sobrevivência e manutenção da vida, seja na ingestão, higienização pessoal e de ambientes, e produção de alimentos**^{1,2}. Mas a água doce vem se tornando escassa, em decorrência do grande crescimento da população urbana, o que favorece contaminação de mananciais, pois o esgoto volta para o rio sem tratamento adequado,

comprometendo a qualidade da água dos rios e **afetando drasticamente a saúde da população¹⁻³**. (Exemplo 41. A2 – Trecho da introdução. Grifo nosso).

A indústria mundial de fabricação de blocos intertravados, no final da década de 1990, chegou à **impressionante marca de produção de 100 m² por segundo durante os dias úteis de trabalho**. Nos Estados Unidos, a cada cinco anos, dobra-se a quantidade, em metros quadrados, de pavimentos que aplicam essa técnica **(SMITH, 2003)**. (Exemplo 42. A7 – Trecho da introdução. Grifo nosso).

O exercício físico como recurso terapêutico para a prevenção e tratamento da dor lombar tem recebido **grande atenção nos últimos anos, o que pode ser explicado pelos consistentes relatos de que a fraqueza e a baixa resistência isométrica dos músculos eretores da espinha lombares estão associadas com a etiologia da dor lombar^(1,2)**. Uma possível explicação para essa **importante relação** entre força e resistência isométrica dos músculos eretores da espinha lombares com a manutenção da integridade física e funcional da coluna vertebral é que, com a fadiga muscular, definida como redução na capacidade do sistema neuromuscular em gerar força ou realizar trabalho⁽³⁾, ocorre sobrecarga sobre os elementos passivos (cápsulas, ligamentos e discos intervertebrais) responsáveis pela estabilidade da coluna vertebral durante a execução de padrões de movimento específicos de determinados esportes, resultando em danos a estruturas sensíveis à distensão e produzindo dor⁽⁴⁾. (Exemplo 43. A12 – Trecho da introdução. Grifo nosso).

Recortamos, acima, trechos da introdução de quatro artigos de nosso *corpus*, nos quais o autor enfatiza suas afirmações através de adjetivos (“grande”, “impressionante”, “importante”, “extrema”, “consistentes”) e advérbios (“drasticamente”). Alguns desses trechos já foram citados em subtópico anterior, ao tratarmos do tom que ressoa no primeiro ato do gênero. No entanto, chamamos agora a atenção do leitor para o fato de os autores dos exemplos em questão, após ressaltarem suas afirmações, sempre apresentarem referências a outros autores. Essas referências, seguindo normalmente as regras de submissão dos periódicos, aparecem entre parênteses (exemplos 40 e 42) ou em notas de rodapé (exemplo 41 e 43).

Conforme afirmamos no capítulo 4, ao resenharmos estudos diversos sobre o gênero “artigo experimental”, quando o autor referencia outro(s) entre parênteses, no fim da sentença, como nos exemplos acima, a ênfase tende a recair sobre a sentença e não sobre o(s) outro(s) referenciado(s). Diferentemente do que ocorre quando é apresentada uma referência nos moldes: “Skinner (1969) afirma que...”. Nesse último exemplo, a ênfase recai sobre o autor referenciado.

Nesse sentido, ao observarmos a recorrência de referências, na introdução (ou, no “primeiro ato”), ao final da sentença, entre parênteses, buscamos entender não apenas a forma como o outro é convocado, mas, sobretudo, o porquê dessa referência. Em outras palavras, colocamos a seguinte pergunta: por que, ao expressar-se de modo mais enfático, o autor “precisa” do outro? Não nos parece suficiente responder a essa pergunta apenas apontando para a convenção do discurso acadêmico, embora essa convenção deva sim ser considerada; mas, devemos entender também o porquê da convenção, e a entenderemos se observarmos que o primeiro ato é um momento em que o autor precisa mostrar que conhece o assunto e que *suas valorações têm respaldo em um coro de pesquisadores*. Isto é, o autor não pode estar “só”, precisa ancorar sua voz em outras vozes.

A valoração do próprio autor tem, efetivamente, maior proeminência. Todavia, ele sente que suas palavras podem ser questionadas, “enfraquecidas”, se não citar outros autores que também concordam com o fato de as algas serem organismos fotossintetizantes, “de grande valor ecológico”, como no exemplo 40 acima. Logo, os trechos elencados são exemplares de como o outro fornece um ponto de “apoio” para o tom valorativo do autor.

O outro pode também ser convocado para fornecer uma “pista”, uma hipótese que fundamenta a pesquisa, e, assim, servir como um “elo” na cadeia dialógica do discurso científico. Vejamos:

Estudos realizados em inglês demonstram que, para o estabelecimento da coreferência intra-sentencial, existem restrições embasadas pelos princípios da Teoria da Ligação (KENNISON, 2003), entretanto, quando os traços de gênero e número do antecedente na posição de sujeito se assemelham ao pronome (em inglês *him*), o processamento envolvido no estabelecimento da co-referência parece ser mais lento, ou seja, parece que a finalização da busca por um antecedente disponível é mais demorada por conta dessas semelhanças. **Com base nesses resultados do inglês**, observamos, originalmente em português brasileiro, se algo semelhante ocorre em frases estruturalmente similares às do inglês, o que nos permite evidenciar, entre outras coisas, a universalidade dos processos cognitivos que ocorrem no momento do estabelecimento da co-referência pronominal, além de permitir que compreendamos de forma mais abrangente o fenômeno da co-referência na linguagem humana. (Exemplo 44. A10 – Trecho da introdução. Grifo nosso).

No trecho destacado acima, o autor encontra no outro uma “pista”, uma evidência de que há restrições no processamento de pronomes. Assim, grande destaque é conferido a esse outro na introdução em questão (introdução essa composta por três parágrafos, tendo sido o último reproduzido acima), pois é essa pesquisa do outro (de “Kennison, 2003”) que justifica ao leitor a realização de um experimento similar em língua portuguesa, ou seja, a pesquisa do

outro faz parte da resposta à pergunta que “inquieta” o autor na introdução: por que você fez essa pesquisa?

Por fim, encontramos, em nossos dados, o autor convocando o outro para embasar definições técnicas e exemplos, os quais conferem ao primeiro ato o tom “professoral” referido anteriormente:

A usinagem por eletroerosão, ou usinagem por descargas elétricas, ou EDM (Electrical Discharge Machining), é um processo indicado na usinagem de formas complexas em materiais condutores elétricos, especialmente aqueles de alta dureza, difíceis de serem usinados por processos tradicionais. Suas maiores aplicações são: fabricação de matrizes para estampagem, forjamento, fieiras para trefilação, extrusão, moldes de plástico, e mesmo na afiação de ferramentas ultraduras (CBN e PCB) para atender aos processos tradicionais de usinagem ou para o setor de ferramentaria em geral **(RODRIGUES et al., 2008)**. (Exemplo 45. A5 – Trechos da introdução. Grifo nosso).

De acordo com Skinner (1969), regras são estímulos especificadores de contingências e exercem controle como estímulos discriminativos, fazendo parte de um conjunto de contingências de reforço. (Exemplo 46. A15 – Trechos da introdução. Grifo nosso).

Nos exemplos 45 e 46, o outro é convocado para definições técnicas do tipo “x é y”. Destacamos que, nos exemplos acima, há formas diversificadas de citação, diferentemente de quando o outro é convocado para balizar uma ênfase do autor. Quando o outro é convocado após a expressão da valoração do autor, ele é um “ponto de apoio”, isto é, funciona quase como uma modalização: como se o autor, percebendo que foi muito enfático, sentisse a necessidade de dizer: “sei que estou sendo enfático, mas não estou só”. “Desculpe-me por ser tão enfático, mas outros podem comprovar minhas ideias”. No caso da convocação do outro para definições e exemplificações, a variação nas formas de citação evidenciam que essa convocação obedece mais a convenções protocolares do discurso acadêmico.

Vejamos, a seguir, exemplos de como o outro, no primeiro ato do artigo, é convocado para que o autor se contraponha às ideias expostas por esse outro que o antecede na cadeia dialógica.

7.2.2.2.2 Os outros aos quais me contraponho

Observemos os exemplos abaixo:

Segundo os modelos não-decomposicionais, como os de Butterworth (1983), e de Seidenberg e McClelland (1989), as palavras são representadas no léxico de forma inteira e não passam pelo processo de decomposição morfológica, nessa perspectiva, para o fenômeno da superregularização, a criança não segmenta a palavra em seus morfemas. Por outro lado, pesquisas recentes, como as de Name (2003), Ferrari-Neto (2003, 2008) e Bagetti (2009) sugerem que a criança apresenta uma sensibilidade aos morfemas flexionais desde muito cedo, o que aponta para uma segmentação das palavras em seus morfemas constituintes. Esse processo de análise, segmentação e mapeamento pode ser tomado como um pré-requisito para a aquisição da morfologia, constituindo a base do processo de desenvolvimento morfológico. Desta forma, assume-se aqui que uma teoria da aquisição da morfologia deve iniciar pela caracterização das habilidades de processamento lexical no nível do morfema. Assim, para dirimir tal questão, investiga-se, neste trabalho, a sensibilidade infantil aos morfemas flexionais verbais do português brasileiro, em dados de percepção/compreensão, no decorrer do desenvolvimento morfológico. (Exemplo 46. A4 – Trechos da introdução. Grifo nosso).

Estudos da aquisição da linguagem no âmbito da Psicolinguística partem, muitas vezes, da perspectiva do processamento da informação e assumem que o que é gramaticalmente relevante para a aquisição mostra-se regular e frequente no *input* da língua a ser adquirida. **Tais estudos apontam ainda para habilidades precoces de percepção de padrões fônicos e distribucionais dos chamados itens funcionais, tais como determinantes, flexão, tempo etc., que seriam essenciais como alavancagem para a aquisição (ver CORRÊA, NAME e FERRARI-NETO, 2004).** A aquisição verbal, em particular, ocorreria, a partir dessa perspectiva, por meio da identificação de afixos verbais regulares na língua e de pistas distribucionais frequentes no *input*. O reconhecimento de afixos de tempo e modo, por exemplo, permitiria à criança, em fase inicial de aquisição, identificar, em uma forma verbal, as propriedades flexionais do verbo e a tomar a raiz verbal como parte que contém um significado permanente que pode ser combinada a diversas flexões gramaticais, dependendo da intenção de fala e do contexto sintático (MOLINA, 2014; NAME; MOLINA, 2014). **No entanto, a identificação da informação de número associada à flexão dos verbos parece apresentar dificuldades para a criança, pelo menos no que diz respeito a tarefas experimentais de compreensão. Estudos desenvolvidos em diversas línguas, com sistemas diversos de marcação flexional em verbos, apontam para dificuldades na interpretação da informação de número, sugerindo que seria custosa a consolidação do mapeamento entre os morfemas de número e a informação conceitual relativa à numerosidade associada a esses elementos (singular, plural ou dual, dependendo da língua em questão), mesmo em línguas em que os paradigmas flexionais de número apresentam-se consistentes. Tais estudos, desenvolvidos em inglês, espanhol, francês e esloveno, sugerem que as crianças apresentam dificuldades em tarefas de compreensão dos morfemas de número em verbos, embora não apresentem dificuldades na produção linguística desses mesmos morfemas (JOHNSON; DE VILLIERS; SEYMOR, 2005; PÉREZ-LEROUX, 2005; LEGENDRE et al., 2010; BLÁHOVÁ; SMOLIK, 2014).** (Exemplo 48. A3- Trechos da introdução. Grifo nosso).

No exemplo 47, o autor contrapõe-se aos modelos não-decomposicionais de aquisição morfológica, para propor seu experimento, que visa estudar o fenômeno da superregularização. Assim, o autor resume o cerne da teoria não decomposicional, “convocando” os principais autores que apresentam e assumem esse modelo (Butterworth (1983), Seidenberg, McClelland (1989)). Para contrapor-se ao modelo não-decomposicional, chama-nos, primeiramente, a atenção à qualificação conferida, pelo autor, às pesquisas que rejeitam esse modelo. O autor resume o resultado dessas pesquisas qualificadas como “recentes” (“Por outro lado, pesquisas recentes, como as de Name (2003), Ferrari-Neto (2003, 2008) e Bagetti (2009) sugerem”). Esse adjetivo expressa o valor da “novidade”, da “inovação” subjacente à esfera científica – valor esse que foi abordado no capítulo 5, ao tratarmos da mediação dos periódicos na publicação dos artigos.

Em segundo lugar, destacamos a forma modalizada através da qual o autor procura resumir o resultado das pesquisas que se contrapõem aos modelos não-decomposicionais. Os verbos escolhidos para reportar essas pesquisas nunca são categóricos, mas apresentam um valor modal (“sugerir”, “apontar”, “pode ser tomado”). Coracini (2007), conforme discutimos em capítulo prévio (capítulo 4), trata o uso desses verbos como reconhecimento de que a ciência não pode ser categórica, pois se pautaria em um “discurso aberto”, diferentemente do discurso jurídico, referido pela autora. cremos, por outro lado, que a modalização reporta à própria história do gênero, que toma a forma atual a partir de um objeto em disputa, segundo nos conta Bazerman (1988)⁴³. Com efeito, a “disputa” em torno de uma questão é textualmente expressa no exemplo analisado, no momento em que o autor afirma que “para dirimir tal questão” investiga, no trabalho proposto, “a sensibilidade infantil aos morfemas flexionais verbais do português brasileiro”, e, assim, apresenta ao leitor a pesquisa realizada. O artigo emerge como reação-resposta a determinado modelo, que é negado, e essa reação-resposta tece um novo fio no emaranhado da vida do discurso, ao se constituir como a justificativa “solicitada” pelo leitor sobre o porquê da realização da pesquisa.

Devemos, porém, considerar que a modalização, no primeiro ato do gênero, reporta-se não apenas ao objeto em disputa, que passou a fazer parte da “carne e do sangue” do gênero, mas também à forma tensa através da qual o autor sente seu leitor. Essa tensão faz com que aquele evite ser categórico ao reportar pesquisas às quais se contrapõe, bem como ao apresentar resultados de pesquisas com as quais ele, de fato, concorda, conforme podemos

verificar no exemplo 48. Nesse exemplar, o autor, ao apresentar estudos que se contrapõem às teorias de processamento da informação, que assumem “que o que é gramaticalmente relevante para a aquisição mostra-se regular e frequente no *input* da língua”, modaliza os resultados desses estudos da mesma forma como o faz o autor do exemplo 47 (“Tais estudos sugerem/ apontam” etc). A modalização, segundo nossa interpretação, é a expressão da “batalha de consciências”. O autor precisa justificar a relevância e mesmo o porquê da realização da pesquisa; precisa mostrar que sua pesquisa apresenta um “diferencial”, mas teme a reação de seu leitor; sendo, então, cauteloso quanto aos possíveis questionamentos desse “outro” que o acompanha.

Vejamos, no próximo subtópico, outra forma de convocação do outro na introdução dos artigos – forma essa que funciona como justificativa para a realização da pesquisa.

7.2.2.2.3 Os outros “que me faltam”

Encontramos, em nosso *corpus*, recorrentes justificativas, para a proposição da pesquisa experimental, centradas na existência de “poucos estudos” sobre o tema. Vejamos:

A maior parte dos estudos sobre aquisição da linguagem investiga a aquisição de propriedades invariantes da língua. **São poucos os estudos que tomam como objeto de pesquisa a aquisição de propriedades linguísticas variáveis, apesar da relevante relação entre aquisição da linguagem, variação e mudança linguística** (LIGHTFOOT, 2010). (Exemplo 49. A3 – Trecho inicial da introdução. Grifo nosso).

Como atualmente poucas pesquisas estão sendo desenvolvidas visando estudar o efeito dos fluidos dielétricos no processo EDM, houve a idéia de pesquisar tal assunto, **já que os trabalhos citados anteriormente pelos autores apresentam resultados importantes sobre a textura superficial no processo EDM**. O objetivo principal desta pesquisa é estudar o efeito de diferentes fluidos dielétricos, sobre a topografia de superfície na camada superficial e taxa de remoção de material (TRM) durante a usinagem por eletroerosão do aço-rápido ABNT M2 em regime de desbaste. (Exemplo 50. A5 – Trecho final da introdução. Grifo nosso).

Os processos lingüísticos que envolvem a utilização de pronomes estão entre os mais freqüentes no que diz respeito à compreensão da linguagem. A pesquisa descrita neste artigo investiga como indivíduos usam a informação estrutural durante a resolução da co-referência pronominal no escopo da sentença. **Poucos estudos de processamento on-line têm investigado a atuação dos princípios estruturais da Teoria da Ligação (Binding Theory, CHOMSKY, 1986) para explicar o processamento que ocorre durante a resolução da co-referência de pronomes e anáforas**

⁴³ Conferir o capítulo 4.

(pronomes reflexivos) na compreensão de sentenças (BADECKER & STRAUB, 2002; CLIFTON, KENNISON & ALBRECHT, 1997, NICOL & SWINNEY, 1989; STURT, 2003; KENNISON, 2003). Essas investigações têm apresentado pontos de vista conflitantes sobre como os indivíduos usam a informação estrutural na resolução da coreferência. (Exemplo 51. A10 – Trecho inicial da introdução. Grifo nosso).

Apesar de todas as inter-relações feitas de imunohistoquímica com galectinas e células tumorais, existem poucos trabalhos demonstrando a eficiência do emprego dessa técnica na marcação de lesões tumorais de próstata, benignas ou malignas. Parece haver ainda muitas aplicações reservadas para esse promissor campo de investigação. Assim, este estudo objetiva avaliar as diferenças entre lesões benignas e malignas da próstata refletidas na sua expressão de carboidratos através da imunohistoquímica com a galectina-3 e análise computadorizada de imagens. (Exemplo 52. A14 – Trecho final da introdução. Grifo nosso).

Nos exemplos acima, a indicação de que há “poucos estudos sobre x” ocorre ou no início da introdução dos artigos (exemplos 49 e 51) ou no final (exemplos 50, 52), contrariando o modelo CARS de Swales (1990), ao postular que essa indicação (Passo 1B, no movimento 2 – “Estabelecer um nicho”, segundo o referido modelo) ocorreria no final do artigo e não logo nas primeiras linhas da introdução, como no exemplar 48 citado. Todavia, é preciso destacar que, em uma perspectiva bakhtiniana, não nos é tão relevante se essa justificativa ocorre nas primeiras ou nas últimas linhas, mas os sentidos, os valores que esse tipo de justificativa traz em si; bem como é importante observar como as diferentes vozes são mobilizadas pelo autor, que afirma existirem poucos estudos sobre determinado assunto.

A priori, a indicação de que há poucos estudos sobre o tema ou o objeto específico revela o *valor da novidade e do ineditismo* que constitui a esfera, conforme discutimos no capítulo 5. Em um universo saturado por pesquisas das mais diversas, as quais, frequentemente, concorrem por financiamentos escassos, apresentar um “diferencial” é positivamente valorado. O valor da “novidade” ou do “ineditismo”, no entanto, não nos permite classificar o discurso científico como um “discurso aberto”, como postula Coracini (2007). Observemos que os autores, nos exemplos citados acima, afirmam existirem “poucos estudos” sobre determinado tema, mas nunca afirmam não existir nada sobre esse tema específico. E a ausência desse último tipo de afirmativa deve-se não apenas à impossibilidade de se saber tudo o que já foi dito/pesquisado sobre um assunto, mas à necessidade de haver certa tradição, certa continuidade em uma pesquisa. Por mais inovadora que essa seja, ela sempre será uma reação-resposta a outras pesquisas em voga.

Analisando cada exemplo acima destacado, percebe-se que os autores afirmam existirem “poucos estudos sobre x” – o que já é a expressão de um tom valorativo – e conjugam essa afirmação com expressões das mais diversas. No exemplo 49, o autor destaca haver poucos estudos que investigam a aquisição de propriedades linguísticas invariáveis e, em seguida, por meio de uma oração concessiva, ressalta e qualifica como “relevante” a relação entre aquisição, variação e mudança linguística. Nesse exemplo, o autor convoca o “outro que o antecede” (no caso, LIGHTFOOT, 2010), em parênteses, ao fim da sentença, para balizar sua ênfase valorativa, o que comprova nossa tese, apresentada em subtópico anterior, segundo a qual quando o autor é muito expressivo, sente a necessidade de convocar o outro, que lhe serve como “ponto de apoio”.

No exemplo 50, o autor mostra como “surgiu a ideia” (“houve a idéia de pesquisar tal assunto”) da pesquisa. A apresentação do objetivo da pesquisa experimental logo após a comprovação de que “há poucos estudos sobre tal assunto” funciona como estratégia argumentativa para convencer o leitor a continuar a leitura do artigo, isto é, a “sentar-se” e “ouvir” como foi feito o experimento.

No exemplo 51, o autor cita os estudos que ele considera serem “poucos” em quantidade (“BADECKER & STRAUB, 2002; CLIFTON, KENNISON & ALBRECHT, 1997, NICOL & SWINNEY, 1989; STURT, 2003; KENNISON, 2003”). Nos demais exemplares, os autores referem-se aos outros que o antecedem, de forma genérica, apenas como “poucos estudos”, “poucas pesquisas”, sem especificar quais seriam essas pesquisas que ele, autor, qualifica como sendo “insuficientes”. No trecho do A10, que consta como exemplo 51, no entanto, o autor enumera esses estudos, pois, logo adiante, classifica os resultados das pesquisas citadas como “conflitantes”, e o conflito é um valor indesejável à esfera.

Por fim, no exemplo 52, o autor – reforçando nossa tese de que a existência de “poucos estudos sobre x” representa a possibilidade de apresentar a pesquisa como inovadora, em certo sentido –, após afirmar genericamente haver poucas pesquisas experimentais sobre o objeto, expressa-se valorativamente sobre o campo investigado, qualificando-o como “promissor” (“Parece haver ainda muitas aplicações reservadas para esse promissor campo de investigação”).

Passemos, agora, à análise de mais uma relação “eu-outro”.

7.2.2.2.4. “Nós, os outros”: o entimema social

Volóchinov (2013), ao tratar da palavra na vida, tece importantes considerações sobre o que ele denomina como “entimema social” – aquela parcela de subentendido que penetra cada enunciado:

Desta maneira, cada enunciação da vida cotidiana é um etinema socialmente objetivo. É uma espécie de palavra-chave que somente conhecem os que pertencem a um mesmo horizonte social. A peculiaridade das enunciações da vida cotidiana consiste em que elas, mediante milhares de fios, entrelaçam-se com o contexto extraverbal da vida e, ao serem separadas deste, perdem quase por completo seu sentido: quem desconhece seu contexto vital mais próximo não as entenderá.

Porém este contexto próximo pode ser mais ou menos extenso (...); *existe o “subentendido” da família, da tribo, da nação, da classe social, dos dias, dos anos inteiros e inclusive de épocas totais.* À medida que se amplia o horizonte geral e do grupo social que lhe corresponde, os aspectos subentendidos se tornam cada vez mais *constantes*. (VOLÓCHINOV, 2013, p. 80. Grifo do autor).

Todo enunciado, segundo Volóchinov (2013) traz em si uma parcela de “subentendido”, que são os valores mais constantes do grupo social. O discurso científico, que se materializa no gênero “artigo experimental”, nosso objeto de estudo, não poderia deixar de ser diferente: condensa em sua própria estrutura subentendidos que não são muito detalhados, pois são de conhecimento do autor e do leitor pertencentes à determinada área disciplinar. Esses subentendidos são, principalmente, os protocolos experimentais, os métodos de análise estatística, que, justamente por não serem detalhados, tornam a leitura do artigo difícil para um leitor não pertencente àquela área específica. Trata-se de uma espécie de “entimema disciplinar”, característico do segundo ato do gênero, de que trataremos posteriormente.

Além desse tipo de entimema disciplinar, encontramos, em um exemplar, no primeiro ato, uma referência a um conhecimento “genérico”. Vejamos:

De maneira paralela ao desenvolvimento e à crescente utilização de pavimentos intertravados de concreto, **sabemos que, por uma série de razões, a utilização de resíduos pela indústria da construção civil está se tornando cada vez mais importante.** (Exemplo 53. A7 – Trecho da introdução. Grifo nosso).

O exemplo acima, embora não tenha sido comum em nosso *corpus*, merece destaque. De forma geral, no primeiro ato, há poucos “subentendidos” – as informações, por mais genéricas que possam parecer, são sempre referenciadas, atestadas por *outro* que antecede o estudo. Observemos o exemplo abaixo, para comprovar nossa afirmativa:

A água é de extrema importância para a sobrevivência e manutenção da vida, seja na ingestão, higienização pessoal e de ambientes, e produção de alimentos^{1,2}⁴⁴. (Exemplo 54. A2. Trecho das primeiras linhas da introdução).

No exemplo 54 acima, o autor faz uma afirmativa genérica e, a nosso ver, pertencente ao senso comum: a importância da água para a vida, para nossa higienização, nossa alimentação etc. No entanto, mesmo apresentando uma informação que (julgamos) não necessitaria de qualquer “comprovação”, o autor referencia sua asserção em uma nota de rodapé, remetendo-se a dois estudos acadêmicos que comprovam a importância da água. Esse padrão mostra-se recorrente no primeiro ato do gênero aqui analisado – como se o autor a cada passo que desse precisasse convocar o outro, *seus pares*, para caminhar consigo, para evitar questionamentos do leitor.

No exemplo 53, por outro lado, o autor não convoca o “outro que o antecede” (isto é, outras pesquisas acadêmicas), mas alça seu próprio leitor à condição que “co-participante” do enunciado. Além do leitor, todos os “outros” são também incluídos nesse “nós”. “Sabemos” aqui equivale a: eu, você *leitor*, e “eles”. Trata-se de uma espécie de “entimema”: *todos nós sabemos que os resíduos da indústria tornam-se um problema ambiental*. Trata-se de um “entimema” de nossa época, que vive o desafio do progresso aliado ao desenvolvimento sustentável. Esse tipo de entimema, repetimos, não se mostrou comum em nosso *corpus*, mas nos chama a atenção por sua função argumentativa no exemplo destacado. Nele, o autor, após essa constatação do “senso comum”, propõe um experimento para reaproveitar resíduos de pneus em pavimentos de concreto.

Feitas essas análises, podemos afirmar que o primeiro ato, correspondente às seções “introdução” e “revisão da literatura”, é o momento no qual o autor instancia o evento cognitivo, por meio de definições técnicas, e, também, procura convencer o leitor sobre a importância da pesquisa proposta. Há certa tensão entre o autor e o leitor, considerando que esse precisa ser “capturado”, e considerando, ademais, que o leitor questiona o autor sobre o porquê da realização daquele estudo em um universo muitas vezes saturado por pesquisas diversas. Passemos, então, à análise do segundo ato.

⁴⁴ Referência, em nota de rodapé, apresentada neste artigo: 1- Silva, W. R.; Silva, M. R.; Pires, T. B. O uso sustentável e a qualidade da água na produção animal. **Revista Eletrônica Nutritime**, v. 11, n. 05, p. 3617-3636, 2014.

2- SOUZA, J. R.; MORAES, M. E. B.; SONODA, S. L.; SANTOS, H. C. R. G. A importância da qualidade da água e os seus múltiplos usos: caso rio Almada, sul da Bahia, Brasil. **Revista Eletrônica do Prodema**, v.8, n.1, p. 26-45, 2014.

7.3 Segundo ato: a visita ao laboratório

Comecemos nossa análise debruçando-nos sobre o tom do segundo ato.

7.3.1 O tom

Diferentemente do primeiro ato, momento no qual o autor precisa convencer seu leitor sobre a relevância da pesquisa, no segundo ato, o leitor parece já ter “aceitado” o convite do autor para assistir ao experimento. Há uma nítida mudança nos traços estilísticos de uma parte do artigo que corresponde à seção “metodologia”, em sua integridade, e a parte do início da seção “resultados”, que, nesta tese, denominamos como sendo o “segundo ato” do gênero. No primeiro ato, conforme vimos acima, predomina um tom professoral, manifestado por definições técnicas, exemplificações, no qual se imiscuem nuances persuasivos, que se manifestam, por seu turno, através de adjetivações e advérbios, ressaltando a relevância da pesquisa, do tema selecionado e/ou do objeto. O autor tenta responder à questão “Por que você realizou esta pesquisa?”, rebate a uma “provocação” do leitor (“já não há pesquisas suficientes sobre esse tema?”) em um universo saturado por pesquisas das mais diversas, em uma esfera que apela para o caráter inovador e inédito das investigações científicas. O tempo verbal que codifica essa interação é o tempo presente, na voz ativa, como tempo verbal predominante.

Um primeiro olhar para o segundo ato – o momento em que o leitor, conforme afirmamos anteriormente, “sentou-se” para que o autor lhe apresente o experimento – já nos mostra, de antemão, uma mudança estilística: as vozes que ressoam parecem mais “pausadas”, em um ritmo repetitivo – ritmo esse decorrente das aliterações sintáticas:

Compreensão auditiva – **Nesta etapa foram realizadas as seguintes tarefas:** a) discriminação auditiva; b) identificação das partes do corpo; material ideacional complexo.

Expressão oral – **Nesta etapa foram realizadas as seguintes tarefas:** a) seqüências automatizadas; b) repetição de palavras; c) repetição de frases de alta frequência; d) repetição de frases de baixa frequência; e) leitura de palavras; f) denominação; g) denominação por confrontação visual.

Compreensão da linguagem escrita – **Nesta etapa foram realizadas as seguintes tarefas:** a) discriminação de palavras e símbolos; b) associação fonética: b1) reconhecimento de palavras; b2) compreensão da soletração oral; c) emparelhamento palavras - figuras; d) leitura de parágrafos e sentenças. (Exemplo 55. A1. Destaques, em negrito, nossos).

Em laboratório, as algas **foram lavadas** com água destilada, desidratadas ao sol, **cortadas** em pequenos pedaços e **armazenadas** em frascos para

posterior extração dos PS. **Posteriormente**, os PST **foram extraídos** com 17 mL de uma solução de papaína bruta (30 mg mL⁻¹) em 250 mL de tampão acetato de sódio 0,1 M (pH 5,0), contendo EDTA 5 mM e cisteína 5 mM (AcNa) a partir de 5 g de tecido. Em seguida, o material **foi filtrado** e, após centrifugação $7.965 \times g$; 20 min. 10°C), os PS presentes na mistura **foram concentrados** por precipitação com 16mL de cloreto cetilpiridínio (CCP) a 10%, lavado (200 mL; CCP 0,05%) e **posteriormente** dissolvido em 174 mL de NaCl 2M: etanol absoluto (100: 15; v v-1). Logo após uma precipitação com etanol absoluto (24h; 4°C), o material **foi lavado** com etanol 80% (200 mL; 2 $\times$), etanol absoluto (200 mL; 1 $\times$) e seco em estufa durante 24h a 60°C (Exemplo 56. A13. Grifo nosso).

As repetições de estruturas e construções sintáticas (“Nesta etapa foram realizadas as seguintes tarefas”/ “foram lavadas”, “foram concentrados” etc), aliterações de construções passivas no passado etc. podem parecer óbvias para um leitor completamente imerso no universo acadêmico, que está habituado à escrita/leitura de artigos científicos. Todavia, devem ser “dissecadas”, interpretadas, entendidas no todo composicional do gênero, como resultantes da relação do autor com seu leitor e das alianças desses últimos para “olhar de cima” o objeto.

Inicialmente, conforme já afirmamos, há uma nítida mudança no tom do primeiro ato para o segundo, e essa mudança é representada, na língua, pelas aliterações, que servem à descrição pormenorizada de cada etapa do processo experimental. A pergunta que o autor parece tentar responder, nesse segundo ato, considerando as detalhadas e exaustivas explicações (considerando-se, também, outros aspectos, conforme mostraremos adiante), é: “o quanto metódico você foi nesse experimento?”. Não acreditamos que o autor é tão movido por uma questão específica – que nos parece óbvia – e que os manuais de metodologia frequentemente apontam: “Como foi feito o experimento?”. O “como” já é, de certa forma, pressuposto, dado que os experimentos baseiam-se em protocolos já aceitos por cada área disciplinar, bem como em experimentações prévias, sempre citados nos artigos, segundo mostraremos adiante, ao tratarmos da relação eu-outro. Não queremos afirmar que o autor não busca responder a um questionamento sobre o “como” realizou cada tarefa e etapa experimental, apenas destacamos que essa não é propriamente a pergunta que “inquieta” o leitor e o leva a citar todos os pormenores do experimento, a citar os protocolos que foram utilizados, a ressaltar que a pesquisa passou por rígida aprovação de um comitê de ética. A questão – de vida e de morte – que move o autor no segundo ato é o *quanto criterioso* ele foi ao realizar o experimento. E afirmamos tratar-se de uma questão “de vida e de morte”, pois um “deslize” nessa etapa invalida todo o experimento, abre caminho para o total questionamento do leitor.

Destacamos, também, nesse segundo ato, o tempo verbal no passado e na voz passiva como o “tempo do mundo experimental” – tempo esse que traz como efeito de sentido a ideia de que as ações são quase que “automáticas”, como se acontecessem por si só, isto é, como se o autor apertasse um botão e o experimento se desenvolvesse com a máxima precisão pretendida. Vejamos um trecho de um exemplar de nosso *corpus*, que, embora longo, é importante para a compreensão de nossas afirmações sobre o “tempo do mundo experimental”:

Conduzimos uma atividade experimental que buscou verificar o mapeamento da marcação morfofonológica de número ao conceito de singular e plural por crianças de cinco e seis anos de idade. Para tal, **contrastamos** sentenças com sujeito foneticamente preenchido por um DP (A criança comeu doce vs. As crianças comeram doce) e com sujeito nulo (Comeu doce vs. Comeram doce), com vistas a verificar se a informação de número reforçada pela marcação morfofonológica presente no sujeito e no verbo facilita a identificação do referente ou se a marcação flexional apenas no verbo é suficientemente robusta para a interpretação semântica do enunciado.

(...)

Partimos da hipótese de que, quando a informação de número plural é reforçada pela marcação morfofonológica redundante no sujeito e no verbo, a identificação do referente é facilitada. Já no caso da realização morfofonológica no verbo como única informação de numerosidade, a identificação do referente pode ser dificultada em função da variação na expressão da concordância entre sujeito/verbo discutida anteriormente.

(...)

O experimento foi conduzido por meio da técnica de seleção de imagens. **Foram criadas pranchas** de desenhos que mostram sempre duas personagens: em uma das imagens, as duas personagens estão praticando uma determinada ação; na outra, apenas uma das personagens está praticando essa ação. As duas imagens **eram apresentadas** juntamente com os estímulos linguísticos. Nesse sentido, o método utilizado foi semelhante ao empregado por Legendre et al. (2010) no francês. Diferentemente, em pesquisa conduzida em espanhol, Pérez-Leroux (2005) adotou o mesmo tipo de tarefa, mas contrastando uma imagem contendo um único referente e outra contendo dois referentes (ex.: uma imagem apresentando um único pato nadando vs. uma imagem com mais de um pato nadando). Embora em termos linguísticos o espanhol – na variedade investigada – apresente marcação verbal de número sistemática e consistente, os resultados desse estudo para frases no singular ficaram no nível da chance. Isso sugere que o fato de haver um contraste perceptualmente nítido entre ambas as imagens apresentadas não seria um fator facilitador quando os estímulos linguísticos são singulares. **Assim, tomando como ponto de partida os estudos prévios em francês e espanhol, optamos por apresentar**, em ambas as imagens, duas personagens, com o intuito de garantir que a escolha da criança não fosse pautada em uma preferência pela imagem com mais personagens (i.e., visualmente mais atraente) e que a necessidade de analisar as figuras de maneira mais detalhada mantivesse os participantes atentos até o final da tarefa. Numa versão piloto do experimento, **a tarefa foi aplicada** com as formas verbais das sentenças no presente do indicativo,

já que o objetivo era o de contrastar a presença explícita do morfema de número (ex.: come-*m*) com a ausência desse morfema (ex.: come- $\emptyset$), seguindo os moldes dos estudos conduzidos em outras línguas.

(...).

Procedimento: O experimento foi desenvolvido com uma fase de familiarização, uma fase de pré-teste e uma fase de teste. Na familiarização, **quatro personagens eram apresentadas** como membros de uma família, conforme ilustrado na figura 1. O participante deveria ouvir a sentença e escolher entre duas imagens a que melhor representa aquilo que foi dito. Após a familiarização, **três trials foram inseridos** como pré-teste para apresentar a tarefa para a criança, deixá-la habituada com o objetivo e certificar que a criança estava familiarizada com as personagens apresentadas. Se o participante demonstrasse boa compreensão da tarefa durante o pré-teste, passava-se à fase de teste. Exemplos do material visual utilizado são reproduzidos pelas figuras 2 e 3 (Exemplo 57. A3. Grifo nosso).

O trecho acima mostra-nos uma alternância entre dois grandes “blocos” de vozes verbais: a voz ativa e a passiva. A voz ativa é utilizada, inicialmente, em fases “pré-experimentais”, isto é, nos momentos durante os quais o autor apresenta o objetivo do experimento (“Conduzimos uma atividade experimental que buscou verificar...”), bem como a hipótese que guia essa atividade experimental (“Partimos da hipótese...”). Nesses momentos, o autor ainda não está narrando o experimento, mas as premissas para a sua realização. O autor adota a voz ativa e coloca-se como sujeito da ação (“Conduzimos” = eu conduzi/ “Partimos da hipótese” = eu parti da hipótese), pressupondo que o leitor precisa dessas coordenadas para entender o experimento. A assunção da voz ativa pressupõe o outro – leitor – em uma relação simétrica, embora nunca intercambiável.

Ao narrar o experimento, muda-se a perspectiva – da descrição (do objetivo e da hipótese), para a narração. O plano narrativo, conforme afirmamos no capítulo anterior, com base em Koch (2010, 2015), que se baseia no trabalho de Weinrich, caracteriza-se pela alternância entre o pretérito perfeito, que narra ações pontuais (“O experimento foi conduzido” / “Foram criadas pranchas”), e o pretérito imperfeito, que serve à narração de ações repetitivas (“As duas imagens eram apresentadas”). O que nos chama a atenção, porém, nessa mudança para o plano da narrativa do experimento, é o fato de o autor optar pela voz passiva, e essa questão inicialmente nos intrigou. Observamos como recorrente a utilização dessa voz verbal no segundo ato, mais especificamente nos momentos durante os quais são apresentadas as ações experimentais.

Quando o autor apresenta objetivos, hipóteses, referencia outro trabalho que apresenta experimento semelhante, bem como busca explicar, para o leitor, os motivos para ter adotado essa ou aquela técnica (“Assim, tomando como ponto de partida os estudos prévios em

francês e espanhol, **optamos** por apresentar”, no trecho destacado), há uma mudança de perspectiva e a voz ativa é utilizada. O autor poderia ter narrado o experimento na voz ativa (“Criamos pranchas de desenhos” ao invés de “Foram criadas pranchas de desenhos”), mas opta pela passiva. A recorrência dessa voz verbal especificamente nos trechos narrativos, isto é, nos momentos em que a relação autor-leitor distancia-se para se instaurar uma relação autor-objeto, levou-nos a postular uma temporalidade própria ao mundo experimental. O exemplo 57 acima destacado foi selecionado para ilustração de nossa tese, pois, nesse artigo, o autor utiliza livremente a primeira pessoa (do plural) e, assim, permite-nos verificar que, a despeito da escolha dessa forma verbal, quando são descritas as ações experimentais, ou seja, quando o autor adentra o “mundo experimental”, muda a perspectiva, opta pela voz passiva para essa descrição.

Em uma perspectiva bakhtiniana, sabemos, não nos é suficiente descrever ou enumerar a escolha por um ou outro aspecto da língua, mas entender os sentidos advindos dessa escolha. Segundo apontamos no capítulo precedente, ao tratarmos da forma arquitetônica do gênero, a voz passiva, no passado (“Foram realizados”, “Foram inseridos” etc), estabelece o sentido de um mundo “automatizado”, que parece se revelar por si só. O autor domina esse mundo, pois se trata de “um mundo inconsciente”, um mundo “apassivado”, que sofre as ações, mas nunca as realiza. No momento em que o autor sente o outro – seja o leitor, sejam outros autores aos quais ele se reporta – muda a voz do verbo, pois esse outro é uma consciência ao lado do autor – o que já nos leva ao subtópico a seguir – eu-objeto (a objetificação do outro).

7.3.2 O eu e o objeto

A relação com o objeto é instaurada preponderantemente no segundo ato. No primeiro ato, conforme já reiteramos, o autor tem seus primeiros “encontros” com o leitor, e esse, evidentemente, o acompanha em todo o percurso. Todavia, há momentos durante os quais o autor se distancia mais de seu leitor e se aproxima do objeto. Trata-se dos momentos de narração das tarefas experimentais, representadas, frequentemente, pelas aliterações sintáticas citadas acima, que dão ao segundo ato uma cadência repetitiva.

Analizamos, no capítulo precedente, a relação autor-objeto, pois essa relação nos foi fundamental para entendermos a arquitetônica do gênero como sendo a forma da dominação do mundo (humano, natural) pelo autor através da evidência experimental. Nessa dominação,

a constituição do objeto dá-se, nos casos em que se têm experimentos com seres humanos, por procedimentos diversos já descritos anteriormente (inclusão em classe genérica, apagamento de traços de individualidade etc). O evento cognitivo instaura-se à medida que outra consciência em potencial “morre” para que uma só consciência possa reinar (o autor). Assim, essa “consciência em potencial” ou “consciência que não conseguiu realizar-se” torna-se objeto.

Ao analisarmos os traços sintáticos que traduzem a objetificação do outro, percebemos que, quando são apresentados os “participantes da pesquisa”, esses nunca são agentes de si; são, recorrentemente, tratados através de uma mesma construção sintática que inverte a ordem sujeito-verbo para verbo-sujeito, e que, assim, confere proeminência ao verbo em detrimento do sujeito. Vejamos:

Participaram do experimento um total de 90 crianças falantes do PB com idades entre 3 e 5 anos. (Exemplo 58. A4. Destaque nosso).

Participaram do presente estudo nove voluntários saudáveis, sem história de patologias músculo-esqueléticas na coluna vertebral e que não apresentaram episódios de dor lombar nas quatro semanas que o antecederam. (Exemplo 59. A12. Destaque nosso).

Participaram do estudo 14 crianças de ambos os sexos (6 meninos e 8 meninas), com idades variando entre 8 e 9 anos. (Exemplo 60. A15. Destaque nosso).

Foram voluntários nesse experimento 20 participantes, falantes nativos do português, alunos de graduação da UFPB entre 18 e 25 anos de idade. (Exemplo 61. A10. Destaque nosso).

Mais uma vez, para analisar os efeitos de sentido inscritos, é necessário observar outros recursos que estavam disponíveis na língua e que poderiam ter sido utilizados pelo autor, mas não o foram. “14 crianças de ambos os sexos... participaram do estudo” era uma possibilidade de enunciação. Todavia, o autor opta por inverter essa ordem sintática e dar proeminência ao verbo em detrimento do sujeito. Essa opção é recorrente, conforme os exemplos acima ilustram. Essa recorrência somada à arquitetônica do gênero, analisada anteriormente, ratifica a tese da objetificação do outro, da morte da potencialidade de existência ética (considerando “ético”, no sentido da tríade ético-estético-cognitivo) desse outro, que passa a ser objeto para uma consciência cognitiva.

O autor centra-se na relação com o objeto ao adentrar o “mundo experimental”, mas, tendo o leitor como seu *outro*, interrompe, diversas vezes, a narração do experimento para

explicar informações ou qualquer detalhe que o leitor talvez não conheça, asseverar a lisura do processo experimental etc. Vejamos como o autor relaciona-se com o leitor no próximo subtópico.

7.3.3 O eu e o outro

7.3.3.1 Antes de adentrar o mundo experimental: explicando a natureza da pesquisa, hipóteses, variáveis...

Antes de adentrar o mundo experimental, narrando os procedimentos realizados, e centrar-se no olhar sobre o objeto, o autor, no segundo ato, precisa estabelecer as “coordenadas” básicas que norteiam o leitor, que o façam compreender a pesquisa. Assim, o autor informa a natureza da pesquisa, as hipóteses, as variáveis etc:

Este trabalho foi elaborado como **uma pesquisa laboratorial, descritiva, exploratória e transversal, visando ao desenvolvimento de análise parasitológica de água da município de Nova Serrana - MG**, como uma primeira aproximação ao tema do estudo, realizada em um único ponto temporal de análise, na busca da presença de parasitos humanos veiculados pela água, para **verificar se seria uma possibilidade de contaminação para a população dessa cidade**. (Exemplo 62. A2. Grifo nosso).

O estudo foi delineado como **exploratório** devido à própria natureza do tema da pesquisa, **sobre a qual há pouco acumulado e sistematizado** (Vergara, 2003) no cenário brasileiro, buscando-se, assim, maior conhecimento sobre o problema investigado. Os procedimentos metodológicos **serão apresentados a seguir de forma a possibilitar um melhor entendimento do experimento de campo realizado, na seguinte ordem**:

- a) visão global e desenho do experimento;
- b) detalhes sobre participantes, materiais e procedimentos utilizados; e
- c) uma breve análise dos dados coletados. (Exemplo 63. A11. Grifo nosso).

Este experimento **parte da hipótese** de que a criança, na idade de produção das formas verbais superregularizadas, é capaz de compreender, na fala de outra pessoa, as formas agramaticais. Fazendo uso da técnica de julgamento de gramaticalidade, **numa adaptação da metodologia usada por Grolla (2009), buscou-se investigar** se a criança em sua fase de desenvolvimento morfológico, na qual ela inicia a produção das formas superregularizadas. (Exemplo 64. A4. Grifo nosso).

O experimento 1, aqui apresentado, **investiga** a atuação do princípio B da teoria da ligação bloqueando ou atrasando, em um primeiro momento, a co-

referência entre o SN sujeito e o pronome objeto no mesmo escopo sentencial e **investiga também** se, em um segundo momento, os traços de gênero, número e animacidade do antecedente influenciam em uma possível tentativa de vinculação entre pronome objeto e o sujeito. Dessa forma, temos, neste experimento, como **variável independente**, a relação de semelhança dos traços de gênero, número e animacidade entre o sujeito e o pronome objeto e como **variáveis dependentes** os tempos de leitura do terceiro e do quarto segmento (pronome “ele” e advérbio respectivamente). (Exemplo 65. A10. Grifo nosso).

Os trechos acima foram retirados das primeiras linhas da seção aqui designada genericamente como “metodologia” dos artigos. É perceptível que as informações fornecidas ao leitor são as mais diversas, não seguindo um “padrão”. O autor destaca ao seu leitor aquelas informações que ele julga mais relevantes para que esse último possa entender o experimento ou mesmo para o entendimento da narrativa delineada no texto (como no exemplo 63).

Assim, no exemplo 62, o autor, antes da narrativa experimental, destaca a natureza da pesquisa e o objetivo do estudo. No exemplo 63, também se destaca a natureza da pesquisa e, em um gesto mais comum ao primeiro ato, é reforçado o pioneirismo dessa investigação (“há pouco acumulado e sistematizado”). Por fim, é fornecido um “guia de leitura” das informações relativas ao experimento (“serão apresentados a seguir de forma a possibilitar um melhor entendimento do experimento de campo realizado, na seguinte ordem”). O exemplo 64 centra-se na hipótese de pesquisa e no objetivo, bem como informa ao leitor que o experimento consistiu na adaptação de uma metodologia prévia. Esse tipo de informação (metodologias prévias ou técnicas ou protocolos experimentais) é muito recorrente e parece ter grande importância no gênero, sendo abordada por nós em subtópico posterior. Por último, no exemplo 65, o autor destaca os objetivos e as variáveis (independente e dependente) que constituem o experimento.

Ressaltamos que, ao apresentar essas informações, o autor tende a fazê-las mais na voz ativa (“O experimento 1... investiga”/ “Este experimento parte da hipótese”). Mesmo que a voz passiva também seja empregada (“O estudo foi delineado”/ “Este trabalho foi elaborado”), não o é com as aliterações sintáticas típicas da narrativa experimental, evidenciando que o autor ainda não “submergiu” o automatismo do experimento.

7.3.3.2 “Interrompendo” a narrativa experimental: O autor explica informações que o leitor pode não conhecer

Após iniciar a narrativa experimental, dotando o texto com os traços estilísticos anteriormente expostos (aliterações sintáticas na voz passiva e no pretérito), o autor pode, a qualquer momento, interromper a narrativa para fornecer ao leitor alguma informação adicional, justificar o emprego de alguma técnica específica etc. Nesses momentos, é visível a mudança do plano narrativo do mundo experimental para outro plano discursivo – aquele no qual se encontram lado a lado autor e leitor. Vejamos:

Todos **eram acompanhados** no Setor de Neurologia do Comportamento e apresentavam diagnóstico de provável DA, de acordo com os critérios do DSM IV9 e NINCDS-ADRDA10, sendo excluídos os pacientes com transtornos psiquiátricos, vasculares ou pacientes com outros tipos de demência. Os pacientes **foram então submetidos** à avaliação de linguagem, através da aplicação do teste de Boston. **O teste de Boston, proposto por Goodglass e Kaplan1, é um teste de linguagem**, composto por várias tarefas envolvendo a avaliação da compreensão e emissão, oral e gráfica. (Exemplo 66. A1. Grifo nosso).

No trecho acima, o autor, inicialmente, coloca-se no plano discursivo da narrativa experimental, descrevendo ações recorrentes às quais os pacientes eram submetidos (“Todos eram acompanhados...”). O tempo verbal é o pretérito imperfeito, que serve a essas descrições. O pretérito perfeito na voz passiva (“Foram submetidos”) assinala bem esse plano discursivo, e, conjuntamente com o marcador textual “então”, dá a cadência de uma narrativa, de ações que se sucedem temporalmente (primeiro, há o acompanhamento dos pacientes; em seguida, a seleção daqueles que vão participar do experimento; e, depois, a avaliação de linguagem). Destacamos que, no momento em que descreve as atividades experimentais, o autor distancia-se do leitor e aproxima-se do objeto, pois precisa reconstruir a narrativa, as ações que foram realizadas em outro marco temporal. Autor e leitor encontram-se “lado a lado” no momento expresso pelo tempo presente, que pode ter o valor de temporalidade do “aqui e agora” (por exemplo, quando o autor chama a atenção do leitor para uma tabela, uma ilustração, em expressões imperativas como “vejamos a tabela abaixo” ou simplesmente indicando a tabela entre parênteses), ou o valor de atemporalidade, quando são utilizadas definições como “X é Y”.

Quando o autor traça sua narrativa, “distancia-se” do leitor, instaurando outras coordenadas temporais, dentro das quais é possível reconstruir a história do experimento. A

percepção que o autor tem do leitor, no entanto, faz com que aquele, em diversos momentos, interrompa a narrativa. No exemplo 66, após narrar que os pacientes foram submetidos ao teste de Boston, o autor parece ter se sentido “inquieto” com o leitor, considerando que esse último pode não saber o que é o teste de Boston. Assim, pausa a narrativa, e informa: “O teste de Boston é um teste de linguagem...”. A “pausa” é marcada pela mudança temporal – do pretérito para o presente do indicativo, com o valor de atemporalidade (“x é y”).

Essa presença “inquietante” do leitor torna-se mais patente, porém, em momentos durante os quais o autor parece justificar-se, isto é, parece tentar garantir ao leitor que o experimento seguiu rígidos protocolos. Vejamos no próximo subtópico.

7.3.3.3 Garantindo a lisura do processo experimental

Enquanto, no primeiro ato, o autor precisa chamar a atenção do leitor para o diferencial da pesquisa, no segundo ato, parece apoiar-se na “tradição”, indicando, por exemplo, que o método adotado foi utilizado, com sucesso, em experimentações prévias de outros pesquisadores. Ao mesmo tempo, no segundo ato, o autor parece todo o tempo preocupado em garantir ao leitor que o experimento foi rigidamente controlado, que os protocolos foram observados etc. Em suma, o autor interrompe algumas vezes a narrativa, o “automatismo” do mundo experimental, para garantir ao leitor a lisura do processo. E o faz através de três movimentos principais: trazendo informações sobre o controle das variáveis, das etapas experimentais, enfim, de todo o procedimento; informando ao leitor que a pesquisa seguiu os padrões de ética exigidos; referenciando métodos ou protocolos prévios. Observemos cada um desses movimentos.

Sobre o “máximo controle”, vejamos os exemplos abaixo:

O instrumento de pesquisa contou com seis questões elaboradas de forma **a possibilitar a coleta de todas as variáveis** e aquelas cujo conteúdo poderia influenciar na resposta de outras mantidas em páginas separadas, **buscando garantir a validade interna do experimento**. (Exemplo 67. A11. Grifo nosso).

Foram escolhidos blocos de parafina contendo fragmentos de tecido prostático anteriormente diagnosticados com adenocarcinoma prostático ($n = 10$) ou hiperplasia prostática benigna (HPB, $n = 12$), dos arquivos do setor de patologia do Laboratório de Imunopatologia Keizo Asami (LIKA), órgão suplementar da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), e de um laboratório particular do Recife. **Para controle, foram utilizados fragmentos de próstata ($n = 10$) sem distúrbios de natureza anatômica**

ou funcional, recolhidos do Serviço de Verificação de Óbito (SVO) da Universidade Federal de Pernambuco. (Exemplo 68. A14. Grifo nosso).

As análises microscópicas foram em quadruplicata e às cegas, **ou seja, os analisadores não sabiam qual amostra se tratava no momento da leitura, foi feita uma codificação das amostras**. (Exemplo 69. A2. Grifo nosso).

Todos os participantes reportaram ter achado a tarefa simples e demoraram executando a tarefa experimental em torno de 16 minutos cada. **É importante ainda frisar que cada participante, antes do início da tarefa experimental, participou de uma prática** contendo apenas frases com estruturas semelhantes às distratoras divididas em 6 segmentos assim como as frases utilizadas no experimento. **Essa prática visa a deixar os participantes familiarizados com a tarefa experimental**. (Exemplo 70. A10. Grifo nosso).

O exemplo 67 acima é autoexplicativo: o autor busca garantir ao leitor a lisura do processo informando o máximo controle que teve com as variáveis (“de forma a possibilitar a coleta de *todas* as variáveis”), para, assim, garantir a validade interna do experimento. O exemplo 68 também evidencia a preocupação em informar o controle das variáveis. Assim, como se objetivava desenvolver um método mais seguro para detecção de neoplasias prostáticas, recorre-se à variável controle “fragmentos sem distúrbios de natureza anatômica ou funcional”. Ressaltamos que, embora o controle das variáveis seja uma prática padrão, recorrente, na pesquisa experimental, interessa-nos, como analista, observar que o autor sente a necessidade de informar, de ressaltar, o controle dessas variáveis. Isto é, *precisa dizer* ao leitor que adotou uma variável controle, por exemplo, e em que quantidade (no exemplo 69, $n = 10$). A necessidade de enunciar essa prática padrão evidencia a tensão que se coloca entre autor e leitor, considerando que esse último pode, a qualquer momento, questionar o experimento.

O exemplo 69 traz um trecho no qual o autor explica que a análise das amostras foi realizada “às cegas”. Como a análise é feita por “humanos”, e esses são sujeitos a falhas, o autor precisa informar que essa análise foi feita dessa forma, evidenciando o distanciamento sujeito-objeto como valor nesse tipo de pesquisa.

Por fim, no exemplo 70, o autor assegura ao leitor que, sendo o experimento realizado com seres humanos, esses passaram por uma fase de “familiarização” experimental, com o intuito de evitar falhas no experimento. A estrutura linguística modal (“É importante ainda frisar”) tem essa função de chamar a atenção do leitor para determinado aspecto do texto.

Sobre os padrões de ética, vejamos dois exemplares:

A apresentação dos estímulos foi aleatorizada, bem como o lado (esquerda/direita) em que apareceria a imagem-alvo. As respostas dos participantes foram anotadas em fichas individuais para posterior análise. A atividade foi aplicada em cinco creches/escolas infantis da cidade de Juiz de Fora/MG, **mediante a autorização prévia da direção das instituições e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido**. (Exemplo 71. A3. Grifo nosso).

Todos os voluntários assinaram um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido de acordo com a resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde contendo informações relacionadas com os testes aos quais seriam submetidos e assegurando também a sua privacidade. O presente estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa local. (Exemplo 72. A12).

A importância de aprovação prévia de Comitês de Ética e assinatura de termos de livre consentimento, conforme argumentamos no capítulo 6, traz a memória de uma época – nem tão distante, se pensarmos nos experimentos realizados na Segunda grande guerra com prisioneiros judeus – em que a ciência cometia práticas hoje consideradas deletérias. Mais uma vez, destacamos que, como analistas, interessa-nos observar que o autor precisa trazer essas informações em seu texto, “blindando” seu artigo quanto a possíveis questionamentos do leitor. É possível afirmar, com base nas análises até o momento expostas, que esse gênero constitui-se na tensão entre essas duas consciências: o autor precisa precaver-se, justificar-se; o leitor parece sempre questionar. Assim, a forma composicional vai se moldando em um duplo movimento – a *apresentação* do experimento e a *justificativa* – justificativa do método empregado, da relevância do tema de pesquisa, dos padrões éticos adotados etc.

Nesse movimento de “justificativa”, o autor precisa estabelecer laços com uma tradição, referenciando métodos ou protocolos prévios. Vejamos:

Em abril de 2011, partes aéreas de *T. cordata* (12 amostras) e *I. carnea fistulosa* (9 amostras) foram coletadas nas respectivas fazendas onde estavam sendo realizados os experimentos, e enviadas ao Poisonous Plant Research Laboratory (USDA/ARS), Logan, UT, EUA, para determinar os níveis de swainsonina. As concentrações de swainsonina foram determinadas por cromatografia líquida e espectrometria de massa **pelos métodos descritos por Gardner et al. (2001) e Dantas et al. (2007)**. (Exemplo 73. A6. Grifo nosso).

Logo após uma precipitação com etanol absoluto (24h; 4°C), o material foi lavado com etanol 80% (200 mL; 2 ×), etanol absoluto (200 mL; 1 ×) e seco em estufa durante 24h a 60°C (**FARIAS et al., 2000**). Os resíduos das extrações foram redigeridos com papaína a fim de se tornar ótimo o rendimento **de acordo com Rodrigues et al. (2009b)**. (Exemplo 74. A13. Grifo nosso).

A utilização – e, mais importante, destacamos – a *citação*, no corpo do artigo, de métodos prévios, que podem ser rigidamente seguidos ou adaptados, garante ao leitor a segurança do procedimento experimental, ao mesmo tempo em que faz com que o artigo em questão estabeleça elos com artigos precedentes, na corrente sem fim da vida do diálogo, mantendo-se uma tradição disciplinar.

Sobre essa “tradição”, vejamos, a seguir, outro aspecto.

7.3.3.4 O “entimema disciplinar”

No capítulo 4, ao tratarmos da linguagem do discurso científico, resenhando a pesquisa de Coracini (2007), que analisa artigos experimentais, afirmamos que, segundo a autora, uma das características desse tipo de discurso seria o hermetismo, não propriamente pelos jargões utilizados – embora esses dificultem sim a leitura de alguém “não iniciado” – mas, principalmente, pelas informações suprimidas. Com base em nossa leitura de Volóchinov (2013), aventamos a hipótese de que essas informações constituiriam uma espécie de “entimema disciplinar”, isto é, trata-se de informações conhecidas e aceitas por determinados membros de uma esfera e que, portanto, não precisam de maiores explicações, constituindo um “fundo de apercepção” do enunciado. Vejamos o exemplo abaixo:

O presente estudo foi realizado no Setor de Neurologia do Comportamento da Disciplina de Neurologia do Departamento de Neurologia e Neurocirurgia da Universidade Federal de São Paulo - Escola Paulista de Medicina. Contou com a participação livre e voluntária de 12 pacientes com DA, após assinatura de termo de consentimento Livre e Esclarecido. A pesquisa teve aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de São Paulo (parecer 1606/03).

Como o objetivo da pesquisa foi o de identificar alterações de linguagem que aparecem precocemente, nas fases iniciais da DA, **todos os pacientes selecionados para este estudo, tinham pontuação no Mini Exame do Estado Mental (MEEM) acima de 23 pontos e CDR = 0,5 ou 1,0**. O tempo de evolução da doença variou de 2 a 6 anos, com média de 4 anos e 3 meses. Todos eram acompanhados no Setor de Neurologia do Comportamento e apresentavam diagnóstico de provável DA, **de acordo com os critérios do DSM IV 9 e NINCDS-ADRDA 10**, sendo excluídos os pacientes com transtornos psiquiátricos, vasculares ou pacientes com outros tipos de demência. Os pacientes foram então submetidos à avaliação de linguagem, através da aplicação do **teste de Boston**.

O teste de Boston, proposto por Goodglass e Kaplan¹¹, é um teste de linguagem, composto por várias tarefas envolvendo a avaliação da compreensão e emissão, oral e gráfica. As tarefas realizadas e investigadas neste estudo são apresentadas a seguir. (Exemplo 75. A1. Grifo nosso).

O trecho acima já foi parcialmente citado em outros momentos. Todavia, retiramos, agora, na íntegra, os três primeiros parágrafos da seção convencionada como “metodologia” para analisarmos o funcionamento do que aqui denominamos como “entimema disciplinar”. Lembramos que, para Volóchinov (2013, p. 80), “cada enunciação da vida cotidiana é um entimema socialmente objetivo. É uma espécie de palavra-chave que somente conhecem os que pertencem a um mesmo horizonte social”. Adiante, acrescenta o autor que, “*existe o “subentendido” da família, da tribo, da nação, da classe social, dos dias, dos anos inteiros e inclusive de épocas totais.*” (VOLÓCHINOV, 2013, p. 80, grifo do autor). Esses “subentendidos” estão atrelados à vida da enunciação, a valores constantes, que, justamente por serem “constantes”, “sólidos”, não precisam ser enunciados.

O gênero aqui analisado, segundo demonstramos por vários exemplos, constitui-se em uma rede dialógica de citações a outros estudos, a outras pesquisas, a métodos prévios. Esses estudos ou métodos não são detalhados: é mais comum a simples menção ao outro. Um leitor “não iniciado” nessa rede discursiva, que não conhece, portanto, esses trabalhos prévios, pode, então, ter dificuldade em compreender aspectos importantes do experimento. No exemplo 75 acima, inicialmente são trazidas informações que, cremos, não trazem maiores dificuldades aos “não iniciados”: local onde foi realizada a pesquisa (Setor de Neurologia do Comportamento da Disciplina de Neurologia do Departamento de Neurologia e Neurocirurgia da Universidade Federal de São Paulo), quantidade de participantes (12 pacientes), e informações relativas à ética da pesquisa, que garantem ao leitor a lisura do procedimento, conforme analisamos no subtópico anterior. Destacamos que o significado da sigla “DA”, “doença de Alzheimer”, foi expresso na introdução.

No segundo parágrafo, no entanto, começam a aparecer informações que podem comprometer o entendimento do experimento pelos não iniciados. Informa-se, por exemplo, que “todos os pacientes selecionados para este estudo, tinham pontuação no Mini Exame do Estado Mental (MEEM) acima de 23 pontos e CDR = 0,5 ou 1,0”. Não há qualquer referência, no artigo, para alguma pesquisa ou algum protocolo que defina e explique o que seria esse “Mini Exame do Estado Mental”, que explique o que significariam essas pontuações. Ademais, utiliza-se uma sigla, “CDR”, para a qual não é informado o significado. Assim, presume-se que o autor está tratando de informações possivelmente “básicas” para os iniciados na área, que já investigam a doença de Alzheimer, que sabem quais são os testes utilizados para classificar uma pessoa como sendo acometida por essa doença. A supressão

dessas informações não são apenas fatores de economia para o texto: são, antes, informações que circulam em um grupo específico (e restrito) de pessoas, que dotam essas pessoas de conhecimentos diferenciais. A apropriação dessas informações constitui um valor, uma espécie de *valor disciplinar*, que separa aqueles que pertencem ao grupo daqueles que não pertencem.

Após essa primeira informação sobre a pontuação dos pacientes no MEEM, o autor prossegue: “todos eram acompanhados no Setor de Neurologia do Comportamento e apresentavam diagnóstico de provável DA, de acordo com os critérios do DSM IV 9 e NINCDS-ADRDA 10”. São trazidas, ao texto, siglas sem definição: “DSM IV” e “NINCDS-ADRDA”. Ressaltamos que, nesse caso específico, diferentemente de quando se faz menção ao MEEM, há notas de rodapé, as quais remetem a referências de manuais de diagnósticos de transtornos mentais e de diagnóstico da doença de Alzheimer. O autor, portanto, parece dizer ao leitor: “caso você não tenha muito conhecimento sobre o assunto, consulte x e y”. Todavia, a leitura desses manuais, na área médica, possivelmente irá remeter a mais siglas, a mais protocolos, que colocam o leitor não iniciado em uma rede discursiva de uma área específica, dificultando a compreensão. Por fim, conforme já analisamos anteriormente, o autor informa que os pacientes foram submetidos ao “Teste de Boston”. Parece sentir claramente que *seu leitor*, ou seja, o leitor “iniciado”, o “especialista”, pode não conhecer esse teste e, então, fornece explicações sobre ele.

Todos os artigos são construídos a partir do que denominamos de “rede discursiva” de pesquisas prévias, protocolos experimentais, testes padronizados, que são meramente citados, presumindo-se que o leitor os conheça. A existência dessa rede, que segrega os iniciados dos não iniciados, é o que torna, a nosso ver, a leitura do gênero “fechada” a um círculo específico. Trata-se de uma rede discursiva que se materializa, por sua vez, em uma linguagem muito restrita, em siglas, em jargões, os quais, por seu turno, acabam por segregar ainda mais os iniciados e os não iniciados.

7.3.3.5 As imagens na relação eu-outro

No capítulo 4, ao resenharmos as pesquisas no âmbito da sócio-retórica que analisam o gênero “artigo acadêmico”, tratamos da pesquisa de Bazerman (1988), que versa sobre o artigo experimental. Segundo mencionamos no capítulo supracitado, Bazerman (1988) concebe que o gênero foi modelado pela necessidade de uma prova empírica que sustentasse asserções gerais. Como o experimento, em seus primórdios, era “ao vivo”, com uma plateia

assistindo, e essa prática, com o tempo, foi entrando em desuso, o próprio discurso precisava, então, convencer o leitor do rigor das etapas experimentais. Aos poucos, começam a aparecer, nos artigos, imagens, ilustrações, que visavam cumprir essa função.

Em nossos dados, encontramos textos verbo-visuais a partir do que aqui denominamos como “segundo ato” do gênero. No primeiro ato, isto é, no momento em que o autor responde a seu leitor o porquê da realização da pesquisa, apenas um artigo trouxe esse tipo de texto. Trata-se do A7, que, ao ressaltar a presença maciça de construções com concreto, argumenta sobre a necessidade de se testarem outros materiais residuais para causar menos danos ao meio ambiente. A primeira imagem utilizada, ainda no primeiro ato, era uma fotografia, em preto em branco. Vejamos:

FIGURA 4



Figura 1. Pavimentos intertravados: a) pátio de shopping center; b) calçada.

Fonte: Técnica Paver (2007).

Fonte: Fioriti, Ino e Akasaki (2010, p. 238).

(Exemplo 76. A7).

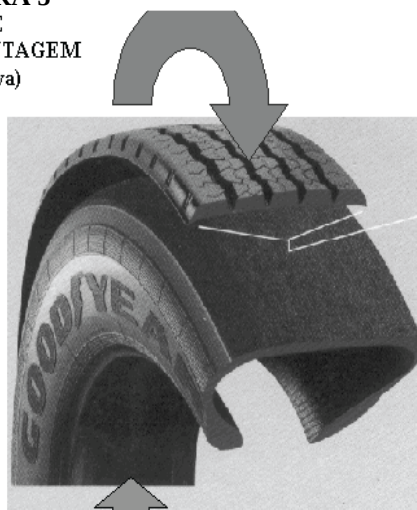
O texto verbal que precede e faz referência à imagem é o seguinte:

Os pavimentos intertravados de concreto (**Figura1**) se desenvolveram a tal ponto que se pode afirmar não existir um nicho da engenharia que não tenha sido permeado por esse tipo de pavimento, entre os quais podemos citar: pátios, calçadas, praças, ruas, caminhos, rodovias, pisos industriais, portos, aeroportos e em quase todos os lugares do mundo, em maior ou menor quantidade. (Exemplo 77. A7. Grifo nosso).

A imagem parece não ter muita função explicativa, sendo apenas uma ilustração, um reforço ao discurso verbal. Por meio deste, citam-se tipos de construção que se utilizam de pavimentos intertravados de concreto (pátios, calçadas, praças etc) e, em seguida, a fotografia mostra uma calçada e um pátio de *shopping Center*. Considerando, conforme afirmamos anteriormente, que o gênero desenvolve-se em uma rede discursiva que pressupõe “iniciados” nessa rede, não nos parece que o leitor não tenha conhecimento de como uma calçada é feita a partir de concreto. Trata-se, a nosso ver, de uma informação “elementar”. Lembremos, porém, que esse tipo de informação não é inusitada no primeiro ato. Em outro artigo já citado em subtópico anterior (7.2.2.2.1), encontramos como primeira informação a afirmativa de que a água é essencial para a vida. Assim, parece-nos que essas informações “elementares” (como a fotografia de uma calçada) têm, no primeiro ato, muito mais a função de instanciar o evento cognitivo, segundo discutimos previamente.

No mesmo A7, ainda no primeiro ato, outra imagem é apresentada:

FIGURA 5
CAMADA DE
RECAUCHUTAGEM
(Borracha nova)



ZONA DO PNEU APROVEITADA
(75% do pneu novo)

Figura 2. Pneu preparado para receber nova camada de borracha.
Fonte: Netresíduos (2007).

Fonte: Fiorit, Ino e Akasaki (2010, p. 238).

(Exemplo 78. A7)

O texto que faz referência à imagem é o seguinte:

A recauchutagem consiste fundamentalmente em se aproveitar a estrutura resistente do pneu gasto, desde que esta esteja em boas condições de conservação, e incorporar-lhe uma nova borracha de piso (banda de

rodagem), de forma a que aquele ganhe outra vida (**Figura 2**). (Exemplo 79. A7. Destaque nosso).

A segunda imagem começa a diferenciar-se da primeira e se aproxima mais do tipo de imagens que são apresentadas no segundo ato: fotografias esquematizadas com setas, que não apenas ilustram o discurso, mas o explicam, exemplificando o que foi apresentado em “palavras”.

No segundo ato do artigo, as imagens vão tendo essa função explicativa e exemplificadora. Vejamos:

FIGURA 6

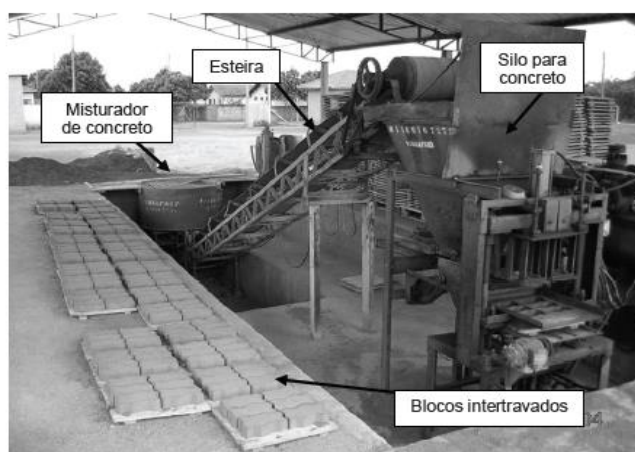


Figura 5. Vibro-prensa semiautomática utilizada.

Fonte: Fioriti, Ino e Akasaki (2010, p. 240).

(Exemplo 80. A7).

O seguinte texto verbal refere-se à imagem:

A fabricação dos blocos intertravados se realizou em uma máquina vibro-prensa semiautomática pneumática, **ilustrada na Figura 5**, indicada para a produção em escala industrial compacta. (Exemplo 81. A7. Destaque nosso).

O texto verbal não traz muitas informações sobre a máquina utilizada para a fabricação dos blocos de concreto com resíduos de pneus, mas a fotografia, sendo esquematizada, fornece ao leitor uma visão geral desse processo. Ao longo de todo o segundo ato desse artigo são apresentadas fotografias esquematizadas que ilustram cada etapa do processo experimental – desde a fabricação dos blocos, até os ensaios de resistência do material produzido. Essas imagens, que mostram cada etapa, parecem ter como função asseverar ao

leitor, com uma “prova a mais”, isto é, uma prova além das palavras do cientista, o rigor do método. Ao mesmo tempo, parecem levar o leitor a “reviver” o experimento, a “visitar” o laboratório, que, antes, nos primórdios do gênero, tinha a visita de seus espectadores.

Vejamos exemplos de outros artigos. No A12, no segundo ato, uma única imagem é apresentada:

FIGURA 7

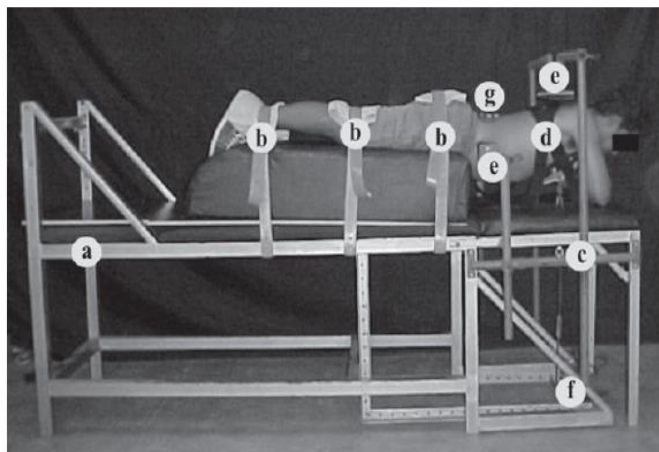


Fig. 1 – Postura e equipamentos utilizados para os testes de contração isométrica voluntária máxima e de exaustão. a: mesa de teste; b: cintos de couro; c: célula de carga; d: colete; e: limitadores de movimento; f: indicador digital; g: eletrodos.

Fonte: Gonçalves e Barbosa (2005, p. 110).

(Exemplo 82. A12).

Reproduzimos, abaixo, o texto que faz referência à figura 1 (isto é, à figura do exemplo 82):

Com o objetivo de fornecer maior estabilidade aos voluntários, três cintos de couro foram posicionados ao redor das articulações dos quadris, joelhos e tornozelos fixando a pelve e os membros inferiores à mesa de teste. Para evitar possíveis movimentos compensatórios, limitadores de movimento foram posicionados sobre as escápulas e lateralmente no tronco para controlar a rotação e inclinação lateral da coluna vertebral, respectivamente (**figura 1**). (Exemplo 83. A12. Destaque nosso).

O texto verbal já traz informações que possibilitam a compreensão de como os voluntários foram posicionados. No entanto, a fotografia “prova” que o experimento foi realizado com o rigor descrito. Ao mesmo tempo, permite ao leitor “reviver” o experimento.

Destacamos, ademais, que, ao ser apresentada com legendas, a imagem permite, ao leitor, melhor visualização das etapas experimentais. A maioria das imagens que aparecem no segundo ato do gênero “artigo experimental” são representações esquematizadas que correlacionam parte e todo.

Analisando o exemplo 82, percebe-se que há uma “totalidade”: a modelagem experimental proposta. Essa modelagem inclui os materiais utilizados (mesa, cintos, colete etc), o voluntário participante do experimento e a postura utilizada no teste – materiais, voluntário e postura são as partes do todo, que se apresentam de forma estruturada, pois há rótulos descrevendo as partes. No exemplo 80, o todo representado é a máquina vibro-prensa semiautomática, que foi utilizada para a fabricação dos blocos de concreto com resíduos de pneus. As partes desse “todo” são indicadas pelos rótulos (silo para concreto, esteira etc).

A presença mais representativa de imagens esquematizadas, que trazem uma correlação parte/todo evidenciam que essas assumem um caráter didático, explicativo: permitem, ao leitor, a melhor visualização das etapas experimentais. Essas imagens aparecem, em nosso *corpus*, de dois tipos: fotografias, como nos exemplos 80 e 82, ou “desenhos”, isto é, ilustrações esquematizadas. Vejamos um exemplo do segundo tipo:

FIGURA 8

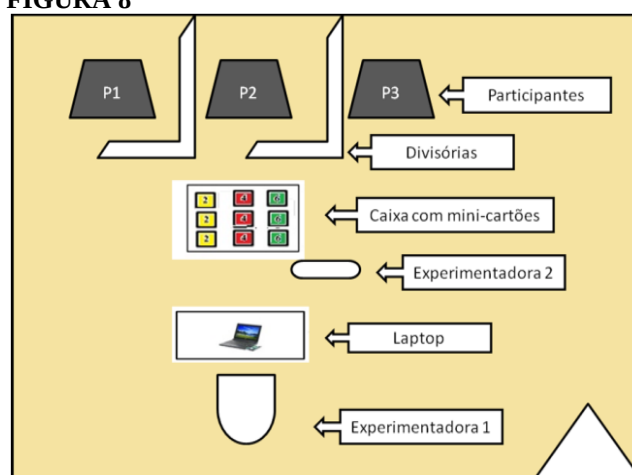


Figura 2. Esquema da sala de experimentação com as experimentadoras e materiais utilizados. (Exemplo 84 A9).

Fonte: Nogueira e Vasconcelos (2015, p. 109).

O seguinte texto remete à figura:

Foi utilizado um microcomputador com uma planilha desenvolvida no Microsoft Office Excel® para o controle de registros dos dados, recursos do

grupo e escolhas dos participantes. Foram utilizados também mini cartões com os números 2, 4 e 6 com as cores amarelo, vermelho e verde, respectivamente, colocados em uma caixa para escolha dos participantes. Duas divisórias de folhas de papel cartão formaram três cabines que separaram os participantes durante todo o experimento, impedindo contato visual e acesso às escolhas dos membros do grupo. **A Figura 2** mostra a disposição da experimentadora, dos participantes, e ainda, os instrumentos e materiais utilizados. (Exemplo 85. A9. Destaque nosso).

O exemplo 84, assim como o exemplo 82 (e o 80), representa a modelagem experimental. As partes do “todo” são a disposição da sala do experimento e os materiais utilizados. Diferencia-se do exemplo 82 por aquele ser uma fotografia e esse ser um desenho, mas ambos têm a mesma função: explicar ao leitor como foi feita a disposição geral do experimento, e, em certo sentido, permitir a esse último “reviver” cada etapa experimental, certificando-se de que essas etapas obedeceram a rígidos critérios.

Acrescentamos que a presença desse tipo de imagem – imagens que “segmentam” a realidade representada, descrevem e classificam por meio de rótulos as partes do todo – são condizentes com os modos através do qual a ciência olha e constrói o real. Segundo Cassirer,

Se o pensamento científico pretende descrever e explicar a realidade, é forçado a usar seu método geral, **que é o da classificação e da sistematização**. A vida é dividida em províncias separadas que são claramente distinguidas umas das outras. Os limites entre o reino das plantas, dos animais, do homem – as diferenças entre espécies, famílias, gêneros – são fundamentais e indelévels. (CASSIRER, 2012, p. 136, Grifo nosso).

O trecho acima remete a um momento no qual o filósofo alemão busca diferenciar o modo como a ciência constrói o real em oposição à forma como o mito o faz. Para Cassirer, a visão científica é analítica, ao passo que a visão mitológica é sintética, contínua (“um todo contínuo e ininterrupto que não admite distinções nítidas e claras”, CASSIRER, 2012, p. 136). Essa visão analítica do mundo, segmentado em partes e em correlações entre essas partes, é representada, segundo interpretamos, pela utilização de imagens esquematizadas.

Em síntese, o que denominamos como segundo ato do artigo experimental constitui-se como o momento em que o leitor, já “capturado” pela promessa do autor (a promessa de apresentar uma pesquisa que merece ser lida), “senta-se” para assistir ao experimento. O tom, nesse segundo ato, diferentemente do primeiro, é mais lento, mais pausado, repleto de aliterações sintáticas. Essas semiotizam o mundo experimental, através daquilo que denominamos “tempo experimental” – uma temporalidade, na voz passiva e no pretérito, que

põe em relevo a relação autor-objeto. Várias vezes, porém, interrompe-se a narrativa do mundo experimental, quando o autor precisa fornecer alguma explicação para o leitor. Nesses momentos, há nítida mudança das coordenadas temporais, que vão da voz passiva e do pretérito para a voz ativa e para o presente, indicando uma suspensão do relevo da relação autor-objeto que passa a dar proeminência à relação autor-leitor. O segundo ato é o momento em que o leitor questiona não mais o porquê de se ter realizado a pesquisa (essa pergunta é respondida no primeiro ato), mas o quão criterioso foi o autor na realização do experimento. Assim, são apresentados detalhes de cada etapa, imagens que ilustram a modelagem experimental, referências a outras pesquisas que utilizaram método igual ou semelhante, referências a protocolos referendados por dada comunidade.

Feitas essas considerações, passemos, então, ao terceiro ato.

7.4 Terceiro ato: o autor interpreta seus dados prepara-se para a réplica

7.4.1 O tom

Respondida a questão central, “O quão criterioso você foi nas etapas experimentais?”, e outras questões que se desdobram a partir dela, sentimos uma terceira mudança no artigo. Do tom pausado, “lento”, repleto de aliterações sintáticas, passa-se a uma nova etapa. O leitor, que estava “sentado”, assistindo ao experimento, parece mover-se, parece levantar-se e fazer perguntas mais incisivas, parece questionar a relevância dos dados obtidos frente ao que se tem na literatura – a máxima “tensão” é estabelecida no terceiro ato. Sentimos essa máxima tensão pelas respostas do autor, pela forma como ele se posiciona.

Sem nos determos muito no tom do terceiro ato, para não sermos repetitivos ao analisarmos adiante a relação eu-outro, é possível afirmar que, no discurso, percebe-se o autor assinalando seu posicionamento, deixando “marcas”, utilizando-se, por exemplo, de muitas orações concessivas e/ou adversativas, antevendo a contra-palavra do leitor. Se estivéssemos assistindo a um debate oral entre o pesquisador e seu público, veríamos a cadência de duas notas que se sucedem: uma breve e outra que se prolonga – “É. Mas...”. “Sim, claro. No entanto...”. Estando, porém, diante de um discurso escrito, planejado, encontramos construções como as que seguem abaixo:

As respostas-alvo nas condições de plural foram mais sistemáticas do que nas condições de singular, **sugerindo uma possível leitura genérica para**

os enunciados no singular, mesmo quando os verbos são apresentados no pretérito perfeito do indicativo. **Destacamos que, nas condições de plural, há uma sistematicidade de escolhas pela imagem-alvo não observada para o singular**, cujos resultados ficaram próximos do nível da chance, **o que parece sugerir** a percepção e a compreensão da marcação morfofonológica de plural, que seria tomada como informação robusta para a escolha por imagens com “mais de um sujeito” praticando a ação verbal. Os verbos no singular, por sua vez, não são associados de forma sistemática a imagens contendo referentes singulares pelas crianças testadas. **Embora uma possível leitura genérica não possa ser excluída sem a aplicação de novos experimentos, o fato de que no PB verbos com morfologia singular não se relacionam de forma categórica a sujeitos singulares, é um fator que pode ter afetado o desempenho das crianças.** (Exemplo 86. A3. Grifo nosso).

Sabemos que pacientes com DA apresentam, precocemente queixas relativas à memória. Muitos estudos sugeriram a participação da memória de trabalho, especialmente a alça fonológica e do executivo central em diversos outros aspectos no processamento da linguagem como produção da fala, aquisição de vocabulário e leitura ^{24,30}. **Da mesma forma, sabemos que o bom desempenho linguístico depende da preservação de funções cognitivas como memória e atenção. Apesar das tarefas linguísticas mais alteradas identificadas neste estudo provavelmente dependerem, como vimos, dos subsistemas de memória, sobretudo da memória de trabalho/alça fonológica e da chamada memória semântica ou buffer semântico, para serem adequadamente realizadas, a avaliação de linguagem permitiu a verificação precoce de alterações do processamento linguístico já na fase inicial da doença.** Exemplo 87. A1. Grifo nosso).

No exemplo 86 acima, percebe-se redundância nas informações – redundância essa resultante da “máxima tensão” referida acima, que se projeta no terceiro ato do artigo, no momento em que, “contada a história” do experimento, o autor interpreta os dados, visando convencer seu leitor da tese defendida, ao mesmo tempo em que esse parece questionar essa tese. Assim, no exemplo em questão, o autor, inicialmente, declara o resultado (“As respostas-alvo nas condições de plural foram mais sistemáticas do que nas condições de singular”). Logo em seguida, já sentimos o autor “mais subjetivo”, à medida que começa a interpretar o resultado (“*sugerindo uma possível leitura genérica...*”). Marca, então, ainda mais o discurso com o verbo “destacar”, que cumpre a função de chamar a atenção do leitor para dada informação. Essa informação, no entanto, é a reafirmação do resultado já declarado (sistematicidade nas escolhas pelo plural).

A redundância de informações não deve ser vista como “erro”, como “desnecessária”, como nos faria crer um manual de escrita científica; devemos, antes, observar as intenções do autor – e uma dessas intenções é assinalar a tese defendida: a percepção e a compreensão da marcação morfofonológica de plural pelas crianças que foram submetidas ao experimento.

Essa tese é assinalada pela oração adjetiva modalizada através dos verbos “parecer” e pelo sentido já modal contido no verbo “sugerir” (“**o que parece sugerir** a percepção e a compreensão da marcação morfofonológica de plural”). Sendo essa a tese defendida, o autor sente a necessidade de “preparar” o discurso para enunciá-la; sente, pois, a necessidade de ser redundante na declaração dos resultados. Parece sentir, ademais, um possível questionamento, uma possível contra-palavra do leitor, e, assim, antecipa essa contra-palavra através da oração concessiva (“Embora uma possível leitura genérica não possa ser excluída sem a aplicação de novos experimentos”).

No exemplo 87, o autor “luta” contra uma ideia exposta já nas primeiras linhas do artigo: a crença de que a doença de Alzheimer afeta mais a memória do que outras atividades cognitivas, como a linguagem (é afirmado no segundo parágrafo da introdução do artigo: “As alterações de memória, no entanto, são as mais referidas pela família e as mais fortemente evidenciadas na avaliação clínica do paciente desde o início da doença”). O autor pretende mostrar, em seu experimento, como a linguagem é também afetada precocemente nessa doença, uma vez que ela – a linguagem – depende muito da memória de trabalho. Em sua conclusão traz, inicialmente, essa “voz difusa”, que engloba tanto os especialistas como pessoas em geral que convivem com pacientes acometidos pela DA. Essa voz, que aqui denominamos como “difusa”, é assinalada pelo verbo “saber” conjugado na primeira pessoa do plural (“sabemos que pacientes com DA apresentam, precocemente queixas relativas à memória”). O autor traz, em seguida, a voz dos seus pares, isto é, a voz de pesquisas científicas que sugerem a participação da memória de trabalho no processamento da linguagem. Relaciona, então, memória e linguagem, ao utilizar, pela segunda vez, a expressão “sabemos” – expressão essa que convoca o leitor a uma condição de co-enunciador (“sabemos” equivalente a “eu + você”). Em seguida, admite a ideia de que as tarefas linguísticas mais alteradas na pesquisa possam depender da memória. A utilização da oração concessiva, no entanto, visa a, logo em seguida, conferir mais ênfase à tese do autor: há alterações no processamento linguístico já em fases iniciais da doença, ou seja, as famílias tendem a notar, inicialmente, apenas as alterações na memória, mas a linguagem é também precocemente afetada, segundo os dados experimentais em questão.

Destacamos que as construções concessivas incluem a palavra do outro, mas o fazem para, logo em seguida, “atacar” essa palavra, apresentar a voz do autor como sendo a última. É importante observar como o outro vai moldando o discurso do autor, como esse vai sentindo possíveis questionamentos, considerando-os para rebatê-los. Se adotássemos o quadro sinóptico feito por Bakhtin (2008, p. 228- 229) para sintetizar os diferentes tipos de

discurso, diríamos que estamos diante de um discurso bivocal do terceiro tipo, ou seja, do “tipo ativo”, pois, nele, “O discurso do outro influencia de fora para dentro” (BAKHTIN, 2008, p. 229), penetra a consciência do autor e molda seu dizer. Assim, o autor sente que o leitor pode fazer uma objeção à sua interpretação, considera, portanto, essa objeção e enuncia: “embora essa interpretação x seja possível” (palavra do outro), “y” (palavra do autor) “é o mais provável”.

O tom do terceiro ato é constituído por essa sucessão de “notas concessivas”, que antevêm a contra-palavra do outro, e, também, pela subjetividade do autor, que acentua seu discurso, ora reforçando o enunciado ora atenuando as afirmativas, em conformidade com a percepção do outro, seu leitor.

Em nossos dados, pudemos perceber três atitudes básicas predominantes em cada artigo: o autor apresenta seus resultados de forma a enfatizá-los (máximo comprometimento com as asserções), de forma a parecer “mais neutro” (mas, sempre, marcando seu posicionamento pela escolha dos verbos), e, finalmente, de forma a parecer que se compromete menos com as asserções. Observemos exemplos dessas atitudes através de um quadro:

QUADRO 11

Máximo comprometimento	Médio comprometimento	Baixo comprometimento
A partir dos resultados obtidos no presente trabalho observou-se que: - o tratamento enzimático é imprescindível para a clarificação do suco tropical de maracujá por Microfiltração. (Exemplo 88. A8. Grifo nosso).	Esse resultado sugere a não rejeição da hipótese de pesquisa e indica que a percepção de confiabilidade do auditor governamental é influenciada pela preferência da variável linguística, textual ou numérica, na apresentação das informações para análise, sendo a variável entendida como mais confiável àquela de sua preferência, apontando para a ocorrência no processamento das informações de <i>motivated sensitivity</i> e na mesma	Desta forma, tal alteração parece interferir em determinados processamentos de linguagem, como a alteração na compreensão de sentenças identificada nesse estudo. Assim, nossos achados, uma vez que avaliamos especificamente pacientes com DA em fase inicial, parecem sugerir que a alteração de memória interfere no processamento linguístico e, conseqüentemente, na compreensão de sentenças. (Exemplo 90. A1. Grifo nosso).

	linha com os estudos de ditto e lopez (1992) e dawson, Gilovich e Regan (2002). (Exemplo 89. A11. Grifo nosso).	
--	---	--

Fonte: Elaboração própria

Esclarecemos que, ao utilizarmos a palavra “comprometimento” não estamos querendo afirmar que o autor, nos exemplos acima, possa “se comprometer” ou “se descomprometer” com o que enuncia: o comprometimento, nesse sentido, é sempre máximo, considerando que só o fato de tomar a palavra já faz com que o autor se responsabilize totalmente pelo dizer. Aliás, nesse sentido de comprometimento, a própria assunção de não tomar a palavra é, também, um máximo comprometimento na teoria bakhtiniana. Buscamos, antes, um sentido *mais estrito*, um sentido que possa equivaler à possibilidade de, em um debate fictício, frente a um possível questionamento do seu público, o autor da pesquisa rebater: “mas eu não disse x, eu afirmei que ‘*parece* sugerir x’”. Nesse caso, o baixo comprometimento seria a possibilidade de, voltando ao enunciado, no futuro do diálogo, o autor encontrar a possibilidade de argumentar que “não foi exatamente isso o que foi afirmado”; ao passo que o máximo comprometimento seria a demarcação do dizer, com tanta certeza, que o autor não considera que possa haver questionamentos sobre seus resultados.

Assim, no exemplo 88, ao enunciar os resultados, o autor utiliza-se de um adjetivo que convoca o leitor a seguir as instruções do método adotado (“o tratamento enzimático é imprescindível”). No exemplo 89, o autor se “resguarda” na apresentação dos resultados, utilizando verbos como “sugere”, “indica”, “aponta”, os quais modalizam o discurso, mas em um nível menor do que o que ocorre no exemplo 90 – exemplo esse no qual o autor afirma que sua pesquisa “parece sugerir” que a alteração de memória afeta o processamento linguístico.

Os exemplos analisados indicam que o outro está, nesse momento do artigo, agindo de forma mais tensa sobre o autor, mesmo no caso em que esse apresenta seu resultado com máximo comprometimento, essa atitude revela tensão, revela a percepção mais tensa do outro, de tal forma que o autor parece querer acabar “de uma vez por todas” com possíveis questionamentos, enunciando, então, com a máxima certeza – e ainda enfatizando – os resultados. Passemos, então, à análise mais específica da relação eu (autor) – outro (leitor).

7.4.2 O Eu (autor) e o Outro (leitor)

Sendo o terceiro ato o momento de máxima tensão, segundo analisamos acima, encontramos o autor, ao apresentar e interpretar os resultados de sua pesquisa, buscando antecipar a possível réplica do leitor. Uma dessas formas de antecipação da contra-palavra do outro consiste na afirmação de que “futuras pesquisas” deverão ser realizadas para resolver algum problema que o artigo não pôde solucionar. O autor busca, pois, *estabelecer um elo no futuro do diálogo*. Vejamos alguns exemplos:

Polissacarídeos sulfatados extraídos sequencialmente mediante a digestão proteolítica (papaína) da alga marinha vermelha *Halymenia* sp. **apresentaram atividade anticoagulante. No entanto**, tal atividade modificou-se acentuadamente entre as extrações, **possivelmente** em razão da mudança da conformação estrutural dessas macromoléculas. **Acredita-se que, por meio do estudo dos mecanismos de ação envolvidos na coagulação, será possível esclarecer tal fato.** (Exemplo 91. A13. Grifo nosso).

Em síntese, **esta análise sugere que uma história de variação comportamental, gerada pela apresentação de diferentes instruções, pode interferir na sensibilidade do comportamento de seguir regras à mudança nas contingências de reforço. Mas isto tende mais a ocorrer quando a mudança nas contingências é sinalizada do que quando não é sinalizada pela apresentação de uma instrução mínima**, especificando que o participante deve descobrir qual a melhor maneira do seu comportamento ser reforçado. **Não fica claro, contudo, que características uma história de variação comportamental deveria apresentar**, em relação às condições de teste, para que os seus efeitos pudessem ser observados em um maior número de participantes. Neste sentido, a função da história de variação comportamental, como uma condição que pode facilitar a sensibilidade do seguimento de regras às contingências de reforço programadas, **deveria continuar sendo investigada.** (Exemplo 92. A15. Grifo nosso).

Este é um estudo-piloto, pois analisamos um número restrito de casos. É possível que possamos identificar outras alterações de linguagem, não identificadas neste estudo, precocemente, quando tivermos avaliado número maior de pacientes com DA em fase inicial. As alterações de linguagem comumente evidenciadas em pacientes com DA, freqüentemente afetam a atividade comunicativa gerando, na maior parte dos pacientes, o isolamento e aumentando o risco de institucionalização precoce. **Esta é a razão para a importância da identificação precoce de alterações lingüísticas.** (Exemplo 93. A1. Grifo nosso).

Mencionamos, no capítulo 5, essa estratégia por meio da qual o autor sugere ou mesmo propõe futuras pesquisas sobre algum aspecto levantado em suas investigações,

estabelecendo um elo no futuro do diálogo, como forma de manter a dominação de sua consciência sobre o outro. Afirmamos, naquele capítulo, que o autor tem um “discurso autoritário” sobre o outro – e a análise dessa pretensão de dominação de uma consciência (a do autor) sobre todas as outras (do leitor e dos outros que o precedem) levou-nos a descrever a arquitetura do gênero. Com efeito, embora o discurso científico⁴⁵ possa parecer “aberto ao diálogo”, devido, dentre outros aspectos, às várias modalizações postas, que parecem “mitigar” a responsabilidade enunciativa do autor (isto é, as modalizações de baixo e médio comprometimento), essa abertura, se existe, deve ser vista de modo muito restrita: primeiro, a rede discursiva estabelecida, a que nos referimos anteriormente, “fecha” o debate a um círculo muito estrito de participantes. Segundo, ao que nos parece, o autor procura sempre a “última palavra” – e, assim, se admite a palavra do outro, o faz para logo contestá-la, conforme evidenciamos acima, ao tratarmos da grande quantidade de orações concessivas (do tipo: “embora x... y nos mostra...”), que instauram o que denominamos como “tom concessivo”, presentes na terceira e última parte do artigo. Por fim, ao estabelecer um elo no futuro do diálogo, pela promessa ou sugestão de futuras pesquisas, o autor, muitas vezes, encontra no estabelecimento desse elo, uma “saída discursiva” para algum problema não solucionado no artigo.

No exemplo 93 acima, o autor, inicialmente, declara o resultado de forma objetiva – objetividade essa revelada pela escolha do tipo de verbo, isto é, um verbo de processo verbal (“apresentar”), com bem menos carga semântica subjetiva que um verbo de atividade cognitiva⁴⁶, por exemplo. Logo em seguida, porém, postula-se uma mudança nessa “objetividade”, sinalizada, inicialmente, pelo conectivo “No entanto”. É reafirmado um resultado que parece um pouco controverso ao longo do artigo: a mudança acentuada da atividade anticoagulante nas extrações. Essa mudança não é explicada. Percebemos que esse resultado é, em certo sentido, “controverso” pelas justificativas e exemplos buscados pelo autor para validar seu resultado. Vejamos rapidamente:

O emprego da metodologia que utiliza a digestão enzimática de proteínas por enzimas proteolíticas (papaína) resultou em três extrações consecutivas de PST (Figura 1). **Os rendimentos sofreram decréscimos marcantes no decorrer das extrações de *Halymenia* sp. mas totalizaram 53,96% de rendimento final.** No entanto, a maior quantidade de PST foi obtida durante a primeira extração (46,0%). **A segunda e a terceira extrações resultaram em apenas 7,36 e 0,6%, respectivamente, a partir da alga desidratada e triturada.**

⁴⁵ Aqui, nos referimos estritamente ao discurso científico manifestado no gênero analisado.

⁴⁶ São alguns exemplos de verbos de atividade cognitiva: enfocar, pontuar, acreditar.

Vários métodos são empregados na obtenção de PST de algas marinhas (ASSREUY et al., 2008; ATHUKORALA et al., 2006; FARIAS et al., 2000; PERCIVAL; McDOWELL, 1967; PEREIRA et al., 2005; PUSHPAMALI et al., 2008) **e a utilização de extrações consecutivas tem sido uma técnica eficiente na otimização do rendimento desses compostos.** Extrações sucessivas de PST na presença da papaína que utiliza a clorofícea *Caulerpa sertularioides* **por Bezerra-Neto et al. (2008) resultou em rendimentos totais de 7,10 e 8,10%, utilizando, respectivamente, CCP e etanol absoluto como solventes na precipitação de PST.** Na extração de PST de outra espécie do gênero (*Halymenia pseudofloresia*), Rodrigues et al. (2009b) obtiveram rendimentos inferiores (40,50; 4,90 e 1,74%, respectivamente) quando comparados a este trabalho (Figura 1). **Portanto, a rodofícea *Halymenia* sp. é uma excelente fonte de PS.** (Exemplo 94. A13. Grifo nosso).

No trecho acima, após relatar que as extrações sucessivas de PST sofreram reduções, o autor parece sentir a necessidade de justificar a eficiência do método, de ratificar que a espécie de rodofícea utilizada no experimento “é uma excelente fonte de OS”. Para tanto, ele cita outros estudos que conseguiram um nível de extração bem menor que o dele.

Ao longo do artigo, no entanto, os experimentos realizados não explicam por que houve decréscimo na extração dos polissacarídeos sulfatados. Assim, o autor vai tornando seu discurso mais subjetivo. Enuncia o resultado utilizando-se de um verbo relacionado a processos verbais (“Apresentar”), mas, em seguida, utiliza um verbo de atividade cognitiva (“acredita-se”). Modaliza o discurso através do advérbio “possivelmente”, e, como a questão não é solucionada no artigo, encontra uma “saída discursiva”: a sugestão de que por meio de outros estudos “será possível esclarecer tal fato”. Estabelecer um elo no futuro do diálogo (“outros estudos/futuras pesquisas/novas investigações esclarecerão x”) evita que questionamentos possam ser levantados pelo leitor sobre a questão não explicada no artigo.

No exemplo 92, referente ao A15, que investiga experimentalmente a sensibilidade de seguir instruções à mudança sinalizada nas contingências, o autor percebe que essa sensibilidade tende a ocorrer, em crianças, mais quando há mudanças sinalizadas nas contingências do que quando não é apresentada uma instrução mínima. Como, segundo suas próprias palavras, não fica claro “que características uma história de variação comportamental deveria apresentar, em relação às condições de teste”, o autor é “cauteloso” na apresentação dos resultados – utiliza verbos como “sugerir” para apresentar os resultados, modaliza o verbo “interferir” (“pode interferir”), e, por fim, como “saída discursiva” para os resultados não totalmente esclarecidos na pesquisa, afirma que a história de variação comportamental como facilitadora no seguimento de regras “deveria continuar sendo investigada”. Assim, embora não se comprometa com essa investigação (não afirma que “x será investigado em futuras

pesquisas”, por exemplo), lança um elo no futuro do diálogo ao sugerir a necessidade de se continuarem tais investigações.

O exemplo 93 evidencia o autor “na defensiva”, ou seja, o autor sentindo a contra-palavra do seu leitor. Nesse sentido, após a apresentação dos resultados, o autor classifica, de antemão, seu estudo como “estudo-piloto”, justificando o número restrito de casos analisados. Esse “número restrito” poderia ser um questionamento do leitor; assim, antes mesmo que esse questionamento possa vir à baila, o autor já se justifica, destacando que, em futuras pesquisas, um número maior de casos será analisado (“... quando tivermos avaliado número maior de pacientes com DA em fase inicial”). Levanta, então, a hipótese de que se possam identificar outras alterações de linguagem em pacientes portadores dessa enfermidade, lançando essa hipótese para o futuro do diálogo.

Em síntese, na relação eu-outro, no terceiro ato do gênero aqui investigado, percebemos o autor frequentemente adotando uma postura “defensiva”, buscando antever a contra-palavra do seu leitor. Ao mesmo tempo, o autor precisa mostrar que está correto em suas hipóteses. Assim, se alguma questão não é completamente solucionada no artigo, estabelece um elo no diálogo futuro, propondo ou sugerindo novas investigações.

A palavra do autor, no entanto, não pode estar só: ele precisa dos pares para referendar seus próprios dados. Passemos, então, à análise da relação do autor com os outros que o precedem.

7.4.3 O *Eu* (autor) e o *Outro* (os outros que me precedem na cadeia do diálogo)

O gênero aqui analisado, segundo afirmamos anteriormente, estabelece uma rede discursiva através da citação a outros estudos, outras pesquisas, protocolos experimentais, normas técnicas que antecedem a pesquisa do próprio autor. O “*outro que me antecede*”, portanto, está presente em todos os momentos do artigo, mas cumprindo diferentes funções: no primeiro ato funciona mais como reforço para as valorações do autor, como referência para definições técnicas (definições essas que, frequentemente, instauram o evento cognitivo, conforme discutimos acima), como meio de se mostrar alguma lacuna na área. No segundo ato – na “visita ao laboratório” –, o outro justifica determinado protocolo adotado, determinada modificação nesse mesmo protocolo. Por fim, no terceiro ato, o outro, com mais frequência, “ampara” os próprios resultados do autor. O exemplo 94, analisado no subtópico anterior, é emblemático dessa função: sem conseguir explicar o motivo de terem ocorrido

decréscimos na extração de polissacarídeos sulfatados em uma rodofíceia, o autor sente a necessidade de afirmar a eficácia do método através da comparação de seus resultados com outros já publicados em periódicos aceitos e validados pela comunidade. Vejamos outros exemplos:

A tarefa de compreensão auditiva, material ideacional complexo, consiste de 12 itens com 2 perguntas cada, totalizando 24 questões. Os primeiros 4 itens são relativos à compreensão de frases, sendo os demais, compostos por perguntas relativas à compreensão de 3 textos. Assim, analisando-se o conjunto de itens da tarefa, **pôde-se verificar que os pacientes tiveram falhas na compreensão de sentenças complexas e, sobretudo, de textos. Em relação à dificuldade que pacientes com DA possam apresentar em relação à compreensão de sentenças encontramos, na literatura consultada, diversos estudos abordando esta temática. De fato, nos últimos anos, tem havido um interesse importante na relação entre memória e a compreensão de sentenças 13,14.** A idéia de que a alça fonológica teria um papel importante na compreensão da linguagem **tem sido aceita por grande número de pesquisadores.** Uma das primeiras explicações sobre o papel da alça fonológica na compreensão de sentenças foi a de que algumas sentenças dependeriam inicialmente de uma análise detalhada e complexa da estrutura sintática para que se identificasse o papel dos substantivos nas mesmas. Este seria, por exemplo, o processamento das sentenças na voz passiva que podem ser revertidas em ativas 15. (Exemplo 95. A1. Grifo nosso).

Por meio das micrografias da Figura 3, observa-se que as superfícies usinadas apresentam crateras sobrepostas, cavidades, bolhas, “chaminés”. Além disso, são observadas partículas esféricas fixas na superfície, proveniente do líquido fundido ejetado da região onde ocorreu a descarga. **Tudo isso é confirmado por Kumar et al. (2009), quando concluiu em seus trabalhos, afirmando que as imperfeições originadas na superfície se devem ao fato das gotículas de material fundido serem expelidas das mais variadas formas durante as descargas, e logo após se ressolidificam afetando a rugosidade superficial.** (Exemplo 96. A5. Grifo nosso)

Os resultados encontrados seguiram a hipótese do processamento co-referencial em dois estágios. Primeiro temos, no gráfico 1, abaixo, resultados que mostram que a leitura do pronome “ele” em todas as condições não teve diferença significativa como mostrou a análise de variância ANOVA ($F(3,19) = 0,2538$, $p = 0,85$). **Isso nos permite interpretar que em um primeiro estágio o princípio B bloqueou a possibilidade de vinculação entre o pronome “ele” na posição de objeto e o sujeito respectivo, assim como encontrado por Sturt (2003) ou, como postulado por Kennison (2003),** que nesse primeiro estágio ocorre a geração de um conjunto de candidatos a antecedentes disponíveis ou não disponíveis estruturalmente, e em um segundo estágio é que a ligação entre possíveis antecedentes e o pronome é avaliada. Nessa avaliação é que há a possibilidade de influência dos traços de gênero, número e, no caso do português, de animacidade. (Exemplo 97. A10. Grifo nosso).

No exemplo 95, o autor, inicialmente, *interpreta* seus resultados. É possível afirmar que ele realiza esse gesto interpretativo pela utilização do verbo “analisar” (“...analisando-se o conjunto de itens da tarefa”). Em seguida, o autor respalda essa sua interpretação com dados da literatura (“encontramos, na literatura consultada, diversos estudos abordando essa temática”). Destacamos, no trecho em questão, a palavra “diversos”, pois, através desse adjetivo, o autor qualifica os estudos disponíveis na literatura que amparam sua interpretação dos dados, de forma a valorar positivamente esses estudos, evidenciando que ele, autor, “não está só” em sua interpretação, que seus achados fazem parte de uma *rede discursiva*. Participar, “pertencer” a essa rede de discursos parece ser condição para a aceitação de determinada pesquisa na comunidade. Logo, *o outro que me precede na cadeia do diálogo* não apenas “ampara” minha interpretação dos dados, como também permite que eu, autor, participe da rede discursiva que valida determinada interpretação de pesquisa.

Por fim, destacamos, também no exemplo 95, o trecho no qual o autor arremata sua argumentação e seu pertencimento a essa rede discursiva, quando se utiliza do marcador textual “De fato” e afirma, em seguida, haver “um interesse importante na relação entre memória e a compreensão de sentenças”. Essa afirmativa faz referência a notas de rodapé que citam outros estudos. Nessa mesma afirmativa, destaca-se *o valor da atualidade na pesquisa*, um valor que, no capítulo 5 desta tese, afirmamos ser subjacente à esfera. O destaque a esse valor dá-se pela expressão “nos últimos anos” e, também, pela utilização do presente composto (“tem havido”), que confere ao enunciado uma ideia de “atualidade”. Acrescenta-se, ademais, a ênfase conferida pelo autor a relações encontradas em seus dados, que, segundo ele, têm recebido “interesse importante” na rede de discursos a que ele se filia.

No exemplo 96, também encontramos o autor interpretando seus dados. Estamos insistindo no fato de que os autores realizam “gestos interpretativos”, para destacar a subjetividade que permeia esse gênero, a despeito do valor subjacente ao experimento (conforme discutimos no capítulo precedente) de “máximo controle”, “máxima objetividade”, “isenção do pesquisador” perante o “mundo experimental”, que parece desenrolar-se “por si só”, como se o pesquisador “apertasse um botão” e todo o experimento e os dados se revelassem. Na verdade, o autor, em certos momentos do artigo, como no terceiro ato, evidencia a si mesmo ao máximo, deixando marcas em seu discurso. Uma dessas marcas, no exemplo 96, é a utilização de um verbo – “observar” – que apela ao sensorial (isto é, à visão). O autor “convoca” o leitor a interpretar juntamente com ele os dados (“Por meio das micrografias da Figura 3, observa-se que as superfícies usinadas apresentam”), destacando

determinada figura. Logo em seguida, a interpretação da imagem é respaldada pela interpretação de achados semelhantes do *outro que o precede na cadeia do diálogo*, ou seja, Kumar et al. (2009)”.

O gesto interpretativo, no exemplo 97, é explicitado pelo próprio verbo de que o autor lança mão, pois, após apresentar os principais resultados, o autor retoma todo o trecho anterior por meio do pronome anafórico “isso” e faz sua interpretação dos dados (“Isso nos permite interpretar que em um primeiro estágio o princípio B bloqueou a possibilidade de vinculação entre o pronome “ele” na posição de objeto e o sujeito respectivo”). Mais uma vez, como nos exemplos anteriores, essa interpretação é respaldada pelo outro: “Sturt (2003)” e “Kennison (2003)”.

Nos três exemplos supracitados – 95, 96 e 97 – o outro “ampara” o gesto interpretativo do autor, pois há ou parece haver confluências entre os dados do autor e os dados do outro. Todavia, há casos em que os dados do próprio autor e do outro que o precede são divergentes. Vejamos:

Ao contrário dos resultados obtidos na maioria dos estudos nos quais se verificou que com o aumento da porcentagem da CIVM ocorre diminuição nos valores da FM como resultado do recrutamento de fibras do tipo II (22,27), no presente estudo nenhum efeito da intensidade da carga sobre a FM1 e FM2 foi observado, sugerindo que esses músculos, nas presentes condições experimentais, apresentem um padrão de ativação independente da intensidade da carga. Esse resultado é especialmente interessante, pois sugere que a reprodução desse teste com o objetivo de avaliar as capacidades físicas básicas dos músculos eretores da espinha em atletas ou o efeito de um programa de treinamento ou reabilitação dessa população possa ser realizada com uma única porcentagem de carga. (Exemplo 98. A12. Grifo nosso).

O autor, no exemplo supracitado, encontra resultados diferentes em relação aos disponíveis na literatura. Assim, confere destaque a esses seus resultados (“Esse resultado é especialmente interessante”), e sugere a reprodução do teste específico que foi realizado em seus experimentos. Vemos, pois, no trecho acima, o *valor da replicação do experimento ou da pesquisa* – valor esse que foi abordado no capítulo 5 desta tese.

Exemplos como o “98” acima reproduzido foram bem menos comuns em nosso *corpus*. Pudemos verificar que, mais frequentemente, o autor apresenta a voz de outros pesquisadores que obtiveram resultados similares aos seus, de forma a buscar um “apoio coral” para seus estudos.

Feitas essas considerações sobre como se dá a relação eu-outro – seja o outro leitor, seja o outro que precede o autor na cadeia do diálogo – no terceiro ato do artigo, vejamos como se processa a relação do autor com seu objeto de pesquisa no próximo subtópico.

7.4.4 O Eu e o objeto: “o máximo simbolismo”

No primeiro ato do artigo experimental, o autor dialoga com seu leitor, de modo a convencê-lo a continuar a leitura da pesquisa. Nesse intuito, ancora-se em pesquisas prévias, convoca a voz do outro que o precede na cadeia do diálogo, segundo vimos anteriormente, para balizar suas valorações sobre o tema, para apresentar definições técnicas, para mostrar lacunas na área etc. Não encontramos o autor debruçando-se especificamente sobre o objeto nesse primeiro momento.

Já no segundo ato, a relação do autor com o leitor é, em certo sentido, “enfraquecida”, pois é nesse momento em que o autor se debruça sobre o mundo experimental. Segundo argumentamos acima, o leitor já “aceitou” o convite para assistir ao experimento, encontra-se mais “relaxado”, permitindo, assim, que o autor seja a consciência que objetifica, que destitui o outro (o que participa do experimento, no caso de experimentos que envolvem seres humanos) de sua potencialidade de existência ética. Logo, há proeminência da relação autor-objeto no segundo ato.

O terceiro ato, conforme analisamos, é o momento de *máxima tensão* entre o autor e o seu leitor, pois este parece questionar o primeiro, que se põe, com frequência, “na defensiva”, acolhendo a contra-palavra do autor para, em seguida, rebatê-la. Nesse terceiro ato, o objeto, tendo adquirido sua condição de “objeto” para uma consciência que domina o mundo experimental instaurado, passa a uma nova fase, pois caminha cada vez mais em direção ao geral, ao universal, tornando-se pura relação. Expliquemo-nos melhor – e, para tanto, retomemos os estudos de Cassirer, citados no capítulo 3 desta tese.

Naquele capítulo, afirmamos que, para o filósofo alemão, a ciência move-se em direção a um máximo simbolismo, considerando-se a relação *forma-símbolo x substância*. O máximo simbolismo processa-se quando *a coisa em si* já não mais pode ser considerada, quando sua existência é pura relação. O teórico mostra como a ciência, ao longo de sua história, caminhou para esse simbolismo através da incorporação do simbolismo numérico. Assim, o exemplo que citamos, nesta tese, da tabela periódica é emblemático: um elemento

químico não é uma “coisa em si”, uma coisa do mundo físico-sensorial, ele é *pura relação*: é um número atômico numa *relação de serialidade* com outros elementos.

Ao discutirmos a forma arquitetônica do gênero, no capítulo anterior, evidenciamos como o artigo experimental incorpora esse simbolismo numérico no tratamento do objeto. O “máximo simbolismo” processa-se, sobretudo, no terceiro ato – quando o autor, tendo descrito o experimento, interpreta seus dados, e, para isso, precisa realizar uma síntese, precisa encontrar relações entre os dados.

Um primeiro gesto de processamento dos dados sob a forma do máximo simbolismo é encontrado logo no momento em que o autor apresenta seus resultados. Esses, com frequência, são apresentados através de gráficos, tabelas, isto é, instrumentos que permitem a postulação dos dados em *puras relações*. Fizemos um levantamento do modo como os autores apresentam seus resultados, vejamos:

QUADRO 12

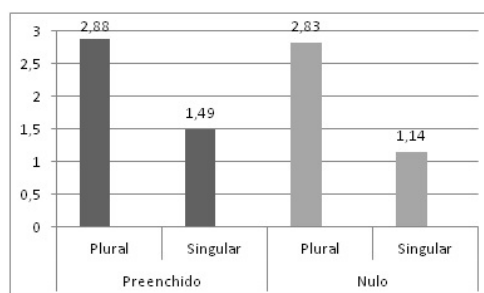
Instrumentos utilizados para a apresentação dos resultados experimentais	
A1	Tabela
A2	Tabela
A3	Gráfico
A4	Tabela
A5	Figura micrografia e gráfico
A6	Dados textuais
A7	Tabela
A8	Tabela
A9	Gráficos e quadros
A10	Gráfico
A11	Gráfico e Tabela
A12	Gráfico
A13	Gráfico
A14	Reprodução de imagens de microscópio e tabela
A15	Gráfico

Fonte: Elaboração própria

Por meio do quadro acima, percebe-se que o instrumento preferencial para apresentação dos dados pós-experimento são as tabelas e os gráficos. Apenas em um artigo os resultados são apresentados através de dados textuais.

O artigo experimental parte do pressuposto da universalização dos resultados, da reprodutibilidade do “real”. Assim, os dados precisam ser processados de tal forma que se tornem pura relação. Vejamos um exemplo:

FIGURA 9



Fonte: Molina, Marcilese e Name (2017, p. 304).

O menor número de respostas-alvo foi registrado na condição sujeito nulo e verbo singular. Já o sujeito preenchido plural concentrou o maior número de respostas-alvo. Tanto no plural quanto no singular, o preenchimento do sujeito parece auxiliar a interpretação do enunciado, apesar de que, na condição plural, a marcação apenas no verbo se revelou uma informação robusta para o mapeamento do enunciado com a imagem-alvo. Como parte das análises estatísticas, foram conduzidos também testes não paramétricos nos grupos socioeconômicos de cada faixa etária separadamente. Tanto no grupo de 5 quanto no de 6 anos de idade, em ambos os grupos socioeconômicos, houve diferenças estatisticamente significativas na comparação entre as condições experimentais a partir do teste de *Friedman*: $\chi^2(32)=58.981$, $p=.001$ (5 anos, escola pública), $\chi^2(32)=76.444$, $p=.001$ (5 anos, escola privada), $\chi^2(40)=68.990$, $p=.001$ (6 anos, escola pública) e $\chi^2(44)=76.445$, $p=.001$ (6 anos, escola privada). (Exemplo 99. A3. Grifo nosso⁴⁷).

No exemplo acima, a quantificação de respostas a partir da postulação de variáveis (faixa econômica, faixa etária etc), permite a máxima objetivação. Nos resultados, não importa qual criança “x” participou do experimento (isto é, o sujeito do mundo físico), mas a frequência de determinada ocorrência de marcação do singular ou do plural nas respostas experimentais. A ocorrência de marcação no singular passa a ser considerada como tal por “não ser marcação plural” e vice-versa – ou seja, os dados estão em relação pura.

7.5 Conclusões

Sintetizemos, no quadro abaixo, nossas análises sobre a forma composicional do gênero “artigo experimental”:

QUADRO 13

A forma composicional do gênero “artigo experimental”			
	Primeiro ato	Segundo ato	Terceiro ato
O “tom”	“Professoral” (definições técnicas, exemplificações, paráfrases), com nuances persuasivos (utilização de adjetivos e advérbios que destacam a importância do objeto, do tema etc).	“Pausado”: como se três notas se repetissem sucessivamente. Presença de aliterações sintáticas preferencialmente no pretérito e na voz passiva (“Foram analisadas... Foram	“Apreensivo”: uma nota aguda, breve, ressoa constantemente.

⁴⁷ Texto referente à ilustração 9.

		excluídas...”).	
Relação autor-leitor	O leitor é “seduzido”, convidado a continuar a leitura. A persuasão (em torno da importância da temática, da “falta de estudos” ou pesquisas sobre o tema etc) faz-se necessária para que o leitor não abandone o texto.	O leitor já aceitou o convite proposto pelo autor. Assiste ao experimento. Frequentemente, porém, este interrompe a narrativa, sai do “mundo experimental” (o mundo da relação eu-objeto, isto é, o mundo de uma só consciência), para explicar, esclarecer algum aspecto para o leitor.	O autor sente a contrapalavra do leitor e parece, a todo momento, tentar antecipá-la (presença marcante de orações concessivas).
Relação autor-outros que o antecedem na cadeia do diálogo (outros pesquisadores)	Os outros são convocados para a apresentação de definições técnicas, de exemplos. São também resenhados em um apanhado teórico do estado da arte. Frequentemente, quando o autor apresenta de forma mais incisiva sua valoração, convoca o outro para “balizar” essa valoração, para justificar-se perante o leitor: “não estou sozinho sustentando essa opinião”.	Os outros são citados para se fazer referência a protocolos já aceitos, que são totalmente ou parcialmente seguidos; para justificar a adoção de determinado método.	Os outros são convocados para comparação entre os resultados do autor e aqueles que estão disponíveis na literatura.
Relação autor-objeto (relação de uma só consciência)	O objeto é apenas citado quando se apresenta a pesquisa, ou se esclarece o objetivo – o autor ainda não adentrou o “mundo experimental”.	O autor adentra o mundo experimental, um mundo “apassivado”, que sofre as ações; nunca o objeto desse mundo as realiza. A voz passiva, no pretérito, em aliterações sintáticas, semiotiza esse mundo de uma só consciência: o autor.	O objeto é “processado”, caminha em direção ao máximo simbolismo, passando a ser representado por determinada frequência estatística, por exemplo.
Seções	Introdução; revisão teórica.	Metodologia.	Resultados; discussão; conclusão.

Fonte: Elaboração própria

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na introdução desta tese, propusemos o objetivo geral de compreender como se constitui discursivo-dialogicamente o gênero “artigo experimental”, considerando sua forma arquitetônica e composicional. As análises aqui apresentadas mostram que esse gênero é, atualmente, normatizado pelos periódicos, que estabelecem formas de distribuição e de circulação das vozes sociais, bem como princípios de definição do conteúdo temático, segundo valores da esfera (os valores de replicação e de publicação da pesquisa; o valor da originalidade; o valor do “especialista”; o valor cultural da língua de divulgação da pesquisa).

A forma arquitetônica do gênero, em suas diversas manifestações disciplinares, concerne à evidência ou prova experimental, que conjura a “dispersão” do real em uma ordem simbólica relacional e classificatória. O experimento é o ato que visa ao domínio do mundo da natureza e do homem. Por meio dele, o autor subjuga o “herói”, para que esse se torne “coisa”, objeto de pesquisa, para que “não exista personagem”, nem em potencial.

A forma composicional, analisando-se a relação autor-leitor como duas consciências verboideológicas em interação, apresenta-nos três momentos principais: primeiro, o convite para a leitura. O autor tende a ser persuasivo, ressaltando, para seu leitor, a importância da temática, a “falta de estudos” ou pesquisas sobre o tema etc. Ao mesmo tempo, instancia o evento cognitivo, por meio de definições técnicas, exemplificações. Em um segundo momento, sentindo que o leitor “aceitou o convite”, inicia-se a narrativa e a submersão no mundo experimental. As aliterações sintáticas, preferencialmente no passado e na voz passiva, conferem ao texto uma cadência mais pausada, lenta. Por fim, em um terceiro momento, sentimos o autor mais apreensivo, antecipando, frequentemente, a contra-palavra do leitor.

Sobre a forma composicional, objeto do último capítulo desta tese, destacamos que nossas análises foram alicerçadas na ideia, postulada por Volóchinov (2013), de que a forma do enunciado vai sendo tecida pelas alianças entre o autor e seu leitor. Assim, não estabelecemos “categorias formais” (modos de citação, de valoração, categorias estilísticas etc) como categorias de análise mais amplas. Antes, aquelas decorreram da observação de como autor e leitor aliam-se.

Esta pesquisa, conforme afirmamos na introdução da tese – seguindo, ainda, o valor, o “imperativo de ineditismo”, desta esfera a que ativamente nos submetemos – preenche uma

lacuna, fornecendo análises de um *corpus* diversificado de artigos experimentais. Todavia, como o evento cognitivo, segundo Bakhtin (2002, 2003) e Medviédev (2016), não tem acabamento como o tem a obra estética, nossas pesquisas certamente se estendem.

Pretendemos, em futuras investigações, debruçarmo-nos mais sobre os modos de interação entre o autor e seu leitor, sobre a forma como aquele vai modulando sua voz a partir da percepção deste; como responde, também, aos outros que o antecedem na cadeia do diálogo e como enquadra a voz desses “outros”.

Ademais, uma vez que a ideia que originou esta tese partiu de reflexões e inquietações em sala de aula, pretendemos, em trabalhos futuros, investigar modos de ensinar o gênero àqueles que caminham pelo “mundo experimental”.

REFERÊNCIAS

AMORIM, M. **O pesquisador e seu outro: Bakhtin nas ciências humanas**. São Paulo: Musa Editora, 2004.

AMORIM, M. Cronotopo e exotopia. In: BRAIT, B. (Org.). **Bakhtin: outros conceitos-chave**. São Paulo: Contexto, 2008, p. 96-114.

AMORIM, M. Para uma filosofia do ato: “válido e inserido no contexto”. In: BRAIT, B. (Org.). **Bakhtin, dialogismo e polifonia**. São Paulo: Contexto, 2016, p. 17-44.

BAKHTIN, M. Os gêneros do discurso. In: BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. Tradução de Paulo Bezerra. 4 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003. p. 261-306.

BAKHTIN, M. O autor e a personagem na atividade estética. In: BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. Tradução de Paulo Bezerra. 4 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003, p. 3-192.

BAKHTIN, M. Arte e responsabilidade. In: BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. Tradução de Paulo Bezerra. 4 ed. São Paulo: Martins Fontes [1919].

BAKHTIN, M. Metodologia das ciências humanas. In: BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. Tradução de Paulo Bezerra. 4 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003, p. 393-410.

BAKHTIN, M. O problema do texto na linguística, na filologia e em outras ciências humanas. In: BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. Tradução de Paulo Bezerra. 4 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003, p. 307-335 [1959-1961].

BAKHTIN, M. Apontamentos de 1970-1971. In: BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. Tradução de Paulo Bezerra. 4 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003, p. 367-392.

BAKHTIN, M. **Para uma filosofia do ato responsável**. Tradução de Valdemir Miotello e Carlos Alberto Faraco. São Carlos: Pedro 7 João Editores, 2010.

BAKHTIN, M. (VOLOCHÍNOV). **Marxismo e filosofia da linguagem**. Tradução de Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. 13 ed. São Paulo: Hucitec, 2009.

BAKHTIN, M. O problema do conteúdo, do material e da forma na criação literária. In: BAKHTIN, M. **Questões de literatura e de estética: a teoria do romance**. 5 ed. São Paulo: Hucitec, 2002, p. 13-70.

BAKHTIN, M. **Problemas da poética de Dostoiévski**. Tradução de Paulo Bezerra. 4 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

BAKHTIN, M. O discurso no romance. In: BAKHTIN, M. **Questões de literatura e de estética**: a teoria do romance. 5 ed; São Paulo: Editora Hucitec, 2002, p. 72-163.

BAKHTIN, M. O discurso no romance. In: BAKHTIN, M. **Teoria do romance I**: a estilística. Tradução de Paulo Bezerra. São Paulo: editora 34, 2015, p. 19-241.

BAKHTIN, M. **A cultura popular na idade média e no renascimento**: o contexto de François Rabelais. Tradução de Yara Frateschi Vieira. São Paulo: Hucitec, 2013.

BAKHTIN, M. O texto na linguística, na filologia e em outras ciências humanas. In: BAKHTIN, M. **Os gêneros do discurso**. Tradução de Paulo Bezerra. 1 ed. São Paulo: Editora 34, 2016 [1959-1961].

BAKHTIN, M. **Teoria do romance II**: as formas do tempo e do cronotopo. Tradução de Paulo Bezerra. São Paulo: Editora 34, 2018 [1937-1939].

BAZEMAN, C. **Shaping written knowledge**: The genre and activity of the experimental article in science. Madison: The University of Wisconsin Press, 1988.

BAZEMAN, C. **Gênero, agência e escrita**. São Paulo: Cortez, 2006.

BENVENISTE, É. **Problemas de linguística geral II**. 2. ed. São Paulo: Pontes, 2006.

BEZERRA, P. Notas. In: BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. Tradução de Paulo Bezerra. 4 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003, p. 423-468.

BIASI-RODRIGUES, B.; HEMAIS, B.; ARAÚJO, J. C. Análise de gêneros na abordagem de Swales: princípios teóricos e metodológicos. In: BIASI-RODRIGUES, B.; ARAÚJO, J. C.; SOUSA, S. C. T. de. (Orgs.). **Gêneros textuais e comunidades discursivas**: um diálogo com John Swales. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009, p. 17-32.

BRANDIST, C. Bakhtin, Cassirer and Symbolic forms. **Radical Philosophy** 85. September/October, 1997, p. 20-27.

BRANDIST, C. O dilema de Volóchinov: sobre as raízes filosóficas da teoria dialógica do enunciado. In: BRANDIST, C. **Repensando o círculo de Bakhtin**: novas perspectivas na história intelectual. São Paulo: Contexto, 2012, p. 35-63.

CASSIRER, E. **A filosofia das formas simbólicas**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

CASSIRER, E. **A filosofia das formas simbólicas**: terceira Parte: fenomenologia do conhecimento. Tradução Eurides Avance de Souza. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

CASSIRER, E. **Ensaio sobre o homem**: introdução a uma filosofia da cultura humana. Tradução Tomás Rosa Bueno. 2 ed. São Paulo: Martins fontes, 2012.

CASTRO, G. de. Os apontamentos de Bakhtin: uma profusão temática. In: FARACO, C. A.; TEZZA, C.; CASTRO, G. de. (Orgs.). **Diálogos com Bakhtin**. Curitiba: Editora UFPR, 2007, p. 81-96.

CORACINI, M. J. **Um fazer persuasivo: o discurso subjetivo da ciência**. 2 ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2007.

DEYES, A. Discourse, science and scientific discourse. **Working Paper**, 6, São Paulo, 1982.

DOP, E. **Bakhtin and the hegelian tradition**. 2001. 163 f. Tese (Thesis submitted for the degree of Doctor of Philosophy). University of Sheffield, 2001.

FARACO, C. A. **Linguagem & diálogo: as ideias linguísticas do círculo de Bakhtin**. São Paulo: Parábola editorial, 2009.

FARACO, C. A. Um posfácio meio impertinente. In: BAKHTIN, M.M. **Para uma filosofia do ato responsável**. Tradução Valdemir Miotello e Carlos Alberto Faraco. São Carlos: Pedro & João Editores, 2012.

FARACO, C. A. O problema do conteúdo, do material e da forma na arte verbal. In: BRAIT, B. (Org.). **Bakhtin: dialogismo e polifonia**. São Paulo: Contexto, 2016, p. 95-112.

FRANCELINO, P. F. **A autoria no gênero discursivo aula: uma abordagem enunciativa**. 2007. 184 f. Tese (Doutorado em Linguística). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, PE, 2007.

GRILLO, S. V. de C. Esfera e Campo. In BRAIT, B. (Org.). **Bakhtin: outros conceitos-chave**. São Paulo: Contexto, 2008, p. 133-160.

GRILLO, S. Ensaio introdutório. In: VOLÓCHINOV, V. **Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem**. Tradução Sheila Grillo e Ekaterina Vólkova Américo. São Paulo: Editora 34, 2017, p. 7-79.

HEGEL, G. W. F. **Fenomenologia do espírito**. Petrópolis: Vozes, 2014.

HEMAIS, B.; BIASI-RODRIGUES, B. A proposta sociorretórica de John M. Swales para o estudo de gêneros textuais. In: MEURER, J. L.; BONINI, A.; MOTTA-ROTH, D. (Orgs.). **Gêneros: teorias, métodos, debates**. São Paulo: Parábola Editorial, 2005, p. 108-129.

HOLQUIST, M. A fuga do cronotopo. In: BEMONG, N. et al. (Org.). **Bakhtin e o cronotopo: reflexões, aplicações, perspectivas**. Tradução Oziris Borges Filho et al. São Paulo: Parábola Editorial, 2015, p. 34-51.

JAPIASSÚ, H.; MARCONDES, D. **Dicionário básico de filosofia**. 3 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

KOCH, I. V. **A coesão textual**. 22 ed. São Paulo: Contexto, 2010.

KOCH, I. V. **A inter-ação pela linguagem**. 11 ed. São Paulo: Contexto, 2015.

LAKOFF, G.; JOHNSON, M. **Metaphors we live by**. London: University Press, 1980.

LEITE, F. T. **10 lições sobre Kant**. 9 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

LEVI, P. **É isto um homem?** Rio de Janeiro: Rocco, 1988.

MEDVIEDEV, P. N. **O método formal nos estudos literários:** introdução crítica a uma poética sociológica. Tradução de Sheila Camargo Grillo e Ekaterina Vólkova Américo. São Paulo: Contexto, 2016, 269 p.

MIOTELLO, V. Ideologia. In: BRAIT, B. (Org.). **Bakhtin:** conceitos-chave. São Paulo: Contexto, 2008, p. 167-176.

MOTTA-ROTH, D.; HENDGES, G. R. **Produção textual na universidade.** São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

PÊCHEUX, M. **O discurso: estrutura ou acontecimento.** Tradução Eni P. Orlandi. 7 ed. Campinas, SP: Pontes, 2015.

PONZIO, L. O ininterrupto diálogo de Bakhtin com a filosofia do nosso tempo. In: DE PAULA, L.; STAFUZZA, G. (Orgs.). **Círculo de Bakhtin: pensamento interacional.** Campinas, SP: Mercado de letras, 2013, p. 45-70.

PONZIO, A. **A revolução bakhtiniana.** São Paulo: Contexto, 2016.

POPPER, K. R. **A lógica da pesquisa científica.** São Paulo: Cultrix/Edusp, 1972.

QUEIROZ, I. A. **A arquitetônica da esfera político-cultural brasileira nos enunciados do sistema nacional de cultura.** 2019. 415 f. Tese (Doutorado em Letras) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

SAUSSURE, F. de. **Curso de linguística geral.** 28. ed. São Paulo: Cultrix, 2012.

SOBRAL, A. **Do dialogismo ao gênero:** as bases do pensamento do círculo de Bakhtin. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2009.

SOBRAL, A. Ato/atividade e evento. In: BRAIT, B. (Org.). **Bakhtin:** conceitos-chave. São Paulo: Contexto, 2008, p. 11-36.

SWALES, J. Aspects of article introduction. **Aston ESP Research Reports**, 1, England, The Univ. of Aston in Birmingham, 1981.

SWALES, J. M. Sobre modelos de análise do discurso. In: BIASI-RODRIGUES, B.; ARAÚJO, J. C.; SOUSA, S. C. T. de. (Orgs.). **Gêneros textuais e comunidades discursivas:** um diálogo com John Swales. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009, p. 33-46.

SWALES, J. M. **Genre analysis:** English in academic and research setting. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

TEZZA, C. **Entre a prosa e a poesia:** Bakhtin e o formalismo russo. Rio de Janeiro: Rocco, 2003.

TEZZA, C. Sobre o autor e o herói – um roteiro de leitura. In: FARACO, C. A.; TEZZA, C.; CASTRO, G. de. (Orgs.). **Diálogos com Bakhtin.** Curitiba: Editora UFPR, 2007, p. 231-256.

VOLÓCHINOV, V. N. Palavra na vida e na palavra na poesia. Introdução ao problema da poética sociológica (1926). In:_____. **A construção da enunciação e outros ensaios**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2013, p. 71-100.

VOLÓCHINOV, V. N. A construção da enunciação (1930). In: VOLÓCHINOV, V. N. **A construção da enunciação e outros ensaios**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2013, p. 157-188.

VOLÓCHINOV, V. N. **Marxismo e filosofia da linguagem**: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. Tradução de Sheila Grillo e Ekaterina Vólkova Américo. São Paulo: editora 34, 2017.

Artigos analisados (*corpus*):

ARAÚJO-FILHO, J. L. S.; MELO-JÚNIOR, M. R. de; LINS, C. A. B. *et al.* Galectina-3 em tumores de próstata: imuno-histoquímica e análise digital de imagens. **Jornal Brasileiro de Patologia e Medicina Laboratorial**, v. 42, n. 6, p. 469-475, dezembro 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/jbpml/v42n6/a11v42n6.pdf>> Acesso em: 24 agosto. 2019.

FERRARI-NETO, J.; LIMA, M. A. F. de Aquisição da morfologia flexional verbal em português brasileiro – um estudo com dados de compreensão. **Prolíngua**, V. 10, n. 1, p. 106-120, jan./fev. 2015. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufpb.br/index.php/prolingua/article/view/27591>> Acesso em: 23 agosto. 2019.

FIORITI, C. F.; INO, A.; AKASAKI, J. L. Análise experimental de blocos intertravados de concreto com adição de resíduos do processo de recauchutagem de pneus. **Acta Scientiarum. Technology**, Maringá, v. 32, n. 3, p. 237-244, 2010. Disponível em: <<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciTechnol/article/view/6013/6013>> Acesso em: 23 agosto. 2019.

GONÇALVES, M.; BARBOSA, F. S. S. Análise de parâmetros de força e resistência dos músculos eretores da espinha lombar durante a realização de exercício isométrico em diferentes níveis de esforço. **Revista Brasileira de Medicina do Esporte**, v. 11, n. 2, p. 109-114, mar./abr. 2005. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/rbme/v11n2/a03v11n2.pdf> > Acesso em: 23 agosto. 2019.

LEITÃO, M. M.; PEIXOTO, P. C. de C.; SANTOS, S. T. P. Processamento da co-referência intra-sentencial em português brasileiro. **Veredas on-line**, v. 2, p. 50-61, 2008. Disponível em: < <http://www.ufjf.br/revistaveredas/files/2009/12/artigo04.pdf> > Acesso em: 23 agosto. 2019.

MOLINA, D.; MARCILESE, M.; NAME, C., C. N. Ora está, ora não está: *input* variável e aquisição da flexão verbal de 3ª pessoa do plural no PB Rio de Janeiro. **Matraga**, v. 24, n. 41, p. 288-309, mai./ago. 2017. Disponível em:

< <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/matraca/article/view/28498>> Acesso em: 23 agosto. 2019.

NOGUEIRA, E. E.; VASCONCELOS, L. A. De macrocontingências a metacontingências no jogo dilema dos comuns. **Revista brasileira de análise do comportamento**, v. 11, n.2, 104-116, 2015. Disponível em:

< <https://periodicos.ufpa.br/index.php/rebac/article/view/1941> > Acesso em: 23 agosto. 2019.

OLIVEIRA, R. C. de; BARROS, S. T. D. de; GIMENES M. L. *et al.* Comparação entre centrifugação e microfiltração na clarificação do suco tropical de maracujá. **Acta Scientiarum. Technology**, Maringá, v. 32, n. 3, p. 271-278, 2010. Disponível em:

<<https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=303226528011>> Acesso em: 23 agosto. 2019.

ORTIZ, K. Z.; BERTOLUCCI P. H. F. Alterações de linguagem nas fases iniciais da doença de alzheimer . **Arquivos de Neuropsiquiatria**. 63(2-A), p.311-317, 2005. Disponível em:

<<http://www.scielo.br/pdf/anp/v63n2a/a20v632a.pdf>> Acesso em: 23 agosto. 2019.

PIMENTEL, L. A.; MAIA, L. A.; CAMPOS, E. M. *et al.* Aversão alimentar condicionada no controle de surtos de intoxicações por *ipomoea carnea* subsp. *fistulosa* e *turbina cordata* em caprinos. **Pesquisa Veterinária Brasileira**, v. 32, n. 8, p. 707-714, Agosto 2012.

Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0100736X2012000800005&lng=en&nrm=iso&tlng=pt> Acesso em: 23 agosto. 2019.

RODRIGUES, J. R. P.; CRUZ, C.; FRANCO, S. D. Análise da topografia da superfície usinada por descargas elétricas do aço-rápido ABNT M2. **Acta Scientiarum. Technology**, Maringá, v. 33, n. 1, p. 27-30, 2011. Disponível em:

<<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciTechnol/article/view/6763>> Acesso em: 23 agosto. 2019.

RODRIGUES, J. A. G.; TORRES, V. M.; ALENCAR, D. B. de. *et al.* Heparinoides naturais isolados de rodofíceas (*Halymenia* sp.) arribadas na costa cearense. **Acta Scientiarum. Biological Sciences**, Maringá, v. 32, n. 3, p. 235-242, 2010. Disponível em:

<<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciBiolSci/article/view/6282> > Acesso em: 23 agosto. 2019.

SILVA, E. A. F.; SILVA, L. A.; OLIVEIRA, N. G. *et al.* Análise parasitológica da água de abastecimento do município de Nova Serrana – MG. **Conexão Ci**, v. 12, n. 2, p. 31-36, 2017. Disponível em:

https://www.researchgate.net/publication/319496357_Analise_parasitologica_da_agua_de_abastecimento_do_municipio_de_Nova_Serrana_-_MG> Acesso em: 23 agosto. 2019.

SOUSA, R. G. de.; PAULO, E.; SILVA, C. A. T. A linguagem faz diferença? Um exame experimental sobre *motivated sensitivity* no julgamento do auditor governamental brasileiro. **ConTexto**, Porto Alegre, v. 13, n. 23, p. 37-46, jan./abr. 2013. Disponível em:

< <https://seer.ufrgs.br/ConTexto/article/view/31362> > Acesso em: 23 agosto. 2019.

SANTOS, J. G. W.; PARACAMPO, C. C. P.; ALBUQUERQUE, L. C. de. Análise dos Efeitos de Histórias de Variação Comportamental sobre o Seguimento de Regras **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 17, n.3, p.413-425, 2004. Disponível em:

< <http://www.scielo.br/prc/v17n3/a13v17n3.pdf> > Acesso em: 23 agosto. 2019.